

EM TORNO DOS VERBOS
DE MUDANÇA DE ESTADO
EM PORTUGUÊS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Departamento de Língua e Literatura Vernáculas

EM TORNO DOS VERBOS
DE MUDANÇA DE ESTADO
EM PORTUGUÊS

Tese submetida à Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção de grau
de MESTRE EM LETRAS — opção Linguística,
por:

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA

abril — 1977

ESTA TESE FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM LETRAS — OPÇÃO LINGÜÍSTICA —
E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Prof. Dr. Paulino Vandresen
Orientador

Profa. Dra. Doloris Ruth Simões de Almeida
Integradora

Apresentada perante
a Banca Examinadora
composta dos
professores:

À memória de meu pai, que não entenderia a sofisticada teoria aqui exposta e aplicada, mas que compreendeu, como poucos, o destino do ser humano sobre a terra.

À minha esposa e filhos, Fontes e Alvos de muito amor e compreensivos Experimentadores de algumas zangas de um mestrando birrento.

Agradecimento

À minha universidade, a UFRN,
pela oportunidade e pelo apoio constante.

Aos professores do
Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSC,
especialmente ao meu proficiente e dedicado orientador,
Prof. Dr. PAULINO VANDRESEN.

A todos que direta ou indiretamente
contribuíram para que eu
pudesse levar a cabo este trabalho.

Permito-me destacar
Francisco Quinho Chaves Filho
e Zeneide Alves,
colegas de universidade,
que me enviaram dos Estados Unidos
precioso material bibliográfico.

S U M Á R I O

	Página
1. Introdução.....	1
1.1. Motivação para a escolha do tema.....	1
1.2. A hipótese.....	4
1.3. O objeto	5
1.4. A metodologia.....	7
1.5. Organização	8
1.5.1. Estrutura	8
1.5.2. Procedimentos	8
1.5.3. Nomenclatura	9
Notas	11
2. Fundamentos teóricos: resenhas	13
2.1. CHOMSKY (1965)	14
2.1.1. A BASE do componente sintático	24
2.1.2. As informações categoriais	24
2.1.3. As informações funcionais	24
2.1.4. A inserção do Verbo	25
2.1.5. Os sintagmas preposicionais	27
2.1.6. O esquema lógico	29
2.2. Alguns assuntos atuais	33
2.2.1. Performativos e atos de linguagem	33
2.2.2. Tópico e comentário	37
2.2.3. Pressuposição	37
2.2.4. Semântica Gerativa	41
2.3 TESNIÈRE.....	47
2.4 FILLMORE.....	54
2.4.1. Crítica à definição configuracional.....	54

2.4.2. A teoria dos casos.....	62
2.4.3. Formalização e notação.....	79
2.4.4. A informação lexical.....	83
2.4.5. Semântica Gerativa x Semântica Interpretativa....	86
2.4.6. À guisa de síntese.....	87
Notas	91
Tratamento de dados do português.....	93
3.1. Caracterização do grupo verbal.....	94
3.1.1. Contacto de superfície x mudança de estado.....	94
3.1.2. Verbos com Experimentador.....	97
3.1.3. O movimento como mudança de estado.....	99
3.1.4. Verbos com Alvo.....	104
3.1.5. O caso Objeto como entidade distinta.....	105
3.1.6. Adjetivos estativos.....	107
3.1.7. Classificação do grupo verbal.....	110
3.1.8. Em síntese.....	117
3.2. Formas com o pronome SE.....	118
3.2.1. Generalidades.....	118
3.2.2. Um pouco de diacronia.....	120
3.2.3. A Gramática tradicional.....	124
3.2.4. Solução à luz da gramática casual.....	130
3.3. Problemas de superficialização.....	149
3.3.1. Subjetivização.....	149
3.3.2. Topicalização.....	157
Notas	180
Conclusão.....	184
4.1. Críticas ao modelo.....	184
4.2. Validade do modelo.....	185
4.3. Insuficiência do modelo: o problema da topicalização.	187
4.4. Preocupações permanentes de FILLMORE: novas perspecti vas.....	189
Notas	192
Bibliografia	194
Índice	205

SIMBOLOGIA

(1), (2), etc.	=	numeração de sentenças
(1'), (2'), etc.	=	numeração de figuras, diagramas, tabelas, etc.
R1, R2, etc.	=	numeração de regras
número elevado ^{1,2...}	=	chamada de nota
EP	=	estrutura profunda
ES	=	estrutura de superfície
GGT	=	gramática gerativa transformacional
SG	=	semântica gerativa
SC	=	símbolo complexo
DE	=	descrição estrutural
ME	=	mudança estrutural
SN	=	sintagma nominal
SV	=	sintagma verbal
SP	=	sintagma preposicional

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto a classificação dos verbos de mudança de estado, em português, sob o enfoque da "case grammar" formulada por FILLMORE.

O trabalho tem estrutura simples, com as monografias: introdução, desenvolvimento e conclusões.

Na introdução, formula-se a hipótese, delimita-se o objeto do trabalho e define-se o método adotado.

O desenvolvimento compreende duas partes: na primeira, expõe-se a base teórica da pesquisa, sob a forma de resenha da literatura pertinente; na segunda, faz-se o tratamento de dados do português.

No tratamento de dados do português, além de estabelecer-se uma classificação do grupo verbal estudado, procura-se explicação para a concorrência das formas verbais intransitivas e pronominais; a propósito do mesmo assunto, são abordados, ainda, problemas relativo às transformações de estruturas subjacentes em realizações de superfície, sobretudo em função da dicotomia tópico/comentário.

Na conclusão são definidas a validade e as insuficiências do modelo, apontando-se sugestões de tarefas para a pesquisa linguística, no futuro, tendo-se em consideração propostas recentes de FILLMORE e de outros linguistas.

ABSTRACT

This work aims at classifying the verbs of "change-of-state", in Portuguese, based on FILLMORE's "case grammar".

The work is presented in a simple way such as monographs: introduction, development and conclusions.

In the introduction, the hypothesis is formulated, the subject of the work is delimited and the method used is defined.

The development has two parts: first, a review of the literature is presented in order to introduce the theoretical basis of the research; second, analysis of the Portuguese language data.

In the discussion of the Portuguese language data, besides establishing a classification for the type of verbs studied, attempts are made to explain the possibility of using either the intransitive or the pronominal forms of this group of verbs; problems of transformation from underlying to surface realization are discussed mainly in relation to the topic and comment dichotomy.

In the conclusion, the validity and insufficiency of the theory are pointed out and suggestions are given to other linguistic researches based on FILLMORE's and/or other linguists' recent proposal.

RÉSUMÉ

Le sujet de ce mémoire est la classification des verbes de changement d'état, en portugais, du point de vue de la "grammaire casuelle" de FILLMORE.

La structure du travail est simple et convient bien à une étude monographique : une introduction, un développement et des conclusions.

Dans l'introduction on avance l'hypothèse, on cerne l'objet du travail et on définit la méthode adoptée.

Le développement comprend deux parties : dans la première, on expose les fondements théoriques de la recherche, sous forme de comptes-rendus de la bibliographie pertinente ; dans la deuxième, on travaille sur les données du portugais.

Dans le traitement des données du portugais, on établit une classification du groupe verbal étudié, et on y cherche une explication pour la concurrence des formes verbales intransitives et pronominales ; à propos du même sujet, on aborde aussi les problèmes relatifs aux transformations des structures sous-jacentes en réalisations de surface, surtout en fonction de la dichotomie thème/rhème.

Dans la conclusion, on définit la valeur et les insuffisances du modèle et on suggère de possibles sujets de recherche linguistique, en tenant compte des plus récentes contributions de FILLMORE et d'autres linguistes.

1. Introdução

1.1 Motivação para a escolha do tema

A escolha do problema tratado como tema da presente dissertação teve motivação em resultados de uma tarefa efetuada, em equipe¹, como parte de curso em Psicolinguística. Ministrado pelas professoras Andrietta Lenard (UFSC) e Leonor Scliar Cabral (PUC - Campinas e Faculdade Paulista da Medicina), o curso compreendeu, como parte prática, o planejamento e realização de trabalho de campo, a discussão e interpretação dos dados coletados e a elaboração de relatório, tendo-se como assunto a "emergência de certas regras sintáticas em crianças em nível de educação pré-escolar".

Embora não se tenha pretendido atingir um nível de pesquisa científica, na sua conceituação estrita, desejando-se simplesmente testar, com dados empíricos, conhecimentos teóricos adquiridos, o exercício acadêmico possibilitou interessantes observações.

Dentre os itens abordados na fase de análise de dados, as transformações comparativa e passiva mereceram atenção especial, e, no que concerne à transformação passiva, chegou-se a resultados in suspeitados.

No projeto da tarefa, prepararam-se três seqüências de cartazes, para eliciar a transformação passiva.

A seqüência a compreendia dois cartazes:

a.1 - um açougueiro persegue um gato, de faca em punho;

a.2 - o gato aparece "chorando", com o rabo cortado.

A seqüência b se constituía dos seguintes desenhos:

- b.1 - três gurijs jogam bola na rua
- b.2 - um dos gurijs chuta a bola contra uma janela, quebrando-a;
- b.3 - o dono da casa, no meio da rua, repreende as crianças.

A seqüência c abrangia também três cartazes

- c.1 - Um palhaço faz propaganda de um circo, rodeado de quatro cachorros;
- c.2 - um dos cachorros avança para o palhaço e, mordendo-lhe a calça, rasga-a;
- c.3 - o palhaço fica observando sua calça, rasgada.

Pretendia-se obter das crianças o seguinte: com a seqüência a de cartazes, a sentença O RABO (DO GATO) FOI CORTADO PELO AÇOU GUEIRO; com a seqüência b, O VIDRO (DA JANELA) FOI QUEBRADO PELA BOLA (ou PELO GURI (COM A BOLA)); com a seqüência c, a CALÇA (DO PALHAÇO) FOI RASGADA PELO CACHORRO.

Somente com a seqüência a (verbo: CORTAR) obteve-se construção passiva, de acordo com o programado, e, mesmo assim, em número reduzidíssimo, fenômeno que não surpreende, tendo em vista reiteradas pesquisas psicolinguísticas, inclusive com falantes de línguas como o francês, de estrutura mais assemelhada à do português.

Por outro lado, ficou claro que os sujeitos identificavam facilmente o "agente" e o "paciente" da ação, em sentenças passivas, embora não se possa sustentar conclusões definitivas, mesmo porque não se programou, para o exercício acadêmico, a utilização sistemática de testes de compreensão.

O que interessa sobretudo salientar é que com os verbos QUEBRAR (seqüência b de cartazes) e RASGAR (seqüência c) não se obteve seguir uma construção passiva; e pareceu lícito aventar a conclusão de que os sujeitos rejeitavam, não propriamente a construção passiva em si, mas a sua realização com os verbos citados.

Com efeito, em relação ao que ocorrera com o vidro da janela, dois sujeitos preferiram projetar o pensamento no futuro e usar, na forma passiva, o verbo ARRUMAR, que, em Florianópolis, tem emprego corrente com o sentido de CONSERTAR:

"O vidro foi arrumado..."

"A janela foi arrumada..."

O verbo RASGAR, em duas sentenças, também na forma passiva, foi substituído por ENGOLIR e CORTAR:

"A calça... foi engolida..."

"Foi cortada a calça dele..."

O mais comum, no entanto, como primeiras respostas dos sujeitos eram as sentenças "o vidro (ou a janela) quebrou"; "a calça (do palhaço) rasgou".

Em uma das sessões de discussão dos fenômenos apreciados no corpus, a professora Leonor Scliar Cabral chamou a atenção para um possível tratamento desses dados, à luz das idéias expostas por FILLMORE em "The Grammar of Hitting and Breaking".²

Adiante serão dadas explicações pormenorizadas sobre o pensamento de FILLMORE. Por enquanto, é suficiente salientar que, comparando dois grupos de verbo - os de "mudança de estado" e os de "contacto de superfície" -, representáveis, respectivamente, por BREAK e HIT, FILLMORE demonstrou um comportamento sintático diferente nos dois conjuntos verbais, sustentando, ao mesmo tempo, que essa divergência sintática decorre de peculiaridades semânticas comuns a todos os integrantes de cada grupo, identificáveis na estrutura profunda.

Break 1 : "The stick broke"

(a vara quebrou)

Break 2 : "John broke the stick (with a rock)"

(João quebrou a vara (com uma pedra))

Break 3 : "A rock broke the stick"

(uma pedra quebrou a vara)

Hit 1 : "John hit the tree (with a rock)"

(João bateu na árvore (com uma pedra))

Hit 2 : "A rock hit the tree"

(Uma pedra bateu na árvore)

O que se verifica é que o verbo HIT não admite a construção do tipo BREAK 1, ou seja, não tolera que se tome como eujeito da sentença, numa construção intransitiva (SN + V), aquele elemento sobre que incide a ação verbal. O SN "the tree", com o verbo HIT, somente poderia ser sujeito de uma sentença na voz passiva, o que não se impõe a "the stick", com o verbo BREAK.

Voltando agora aos dados do exercício acadêmico relatado, as

indagações seguintes levaram à formulação da hipótese e à configuração do objeto da presente dissertação: verbos portugueses como QUEBRAR e RASGAR não teriam as mesmas particularidades semânticas da família BREAK do inglês? Essas peculiaridades semânticas, também no português, condicionariam as possibilidades de construções sintáticas? Por que iriam os sujeitos pesquisados formular sentenças na passiva, se, com a simples construção intransitiva ("a janela quebrou") era possível dar conta do evento sobre o qual lhes era feita uma indagação?

1.2 A hipótese

Pretende-se pôr à prova, para testar sua validade em relação a dados do português, a teoria dos casos formulada por FILLMORE, enquanto dirigida à caracterização de verbos, com base em relações existentes na estrutura profunda, portadoras de relevância semântica constante, independentemente da função "de superfície" que os componentes da proposição venham a exercer. Em outras palavras, os casos são dados semânticos básicos, agrupáveis em um conjunto de número reduzido, universais lingüísticos; e "qualquer verbo é definido em termos dos casos que podem a ele ser associados" (FLETCHER, 1971 : 240).

Adiante será feita uma resenha de Fillmore: descer a maiores comentários aqui redundaria em incorrer depois em repetição. Por enquanto, convém, todavia, enfatizar que aplicar o seu modelo³ ao português significa contribuir para que uma proposta sobre universais lingüísticos seja questionada, pois é esta a preocupação fundamental do lingüista citado:

A visão de gramática universal que está emergindo é algo assim: na sua estrutura profunda, o núcleo proposicional de sentenças em todas as línguas consiste de um V e de um ou mais SNs, cada qual tendo uma relação de ca-

so distinta para S P (e por isso para o V).
 As mais diretas propriedades comuns de estrutura profunda entre as línguas devem ser procuradas neste nível 'o mais profundo' (1968a: 51-2)

Outro aspecto a frisar é que a opção pelo modelo implica também concordar com uma posição que recusa orientação adotada na teoria "standard" de CHOMSKY. No segundo capítulo isso também será discutido mais detidamente. Neste ponto do trabalho, o que importa expor, em síntese, é que, ao partir de uma reescritura da sentença como SN + SV, desde a estrutura profunda, o modelo chomskyano é forçado a prever mais de uma entrada lexical para o mesmo verbo, sem que ocorra polissemia. FILLMORE, aliás, mostrou-o, quando provisoriamente, na exemplificação vista acima, referiu-se a um BREAK 1, 2 e 3 e a um HIT 1 e 2, no início do "paper", para maior clareza da exposição e para mostrar o contraste com a sua maneira de abordar os mesmos dados, logo depois, através de fórmulas de casos.

1.3 O objeto

A presente dissertação visa a abordar, sob o enfoque da "case grammar" de FILLMORE, o conjunto de verbos classificáveis como "de mudança de estado", em português, à semelhança do que foi feito por aquele lingüista, em relação ao que se poderia denominar de "grupo BREAK", no inglês.

Uma primeira tarefa será, naturalmente, traçar o perfil semântico da "família QUEBRAR" em português. Com esse intuito, partir-se-á primordialmente da fórmula de casos, o "case frame" [(A) (I) O], sem contudo esquecer critérios complementares sugeridos pelo próprio FILLMORE, não somente em seu 1967b, mas também em outros trabalhos, bem como contribuições outras de auto -

res interessados nos mesmos problemas.

Evidentemente, serão feitas comparações constantes com outras classes verbais, procurando-se mostrar, pelo contraste de comportamento sintático, as diferenças "profundas".

Caracterizada a família verbal, buscar-se-á estabelecer uma subclassificação, tendo em vista explicitar o processo criativo dessa classe aberta, em português (formação a partir de substantivos, de adjetivos e de radicais próprios).

A subjetivização do caso OBJETO reclamará um tratamento do chamado pronome SE, quando usado com o grupo verbal ("a janela quebrou-se"). Tentar-se-á dar uma resposta adequada ao problema (que envolve, inclusive, variações dialetais), levando em conta valiosas contribuições de autores que o estudaram em referência ao espanhol. É preciso, todavia, insistir em que não se abordará o pronome SE nas suas complexas e cambiantes manifestações, mas tão somente em referência ao conjunto de verbos estudado neste trabalho.

Outro assunto a solicitar reflexão acurada será forçosamente o processo de superficialização de modo geral, envolvendo não apenas a subjetivização, mas também a topicalização, aspectos normalmente imbricados. Na abordagem da topicalização pode ser localizado um dos vários problemas para que a teoria dos casos ainda não encontrou formulação satisfatória: ao contrário, FILLMORE preferiu render-se às dificuldades e, no modelo de 1971b, deixar a questão em aberto para estudos posteriores. Mesmo assim, pareceu desejável e necessário pelo menos explorar esse tema, sem alimentar a pretensão de alcançar soluções satisfatórias, mas na perspectiva de, com os resultados obtidos por outros autores, indicar possíveis caminhos a seguir para que se consiga êxito no futuro.

Em síntese: a caracterização do grupo de verbos no português, o emprego do pronome SE com eles e a exploração de problemas concernentes ao processo de superficialização constituem as delimitações do objeto da presente dissertação.

1.4 A metodologia

"O método não se inventa. Depende do objeto da pesquisa" (CERVO e BERVIAN, 1975:33). Se assim é, considerados a teoria aqui esposada e o problema submetido à verificabilidade, ter-se-á de recorrer, para chegar aos resultados desejados, a processos de investigação característicos do método dedutivo, ou hipotético-dedutivo, como preferem alguns autores.

O ponto de partida se constitui de um conjunto de afirmações tidas como detentoras de validade universal. O ponto de chegada se configurará em novas asserções, concernentes a uma língua em particular, o português, suscetíveis de enquadrar-se na verdade universal "antecedente".

No que concerne à interpretação ou análise dos dados, apelar-se-á, constantemente para a comparação com fenômenos análogos em outras línguas. Por isso, é proveitoso lembrar a aplicabilidade à Linguística do seguinte pensamento de Florestan Fernandes, relativo aos métodos sociológicos, referido por SANTOS(1975:38):

Os métodos sociológicos de interpretação não são incompatíveis entre si, nem mutuamente exclusivos. Na medida em que se aplicam ao tratamento de questões igualmente legítimas, de um prisma lógico, e igualmente válidas, de um ângulo empírico, eles são, ao contrário, mutuamente interdependentes e complementares.

Creio que desta forma fica justificada a utilização do método comparativo, em associação com processos dedutivos.

Num plano de técnicas usadas, basear-me-ei fundamentalmente na minha própria intuição de falante nativo, para tratar os dados do português, sem, no entanto, deixar de recorrer a informantes, quando se tratar de decidir sobre a gramaticalidade ou agramaticalidade de sentenças, sobretudo se estiverem em jogo diferenças dialetais. Mesmo assim, cumpre salientar que já residi anteriormente fora do Nordeste e estou há dois anos em Florianópolis, sempre atento às divergências linguísticas constatáveis em relação ao meu dialeto; a televisão constitui outra boa fonte de

informações nesse sentido, vez que reflete padrões lingüísticos "sulinos".⁴

No que toca aos informantes consultados, convém enfatizar que sempre evitei recorrer a lingüistas ou professores de línguas, situando-os entre estudantes universitários (excluídos os dos cursos de Letras) ou profissionais liberais. O apelo ao informante não obedeceu a uma programação sistemática, mediante o emprego de questionários ou de quaisquer outras técnicas da "Lingüística de campo".

1.5 Organização

1.5.1 Estrutura — A presente dissertação tem estrutura simples, característica das monografias: uma introdução, um desenvolvimento e conclusões. O desenvolvimento compreende duas grandes partes. Na primeira, que consiste de resenhas, objetivar-se-á primacialmente expor de forma didática a evolução do pensamento de FILLMORE, nas suas grandes linhas e especialmente naquilo que, de forma direta, serve de embasamento ao objeto do presente trabalho. Por força de tal desiderato serão também sintetizadas algumas idéias ou teorias que o influenciaram de modo especial, como a sintaxe de TESNIÈRE, ou posições que, analisadas e contrariadas por ele (e. g. CHOMSKY 1965), levaram-no a buscar soluções novas, elaborando a teoria dos casos.

A segunda parte do desenvolvimento será consagrada ao tratamento de dados do português, envolvendo os três aspectos acima mencionados, ao delimitar-se o objeto do trabalho.

Para efeito de numeração progressiva, no entanto, a Introdução, as duas partes do desenvolvimento e as conclusões serão consideradas simplesmente como quatro seções.

1.5.2 Procedimentos — Nos limites da flexibilidade das normas técnicas em vigor, optei pela adoção de alguns procedimen

tos que julgo necessário indicar:

a) evitando-se colocá-las no rodapé de páginas, as notas serão numeradas por capítulo e postas ao seu final;

b) a chamada bibliográfica se fará normalmente pelo sobre nome do autor, seguido da data da obra, tal qual se encontra no exemplar consultado, a não ser que se tenha a necessidade de utilizar a data como marco de uma etapa na evolução do pensamento do autor (e. g. CHOMSKY 1965; FILLMORE 1971b): neste caso, a data será a da divulgação⁵ do trabalho, passando-se a indicar na Bibliografia o ano de publicação do exemplar consultado, para controle das páginas de onde se extraíram as citações;

c) as páginas das citações seguirão a data da obra, de que se separarão por dois pontos (e. g. CHOMSKY 1965: 240);

d) quando no corpo do trabalho se julgar conveniente referir um trabalho pelo título (em vez da data), utilizar-se-á de preferência o idioma do texto original, mesmo que tenha sido consultado em tradução;

e) as citações formais breves terão destaque, no texto, mediante a transcrição entre aspas; as longas (duas ou mais frases) serão reproduzidas em parágrafo próprio, a partir do centro da folha, em espaço simples, dispensando-se as aspas;

f) os acréscimos às citações serão incluídos entre parênteses; as omissões de apenas palavras ou partes de frases serão indicadas por reticências; os cortes de períodos inteiros, ou parágrafos serão representados por reticências entre parênteses (...);

g) constantemente serão grifadas palavras que expressam, dentro de citações, conceitos julgados importantes; para evitar o uso repetido do recomendado "grifei", fica estabelecido que, se não constar a expressão "grifo do autor", a iniciativa foi minha: essa expressão será separada da chamada de página mediante ponto e vírgula (v. g. FILLMORE 1963: 23; grifos do autor);

h) o sobrenome dos autores citados estarão sempre escritos em versais, a não ser que se trate de autor não constante da Bibliografia, ou porque incluídos apenas em citação de segunda mão, ou porque não há necessidade de fazer referência a uma obra específica.

1.5.3 Nomenclatura — Os constituintes NP e VP do inglês,

emente serão mantidos em figuras ou árvores copiadas de livros escritos naquele idioma. Fora disso, adoto SN e SV, pois o termo sintagma já de há muito tempo foi incorporado à terminologia lingüística brasileira, com o aval de nomes como Câmara Jr.

Os termos frase e oração serão usados como sinônimos de sentença, preferindo-se normalmente este. Enunciado terá utilização restrita, para evitar conflitos de nomenclatura e imprecisão de conceitos.

Com efeito, a tradução dos termos ingleses sentence, statement e utterance depende muito do enfoque lingüístico em que se situa o autor. Por exemplo, LANE (1970:169), tradutor francês de AUSTIN (1962), propõe que statement seja traduzido como énoncé ou affirmation, enquanto utterance teria como correspondente francês o termo énonciation⁶. O emprego da terminologia está vinculado aí à definição da dicotomia performativo/constativo.

Outros, como Charaudeau⁷ (1972:9-21), propõem que énonciation "fique reservada à designação dos dados pragmáticos do sentido". Destarte, o énoncé, "fora das circunstâncias da comunicação" é apenas uma frase, portadora de sentido, mas não de significação; somente no "quadro enunciativo" (a énonciation), a frase se torna discurso, adquirindo significação, e, em consequência, "valor de comunicação" (ibid, p. 14). Talvez esses conceitos sejam úteis nesta dissertação, quando, a propósito dos problemas da superficialização, algumas sugestões forem propostas.

Reeta ainda considerar o "caso" de CASO, que, obviamente, estará presente em todo o decorrer deste trabalho, assim como o adjetivo CASUAL, sem encerrarem o sentido corrente dos dicionários. Nesta Introdução, usei o grifo. De agora em diante será dispensável, cada vez que, pelo contexto, ficar bem claro que se estará lidando com o conceito básico da teoria de FILLMORE. Sobre o adjetivo, vale lembrar que os franceses já traduzem correntemente a expressão "case grammar" como "grammaire casuelle", concorrentemente com "grammaire des cas".

N O T A S

1 A equipe esteve constituída de quatro alunos de pós-graduação em Lingüística: Francisco das Chagas Pereira, Maria Selma da Câmara Lima Pereira, Isaura Maria Gama da Silva e Sidneya Gaspar de Oliveira.

2 Na Bibliografia: FILLMORE, 1967b

3 Tendo em vista as várias questões que ainda perduram em aberto na "case grammar" de FILLMORE, é de indagar-se se, a rigor, se pode falar de um modelo, sobretudo se sairmos do nível da estrutura profunda para questionar o processo de superficialização e se atentarmos para os problemas de "notação". BIROU ((1966) assim define o termo modelo:

Systeme physique, mathématique ou logique représentant les structures essentielles d'une réalité et capable à son niveau d'en expliquer ou d'en reproduire dynamiquement le fonctionnement (...)

Il existe des modèles totaux et des modèles partiels. Ex.: en hydraulique, un modèle total sera celui des effets généraux d'un barrage et un modèle partiel étudiera seulement tel problème (par exemple celui de l'évacuation des eaux) sans refaire tout le barrage. (p.174)

Assim, pelo menos enquanto trata dos problemas da estrutura profunda das línguas, o esquema de Fillmore pode ser considerado como modelo lingüístico parcial. Feita essa ressalva, continuarei a utilizar o termo nesta dissertação.

4 Numa noite em que justamente eu me indagava sobre a extensão do apagamento do SE com certos verbos "mediais", no Sul do País, ao assistir a um capítulo da novela "Tchan a Grande Sacada" (TV-TUPI), um dos personagens, bastante gabola disse a seguinte frase: "Aí ela ajoelhou e pediu: Fred, não vá". Outros exemplos: "Minerva concentrado não desperdiça debaixo das torneiras" (comercial do produto); "Alô... turma da Biologia! Eu não disse que ia participar do Projeto Rondon? Pois é, não deu tempo de despedir de vocês" (propaganda do Projeto Rondon); "Como chama um sujeito que assalta?" (programa "Gente Inocente").

5 Encontrei muitos erros na datação dos trabalhos de FILLMORE, tendo em vista que muitas vezes os "papers" eram divulgados em relatórios da Universidade de Ohio e só muito depois eram publicados. Normalmente constam nas referências bibliográficas com a data da publicação em revistas ou livros. As vezes isso acarreta problemas sérios. Por exemplo: "The Position of Embedding Transformations in a Grammar", publicado em 1963, na revista Word, desenvolve idéias expostas por FILLMORE em "Indirect Object Constructions in English and Ordering of Transformations". No entanto, este último trabalho, produzido em 1962, somente será publicado pela Mouton em 1965. Geralmente é esta a data atribuída a ele pelos estudiosos de FILLMORE. Como esse há vários outros casos. Outro problema sobre que me indaguei é o seguinte: Quando FILLMORE escreveu o seu 1971b já tinha conhecimento das críticas formuladas por CHOMSKY em "Some Empirical Issues in the Theory of Transformation Grammar"? Tinha, pois, embora este trabalho de CHOMSKY somente tenha sido publicado em 1972, fora apresentado em 1969, numa Conferência na Universidade do Texas, da qual participou FILLMORE, apresentando "On Generativity".

6 L'énonciation (utterance), comme nous le verrons de mieux en mieux, doit évoquer la simple production d'un acte linguistique, abstraction faite de son "contenu" et des modalités de son émission vocale. Elle n'est, en effet, ni la simple production de sons (comme le "mot": va, que produirait un singe, par exemple); ni une phrase dont on puisse dire qu'elle est vraie ou fausse. C'est pourquoi une énonciation, bien que pouvant être un énoncé (vrai ou faux), n'en est pas nécessairement un. (Une promesse, par exemple, n'est pas un énoncé — à moins qu'on tienne absolument à dire qu'en un sens, on "énonce" une promesse —, mais plutôt une énonciation que l'on produit.) Austin tient à distinguer dès le début le statement (affirmation ou énoncé) de l'énonciation dont il n'est qu'une instance. (p. 169; grifos do autor)

7 "— Le Sens d'un énoncé repose sur un consensus, ce qui permet de le saisir hors énonciation. Il n'a pas valeur de communication. Mais si l'on considère l'Énoncé dans son cadre énonciatif, alors il devient un Discours ayant valeur de communication avec, outre son "sens-consensus", une "signification-spécifique". Nous écrirons donc:

Discours	Énoncé	+	Énonciation
(Signification)	(Sens)		(Spécification)

Voici donc justifié, d'un point de vue épistémologique, cette double distinction Énoncé/Discours — Sens/Signification. (p. 20-1; grifos do autor)

2. Fundamentos teóricos: resenhas.

Sob pena de incidir no erro de quantos reduzem o pensamento de FILLMORE aos conceitos expostos em The Case for Case e mais um ou outro "paper" escolhido aleatoriamente, julguei conveniente acompanhar a evolução de suas idéias.

Na realidade, sua preocupação, dirá ele em seu 1969c, é a de um "ordinary working grammarian que procura ser no mínimo claro em relação ao que está fazendo" (p. 1). Longe de impor um modelo definitivo em qualquer dos seus trabalhos, o que ele busca é, através das sucessivas explorações que realiza em torno de diferentes teorias lingüísticas modernas, encontrar resposta para problemas relativos à essência da linguagem humana.

Por isso, necessário se faz que, antes de resenhar esses trabalhos, sejam abordadas teorias que os motivaram, bem como propostas que ele tenta integrar ao seu esquema de "case grammar". CHOMSKY e TESNIÈRE estão entre aqueles que influenciaram diretamente o surgimento das proposições de FILLMORE ; por outro lado, as novas correntes semânticas — teoria do ato de linguagem, estudos de pressuposição, do tema e rema, Semântica Gerativa — despertaram constantemente o interesse do lingüista.

Foram essas as considerações que me orientaram no desenvolvimento deste capítulo, em que, sob a forma de resenha da literatura pertinente, tentarei expor a teoria que adoto nesta dissertação.

2.1 CHOMSKY (1965)

Aqui serão abordados exclusivamente e de forma sintética aqueles itens de CHOMSKY (1965) que, criticados por FILLMORE, constituíram ponto de partida para a elaboração de sua teoria dos casos. Por isso, fica pressuposto o conhecimento não só de conceitos básicos do modelo chomskyano, como também o da própria organização global da GGT.

Concentrar-me-ei precisamente no Capítulo 2 de "Aspects"¹, onde CHOMSKY explica como a BASE² do componente sintático deve dar conta das noções gramaticais de categoria e função (ou relação). Modelos posteriores ao de 1965 somente serão abordados em outros pontos desta dissertação, quando necessário, inclusive a resposta de CHOMSKY a FILLMORE em "Some Empirical Issues in the Theory of Transformational Grammar" (1969).

Inicialmente, para definir o alcance da BASE, CHOMSKY toma uma sentença — a sinceridade pode assustar o rapaz ("sincerity may frighten the boy") — e demonstra que, a propósito dela, a gramática tradicional tem de dar conta de três tipos de informação.

A primeira consiste em, dividida a sentença em "subseqüências contínuas", associar cada uma delas a uma determinada categoria" (p. 149).

- (i) a seqüência... é uma Frase (F); frighten the boy é um Sintagma Verbal (SV) que consiste num Verbo (V) frighten e num Sintagma Nominal (SN) the boy; sincerity é também um SN; o SN the boy consiste num Determinante (Det) the seguido por um Nome (N); o SN sincerity consiste apenas em um

nome N; the é, além disso, um Artigo (Art); may é um Verbo Auxiliar (Aux) e, além disso, um Modal (M) (p. 147-8; grifos do autor).

O segundo tipo de informação diz respeito à "função gramatical, ... noção intrinsecamente relacional" (p. 153; grifo do autor).

- (ii) o SN sincerity funciona como Sujeito da Frase..., ao passo que o SV frighten the boy funciona como Predicado desta frase; o SN the boy funciona como Objeto do SV, e o V frighten como Verbo Principal do SV; a relação gramatical Sujeito - Verbo estabelece-se entre o par (sincerity, frighten) e a relação gramatical Verbo-Objeto estabelece-se entre o par (frighten, the boy) (p. 148; grifos do autor)

O terceiro tipo de informação envolve problemas de subcategorização, tendo em vista a necessidade de dotar a gramática de regras que bloqueiem a construção de sentenças agramaticais como — o rapaz pode assustar a sinceridade ("the boy may frighten sincerity") (p. 161).

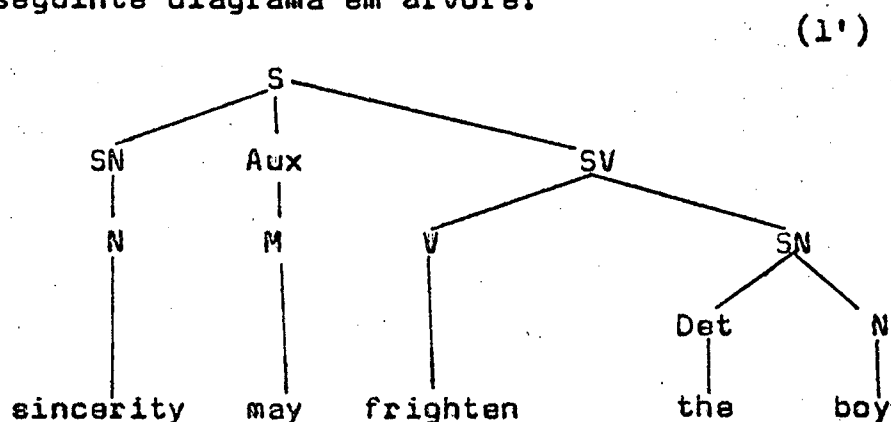
- (iii) o N boy é um Nome Numerável (por oposição ao Nome Massivo butter e ao Nome Abstrato sincerity) e é um Nome Comum (por oposição ao Nome Próprio John e ao pronome it); além disso é um Nome Animado (enquanto distinto de book e um Nome Humano (enquanto distinto de bee); frighten é um Verbo Transitivo (por oposição a occur) e não admite livremente o apagamento do Objeto (por oposição a read, eat); pode tomar livremente o Aspecto Progressivo (ao contrário de know, own); admite Sujeitos Abstratos (ao contrário de eat, admire) e Objetos Humanos (ao contrário de read, wear) (p. 148; grifos do autor).

No item 2 (do mesmo capítulo) com a denominação de "Aspectos da Estrutura Profunda", CHOMSKY tratará de encontrar uma solução para dar conta desses tipos de informação, dentro de uma teoria formal. Isso o levará a demonstrar a insuficiência das regras de reescrita e a propor uma reformulação da GGT, para pre

ver a BASE do componente sintático, com um subcomponente categorial e um léxico.

Para chegar às suas conclusões, CHOMSKY formula regras, testa-as com dados empíricos, critica-as, propõe alternativas — por sua vez também criticadas e testadas — até chegar, com aproximações sucessivas, ao que considera satisfatório como hipótese. Tentarei extrair apenas o essencial das suas proposições, tendo em vista o objetivo que me propus. Poderia até parar neste ponto e, comodamente, dizer que FILLMORE, não aceitando essa inclusão das noções categorial e funcional, na estrutura profunda, proporá que esse nível gramatical seja formulado noutros termos, mais abstratos. Mesmo assim, é conveniente explicar alguns aspectos da argumentação de CHOMSKY e alguns conceitos nela envolvidos ou dela resultantes.

Uma primeira formulação das informações categoriais pode ser vista no seguinte diagrama em árvore:



O Indicador Sintagmático ("Phrase-marker") desse diagrama pode ser gerado por regras de reescrita do tipo

$$R1. \quad A \longrightarrow Z / X \text{---} Y$$

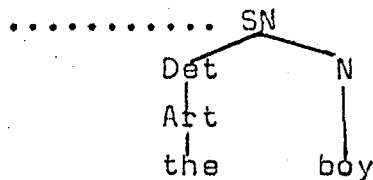
Com a aplicação da regra⁴, tem-se uma derivação: "uma seqüência ... XAY ... converte-se na seqüência ... XZY ...". A partir, portanto, do símbolo inicial #S# (que é categorial) e uma série de aplicações de regras de reescrita, com preservação da ordem da seqüência, chega-se à seqüência terminal, "constituída unicamente por formativos" (p. 151), ou seja, por itens lexicais (sincerity, boy) e itens gramaticais (Perfeito, Possessivo, etc...) (p. 149; grifos do autor). Esse é o procedimento típico da gramática de estrutura de constituintes (ou gramát. de estrut. sintagmá

tica"), que se denominará também "independente do contexto (ou simples) se em cada uma das regras da forma R1, X e Y forem nulos, de modo que as regras se aplicarão independentemente do contexto" (p. 151; grifos do autor).

As regras de reescrita que nessa gramática produzem o Indicador Sintagmático (1') são as seguintes:

- R2. (i) $S \rightarrow SN$ $AUX \rightarrow SV$
 $SV \rightarrow V$ SN
 $SN \rightarrow Det$ N
 $SN \rightarrow N$
 $Det \rightarrow the$
 $AUX \rightarrow M$
- (ii) $M \rightarrow may$
 $N \rightarrow sincerity$
 $N \rightarrow boy$
 $V \rightarrow frighten$ (p. 152)

Em (ii) se chega aos itens lexicais a partir da reescrita de símbolos categoriais (como N, V) ou de formativos gramaticais (como M). O item lexical "the" não deveria constar de (i), onde se reescrevem símbolos categoriais como símbolos categoriais, ou como formativos gramaticais. CHOMSKY procedeu, no entanto, assim, porque, simplificando o diagrama arbóreo, não quis ramificar Det em Art:

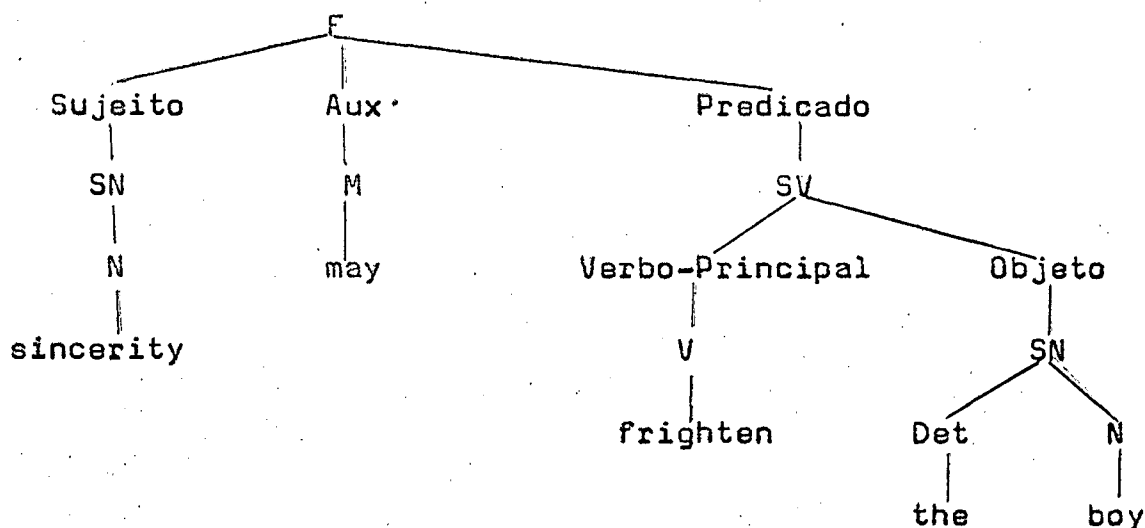


Vejamos agora como CHOMSKY procurará formalizar as noções funcionais. Iniciando o item 2.2 do Capítulo, ele enfatiza a importância de estabelecer-se a distinção categoria/função:

Costumamos dizer, em termos tradicionais, que em (1') sincerity é um SN (e não que é o SN da frase) e que é (funciona como) Sujeito-da Frase (e não que é um Sujeito) (p. 153; grifos do autor)

Numa primeira tentativa de representar formalmente os conceitos relacionais, ele apresenta o diagrama arbóreo(2'), que é simplesmente (1') acrescido de regras suscetíveis de darem conta das informações contidas em (ii) (cf. p. 15 desta dissertação).

(2')



Logo em seguida, no entanto, critica e abandona essa representação como "duplamente errônea": em primeiro lugar, escamoteia a distinção categoria/função, "atribuindo o estatuto de categoria a ambas"; em segundo lugar, há uma redundância no diagrama (2') e na gramática em que se baseia, pois "as noções de Sujeito, Verbo Principal, e Objeto, por serem relacionais, estão já (automaticamente) representadas no Indicador Sintagmático (1')" (p. 154).

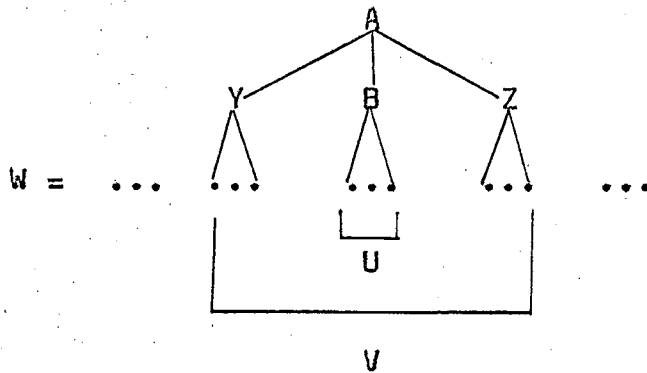
O erro fica sobretudo patente quando se lança mão de uma sentença complexa, como — "John was persuaded by Bill to leave" ("João foi persuadido por Bill a partir") (p. 154). John é sujeito gramatical de persuade e sujeito lógico e gramatical de leave; o sujeito lógico de persuade é Bill, sendo John o seu objeto lógico. Assim evidencia-se a necessidade de tratar diversamente as funções gramaticais na estrutura profunda e na de superfície.

A nova proposta é, então, que as regras de reescrita do tipo R2 incluam a R3 seguinte, a que estão associadas as funções gramaticais

$$R3 \quad A \longrightarrow X$$

X se reescreve YBZ, podendo Y e Z ser eventualmente nulos. B é uma categoria. A função será expressa através da relação [B, A]. Se "uma sucessão de seqüências é uma derivação-W de V se W for a primeira seqüência e V a última" (p. 151), tem-se então a seguinte subconfiguração:

(3')



Dado um Indicador Sintagmático da seqüên-
cia terminal W , dizemos que a subseqüên-
cia U de W entra na relação gramatical
[B , A] com a subseqüência V de W , se
 V for dominado por um nó etiquetado A que
domine diretamente YBZ , sendo U dominado
por esta ocorrência B (p. 155)

A exemplificação esclarece melhor. Se se quiser indicar a
função Sujeito-de, exercida por sincerity, a relação [B , A] se
rá expressa por [SN , F], ou seja, a subseqüência U é aqui a ca-
tegoria SN (o elemento B da subconfiguração) dominado por A que
é uma Frase (sincerity may frighten the boy); o SV também estará
na relação com F [SV , F]; o Objeto Direto, the boy, estará na
relação [SN , SV], sendo SV — frighten the boy; o Verbo Princi-
pal — frighten — estará na relação [V , SV] .

- R4 (i) Sujeito-de: [SN , F]
(ii) Predicado-de: [SV , F]
(iii) Objeto-Direto-de: [SN , SV]
(iv) Verbo-Principal-de: [V , SV]

(p. 156)

Assim, entende CHOMSKY, desaparece a redundância que o le-
vou a rejeitar a representação com o diagrama arbóreo (2'), pois

a informação... é diretamente derivável
de (1'), quer dizer, da própria gramáti-
ca (...), por outras palavras, elas fazem
parte do processo geral que consiste em
atribuir uma descrição estrutural comple-
ta a uma frase, dada uma gramática... (p.
156).

Abro parênteses para referir crítica de ANDERSON (1975). Este autor considera que a afirmação de CHOMSKY constante da citação acima "implica... um raciocínio bastante curioso" (p. 20), acrescentando:

Não se vê absolutamente, por exemplo, porque a informação é "redundante", quando é introduzida por regras sintagmáticas, mas não é redundante quando é introduzida por definições associadas às configurações dadas pelas regras categoriais da base. (p. 21)

Antes de passar adiante, para resumir as novas propostas de CHOMSKY (que, em essência não modificaram a caracterização da informação funcional), convém lembrar, de passagem, que, para ele, o problema oferecido por sentenças complexas como — João foi persuadido por Bill a partir — terão solução no

sistema de reescrita que gera os Indicadores Sintagmáticos de BASE que estão subjacentes a estas frases, apesar destas funções gramaticais não estarem, nestes casos, representadas nas configurações das estruturas de superfície. (p. 157).

Comecei este resumo, referindo as três informações que CHOMSKY declara esperar-se normalmente sejam fornecidas pela gramática tradicional: (i) informação categorial; (ii) informação funcional; (iii) informação que envolve subcategorização e de que se trata no item 2.3 — "Traços Sintáticos".

É a partir da necessidade de resolver o tipo (iii) de informação que ele fará a primeira grande reformulação da gramática gerativa, conhecida como "teoria standard". A insuficiência das regras de reescrita se tornará evidente e será construído todo um mecanismo de BASE. Também o tratamento da informação do tipo (i), a categorial, será reformulado, em consequência do novo dispositivo montado. Para não me alongar muito, tentarei resumir o mais possível.

O problema situa-se precisamente no fato de que: a) pela simples aplicação das regras de reescrita de uma gramática sintagmática é possível gerar frases agramaticais como — o rapaz pode assustar a sinceridade ("the boy may frighten sincerity");

b) optando CHOMSKY por um modelo gramatical centrado na sintaxe, em que o componente semântico é "puramente interpretativo", o componente sintático deverá fornecer "toda a informação utilizada pela interpretação semântica" (p. 160).

À semelhança do que ocorre com o componente fonológico, o formativo lexical resultará da associação de um conjunto de traços (sintáticos) e será analisado como símbolo complexo (SC).

Em vez de contar-se com regras do tipo R2 (ii) ($N \rightarrow \text{sincerity}$), haverá necessidade de outras, que se aplicam aos símbolos complexos, como R5 (de caráter puramente exemplificativo, aqui).

$$\begin{array}{l} \text{R5 (i)} \quad N \rightarrow + [N, + \text{ Comum}] \\ \text{(ii)} \quad [\text{Comum}] \rightarrow [+ \text{ Animado}] \end{array}$$

Em consequência, a BASE passa a conter

um léxico, que é simplesmente uma lista não ordenada de todos os formativos lexicais. Mais rigorosamente, o léxico será um conjunto de entradas lexicais, compreendendo-se por entrada lexical um par (D, C) em que D é uma matriz de traços distintivos fonológicos que 'soletra' determinado formativo lexical e C é uma coleção de traços sintáticos especificados (um símbolo complexo). (p. 170; grifos do autor).

A derivação terá agora como saída os SCs, com que se constituem "seqüências pré-terminais" (p. 170). A seqüência terminal será formada a partir de uma seqüência pré-terminal pela inserção de um formativo lexical de acordo com a seguinte regra lexical:

Se Q for um símbolo complexo de uma seqüência pré-terminal, e se (D, C) for uma entrada lexical, não sendo C distinto de Q, então Q pode ser substituído por D. (p. 170)

Ao lado do léxico, a BASE tem ainda um subcomponente categorial, cuja atuação "consiste em definir implicitamente as relações básicas que funcionam nas estruturas profundas da língua". (p. 209). Isso não implica, todavia, manter o modelo sintagmático de gramática, com apenas regras de reescrita do tipo R2. O subcomponente categorial aplica regras de ramificação, define "o sistema das relações gramaticais" e determina "a ordenação dos

elementos nas estruturas profundas" (p. 211). Assim, este componente opera, realmente, como uma gramática sintagmática, mas ele somente gera seqüências pré-terminais. Às regras de subcategorização, a cargo do léxico é que cabe introduzir "traços sintáticos" e, em conseqüência, criar e desenvolver "um símbolo complexo" (p. 200):

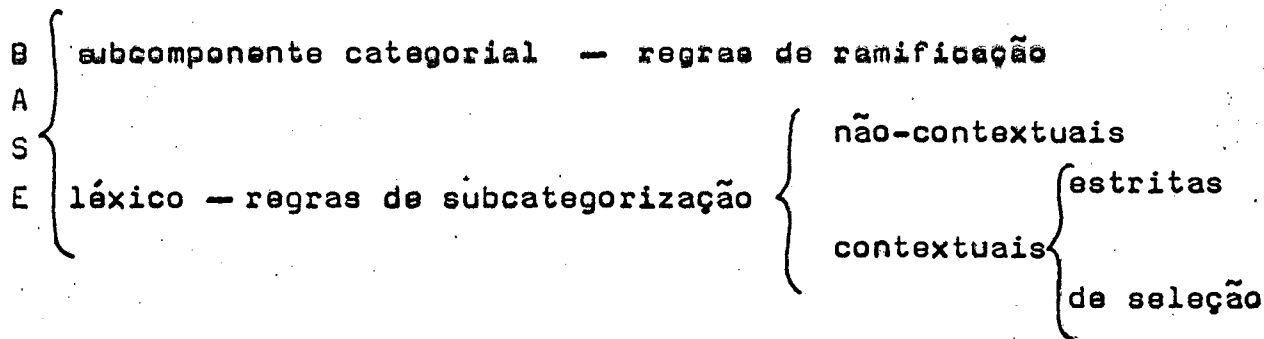
Esta formulação mostra muito claramente em que sentido é que a nossa utilização de símbolos complexos constituiu um dispositivo para introduzir regras transformacionais de base" (. 210)

A regra de ramificação é de um tipo como R6 (abaixo) em que nem A, nem Z compreendem símbolos complexos e Z será apenas um símbolo postiço \triangle

R6 A \rightarrow Z
 Z \rightarrow \triangle

Assim, o componente categorial poderá muito bem ser uma gramática de estrutura de constituintes independentes do contexto (gramática sintagmática simples), com um vocabulário terminal reduzido (quer dizer, com todos os itens lexicais projetados no símbolo único \triangle) (p. 211).

As regras de subcategorização podem ser classificadas em função do contexto. Se somente introduzirem "traços inerentes", serão "independentes no contexto"; se introduzirem "traços contextuais" serão "dependentes do contexto" (p. 208-9). As regras dependentes do contexto, por sua vez, subdividem-se em "regras de subcategorização estrita" e "regras de seleção"; as primeiras "analisam um símbolo em função do seu contexto categorial", ao passo que as segundas "analisam um símbolo (geralmente um símbolo complexo) em função dos traços estruturais em que ele ocorre... Estas últimas exprimem aquilo a que se dá o nome de 'restrições de seleção' ou 'restrições de co-ocorrência'" (p. 182). Nesse ponto, poder-se-ia formular um esquema mais ou menos assim:



Mas CHOMSKY ainda não está satisfeito com esta organização da BASE e propõe um reajustamento final no léxico, para excluir dele as regras de subcategorização independentes do contexto. Reestuda a formulação da entrada lexical (D, C), propondo que sejam "especificadas negativamente para os traços correspondentes aos contextos em que elas não podem ocorrer. Assim, por exemplo, ... "boy deverá ser especificado [- V], de modo a poder ser excluído da posição de frighten em sincerity may frighten the boy" ... (p. 198). Adiante, à p. 209, retoma a regra lexical, para sugerir que se exija que a ocorrência de Q, que será substituído por D, se faça "efetivamente no quadro X - Y". Isso postulará a inclusão de regra transformacional (estritamente local) na BASE (a cargo do léxico).

Esta transformação colocará (D, C) (considerado agora como um símbolo terminal complexo) no lugar de uma determinada ocorrência de Δ no Indicador Sintagmático K, se K satisfizer a condição I, que é uma condição booleana em termos de Analisabilidade, no sentido da gramática transformacional (...). O léxico consistirá em entradas associadas com outras transformações de substituição que introduzem os itens lexicais em seqüências geradas pelo componente categorial. Todas as restrições contextuais na base serão compreendidas por estas regras transformacionais do léxico. (p. 210-11)

Assim, como esquema definitivo, pode ser apresentado o seguinte:

BASE	{	subcomponente categorial — regras de ramificação (reescrita)
		léxico { regras transformacionais estritamente locais regras de subcategorização estrita regras de seleção

De posse agora desses conceitos, vejamos que aspectos ressaltar para compreender melhor as críticas que FILLMORE levanta:

2.1.1 A BASE do componente sintático gera a estrutura profunda (cf. Capítulo 3 de "Aspects") das sentenças, representada em Indicadores Sintagmáticos de base: aí estão presentes todos os dados pertinentes para a interpretação semântica.

A base gera estruturas profundas. Uma estrutura profunda entra no componente semântico e recebe uma interpretação semântica; é convertida pelas regras transformacionais numa estrutura de superfície à qual as regras do componente fonológico dão uma interpretação fonética" (p.231)

É verdade, todavia, que CHOMSKY, ao fixar-se nessa hipótese, não deixa de reconhecer que "qualquer tentativa de delimitar" as fronteiras entre sintaxe e semântica "terá de ser certamente muito provisória" (p. 256)

2.1.2 As informações categoriais, que são fornecidas pelo subcomponente categorial da BASE, fazem parte, portanto, da estrutura profunda. Com suas regras de reescrita independentes do contexto (chamadas de ramificação), o subcomponente categorial define "um sistema de relações gramaticais", capaz de determinar "a interpretação semântica", e especifica "uma ordem subjacente dos elementos" de maneira a tornar possível a "operação das regras transformacionais" (p. 231), a partir dessa "relação hierárquica" (p. 196). Existe entre as seqüências e categorias a relação "é um" (v. g. the boy é um SN).

2.1.3 As informações funcionais também integram a estrutura profunda, pois esse tipo de informação é "derivável do Indicador Sintagmático da forma descrita no número 2.2" (do Capítulo 2 de "Aspects") (p. 173). Como já foi visto, o intuito de CHOMSKY era evitar a redundância, caso se representassem as noções funcionais em diagramas arbóreos. Saliente-se, apenas, que, formuladas regras de seleção para indicar a informação categorial, isso traz naturalmente conseqüências para a noção funcional. Por isso ele chama a atenção para sua regra xiv (p. 196) do "Frag

mento Exemplificativo do Componente de Base"

$[+V] \rightarrow SC/\alpha \widehat{\text{Aux}} \text{ --- } (\text{Det } \beta)$, em que α é um N e β é um N

Portanto, se "uma regra de seleção... define uma relação de seleção entre duas posições numa frase" (p. 201), isto deverá ser levado em conta para compreender-se a relação entre sincerity(α) e frighten, como a relação Sujeito-Verbo, e entre frighten e the boy ($\text{Det } \beta$), como a relação Verbo-Objeto.

Não se deve, todavia, pensar que CHOMSKY desconheceu certos problemas de difícil solução dentro do seu esquema. Analisando u ma série de frases (cf. p. 256), admite o seguinte:

... parece que, para além das noções de estrutura de superfície (como 'sujeito gramatical') e de estrutura profunda (como 'sujeito lógico'), existe uma noção ainda mais abstrata de 'função semântica', ainda inexplicada. Alguns dispositivos formais para formular estes fatos saltam à vista, mas o problema geral não me parece trivial. (p. 256).

Tomando ainda um exemplo de Cook Wilson, reconhece que em "o vidro é elástico", "o vidro" recebe entonação especial e deixa de ser sujeito para ser predicado, se a sentença consistir de resposta a uma pergunta sobre "quais as substâncias que possuem a propriedade da elasticidade" (p. 256). Mas logo conclui:

Qualquer que possa ser a força destas observações, parece que elas estão para além do alcance de qualquer teoria existente da estrutura linguística ou da utilização da linguagem. (p. 256).

2.1.4 A inserção do Verbo depende dos SNs. Por isso, na Introdução da presente dissertação, referi-me ao fato de que, no modelo da teoria "standard", para as três frases com o verbo BREAK seria necessário prever três entradas lexicais (Break 1, 2, 3).

Realmente, isso decorre da aplicação das regras de seleção e subcategorização estrita. Por exemplo, a inserção desse verbo em "John broke the stick" levaria em conta traços do SN sujeito, como $[+ \text{Animado}]$ e do SN objeto, como $[- \text{Animado}]$; em "a rock

broke the stick", ao contrário, o SN sujeito tem o traço [- Animado]; já em "the stick broke", fica fácil verificar como, além do traço seletivo [- Animado], uma regra de subcategorização estrita deve indicar que o SV da sentença não se reescreve V + SN. A propósito de — sincerity may frighten the boy —, podemos utilizar exemplo de regras (aqui simplificadas) formuladas por CHOMSKY. Aquela à que dou o número 7 dá conta da subcategorização estrita e caberá à de número 8 atender à seleção:

$$R7 \quad [+V] \longrightarrow SC / \left\{ \begin{array}{l} \alpha \text{ AUX } - \\ - \text{ Det } \alpha \end{array} \right\}, \text{ em que } \alpha \text{ é um N} \quad (\text{p. 184})$$

$$R8 \quad [+V] \longrightarrow SC / \left\{ \begin{array}{l} [+ \text{ Abstrato}] \quad \text{AUX } - \\ - \text{ Det} \quad [+ \text{ Animado}] \end{array} \right\} \quad (\text{p. 182})$$

A R7 é uma aplicação (à entrada lexical de frighten) da regra geral de inserção do verbo, formulada em R9:

$$R9 \quad V \longrightarrow SC / -\alpha, \text{ em que } \alpha \text{ é uma seqüência tal que } V\alpha \text{ é um SV} \quad (\text{p. 184})$$

Vou explorar mais um pouco este item por interessar muito de perto à "case grammar".

CHOMSKY estudou também a validade da alternativa contrária, ou seja, subcategorizar os nomes em função dos traços do Verbo. Mas o fez, como é próprio de sua metodologia, para simplesmente testar hipóteses. Já na p. 173, enfatizando a inadequação das regras de reescrita para tratar verbos como read e eat, que permitem o apagamento do objeto direto, chama a atenção para o fato de que "a gramática pode ser considerada simplificada se essas propriedades... passarem a ser inscritas nas entradas lexicais." À p. 185, referindo-se às regras R7 e R8 (conforme numeração que a dotei), diz:

As regras abreviadas pelos esquemas R7 e R8 estabelecem simplesmente que cada um dos traços do Nome que precede ou sucede ao Verbo será atribuído

a este, determinando assim uma subcategorização seletional adequada deste (...). Os esquemas de regras (R7 e R8) têm em conta um caso em que um elemento (neste caso, o Verbo) é subcategorizado com base nos contextos em que esse elemento ocorre, satisfazendo estes contextos sempre determinada condição sintática.

Por fim, à p. 203 expressa a sua opção final:

Em resumo, a decisão de se optar, para os verbos, por uma análise em símbolos complexos independentes e de escolher os Nomes através de uma seleção operando em função dos verbos faz complicar consideravelmente a gramática (...) não há outra possibilidade senão seleccionar os Verbos em função dos Nomes (e, através de um argumento análogo, de seleccionar os Adjetivos em função dos Nomes) e, não inversamente.

2.1.5 Ao tratar das informações categoriais no item 2.2.2, deixei de lado os sintagmas proposicionais. Em primeiro lugar, por merecer destaque especial, tendo em vista ser uma espécie de calcanhar de Aquiles da "teoria standard", por onde justamente FILLMORE vai iniciar sua crítica ao modelo. Em segundo lugar porque, como o demonstrará FILLMORE, CHOMSKY, que salientou tanto a necessidade de distinguir categoria de função, neste ponto não chegou a formular regras coerentes com os seus propósitos e com as características da gramática simples e formal que prega. Com efeito, tem de recorrer a regras "ad hoc" e complica a terminologia das categorias.

Acompanhemos o seu raciocínio. Partindo da frase ambígua he decided on the boat ("ele escolheu o barco" ou "ele tomou sua decisão a bordo do barco"), formula outra em que dois SPs representam isoladamente as duas informações extraíveis do SP on the boat. Eis a sentença: he decided on the boat on the train ("ele escolheu o barco enquanto se encontrava no trem") (p. 188-9).

Na última frase, o SP on the train, ao contrário de on the boat, não se encontra em nenhuma relação especial com o Verbo, modificando, na realidade, todo o Sintagma Verbal, ou até mesmo a frase inteira"... podendo até "opcionalmente" ser

anteposto à frase", o que não é facultado a on the boat, "que está em associação íntima com o Verbo". Isso, inclusive, pode ser usado para desfazer a ambigüidade da primeira sentença: on the boat, he decided só tem o sentido de ele tomou a sua decisão a bordo do barco.

Assim, esse SP em associação íntima com o Verbo é um Adverbial de Lugar, que pode ocorrer "de forma perfeitamente livre" (p. 89) com o Adverbial de Tempo. Para resolver o problema, o mesmo CHOMSKY que recusa regras "ad hoc" e prega a simplicidade na formulação de regras fará toda uma reformulação das regras que vinha sistematicamente propondo até aí, depois de criar uma nova safra de categorias. Vejamos as categorias novas: "Predicate-Phrase", "Copula", "Predicate", "Predicate-Nominal" (na tradução portuguesa: "Sintagma - Predicativo", "Cópula", "Predicado" e "Predicado-Nominal". Em consequência, é apresentado um novo esquema de reescrita (regra 10, nesta dissertação):

R10 (i) $F \rightarrow SN \widehat{\text{Sintagma Predicativo}}$

(ii) $\text{Sintagma Predicativo} \rightarrow \text{Aux} \widehat{\text{SV}} \quad (\text{lugar}) \quad (\text{Tempo})$

(iii) $\text{SV} \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{be Predicado} \\ \text{V} \left\{ \begin{array}{l} (\text{SN}) (\text{Sintagma-Prep}) (\text{Sintagma-Prep})(\text{Modo}) \\ \text{Adj} \\ \text{F}' \\ (\text{like}) \text{ Predicado Nominal} \end{array} \right. \end{array} \right\}$

(iv) $\text{Sintagma-Prep} \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{Direção} \\ \text{Duração} \\ \text{Lugar} \\ \text{Frequência} \\ \text{et.} \end{array} \right\}$

(v) $V \rightarrow SC$

(p. 189)

Em (ii) estão os SPs do tipo on the train, em função dos quais o Verbo não é subcategorizado. São os "Adverbiais de lugar e de Tempo que estão associados ao Sintagma Predicativo completo e que em certa medida poderiam, de fato, estar mais intimamente ligados com o Auxiliar (cf. nota 23 do Cap. 2 de Aspects) ou com os Adverbiais Frásicos que formam uma unidade 'pré-frase' em estrutura profunda" (p. 190).

Ao contrário, com os SPs de (iii) dá-se subcategorização dos verbos: assim o SC de (v) é subcategorizado estritamente em relação "a todos os contextos introduzidos na segunda parte" de (iii) e em (iv).)p. 190).

Em suma, comparados agora os dois tipos de SP, tendo em vista esse poder de subcategorizar ou não o verbo, o problema reside em estabelecer, de forma simplificada, a diferença entre "Complemento de Verbo" e "Complemento do Sintagma Verbal", embora em nenhuma outra parte do livro ele tenha tratado de incluir esse termo "Complemento" (da gramática tradicional), no rol de sua terminologia, quer categorial, quer funcional.

Assim os Verbos podem ser subcategorizados em função dos Complementos do Verbo, mas não em função dos Complementos do Sintagma Verbal (p. 190)

No "Fragmento Exemplificativo" (p. 195) (R11 nesta dissertação), serão feitos novos arranjos, devendo ser salientada a segunda parte de (v), que em R10 era (iv)

- R11
- (i) $F \rightarrow SN \widehat{\text{Sintagma Predicativo}}$
 - (ii) $\text{Sintagma Predicativo} \rightarrow \text{Aux} \widehat{\text{SV (Lugar) (Tempo)}}$
 - (iii) $\text{SV} \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{Cópula} \widehat{\text{Predicado}} \\ \left\{ \begin{array}{l} ((SN)(\text{Sintagma-Prep})(\text{Sintagma-Prep})(\text{Modo})) \\ V \left\{ \begin{array}{l} F' \\ \text{Predicado} \end{array} \right\} \end{array} \right\}$
 - (iv) $\text{Predicado} \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{Adjetivo} \\ (\text{like}) \text{ Predicado Nominal} \end{array} \right\}$
 - (v) $\text{Sintagma-Prep} \rightarrow \text{Direção, Duração, Lugar, Frequência, etc.}$
 - (vi) $V \rightarrow \text{SC}$

2.1.6 Parece-me ainda necessário antes de concluir, estabelecer um paralelo entre o esquema lógico que inspirou CHOMSKY e formulações mais modernas, que FILLMORE esposará.

CHOMSKY não faz segredo das influências que sofreu da Lógica de Port-Royal. Deixando de lado as considerações que tece no Capítulo 1 de "Aspects", vejamos o que declara à p. 205:

Podemos encarar os Indicadores Sintagmáticos de base como os elementos de conteúdo elementar a partir dos quais se constroem as interpretações semânticas das frases atuais. Por isso não deve constituir surpresa a observação de que as noções funcionais significativas (relações gramaticais) são representadas diretamente das estruturas de base e apenas nestas; e, além disso, será bastante natural admitir que propriedades formais da base venham a fornecer o enquadramento para a caracterização de categorias universais.

Dizer que as propriedades formais da base vão fornecer o enquadramento para a caracterização das categorias universais equivale a admitir que grande parte da estrutura de base é comum a todas as línguas.

É uma maneira de expressar um ponto de vista tradicional cujas origens, mais uma vez, remontam pelo menos a Grammaire générale et raisonnée (Lancelot et al., 1660). Tendo em conta a informação de que hoje dispomos não parece improvável que aquela afirmação seja verdadeira. (p. 205)

Essa maneira de encarar o fenômeno língua origina, sem dúvida o princípio fundamental que, a meu ver, rege toda a formulação da GGT por CHOMSKY (1965) e que está sintetizada perfeitamente na seguinte afirmação: "uma estrutura profunda será um Indicador Sintagmático subjacente a qualquer estrutura de superfície bem formada." (p. 228).

A Lógica de Lancelot impõe à gramática considerar a proposição de acordo com o que SIMPSON (1976) denomina "doutrina tradicional":

Segundo a doutrina tradicional, toda proposição consiste na atribuição de um predicado a um sujeito. Em outros termos, qualquer afirmação é redutível a um juízo de inerência (...).

Falando de modo impreciso, pensar é estabelecer relações, e, segundo esta doutrina, toda a variedade e a riqueza do pensamento esgotam-se na atribuição de um predicado a um sujeito, visto que nos limitamos a estabelecer de diversas maneiras uma única relação, que chamaremos de relação atributiva. A forma

geral de uma proposição fica indicada então pelo esquema "S é P", que cobre todas as proposições possíveis. (p. 30)

Para maiores detalhes, poderá ser consultada a obra de SIMPSON, por sinal, de leitura fácil e agradável. Para o que me interessa aqui, bastará agora indicar outra maneira de tratar o assunto, que, segundo observa o mesmo autor, tem início com os "Principia Mathematica" de Whitehead e Russell — a lógica das relações. O postulado tradicional de que "toda proposição é da forma sujeito-predicado" leva à inferência de que só existem "fatos de forma atributiva", ou seja, "a posse de uma característica por uma substância individual" como em Pedro é bom (que, na realidade, é apenas um tipo de predicado: o monádico) (p. 38).

Mas, ao que parece, há fatos de estrutura diferente, como o indicado pela sentença 'Margarida ama Pedro', onde os indivíduos mencionados são dois, e não apenas um, contrariamente ao que ocorre com 'Pedro é bom'. Na notação moderna, sua estrutura seria indicada pelo esquema 'x R y' ou $R(x,y)$, onde tanto 'x' como 'y' representam sujeitos, e 'R' simboliza a relação que os une. Temos aqui uma sentença com dois sujeitos, porém o número destes pode ser maior, como mostra o enunciado 'Maria pede a João que fale a Josefa', onde se diz algo sobre três pessoas; neste caso, o esquema correspondente seria ' $R(x,y,z)$ '. Não há limite para o número de sujeitos que uma proposição pode possuir: quando uma relação vincula dois termos, diz-se que é relação diádica; se vincula três, triádica; e, em geral, n-ádica quando vincula n termos, onde n é um número arbitrário. O campo da forma lógica amplia-se, assim, com a admissão de formas relacionais que rompem o monopólio de esquema tradicional (p. 38-9; grifos do autor).

Recusada assim a universalidade da forma atributiva, o novo esquema de notação — uma relação (R) e variáveis individuais (x, y, z) — permite agora ver a proposição sob um novo ângulo: ... "um predicado será qualquer expressão que, combinada com um ou mais nomes de objetos (de acordo com as regras sintáticas), permite obter uma proposição" (p. 40).

Na base dessa nova visão da predicação, num plano metafísico, está o atomismo lógico de Russell:

Segundo a versão de Russell, os indivíduos, as propriedades e relações são os elementos últimos, os 'átomos do mundo. (...) Mas o que Russell denomina 'indivíduos' não são entidades complexas como filósofos e mesas, mas sim 'coisas tais como pequenas manchas de cor ou sons, coisas momentâneas'. Para maior exatidão, eles são denominados de 'particulares'. E, pelo menos em princípio, estes particulares deveriam ser 'simples', ou seja, não analisáveis em partes componentes. Os particulares, propriedades e relações são ademais 'átomos lógicos', no sentido de que constituem 'o último resíduo' do processo de análise (...) são... componentes dos fatos. (p. 58).

Em termos matemáticos, foram os conceitos de função e argumento que ensejaram o novo esquema notacional. Adiante, voltarei ao assunto, quando enfocar a influência que a Lógica Simbólica exercerá sobre os defensores da Semântica Gerativa. No tocante a FILLMORE, no entanto, somente a partir do seu 1968b ele passará a referir-se expressamente aos novos esquemas notacionais da Lógica Moderna. Antes, ao que parece, a grande influência sofrida por ele veio de Tesnière.

2.2 Alguns assuntos atuais

Em Semantics, a new outline (1976), PALMER dedica o último capítulo ao que denomina genericamente "Recent Issues" (p. 134), abordando resumidamente alguns assuntos que têm merecido "especial interesse" por parte dos lingüistas "nos últimos anos": a gramática casual, ou, mais precisamente, a "teoria dos casos" de FILLMORE; os performativos e os "atos de linguagem"⁵; tópico e comentário; pressuposição; Semântica Gerativa. Sem que se necessite de fazer referência à gramática casual, por motivos óbvios, será conveniente declarar que FILLMORE não ficou alheio a nenhuma dessas preocupações da Lingüística Moderna. Isso levou-me a tentar resenhá-las num primeiro rascunho desta dissertação, o que resultou em demasiado alongamento. Decidi, então, para salvaguardar o equilíbrio das partes do trabalho, reunir essas questões em um só bloco e referir-me rapidamente a elas, oferecendo algumas sugestões bibliográficas (sugestões apenas, já que a literatura é vastíssima) e pressupondo o conhecimento das suas diretrizes fundamentais.

2.2.1 Para a compreensão dos performativos e dos "atos de linguagem" tem-se evidentemente de partir dos trabalhos de AUSTIN e SEARLE, especialmente os clássicos How to do Things with Words (1962) do primeiro, e Speech Acts (1969) do segundo.

AUSTIN empenhou-se, inicialmente, em analisar a dicotomia constativo/performativo na linguagem usual, ou seja, a diferença entre uma asserção ("statement"), que tem a "propriedade de ser verdadeira ou falsa" e um enunciado ("utterance") performativo, que tem como "tarefa peculiar" ("own special job") "efetuar uma ação" ("to perform an action") (1958:15). Seria, por exemplo, a

diferença entre — "João é inocente" e "Declaro João inocente". No enunciado performativo, faz-se abstração da dimensão verdade/falsidade, para discutir as condições de "felicidade" ou "infelicidade" do ato. O exemplo acima seria um fracasso, se uma condição necessária à sua "felicidade" não fosse preenchida, v.g. não estar o falante investido do poder de julgar.

Depois de submeter a dicotomia a vários testes, na procura de critérios em que fundamentar a sua definição satisfatoriamente, o filósofo inglês chega aos conceitos de ato locutório, ilocutório e perlocutório. No primeiro predomina a significação: dizer algo é produzir uma frase com significado e referência. O ato ilocutório envolve "força", ou seja, além da locução, produz-se algo em o dizendo: a distinção é feita, portanto, pela contraposição da "realização de um ato em se dizendo algo" ("performance of an act in saying something") e a "realização de um ato de dizer algo" ("performance of an act of saying something") (1962, p. 99; grifos do autor).

É assim a força ilocutória que distingue, por exemplo, um conselho, da simples sugestão ou da ordem.

O ato perlocutório se situa no plano dos efeitos, ou seja, algo se realiza pelo fato de se dizer algo (por isso é forjado com o prefixo per). Vejamos uma exemplificação simples dos três tipos de atos:

Ele me disse que atirasse nela - ato locutório
 Ordeno-te: atira nela - ato ilocutório
 Estou convencido: vou atirar nela - ato perlocutório

De posse dos novos conceitos, AUSTIN ratifica a dicotomia:

Como a distinção constativos — performativos veio à luz de nossa última teoria? De maneira geral e para todos os enunciados que consideramos (salvo talvez para os "xingamentos"), encontramos:

- (1) A dimensão 'felicidade / infelicidade',
 - (1a) Uma força ilocutória,
 - (2) Uma dimensão verdade/falsidade
 - (2a) Uma significação locutória (sentido e referência)

Alcançado o novo aparato conceitual, com base na força ilocutória, AUSTIN propõe algumas conclusões de que destaco duas: primeiramente, a necessidade de considerar como o verdadeiro obje

to de investigação o "ato de linguagem integral", visto e analisado no seu contexto situacional total ("The total speech act in the total speech situation" — ibid, p. 147); em segundo lugar, a teoria do significado ("meaning") baseada na distinção "sentido e referência" ("sense and reference") deverá, provavelmente, ser reformulada, tendo em vista a distinção ato locutório/ato i locutório. (ibid, p. 148).

É justamente nesealinha do "ato de linguagem" compreendido na sua globalidade que se situa SEARLE, com seu "Speech Acts" (1969), para quem um modelo formal de gramática é "forçosamente incompleto", pois seria algo como estudar o "baseball como um sistema formal de regras, e não enquanto jogo" (p. 53)

A unidade de comunicação lingüística não é — como se supõe geralmente — o símbolo, a palavra ou frase, nem mesmo uma ocorrência de símbolo, de palavra ou de frase, mas a produção ou emissão do símbolo, de palavra, ou da frase no momento em que se realiza o ato de linguagem. (p. 52). (...)

A hipótese sobre a qual repousa este estudo é, portanto, que falar uma língua é adotar uma forma de comportamento regido por regras... é realizar atos de acordo com regras. (p. 59)

Tentando ser breve, salientarei apenas mais alguns conceitos do autor. Primeiramente a distinção entre regras normativas e constitutivas: as primeiras disciplinam formas de comportamento pré-existentes e delas independentes, como as regras de polidez; as segundas "criam ou definem novas formas de comportamento", como as regras de xadrez, em relação a uma partida desse jogo; elas possibilitam a partida, a qual, por seu turno, depende das regras, que a fundamentam. (p. 72-3). "A estrutura semântica de uma língua" deve ser entendida como "uma atualização... de uma série de conjuntos de regras constitutivas subjacentes". (p. 76-7)

O autor reanalisa longamente alguns conceitos controvertidos, como referência, predicação, significação, repassando teorias de lógicos e filósofos, como Frege, Russell, Wittgenstein e Grice; deste último toma de empréstimo a idéia de "intenção a-

propriada", corrigindo-a e incorporando-a a seu esquema.

Para os objetivos da presente dissertação, julgo satisfatório apenas o que já foi exposto, acrescentando uma pequena amostra das condições, que SEARLE chama "necessárias e suficientes à realização de certos tipos particulares de atos de linguagem" e a partir das quais as "regras semânticas governam os processos lingüísticos que caracterizam" os enunciados produzidos como pertencentes a esses tipos de atos de linguagem. (p.59) Antes, porém, será necessário dar a classificação dos tipos de linguagem:

- a. atos de enunciação (enunciar frases)
- b. atos proposicionais (referir e predicar)
- c. atos ilocutórios (v.g. declarar alguém culpado, prometer, etc.)
- d. atos perlocutórios (v.g. persuadir, amedrontar, etc.)

Um ato ilocutório como PROMETER envolve situações, condições e intenções: é um ato complexo.

Se um falante F pronuncia a frase I em presença de um ouvinte O, então, com o emprego literal de T, F faz a O a promessa sincera e sem defeito p, se, e somente se as condições seguintes de 1-9 forem preenchidas" :

(...)

1. As condições de partida e chegada são preenchidas

(...)

2. F exprime a proposição que p, em pregando T

(...)

3. Na expressão de p, F predica a propósito de O um ato futuro C

(...)

4. O preferiria o cumprimento de C por F ao seu não cumprimento, e F pensa assim

(...)

5. Não é evidente, nem para F, nem para O, que F seria levado de qualquer maneira a efetuar C

(...)

6. F tem a intenção de efetuar C
(...)
7. A intenção de F é que a enunciação de T o coloque na obrigação de efetuar E
(...)
8. F tem a intenção (i-I) de produzir em O o conhecimento (K) de que a enunciação de T implica colocar F, sob a obrigação de efetuar C. F pretende produzir K por meio do reconhecimento de i-I, devendo esse reconhecimento ser feito, em virtude do conhecimento que O tem da significação de T.
(...)
9. As regras semânticas da língua falada por F e O são tais que T é empregada corretamente e sinceramente, se, e somente se as condições 1-8 forem preenchidas. (p. 98-103)

2.2.2 Deixo de tratar aqui tópico e comentário (ou tema e rema) porque, na terceira parte do capítulo dedicado ao tratamento de dados do português, esses conceitos serão discutidos amplamente, a propósito de problemas de superficialização.

2.2.3 A pressuposição é objeto constante de estudo por FILLMORE. Antes mesmo da sua primeira formulação da teoria dos casos (1965b), ele escrevia sobre pressuposição (1965).

Abordar a pressuposição é tarefa bastante arisca, porque as divergências se fazem logo presentes; dependendo do autor consultado, restringe-se ou amplia-se o conceito. Talvez o único da do comum às diversas definições seja, como enunciam, de forma um tanto simples, BAYLON e FABRE (1975): com a pressuposição "caminha-se para uma semântica incluindo o implícito" (p. 144). Para aí, porque logo os autores dão como exemplo a famosa frase — O rei da França é calvo — e evidenciam sua filiação às concepções de DUCROT, para quem a pressuposição não se pode situar no nível lexical (como FILLMORE admite em alguns trabalhos) e, mesmo no nível da frase, deve a pressuposição situar-se num estudo "combinatório do discurso", tendo em vista um "ambiente ideal".

(DUCROT, 1972:81).

Normalmente são admitidas algumas regras-teste para caracterizar o pressuposto em relação ao posto: a negação, a interrogação e o encadeamento. As duas primeiras podem ser demonstradas, com a famosa frase sobre a "calvície" do rei da França. Se existisse um rei da França, este pressuposto (existe um rei na França) não mudaria nas seguintes sentenças: "O rei da França não é calvo" — "O rei da França é calvo?".

Já a lei do encadeamento é exposta assim, por DUCROT: a sentença "João não come mais caviar no café da manhã" pode ser desdobrada num texto encadeado da seguinte forma: a) "João, antigamente, comia caviar no café da manhã"; b) "João não come atualmente caviar no café da manhã" (ibid., p. 81). No capítulo 4, do seu 1972, DUCROT considera as três regras insuficientes, propondo, então, um mecanismo gramatical com um componente lingüístico e outro retórico (o que não cabe discutir aqui).

O que interessa mesmo é referir que, quando DUCROT sustenta a crítica às três regras, toma justamente um exemplo de FILLMORE (1965a), para demonstrar um dos defeitos das regras: "elas deixam, muitas vezes, subsistir, para um enunciado dado, a possibilidade de análises muito diferentes" (p. 105)

O exemplo é tirado do estudo que FILLMORE fez com o termo "even" (mesmo). Vou manter as frases em francês, para evitar que, na tradução, alguém possa suscitar novos problemas (já que com mesmo, em nosso idioma, de acordo com a sua colocação na frase, variadíssimas pressuposições poderiam ser consideradas). A frase — même Jacques est venu (mesmo Jacques veio) — tem para FILLMORE o seguinte pressuposto — on ne s'attendait pas à la venue de Jacques (não se contava com a vinda de Jacques). Veja-se uma demonstração com o teste da interrogativa. Em — est-ce que même Jacques est venu? (mesmo Jacques veio?) — o pressuposto permanece válido. Mas, contra-argumenta Ducrot, para a mesma frase, tanto na forma afirmativa como na negativa, poderia ser apontado como pressuposto a sentença: "La venue de Jacques est plus significative que la venue de quiconque" ("a vinda de Jacques é mais significativa do que a vinda de quem quer que seja").

Outras críticas serão feitas por DUCROT a FILLMORE (ibid., pass.); inclusive concernentes a trabalhos como o 1971 deste au

tor, onde ele trata a pressuposição num nível lexicalista.

A divergência é, realmente, muito grande. KEENAN (1971), por exemplo, salienta a distinção entre a pressuposição como "noção lógica", definível em termos de "conceitos semânticos usados na lógica matemática" (p. 45) e a pressuposição tratada como "noção pragmática"... "definida na relação entre o enunciado de uma sentença e o contexto em que é proferido". (p. 49).

Outros, como AUSTIN (1962), reclamam que se faça a distinção entre entailment (acarretar), "imply" (inferir) e "presuppose" (pressupor); em francês, na tradução de LANE (1970), respectivamente — "entraîner", "laisser entendre" e "présupposer". Exemplos de AUSTIN (p. 49-50):

a. (entail): "o gato está sobre o capacho" acarreta "o capacho está sob o gato" ("If p entails q then \sim q entails \sim p")

b. (imply) — o termo "imply" é reservado para caracterizar os efeitos da 'insinceridade no ato da linguagem' (uma das condições de "happiness" que estuda AUSTIN). Assim, quando eu digo — o gato está sobre o capacho — disso se infere, normalmente, na linguagem corrente, que eu creio nesse fato. Mas uma eventual não-crença minha (se eu pretendo mentir) não é incompatível com a real presença do gato sobre o capacho. Nesse caso, o dado subjetivo "não-crença" não está ajustado aos fatos. Agora, o que eu não posso é dizer, contrariando o "entailment" (item a): "o gato está sobre o capacho, mas o capacho não está sob o gato"

c. (presuppose) — A pressuposição para AUSTIN reside, por exemplo, em que a sentença "João tem filhos" é postulada, quando eu digo "os filhos de João são calvos". Se eu disser "os filhos de João não são calvos", permanecerá a mesma pressuposição "João tem filhos". Contrariamente (voltando mais uma vez ao item a), a sentença "o gato não está sobre o capacho" não acarreta a

mesma conclusão que esta mesma sentença acarreta na forma afirmativa: "o capacho está sob o gato."

FILLMORE não parece ter-se interessado, como veremos, por essas distinções sutis. Tanto é que para dar título ao primeiro "paper" (o 1965 já referido) em que trata da pressuposição, por sinal em nível da frase, usa o termo entailment. Por outro lado, em seu 1970, FILLMORE dará como exemplo de pressuposição o fato de, ao chamar-se alguém bastardo, querer-se dizer que "sua mãe não era casada no dia em que ele nasceu" (p.22). Ora, neste caso, a informação decorre naturalmente da análise sêmica do termo "bastardo".

O fato é que o termo 'pressuposição' pode ser usado num sentido muito amplo, acima dessas divergências teóricas, como ensina Kiefer (1974):

A questão das pressuposições tornou-se um assunto amplamente debatido na literatura lingüística (cf. Katz e Postal, Fillmore, Chomsky 1969, Lakoff, Morgan, Horn, Katz).

A noção de pressuposição, aliás, tem sido utilizada em sentidos bastante diferentes pelos autores. Para alguns, esta noção exprime o sentido correto de uma frase, para outro está vinculada ao conceito de valor de verdade. Muitas vezes está relegada ao especto pragmático das frases. As vezes, torna-se uma propriedade das entradas lexicais. Por fim, emitiu-se a hipótese de que as restrições de seleção eram de fato pressuposições (...)

Meu propósito é insistir no fato de que as pressuposições desempenham um papel importante em cada parte da gramática. (p. 83)

Para concluir, Kiefer, dentro do capítulo reservado às pressuposições lexicais cita interessante exemplo de Bierwisch⁶, que mostra, ao mesmo tempo, a pressuposição como restrição de seleção:

a.1 João conta com a vinda de Lena

a.2*0 rochedo conta com a vinda de Lena

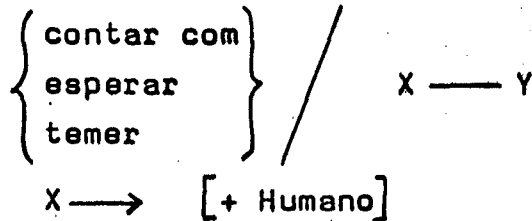
b.1 João espera que Lena venha

b.2*0 rochedo espera que Lena venha

c.1 João teme que Lena venha

c.2*0 rochedo teme que Lena venha

As sentenças a.2, b.2 e c.2 violam todas a mesma restrição de seleção. "A pressuposição comum" a essas frases pode ser expressa assim:



2.2.4 Para abordar a Semântica Gerativa de forma exaustiva seria necessário recorrer a uma série de trabalhos esparsos, alguns, de difícil acesso. Por outro lado, impõe-se esclarecer que "Semântica Gerativa" é apenas um rótulo. Com ele não se denomina, a rigor, um modelo de teoria lingüística, mas se recobrem controvérsias em torno da posição que a semântica deve ocupar numa gramática, e, em consequência, os resultados que essas discussões trouxeram para a Lingüística.

Como se verá ao tratar de FILLMORE, é evidente a comunidade de interesses entre a "teoria dos casos" e a Semântica Gerativa: haverá, inclusive, oportunidade para salientar o posicionamento de FILLMORE em relação à SG; também se terá de tratar especificamente de alguns trabalhos, sobretudo de LAKOFF e McCAWLEY, aos quais FILLMORE contraporá soluções consideradas mais simples.

Aqui será feita apenas uma rápida síntese, com base em trabalhos de lingüistas franceses, especialmente GALMICHE (1975) e DUBOIS-CHARLIER (1972).

O ponto nevrálgico está no seguinte: a teoria standard, como vimos, sustenta que a estrutura profunda é gerada pela BASE, de maneira que esse mecanismo sintático fornece todos os dados pertinentes para a interpretação semântica das sentenças: o componente semântico é, por conseguinte, puramente interpretativo. Daí, a origem da expressão "Semântica Interpretativa". Contra isso se insurgem os defensores de uma gramática de base semântica.

Com o desenrolar das discussões, hipóteses bastante diversificadas foram sustentadas, mas é possível discernir pelo menos duas grandes tendências convergentes: de um lado, pleiteia-se eliminar barreiras entre sintaxe e semântica, para que aquela se

integre cada vez mais nesta; de outro lado, procura-se desenvolver e aprimorar a cooperação entre Lingüística e Lógica.

Normalmente se toma como ponto de partida a publicação, em 1968, de um trabalho de LAKOFF: Instrumental Adverbs and the Concept of Deep Structure. Tomando por base KATZ e POSTAL (1964) e CHOMSKY (1965), LAKOFF lembra que, de acordo com a teoria standard, a estrutura profunda se define pelas seguintes condições:

a) as relações gramaticais básicas (por exemplo, Sujeito-de e Objeto-de) estão representadas nesse nível, recorrendo-se às categorias fundamentais da gramática (F, SN, SV, N, V);

b) é também nesse nível que se podem formular as generalizações adequadas concernentes às restrições de seleção e co-ocorrência;

c) é ainda nesse nível que os itens lexicais são atribuídos à categoria apropriada;

d) as estruturas definidas neste nível constituem o input das regras transformacionais.

Propondo-se demonstrar que essa concepção de estrutura profunda é inadequada, LAKOFF toma duas sentenças:

1. Seymour sliced the salami with a knife

(Seymour cortou o salame (em fatias) com uma faca)

2. Seymour used a knife to slice the salami

(Seymour usou uma faca para cortar o salame (em fatias))

No esquema de "Aspects", as duas sentenças têm duas estruturas diferentes: a primeira é representada num Indicador Sintagmático de sentença simples; a segunda tem uma representação complexa, com uma sentença matriz e uma outra, encaixada. Numa notação simplificada, as estruturas profundas das duas sentenças podem ser representadas assim:

1. a $SN_1 - V - SN_2 - \text{with} - SN_3$

2. a $SN_1 - \text{use} - SN_3 - \text{to} - V - SN_2$ (Lakoff 1967:193)⁷

Para mostrar que "as verdadeiras estruturas profundas" das duas sentenças são virtualmente idênticas" (p. 192), LAKOFF submete as duas sentenças a 11 testes, que demonstram participarem elas de propriedades gramaticais comuns, evidenciando-se não só uma coincidência de interpretação semântica, mas também uma sub

missão às mesmas restrições seletivas.

Ora, se existe um nível gramatical, a estrutura profunda, com a finalidade de estabelecer as restrições seletivas, a estrutura subjacente das sentenças com coincidência semântica e igualdade de restrições seletivas deve ser uma só. Se isso não acontece, a estrutura profunda, como é formulada na teoria standard não é suficientemente abstrata: será preciso, então, buscar em outra formulação, esse nível de abstração desejável, numa gramática que se propõe ser formalmente econômica. Outra conclusão interessante: aprofundando sua análise dos advérbios, sustenta que "na estrutura profunda existem menos categorias e relações gramaticais" (p. 220) do que se crê.

O problema das restrições seletivas é atacado também por McCawley em "Concerning the Base Component of a Transformational Grammar" (1968), que mostra a insuficiência de apenas alguns traços muito gerais como animado, humano, macho, abstrato, etc., para concluir que:

a) as restrições de seleção não devem ser consideradas sintáticas, mas semânticas;

b) essas restrições não se relacionam com os itens lexicais individuais, mas com o constituinte inteiro: é isso, por exemplo, que explica a agramaticalidade de (4):

3. O meu braço está sangrando

4. *O braço da estátua está sangrando⁸

A resposta de Katz aos defensores da Semântica Gerativa, em 1970, com Interpretative Semantics vs Generative Semantics, motivou a reação de McCawley, com o seu Interpretative Semantics meets Frankenstein (1971a). Neste trabalho, McCawley, com base nos estudos efetuados até aquela época, aponta as seguintes conclusões:

a) não há diferença formal entre estruturas sintáticas e semânticas;

b) em vez do mecanismo da teoria standard, deve ser previsto um sistema único de regras (sem qualificativo "semântico" ou "sintático"), ligando a estrutura profunda à de superfície;

c) as regras que determinam a gramaticalidade de um enunciado são as mesmas que servem à sua descrição como uma sentença gramatical;

d)

Uma gramática não gera um conjunto de estruturas de superfície, mas um conjunto de derivações, e consiste em um conjunto de 'restrições derivacionais': restrições sobre as combinações de elementos que podem figurar em estrutura semântica, sobre as combinações de elementos que podem figurar em estrutura de superfície, e sobre as diferenças possíveis entre as diferentes etapas de uma derivação (p. 285)⁹.

As controvérsias continuaram. Mas, creio, quanto a esse aspecto, as observações acima já são suficientes, tendo em vista os objetivos que me propus aqui. Resta abordar a segunda grande tendência a que me referi de início: a busca de uma cooperação entre Linguística e Lógica.

Na busca de um maior grau de abstração, os semanticistas gerativistas procuraram explorar as correspondências entre estrutura lógica e estrutura gramatical, lançando mão de esquemas notacionais calcados na Lógica Formal. Essa atitude reflete mais uma vez a diferença entre Semântica Interpretativa e Semântica Gerativa, como observa GALMICHE: enquanto aquela se concentrava prioritariamente na "operação das regras", adiando a representação semântica para um estágio posterior, "quando se dispusesse de uma metalinguagem tão eficaz como a que se aplica ao domínio fonológico", para esta, "a noção mesma de representação semântica"... "resulta, de fato, de uma verdadeira reconsideração de ordem teórica e se acha doravante integrada no próprio funcionamento do modelo." (p. 144). Assim, o que se busca é um modelo que forneça a informação, em vez de dizer com que regras se deve contar para chegar à informação.

Para não me alongar mais, salientarei apenas alguns itens importantes dessa tendência:

a) o objetivo é chegar a uma estrutura, a mais abstrata possível, uma estrutura bem mais profunda do que a estrutura profunda definida na teoria standard.

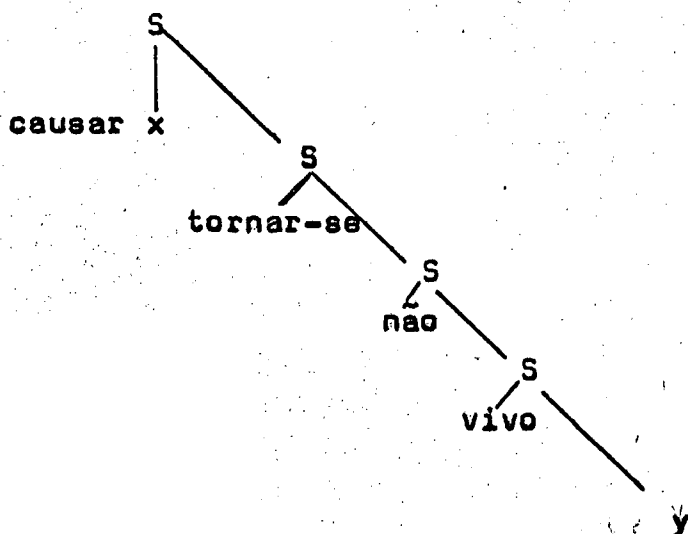
b) essa estrutura mais profunda deverá ficar cada vez mais distanciada da estrutura de superfície.

c) as categorias de superfície serão derivadas de um número reduzido de categorias básicas (da estrutura profunda): a distinção, por exemplo, entre SN e SP não tem qualquer pertinên-

cia semântica. Até mesmo a distinção verbo/adjetivo é desnecessária. Duas sentenças como "Essa anedota divertirá João" e "essa anedota será divertida para João"¹⁰ mostram a semelhança de comportamento entre as duas categorias tradicionais. Bach¹¹ sugere mesmo a abolição da oposição nome/verbo, desde que o nome pode ser interpretado como derivando de proposições relativas subjacentes. Assim, adjetivo, nome e verbo integrariam uma só categoria — os contentivos. Sob a influência da Lógica Simbólica, passa-se, então, a propor uma estrutura profunda com apenas uma função proposicional, um predicado (verbos, adjetivos, nomes, etc.) e argumentos¹², como já sugeriam LAKOFF e ROSS (1967):

De fato, as interpretações semânticas (se forem concebidas — aproximadamente — como fórmulas do cálculo de predicados) e a sintaxe profunda têm muitas coisas em comum: as proposições são orações profundas, as funções são verbos e os argumentos são sintagmas nominais; em nosso entender, outras diferenças entre a representação sintática profunda e as fórmulas do cálculo de predicados são superficiais. (p. 229)

d) o problema maior que enfrentarão os autores reside em formalizar a representação dos significados com a mesma adequação com que se procede com o componente fonológico. A propósito, podem ser consultados trabalhos de McCAWLEY, como "Semantic Representation" (1971b). Adiante, veremos as propostas de FILLMORE. Para encerrar quero apenas, a título de exemplificação, referir como McCAWLEY representa semanticamente algo como "x mata y":



o significado de uma cláusula contendo matar implica que escreverei causa (uma relação de dois-lugares, predicada de uma pessoa ou de um evento), tor
nar-se (um predicado de um-lugar, afirmado de uma sentença, que descreve um estado de ocorrências) nao (um predicado de um-lugar, atribuído a uma sentença) e vivo (um predicado de um-lugar, afirmado em relação a um indivíduo) (p. 240).

2.3 TESNIÈRE (1959)

Na conceituação de sua sintaxe estrutural, TESNIÈRE salienta logo de início a importância que tem a conexão entre as palavras, para entender-se o funcionamento de uma língua.

Toda palavra que faz parte de uma frase não está isolada, como no dicionário. Entre ela e suas vizinhas, o espírito percebe conexões, cujo conjunto forma o arcabouço da frase. (p.11; grifos do autor)

Não se trata, porém, de um mero arranjo superficial (v.g. regras de concordância, colocação, etc.), como no enfoque da gramática tradicional, mais preocupada com fenômenos morfológicos; a conexão é um plus que se soma às palavras, para gerar uma entidade — a frase — que vai além da soma de seus elementos.

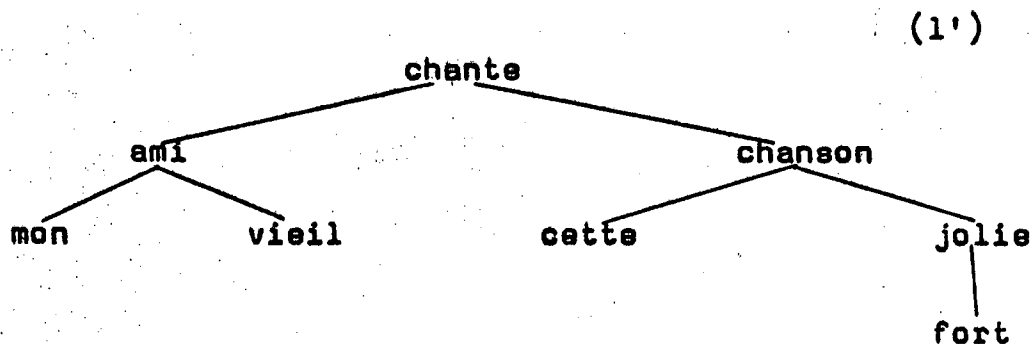
... uma frase do tipo Alfredo fala não é composta de dois elementos — Alfredo e fala —, mas de três elementos: Alfredo, fala e a conexão que os une e sem a qual não haveria frase. (p.11-12; grifos do autor)

Assim, a análise lingüística será uma investigação da estrutura das conexões fraseais, que, por serem estruturais, implicam dependência, hierarquia.

O estudo da frase, que é o objeto próprio da sintaxe estrutural... é essencialmente o estudo de sua estrutura, que não é outra coisa senão a hierarquia de suas conexões. (p. 14; grifos do autor)

A dependência hierárquica se faz de um termo superior, ou regente, para outro inferior, ou subordinado, no sentido vertical. Um conjunto formado por um regente e seus subordinados di-

retos ou indiretos constitui um nódulo. O esquema estrutural da frase, que é abstrato, tem representação visual no stemma, constituído de traços de conexão. Por exemplo, a sentença (1) MON VIEIL AMI CHANTE CETTE FORT JOLIE CHANSON (meu velho amigo canta esta lindíssima canção) tem o seguinte stemma:



(p. 15)

O dado imediato do discurso é a cadeia falada, de caráter linear, com uma só dimensão. A sucessão de palavras na ordem linear da cadeia falada constitui uma seqüência. Quando, porém, se focaliza o estabelecimento de conexões, tem-se a ordem estrutural, que o stemma expressa, em duas dimensões:

Toda a sintaxe estrutural repousa sobre as relações que existem entre a ordem estrutural e a ordem linear(...) Desse ponto de vista, podemos dizer ... que falar uma língua é transformar a ordem estrutural na ordem linear, e, inversamente, compreender uma língua é transformar a ordem linear em ordem estrutural. (p. 19; grifos do autor)

É preciso não esquecer que, de um ponto de vista sintático, "a verdadeira frase é a frase estrutural, de que a frase linear é apenas a imagem projetada na cadeia falada... com todos os inconvenientes do achatamento que essa projeção comporta" (p.20 ; grifo do autor). A antinomia entre ordem estrutural e ordem linear se evidencia na sentença (1), em que AMI, na ordem linear, somente faz seqüência com VIEIL e CHANTE, ao passo que, na ordem estrutural (cf. stemma (1')) o termo forma um nódulo de três conexões com MON, VIEIL e CHANTE.

Não se devem confundir os esquemas estrutural e linear da frase, que são abstratos, objeto da sintaxe (que é autônoma) com a forma exterior da frase, a sua roupagem fonética, objeto da

morfologia. Por isso, o método introspectivo é de maior importância no estudo da sintaxe, já que a "atividade do sujeito falante no plano estrutural não pode ser analisada senão através de uma volta introspectiva sobre si mesma" (p. 137), recorrendo-se, inclusive, à intuição.

O método introspectivo visa a descobrir, além da maneira exterior como elas se apresentam, a razão de ser profunda das palavras.

Ele leva assim a evidenciar aquilo a que as palavras servem, isto é, o papel que elas exercem na economia e funcionamento de um dado sistema sintático (...).

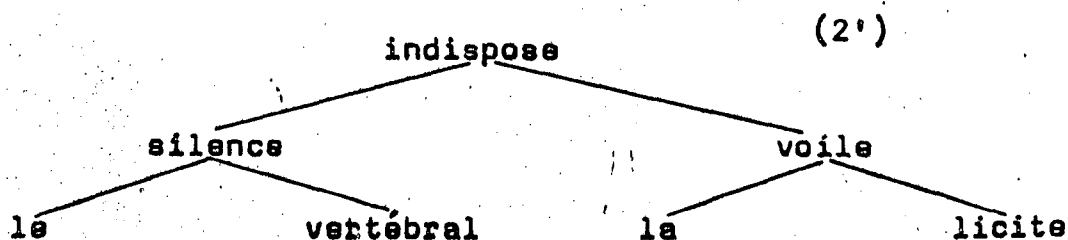
Chamaremos função das palavras o papel que lhes é assinalado no mecanismo da expressão do pensamento (p. 39; grifos do autor).

De passagem, convém lembrar a importância que os conceitos de papel e função exercerão na teoria de FILLMORE.

Estabelecida a distinção entre sintaxe e morfologia, TESNIÈRE traça também, de forma bastante incisiva, os limites entre o plano estrutural (sintático) e o plano semântico. No plano estrutural, que interessa diretamente à sintaxe, "elabora-se a expressão lingüística do pensamento. Depende da gramática e lhe é intrínseco".

O plano semântico, ao contrário, é o domínio próprio do pensamento, abstração feita de toda expressão lingüística. Ele não depende da gramática, à qual é extrínseca, mas somente da Psicologia e da Lógica (p. 40; grifos do autor).

A independência dos dois planos — estrutural e o semântico — se demonstra na existência de frases absurdas, embora perfeitamente corretas, como (2) LE SILENCE VERTÉBRAL INDISPOSE LA VOILE LICITE (o silêncio vertebral indis põe a vela lícita)



A independência dos dois planos, de natureza teórica, não impede que, na prática, eles sejam paralelos. O estrutural exprime o semântico, como se evidencia do estudo das conexões: o sentido do subordinado repousa no do regente. O subordinado é determinante, o regente é determinado. Assim, quanto mais baixo está um termo na escala estrutural, maior poderá ser a sua contribuição para o sentido da frase. Em LE SIGNAL VERT INDIQUE LA VOIE LIBRE ("o sinal verde indica o caminho livre (ou: passagem permitida)) VERT e LIBRE são fundamentais para o sentido da sentença.

Nas línguas, como as européias em geral, em que se distingue o processo da substância, o núcleo verbal dominará todos os outros, porque dá corpo à ação central, ao processo. A sentença simples representa um pequeno drama: além desse núcleo central, verbal, que exprime o processo, há os actantes e os circunstantes.

Os actantes são os seres ou coisas que, a um título qualquer ou de qualquer maneira, mesmo como simples figurantes do modo mais passivo, participam do processo (...) são sempre substantivos ou equivalentes de substantivos.
(...)

Os circunstantes exprimem as circunstâncias de tempo, lugar, modo, etc., nas quais se desenvolve o processo (...) são sempre advérbios (de tempo, lugar, modo, etc.) ou equivalentes de advérbios. (p. 102-3)

O autor ressalta a clara oposição que existe entre a sua concepção de frase e a da gramática tradicional, imbuída da Lógica de Port-Royal, que analisa a frase a partir de um sujeito e um predicado. Essa divisão é bastante desequilibrada, opondo um só elemento, o sujeito, a todo o resto da frase, e, ainda, mas cara e obscurece dados lingüísticos fundamentais, verificáveis com a hipótese do núcleo verbal como centro.

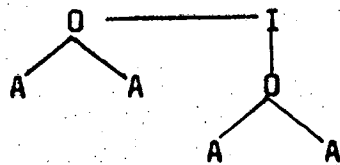
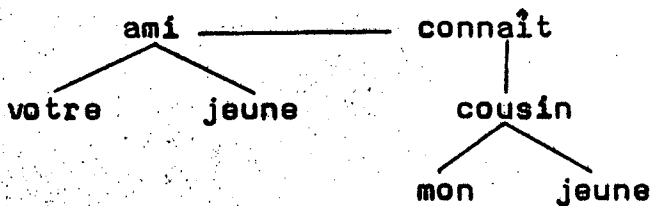
Com efeito, todos os argumentos que podem ser invocados contra a concepção do núcleo verbal e em favor da oposição do sujeito e do predicado decorrem da lógica formal a priori, que nada tem a ver em lingüística (p. 104; grifo do autor).

De modo especial, o imbricamento de sujeito e predicado não se coaduna com a separação desses dois elementos, enquanto grupo de palavras, de modo estanque. A título de demonstração, TESNIÈRE aponta a sentença latina — FILIUS AMAT PATREM — em que o sujeito compreenderia — filius ... -t — enquanto o predicado encerraria — ama ... patrem. É impossível, portanto, fazer um corte ("coupure") entre as palavras (p. 104). Esse exemplo será citado por FILLMORE em seu 1968a.

A dissimetria da concepção tradicional se evidencia nas figuras (3') e (4'); ao contrário, na representação stemmática de (5') e (6') recupera-se o equilíbrio, a elegância e a simplicidade. A frase é VOTRE JEUNE AMI CONNAÎT MON JEUNE COUSIN (seu jovem amigo conhece meu jovem primo).

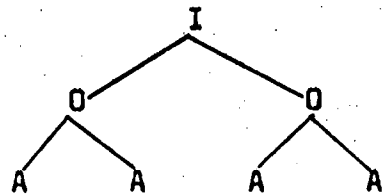
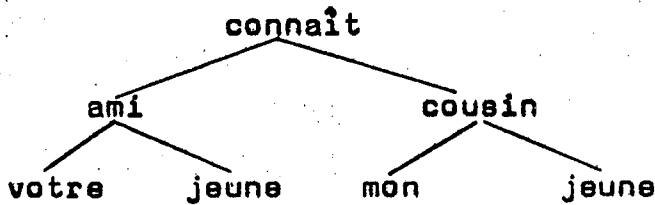
(3')

(4')



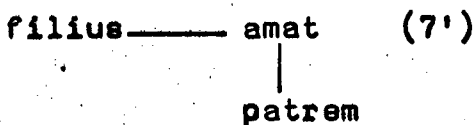
(5')

(6')

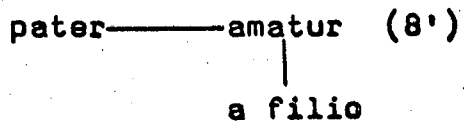


(p.104)

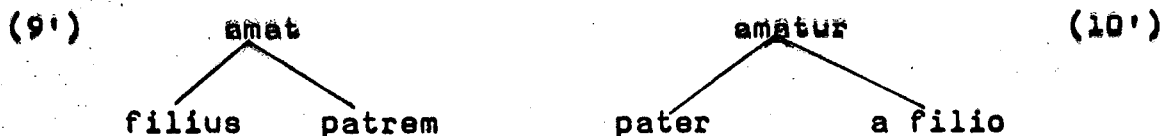
Retomando a sentença FILIUS AMAT PATREM, vemos como a "hipótese do nóculo verbal como nóculo central" (p. 105) resolve o problema, através dos traços de conexão existentes na representação stemmática." Inclusive, a representação da passiva é feita de forma simples: basta inverter os actantes. Comparemos a representação tradicional (sujeito + predicado) em (7') e (8') com a representação stemmática, em (9') e 10')



(7')



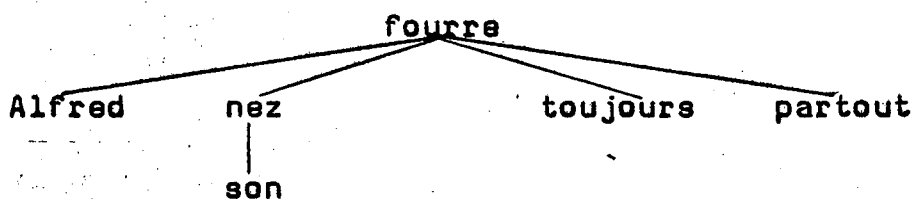
(8')



(p. 105)

Assim, na representação da sentença simples, de acordo com o esquema de TESNIÈRE, o nóculo verbal sempre domina, indiscriminadamente, os actantes e os circunstantes, adotando-se como stemma-modelo o seguinte:

(11')



(p. 102)

ALFRED FOURRE TOUJOURS SON NEZ PARTOUT

(Alfredo mete sempre seu nariz em toda parte)

Os verbos são classificados de acordo com o número de actantes que admitem. Assim, CAIR é verbo de um actante; BATER, de dois; DAR, de três. Há também verbos sem actante, como CHOVER. Os diversos actantes diferem quanto à função que exercem em relação ao verbo a que se subordinam. A classificação se faz através de numerais ordinais: o primeiro actante realiza a ação; o segundo "suporta a ação"; o terceiro é aquele "em benefício ou em detrimento do qual a ação se realiza" (p. 109). O agente da passiva denomina-se segundo actante passivo. Essas distinções, no entanto, são de natureza semântica. Do ponto de vista estrutural, todos os actantes (inclusive o sujeito da gramática tradicional) completam o regente, ou seja, o nóculo verbal: são, pois, todos, complementos. A identificação dos actantes pode fazer-se por intermédio de índices (preposições, posposições, prefixos, sufixos, desinências) ou pela posição.

As circunstâncias em que se desenvolve o processo são expressas pelos circunstantes. Ao contrário dos actantes, os circunstantes não têm número definido e dois circunstantes da mesma espécie podem co-ocorrer numa sentença, como os dois circuns

tantes de tempo em: ALFREDO PARTE AMANHÃ DE MANHÃ (p. 125). Há uma tendência para os circunstantes obedecerem, nas línguas, a uma determinada ordem.

O limite entre actantes e circunstantes é traçado através de dois critérios: a forma e o conteúdo. Quanto à forma, o actante, geralmente um substantivo, "se basta a si mesmo como dependente do verbo" (p. 128); o circunstante, se for formado com substantivo, deve "receber a marca adverbial por meio de uma preposição" (p. 128).

Do ponto de vista do sentido, o actante integra-se com o verbo a ponto de ser muitas vezes indispensável para completar o sentido do verbo, por exemplo, Alfredo bate em Bernardo (...). Ao contrário, o circunstante é essencialmente facultativo. (p. 128 ; grifos do autor).

Neste ponto o modelo de TESNIÈRE faz evidente concessão à gramática tradicional. Em vez de simplesmente considerar o circunstante facultativo, melhor seria insistir na sua condição de informação complementar (ou seja, nem sempre decorre da escolha do verbo, nem serve normalmente para classificar o verbo, como ocorre com os actantes), sem que por isso deixe de compor a estrutura da sentença, ligado diretamente ao nó verbal, como se viu no stemma (11').

De qualquer modo, resta a indecisão de definição, e PAILLET e DUGAS (1973) chamam a atenção para o fato de que a ausência de restrições em relação aos circunstantes traz problemas, na caracterização de um segmento como actante ou como circunstante :

De um ponto de vista semântico, por exemplo, identifica-se intuitivamente João como actante em Maria depende de João, mas de Québec como circunstante em Maria volta de Québec. De um ponto de vista formal, todavia, não podemos detectar diferenças no plano da expressão (restrições sintagmáticas) (p. 59).

Por isso, talvez, FILLMORE optará por estabelecer como critério a subjetivização: é actante tudo aquilo que puder ser sujeito da proposição, mesmo que de natureza adverbial (como o caso LOCATIVO).

2.4 FILLMORE

Acompanhar o pensamento de FILLMORE requer a leitura de vários trabalhos, dispersos em diferentes publicações. Em vez de resenhá-los um a um, prefiro abordar em tópicos bastante abrangentes as idéias centrais do modelo que adoto nesta dissertação.

Os dois primeiros "papers", de orientação ainda gerativista — (1962) e (1963) —, já anunciavam um pioneiro, enquanto, por exemplo, apontavam a necessidade de prever algo como o atualmente chamado princípio do ciclo transformacional, que CHOMSKY exporá no capítulo 3 de "Aspects", confessando (p. 222) ter esposado hipótese "implícita" em FILLMORE (1963). Por outro lado, os estudos que FILLMORE realiza sobre os objetos indiretos em inglês, em seu 1962, já delineia uma posição a respeito da difícil questão envolvendo a abordagem dos sintagmas preposicionais.

O seu terceiro trabalho, o 1965, tratava da pressuposição, numa época em que esse conceito lógico começava apenas a interessar os lingüistas. Em outro exemplo de pioneirismo, o seu quarto¹³ "paper" (1966a) testava, a propósito de dêicticos em inglês, a teoria do "ato de linguagem".

Será, todavia, a partir de 1966b que a teoria dos casos começará a ser elaborada, com base em críticas levantadas contra a teoria standard.

2.4.1 Crítica à definição configuracional de funções e categorias. — O ponto de partida para investigação empreendida por FILLMORE reside na crítica às propostas de CHOMSKY (1965), quanto à definição dos conceitos categoriais (SN, SV, V, SP ...) e relacionais (Sujeito-de-, Objeto-de ...), na BASE do

componente sintático.

Já em A Proposal Concerning English Prepositions (1966b) o problema está muito bem colocado, em estilo admiravelmente claro. É interessante observar que, nessa sua primeira tentativa para formular uma nova teoria, como o autor não estava ainda preocupado com a construção de um esquema abrangente, para atender a questões suscitadas pela análise de dados empíricos mais diversificados, o "paper", embora ainda muito preso a mecanismos gerativos, traça em uma síntese de apenas treze páginas as grandes linhas de um modelo que gradativamente tomará corpo, expandindo-se e corrigindo-se em trabalhos posteriores. Vejamos como nele o lingüista delimita o problema a que se dedicará fundamentalmente:

Meu objetivo hoje é questionar a validade lingüística das noções 'sujeito' e 'objeto' e levantar dúvidas quanto à adequação da proposta de Chomsky para restabelecer formalmente a distinção entre conceitos gramaticais relacionais e categoriais.

Minha indagação conduzirá a uma proposta que elimina a distinção entre 'sintagma nominal' e 'sintagma preposicional' e à sugestão de que 'caso gramatical' desempenha papel menos superficial na base de gramáticas do que normalmente se reconhece (p. 19).

A argumentação inicia-se pelo problema dos sintagmas preposicionais, que evidenciam claramente as dificuldades enfrentadas na "caracterização formal da distinção entre categorias e relações (= funções)" (p. 20).

Com os exemplos dados por FILLMORE pode ser organizada a tabela seguinte, onde se vê que uma só informação categorial encerra várias informações funcionais.

(1')

	definição categorial	definições funcionais
in the room ¹⁴	SP	adverbial de lugar
toward the moon	"	" " direção
on the next day	"	" " tempo
in a careless way	"	" " modo
with a sharp knife	"	" " instrumento
by my brother	"	" " "agência"

Uma gramática do tipo "teoria standard" tem de indicar de forma explícita os dois tipos de informação para cada locução da tabela: assim, o nóculo que domina in the room terá de tornar possível duas leituras: a) que se trata de um SP; b) que se trata de um adverbial de lugar.

Para resolver o problema, haveria três tipos de gramática: o primeiro adota uma notação com rótulos funcionais; o segundo parte da categoria SP e a reescreve como função; um terceiro tipo, que seria o de CHOMSKY, apela para os dois processos. Vejamos de forma mais detalhada.

O primeiro tipo propõe regras de estrutura frasal que "introduzem categorialmente noções como 'modo' e 'lugar'. Neste caso, ou fica perdida a informação categorial no sentido estrito (SP) ou, para salvá-la, ter-se-á de recorrer a regras, que não são de ramificação e que

reescrivem cada uma dessas categorias como 'sintagma preposicional'; mas em qualquer caso a distinção entre relações e categorias é perdida e será necessário providenciar restrições na expansão ulterior, através de processos que não foram ainda esclarecidos" (p. 20).

O segundo tipo recorre a regras que possibilitam expandir uma só categoria em vários SPs opcionais: $A \rightarrow B (C) (C)$. A sentença será sempre do tipo $B + C$; mas, nesse caso, pela ausência de restrições, não se dispõe de esquema para explicitar as diferenças estruturais entre sentenças. Por exemplo, por que escolher o primeiro C e não o segundo?

O terceiro tipo foi adotado por CHOMSKY, como já se viu na R11 (p. 29 desta dissertação):

- (ii) Sintagma Predicativo \rightarrow Aux \sim SV (Lugar) (Tempo)
- (iii) $SV \rightarrow V$ (SN) (Sintagma-Prep) (Sintagma-Prep) (Modo)
- (v) Sintagma-Prep \rightarrow Direção, Duração, Lugar, Frequência, etc.

Se os dois esquemas são falhos, um terceiro, misto, não o será menos.

Deixando de lado o problema dos SPs, FILLMORE passa a mostrar que também os conceitos de sujeito e objeto não devem ser incluídos na estrutura profunda, ou seja, entre aqueles a que

as regras de projeção do componente semântico são sensíveis. A razão disso consiste simplesmente em que essas noções somente têm significação semântica em nível absolutamente superficial.

- (1) A porta abriu (the door opened)
- (2) O zelador abriu a porta (the janitor opened the door)
- (3) O zelador abriu a porta com esta chave (the janitor opened the door with this key)
- (4) Esta chave abriu a porta (this key opened the door)

A relevância semântica dos constituintes das sentenças está além de noções como sujeito e objeto, como se vê com porta em (1) e (2); por outro lado, "não há função constante, com relevância semântica compartilhada pelos sujeitos" de (3) e (4); ao contrário, isso se dá entre o sujeito de (4) e SP instrumental de (3).

A sintaxe de abrir poderá ser, portanto, descrita da seguinte forma: esse verbo tolera um agentivo e um instrumental e exige um ergativo, indicando este "a relação entre o sujeito de um verbo intransitivo e o objeto de um verbo transitivo" (p. 21).

Através de outros exemplos, o autor sustentará como conclusão que, para o componente semântico, nos termos postos na teoria standard, a distinção sujeito/objeto é desnecessária e a separação entre um sujeito e o resto da sentença só interessa à aplicação das regras fonológicas, ou seja, num nível absolutamente superficial.

Em seu 1966c, FILLMORE retoma a crítica, novamente apelando para a problemática caracterização dos SPs e sustentando mais uma vez a impossibilidade de o componente semântico ser sensível a fenômenos exclusivamente identificáveis na estrutura superficial, como sujeito e objeto. Retoma as sentenças com o verbo abrir e, após mostrar farta lista de verbos que como ele se comportam, chama a atenção para o fato de que toda uma classe de verbos se caracteriza por "certa liberdade em relação aos contextos sintáticos em que podem ser inseridos" (p. 365).

Voltando ao mesmo assunto no seu 1968a, sintetiza suas conclusões em dois itens:

As conseqüências desta decisão incluem (a) a eliminação da categoria SV, e (b) o acréscimo a algumas gramáticas de uma regra, ou sistema de regras, para criar 'sujeitos'. A relação 'sujeito', em outras palavras, é agora vista exclusivamente como fenômeno de estrutura de superfície. (p.17)

Em seu 1970, ao fazer uma revisão de suas idéias, FILLMORE aborda de novo o assunto, tratando cada passo de seu raciocínio em um item separado. Deter-me-ei nesse "paper", porque, como a Semântica Gerativa estava, à época, em pleno desenvolvimento, o autor abordará sugestões de McCAWLEY (1969), LAKOFF (1969), HALL (1965) e outros, confrontando-as com a sua própria teoria. Acompanhem, pois, o seu pensamento:

a. tradicionalmente, a análise de uma sentença tem como primeira tarefa a sua divisão, no nível mais elevado, em um sujeito e um predicado.

b. Na definição configuracional de CHOMSKY, esses elementos são apreendidos como os imediatos "co-constituintes rotulados" (p. 1) da sentença. Mas, uma vez que esses co-constituintes podem divergir da estrutura profunda para a de superfície, será necessário admiti-los como distintos nos dois níveis.

c. Mas, se na teoria standard as transformações não envolvem significação semântica, a relevância semântica da distinção sujeito/predicado deverá ser buscada somente na estrutura profunda. No entanto, o papel de sujeito na estrutura profunda não parece ser unívoco. Com efeito, não se pode identificar qualquer propriedade nocional comum de "subjectness", explorável pelas descrições semânticas das sentenças abaixo, em relação a the boy:

- (5) The boy slapped the girl — o rapaz esbofeteou a moça
- (6) The boy fell down — o rapaz caiu
- (7) The boy received a blow — o rapaz recebeu uma pancada
- (8) The boy has a toothache — o rapaz está com dor de den
te
- (9) The boy [= his appearance] shocked me — o rapaz [= sua
aparência] chocou-me

d. Também as sentenças (10) e (11) propiciam boa demonstração.

(10) Pianists play pianos — pianistas tocam pianos.

(11) Pianos are played by pianists — pianos são tocados por pianistas

Numa primeira interpretação, a sentença (10) pode ser vista como analítica, ou seja, como correspondendo a mera afirmação a respeito de pianistas (que já se depreende da simples compreensão do termo pianista); ao contrário, (11) é uma sentença sintática (compreende uma declaração concernentes a certos pianos, que são tocados, por exemplo, não por amadores, mas por profissionais). Mas as duas sentenças podem também, dependendo do contexto situacional, ser interpretadas cada uma com os dois sentidos. Isso invalida a suposição de que a transformação passiva preserva o significado da sentença ativa. Em conclusão, FILLMORE sustenta que a definição configuracional não serve para estabelecer uma relevância semântica para a distinção sujeito/predicado, quer na estrutura profunda, quer na de superfície. Em consequência, será necessário pleitear para a descrição gramatical algo de mais sutil e abstrato do que entendem os gramáticos.

e. Demonstrada a inadequação da definição configuracional chomskyana, FILLMORE se propõe reanalisar duas proposições sustentadas por outros autores.

f. A primeira reanálise refere-se ao esquema de inserção lexical explicável da seguinte forma:

(12) o cilindro rodou (the cylinder rotated)

(12a) Fred rodou o cilindro (Fred rotated the cylinder)

(13) A lente quebrou (the lens broke)

(13a) Fred quebrou a lente (Fred broke the lens)

(14) o cilindro rodar (the cylinder rotate)

(15) Fred causar (o cilindro rodar) (Fred cause(the cylinder rotate))

Com os verbos ingleses e portugueses das sentenças (12) e (13) há um uso intransitivo e outro transitivo, mas o mesmo SN-papel é sujeito da construção intransitiva e objeto da transitiva. Segundo hipótese sustentada por McCAWLEY, em vários trabalhos, como o seu 1969, esses verbos somente postulariam uma estrutura profunda do tipo (14). A forma superficial de (12a) seria apenas o resultado de uma derivação: Fred seria, na realidade

de, sujeito de uma sentença profunda como em (15) com o verbo causar, ou seja, seria "o causador de um evento caracterizado pela sentença intransitiva" (p. 3).

Se considerarmos ainda mais abstrata a relação entre estrutura profunda e de superfície, será possível utilizar o mesmo esquema com verbos diferentes, mas possuidores de dados subjacentes comuns.

(16) Pedro matou o gato

(Peter killed the cat)

(17) Pedro causar (o gato morrer)

(Peter cause (the cat die))

(18) Pedro pôs a cerveja na geladeira

(Peter put the beer in the icebox)

(19) Pedro causar (a cerveja estar na geladeira)

(Peter cause (the beer be in the icebox))

Contra o esquema, FILLMORE sustenta duas objeções, com base na modificação adverbial. Primeiramente lança mão da modificação adverbial no interior da sentença, para demonstrar que (20) e (21) não são paráfrases.

(20) Peter killed the cat in the attic

(21) Peter caused the cat to die in the attic.

Em (20), in the attic ("no sótão") refere-se ao lugar em que a causação se deu; em (21), ao lugar em que o evento (causado) ocorreu.

A segunda objeção tem como alvo sentenças como (22):

(22) Peter put the beer in the icebox for three hours

O sintagma for three hours não se pode referir à causação, ou seja, à ação realizada por Peter. O verbo put é complexo, com preendendo já uma ação (fazer; causar) e um estado (estar, situ ar-se). Portanto se a inserção lexical se dá numa fase pré-transformacional, a modificação adverbial terá de ser inserida já na estrutura profunda, pois já ali deverá ser endereçada à ação ou ao estado. Com efeito, ao contrário de (22), nós podemos formular uma sentença como (23) em que a modificação adverbial só poderá ser relacionada com a ação.

(23) Pedro ergueu o poste durante três horas.

g. Uma segunda reanálise se prende à hipótese de HALL(1965), segundo a qual todo SN teria uma interpretação unívoca na estru

tura profunda. Assim, o SN sujeito caracteriza o agente ou papel-causador: uma sentença que não tiver esse papel semântico simplesmente não terá sujeito de estrutura profunda. Para FILLMORE, tal enfoque — no que concerne ao papel de agente — não diverge de sua abordagem, que justamente "assinala explicitamente papéis aos sintagmas nominais" (p. 5).

h. Deixando agora de lado a noção de sujeito, FILLMORE mostra que também em relação ao objeto é impossível sustentar uma definição configuracional, ou seja, como o SN imediato constituinte do principal SV de S. Facilmente, através de exemplos, como foi feito para o sujeito (cf. sentenças 5-9), pode ser demonstrada a não-univocidade semântica do objeto:

(24) I smashed the pumpkin (eu esmaguei a abóbora)

(25) I grew the pumpkin (eu cultivei a abóbora: deixei crescer)

(26) I like the pumpkin (eu gosto da abóbora)

(27) I imagined the pumpkin (eu imaginei a abóbora)

(28) I made the pumpkin into a mask (eu fiz da abóbora uma máscara)

(29) I made a mask out of the pumpkin (eu fiz uma máscara com a abóbora)

i. A propósito da modificação adverbial, FILLMORE analisa ainda a possibilidade de ver nas sentenças de (30) a (33) argumentos em favor da manutenção de um sujeito profundo distinto de um sujeito de superfície.

(30) Harvey viciously took advantage of Melissa

(31)* Melissa was viciously taken advantage of by Harvey

(32) Harvey willingly took advantage of Melissa

(33) Melissa was willingly taken advantage of by Melissa

(p. 10)

Nas sentenças (30) e (31) viciously modifica sempre a participação de Harvey no ato de linguagem; willingly, no entanto, refere-se ao sujeito superficial de cada sentença, em (32) e (33).

Nada obstante, o que se evidencia é que certos advérbios são sempre introduzidos nas sentenças como qualificadores do papel de um participante. Estudo de POSTAL (1968), por exemplo, mostra como personally somente ocorre associado a um Experimen-

dor:

(34) Personally, I don't like roses

(35) Your proposal doesn't interest me, personally

(36)* Personally, you hit me

(37)* Personally, ontogeny recapitulates phylogeny (p. 10)

Analogamente, viciously só ocorre associado a um Agente, o que não ocorre com willingly.

2.4.2 A teoria dos casos: definições — Em FILLMORE 1966b, o termo caso ainda não tem conceituação puramente semântica. Na realidade, nesse "paper", o autor se propõe simplesmente provar que tal conceito não deve ficar restrito à estrutura de superfície (cf. trecho citado p. 55), argumentando, com base nas evidências fornecidas pelas frases (1) - (4) e outras¹⁵. Inclusive, na conclusão do trabalho ele faz uma ressalva: somente dois casos existem efetivamente como privativos da estrutura de superfície — o nominativo e o genitivo —, que são neutralizações de outros: por exemplo, o nominativo em relação a todos os SNs subjativizados.

O termo-chave que, de fato, anuncia a formulação de uma nova teoria, pelo lingüista norte-americano, é actante, tomado de empréstimo a TESNIÈRE (Borrowing from Tesnière ... p. 23). Mas, acompanhemos as suas explicações.

A sentença se reescreve da seguinte maneira:

R1 S → Mod \frown Aux \frown Prop (p. 22)

Embora confessando falta de convicção quanto ao fato de um único constituinte abranger elementos diferentes, FILLMORE considera irrelevante, para os propósitos do trabalho, uma discussão rigorosa do conteúdo da modalidade. Para ele é suficiente de clarar que o constituinte "consiste de 'adverbiais de sentença', 'adverbiais de tempo', bem como elementos interrogativos e negativos" (p. 22).

A proposição se reescreve mediante a R2, com um constituinte V e constituintes não-verbais, que se reescrevem SN, conforme R3, numa expansão "unary and many-to-one" (p. 22-3)

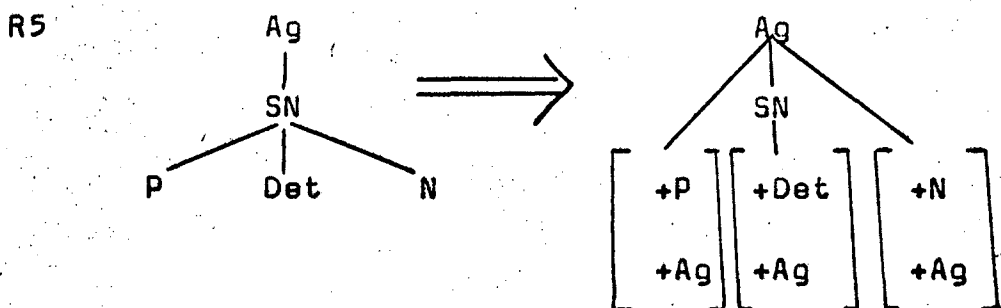
R2 Prop → V (Erg) (Dat) (Loc) (Inst)(Ag)¹⁶

$$R3 \left\{ \begin{array}{l} \text{Erg} \\ \text{Dat} \\ \text{Loc} \\ \dots \end{array} \right\} \rightarrow \text{NP} \quad (\text{p. 22})$$

Os elementos que, desta forma, dominam unilinearmente os SNs denominam-se justamente actantes.

Por sua vez, os SNs se reescrevem de acordo com R4 (a possibilidade de ocorrer o símbolo recursivo S não está referido no corpo do trabalho, mas na nota 7, (p. 22):

$$R4 \quad \text{SN} \rightarrow \text{P (Det) (S) (N)}$$



$$R6 \quad \left[\begin{array}{l} +\text{Ag} \\ +\text{N} \end{array} \right] \rightarrow \left[+\text{Anim} \right]$$

As regras acima evidenciam não só a influência marcante de TESNIÈRE, mas também a persistência de conceitos chomskyanos. No tocante a TESNIÈRE, lembre-se o que já foi dito na resenha desse autor: a identificação dos actantes se faz pela posição ou por índices, entre os quais, as preposições. No "paper", FILLMORE se propõe justamente abordar "a fonte das preposições em geral" (p. 22). Além das sentenças (1)-(4) acima, o papel das preposições pode, ainda, ser salientado em sentenças como (38) e (39) e na nominalização expressa em (40):

(38) The door was opened with this key

(39) The door was opened by the janitor

(40) The opening of the door by the janitor (with this key)

Sobre (40), FILLMORE chama a atenção para o fato de que mesmo "o ergativo é... indicado por uma preposição, neste caso of" (p. 22). É isso, portanto, que justifica a inclusão obrigatória de P (preposição) na reescrita de qualquer SN, conforme R4.

Aqui é conveniente lembrar que para FILLMORE não há distinção a fazer entre SN e SP, conforme argumentação já exposta contra a categoria SP em CHOMSKY e, mesmo porque o núcleo dos chamados SPs não é a preposição, o que por si só evidencia a impropriedade da denominação (v. 1966c, p. 367).

Deve ser salientada também a especial persistência de dois itens da teoria standard: a) a idéia de símbolo complexo na cadeia pré-terminal; b) a noção de subcategorização. A R5 atende à necessidade de analisar o SN como SC; por isso, tem-se de prever um diagrama arbóreo com uma ramificação especial, em que um actante domina o SN, analisado em traços; por outro lado, essa regra concilia R3 com R4, estabelecendo formalmente a dominância. O conceito de subcategorização permanecerá na teoria de FILLMORE, como veremos, até o seu 1971b. É responsável aqui pela formulação da R6. Alhures, motivará, por exemplo, a distinção entre Dativo e Objetivo.

Antes de passar a outros trabalhos, devo salientar que já no "paper" ora estudado FILLMORE lança a idéia fundamental de que "os elementos nominais" que constam na proposição, juntamente com os verbos "são relevantes para a classificação destes." (p. 22).

Em Toward a Modern Theory of Case (1966c) FILLMORE apenas refunde o seu 1966b, com ligeiras alterações, de que destaco:

a) Embora mantendo ainda o termo actante, já se refere a "casos", como relações definíveis a partir da EP e que apenas podem ser "preservadas" na ES (p. 375).

b) Dá novo rol de "elementos nominais que são relevantes" para a classificação dos verbos: Objetivo (Obj), Dativo (Dat), Locativo (Loc), Comitativo (Com), Instrumental (Ins) e Agentivo (Ag)" (p. 266; cf. nota 16 desta dissertação).

c) Quanto aos elementos de natureza adverbial, estabeleceu o seguinte: os que podem ser subjetivizados entram na expansão da proposição; "os outros — Tempo, Beneficiário, Frequêntativo, etc. — são elementos da modalidade" (p. 266).

d) Os conceitos referidos em b e c são "universais substantivos especificados pela teoria gramatical" (p. 366).

e) "As variedades de expansão da Proposição revelam" as kernel-sentences típicas das línguas, como por exemplo:

V Obj (Dat & Ag); V Obj Loc (Dat & Ag); V Obj Com; etc. (p.366; nota de rodapé).

Em seu 1968a, FILLMORE aprofunda e precisa a sua proposta, em muitos aspectos. Para maior clareza, isolarei, em itens, os pontos básicos de sua exposição (p. 21 - 31):

a) Introduz-se na GGT um sistema de casos, reinterpretado como esquema conceitual. Com efeito, não se trata de um quadro de flexões específicas de uma língua, mas de relações sintático-semânticas existentes dentro da sentença e somente tendo sentido numa gramática que faça nítida distinção entre estrutura profunda e estrutura de superfície.

b) A sentença se reescreve como modalidade + proposição ($S \rightarrow M + P$), abandonando-se, portanto, o constituinte auxiliar, presente nos trabalhos anteriores.

c) A proposição corresponde à estrutura básica da sentença: "consiste de um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um associado ao verbo, em uma relação particular de caso". Sua expansão compreende fórmulas como $V + A$, $V + O + A$, $V + D$, $V + O + I + A$, que podem ser sintetizadas em (2')

$$(2') P \rightarrow V + C_1 + \dots + C_n$$

d) A modalidade compreende conceitos aplicáveis à sentença como um todo, como negação, "tense", modo, aspecto. Para as finalidades do trabalho, não há necessidade de questionar a natureza exata desse constituinte, embora haja casos, como os que envolvem advérbios de tempo, que se relacionam não com a proposição, mas com a modalidade.

e) Como entidades de EP, os casos são comparáveis de uma língua para outra: são relações universais.

As noções de caso compreendem uma classe de conceitos universais, presumivelmente inatos, que identificam certos tipos de julgamentos que os seres humanos são capazes de fazer a respeito dos eventos que acontecem em torno deles ou a respeito de assuntos como quem fez algo, a quem aconteceu algo e o que mudou (p. 24).

- f) Os diversos ordenamentos de casos distintos, permitidos, que ocorrem em sentenças simples, expressam uma noção de 'tipo de sentença', que pode ser expectado como de validade universal, independentemente de diferenças superficiais, como seleção de sujeito (p. 21).
- g) Esses ordenamentos impõem uma classificação do verbo na língua e certos aspectos dessa classificação terão provavelmente validade universal.
- h) Os elementos "casuais" que estão opcionalmente associados a verbos específicos, juntamente com as regras de formação dos sujeitos, servirão para explicar várias restrições de co-ocorrência, como, por exemplo, a necessidade de o Agentivo ser o sujeito, na sentença (41), em que concorre o Instrumental.
- (41) João quebrou a janela com um machado
- i) Cada caso ocorre uma só vez numa mesma sentença, embora possa haver a coordenação ou conjunção de sintagmas nominais do mesmo "caso".
- j)
- Agentivo (A), o caso do instigador da ação identificada pelo verbo, percebido como tipicamente animado.
- Instrumental (I), o caso da força inanimada ou objeto causalmente envolvido na ação ou estado identificado pelo verbo.
- Dativo (D), o caso do ser animado afetado pelo estado ou ação identificado pelo verbo.
- Factitivo (F), o caso do objeto ou ser resultante da ação ou estado identificado pelo verbo, ou entendido como parte da significação do verbo.
- Locativo (L), o caso que identifica o local ou orientação espacial do estado ou ação identificado pelo verbo.
- Objetivo (O), o caso semanticamente mais neutro, representável por

um nome cujo papel na ação ou estado seja identificado pela própria interpretação semântica do verbo; conceitualmente deve ser limitado a coisas que são afetadas pela ação ou estado identificado pelo verbo.

FILLMORE reconhece, logo em seguida, que outros casos serão certamente considerados necessários, fora da lista acima. O Beneficiário será citado mais de uma vez, inclusive numa relação à p. 32 em que o Dativo é omitido; o Dativo é um caso problemático e será abandonado no 1971b, como, aliás, ocorre também com o Beneficiário, que nunca foi definido. Deste se sabe apenas que tem como preposição característica — for:depreende-se ser o beneficiário da ação. No 1966c era considerado como parte da modalidade. O Comitativo, arrolado no 1966c, é aqui abandonado.

Com Lexical Entries for Verbs (1968b) FILLMORE abre novas perspectivas para o modelo que vem construindo, ao apelar para nova ordem de conceitos: o cálculo de predicados da Lógica Simbólica.¹⁷ Os conceitos-chave são: predicado e argumento.

Predicado é um termo que identifica alguma propriedade de um objeto ou alguma relação entre dois ou mais objetos. Os objetos em relação aos quais um predicado declara algo são os argumentos desse predicado.

O estudo abstrato dos predicados permite-nos, antes de tudo, descrever cada predicado de acordo com o número de argumentos que lhe são associados. Tal descrição pode ser pensada como análoga à classificação de palavras-predicado nas línguas naturais, conforme o número de nomes que elas exigem em uma expressão sintaticamente completa. (p. 373)

Assim, é possível representar simbolicamente predicados:

- a) de um só argumento: P a — DORMIR João (João dorme)
- b) de dois argumentos: P a,b — SURRAR_{Henrique, Maria} (Henrique surra Maria)
- c) de três argumentos: P a,b,c — DAR_{Henrique dá uma flor a Maria} Henrique, Maria, flor

Deixo de tratar mais detidamente a exploração que o autor faz aqui desses conceitos, porque FILLMORE voltará a eles, para rejeitá-los (como se verá) no seu 1970. Destacarei aqui, no entanto, algumas idéias.

Há um elenco fixo de papéis, recorrentes em diferentes expressões. Cabe à teoria lingüística extraí-los. Quando se descrevem os verbos de uma língua, estabelece-se uma lista dos papéis que "as entidades podem assumir" (p. 382) em construções que contêm esses verbos. O fato de as relações predicado/argumento existirem em número reduzido constitui uma restrição imposta às línguas humanas.

FILLMORE explica essa hipótese através da comparação com o que ocorre numa "troupe" de teatro que, por tradição, só encena peças com um determinado número de tipos de papéis, por exemplo, "o príncipe, o vilão, a bruxa, o palhaço, a bela-princesa-virgem-procurada e um mensageiro." (p. 383). As cenas das peças, como as sentenças das línguas, podem variar de acordo com a presença dos diversos personagens, mas pelo menos um personagem deve aparecer em cada cena.

No "paper" não consta uma lista dos "tipos de papel", ou "casos", mas o autor declara que eles podem ser

identificados com certos juízos totalmente primários a respeito das coisas que nos cercam: ... quem fez algo, quem experimenta algo, quem se beneficia com algo, onde algo acontece, o que muda, o que se move, onde algo começa, onde termina (p. 282).

Na explicação dos exemplos, FILLMORE utiliza a terminologia do 1968a, sem se preocupar, por exemplo, em distinguir formalmente o Dativo do Experimentador, a que passa a referir-se; mas, tendo em vista o verbo utilizado no exemplo — BELIEVE — já se pode induzir que o Experimentador ficará reservado ao contexto de verbos psicológicos. Uma observação interessante deve ser feita: a partir desse "paper", como os casos são definidos com base no conceito de papel, há uma modificação terminológica: Agentivo, Objetivo e Instrumental (antes denominados assim porque eram relações) passam a chamar-se simplesmente Agente, Objeto e Instrumento (mesmo assim, o autor ainda usa

Locativo em vez de Lugar).

Com Types of Lexical Information (1969a), a teoria do "ato de linguagem" passa a ser considerada necessariamente ao lado do estudo de "argumentos". Enquanto ato de linguagem, o enuncia do pode ser visto em função: a) do falante ou fonte locutória ("locutionary source" - LS); b) do ouvinte ou alvo locutório ("locutionary target": LT); c) da mensagem; d) do tempo do ato locutório ("time of the locutionary act" - TLA); e) do lugar da fonte locutória ("place of the locutionary source", PLS); f) do lugar do alvo locutório ("place of the locutionary target" - PLT).

Em relação aos casos delinea-se, já aqui, a posição que FILLMORE assumirá em seu 1970: a partir do conceito de argumento de predicado caminha-se para o "caso", na procura da abstração. Assim, identificar um criminoso, um expoliado e uma presa para verbos como rob e steal, ou um recebedor de bens ou serviços, um fornecedor de bens ou serviços e os bens ou serviços em si mesmos, com referência aos verbos buy e sell, significa fazer um estudo de argumentos, com esses verbos de três "lugares". Em vez disso, tem-se necessidade de

abstrações dessas descrições de papel específico, abstrações que nos permitirão reconhecer que certas noções elementares reaparecem em muitas situações, e que nos permitem tomar conhecimento de que as diferenças em detalhes entre péis parcialmente semelhantes são devidas a diferenças nas significações dos verbos associados (p. 376).

Depois de ressaltar a existência de outros "complementos" de verbos, como os dados relativos a espaço e tempo com os verbos de movimento, FILLMORE propõe como as mais relevantes noções de caso, para realizar-se a classificação dos verbos, as seguintes:

Agente (A), o instigador do evento;

Contra-Agente (C) a força ou resistência contra a qual a ação é realizada;

Objeto (O) a entidade que se move ou muda ou cuja posição ou existência está em consideração;

Resultado (R), a entidade que adquire existência como resultado da ação;

Instrumento (I), o estímulo ou causa física imediata de um evento;

Fonte (F, ingl. S, de source), o lugar de que algo se move;

Alvo (AL, ingl. G, de goal), o lugar para onde algo se move;

Experimentador (E), a entidade que recebe, aceita, experimenta ou suporta o efeito da ação (antes chamado Dativo) (p. 376)

A distinção que FILLMORE faz neste "paper" entre argumento e caso é fundamental, e deve ser salientada, pois encontramos comumente em certos autores¹⁸ afirmações que parecem implicar a sinonímia dos termos. Na realidade, embora FILLMORE não se refira à distinção variante/invariante, formulada pelo estruturalismo lingüístico, podemos perfeitamente compreender a distinção argumento/caso, como aplicação da primeira. O caso é, como se viu no trecho acima citado, a abstração, o invariante, enquanto o argumento é o papel específico.

Entre os argumentos e os casos dá-se a mesma relação "one-many", que em trabalhos anteriores FILLMORE estabelecia entre SNs e casos.

A distinção feita, por exemplo, é muito importante para compreender os estudos de pressuposição (lexicalista) efetuados por FILLMORE, em seu 1971a ("Verbs of Judging"). Quando nesse artigo ele se refere a uma "estrutura de papéis" (situação, juiz, imputado, etc.), entendam-se como papéis os "argumentos" encontráveis nos pontos de interseção dos significados dos verbos analisados, os papéis específicos de um grupo de verbos. Não se trata, por conseguinte, de casos, no nível de abstração proposto. Aliás, o próprio autor, em nota de rodapé, cuida de desfazer o equívoco ensejável. (p. 61).

Seguindo a metodologia que venho adotando, vejamos agora as achegas que FILLMORE faz à teoria dos casos, em seu 1970.

Acima já me referi às reanálises das propostas de McCAWLEY e HALL, quando da crítica à definição configuracional de funções. Ao encerrá-las, sustenta a necessidade, para a teoria lingüística, de providenciar

alguma maneira de distinguir(i) os papéis semânticos que os SNs têm com relação às suas palavras-predicado dos (ii) fatos concernentes às suas posições nas configurações sintáticas, tanto no nível

da estrutura profunda, como no de superfície (p. 6)

Vejamos, novamente, a crítica à analogia com o procedimento lógico do cálculo de predicado. Já que não se privilegiam argumentos, de acordo com status especiais (sujeito e objeto), o sistema tem de apelar para o ordenamento dos argumentos, da esquerda para a direita e para mecanismos de definição (df), como a conversão.

Assim, para indicar que Fred, ao encontrar Harriet se lembrou de Charlotte em (43), será necessário estabelecer o ordenamento de (44):

(43) Harriet reminded Fred of Charlotte

(44) remind [Harriet, Fred, Charlotte]

Admitindo-se, desta forma, que cada argumento tem o seu ponto de encaixe ("slot") fixo, será possível converter predicados, em consonância com as suas expressões subjacentes, definindo-os:

(45) conversão 1-2 $\left\{ \begin{array}{l} \text{John likes roses} \\ \text{Roses please John} \end{array} \right\} \text{like } [a,b]_{df} = \text{please } [b,a]$

(46) conversão 1-3 $\left\{ \begin{array}{l} \text{John sells roses to schoolgirls} \\ \text{Schoolgirls buy roses from John} \end{array} \right\}$

$\text{sell } [a,b,c]_{df} = \text{buy } [c,a,b]$

(47) conversão 2-3 $\left\{ \begin{array}{l} \text{Harvey robs John of roses} \\ \text{Harvey steals roses from John} \end{array} \right\}$

$\text{rob } [a,b,c]_{df} = \text{steal } [a,c,b]$

FILLMORE recusa o procedimento, sustentando três objeções:

a) não tem universalidade, pois cada par converso terá de ser identificado em cada língua particular, através da expressão definidora; b) relações como essas, não devem ser explicadas, numa teoria semântica, através de mecanismos de superfície, como de fato é a conversão (descritível independentemente de representação subjacente), mas a partir dos significados dos predicados e de suas propriedades sintáticas; c) quem admite que o par converso tem um mesmo ordenamento de argumentos na represen

tação subjacente, terá de considerar regular um dos membros, e, o outro, irregular: a irregularidade, por sua vez, seria explicada por regras de subjetivização e objetivização (mecanismos de superfície).

Diversamente, a abordagem de "case grammar" propõe como "expressão subjacente do predicado, um conjunto não-ordenado de pontos de encaixe ("slots") de argumentos, cada um dos quais é rotulado de acordo com o seu papel semântico (ou relação de caso) face à palavra-predicado". (p. 8)

Agora, podem ser comparados os dois enfoques: um, baseado no cálculo de predicado, calca-se na posição, fenómeno sintáctico; o outro, fundado na teoria dos casos, lança mão de tipos de papel, para situar-se num plano semântico.

Cálculo de predicados: predicados, argumentos, posições

Teoria dos casos: predicados, argumentos, tipos de papel

Aprofundando o seu raciocínio, FILLMORE demonstrará a inadequação de considerar-se pares de verbos do tipo comprar/vender, ensinar/aprender, enviar/receber como semanticamente idênticos, apesar da diferença fonológica, divergindo apenas nos processos de subjetivização ou objetivização (item c acima).

Com efeito, há outros critérios a considerar. Por exemplo, verbos de um par comportam-se diferentemente, quando do processo de superficialização, no tocante à omissão de argumentos, como se evidencia respectivamente, nas sentenças de (48) a (51): sell pode dispensar o "comprador"; buy, o "vendedor"; rob, a "presa"; steal, a "vítima":

(48) Harvey sells shoes

(49) The girl bought some shoes

(50) The boy robbed a bank

(51) The girl stole some shoes

Assim, o enfoque de case grammar é mais poderosamente explicativo, porque, enquanto se fundamenta em papéis rotulados, os casos (dando conta, portanto, da interpretação semântica das sentenças), em vez de puros argumentos, possibilita explicar a diferença entre verbos que divergem entre si da maneira acima vista: os que "manifestam um predicado de n-lugares e outros que manifestam predicados de m-lugar" (p. 9).

Por isso, a explicação da diferença entre persuade/believe, kill/die se faz simplesmente, na teoria dos casos, indicando-se que os primeiros verbos desses pares prevêm uma entidade agente envolvida no evento. Apelar para uma frase-mais-alta com CAUSE postula que se explicita também uma subestrutura desse verbo.¹⁹

Essa "análise em estrutura de papéis" da case grammar possibilita "explorar, como um tipo isolado de pesquisa, a função da distinção sujeito/predicado" (p. 9). Efetivamente, não há uma situação de compra separada de uma situação de venda, mas só uma "buying/selling transaction". A escolha de um dos verbos, buy ou sell decorre de um ponto de vista do participante (a fonte ilocutória do ato de linguagem), que poderá estar interessado especialmente no papel específico "vendedor" ou "comprador". Isso, inclusive, evidencia o escopo da modificação que certos tipos de advérbios trazem à sentença, como em:

(52) He sells apples skillfully

(53) She buys apples skillfully

Em (52) a fonte locutória quis indicar como foi habilmente realizada a ação do vendedor; em (53), a do comprador.

Com pares do tipo buy/sell, FILLMORE estudou a possibilidade de formas fonológicas diversas terem uma só representação em termos de predicado e argumentos. O inverso se dá com os chamados predicados simétricos, em que se pleiteia uma polissemia para uma só figura fonológica.

(54) The boys met/agreed

(55) John and Fred met/agreed

(56) John met Fred

(57) John agreed with Fred

(58) John and Fred willingly agree

(59) John willingly agrees with Fred

Aqui haveria dois problemas a tratar. O primeiro consistiria em postular novamente que os verbos tenham sentido diferente conforme sejam usados na forma transitiva ou intransitiva, já que (59) não é paráfrase de (58). O segundo problema prende-se à sentença (56) e parece pôr em xeque o princípio da "case grammar, segundo o qual, sendo os casos noções semânticas, que classificam os verbos, cada caso só deve ocorrer uma só vez em

relação a um predicado, a não ser que haja conjunção de SNs.

O primeiro problema é facilmente explicável. Na estrutura profunda dos predicados simétricos, "não há diferença semântica necessária que acompanhe a escolha de um sujeito ou outro" (p. 12). Efetuada, no entanto, a escolha, a sentença transitiva passa a ser encaixada, com uma restrição: o sujeito da encaixada deve ser idêntico ao da sentença matriz:

(60) John was willingly (John met Mary)

O mesmo acontece com verbos como enjoy na sentença matriz:

(61) John enjoyed meeting Mary

(62) John enjoyed (John meet Mary)

Para resolver o segundo problema, FILLMORE acha importante em primeiro lugar distinguir a simetria aparente da verdadeira simetria.²⁰ Sentenças do tipo — NP resembles NP — são extensivamente simétricas, se e somente se os NPs forem "expressões de referência definida" (p. 12). Em sentenças como (63) não há simetria:

(63) Your brother resembles a horse

Por isso, ele prefere usar um termo genérico — predicados de similaridade — para abranger os simétricos e aqueles que existem em sentenças como (63).

Como solução para o problema, o autor sugere que devem ser previstos três casos: um experimentador (o emissor da sentença, ausente), um instrumento (o estímulo, your brother) e um objeto (o tema, a horse). Assim, com muitos outros chamados predicados simétricos, conclui FILLMORE, há essa associação de argumentos a SNs que "não desempenham papéis idênticos" (p. 13). Remete, a inda, a LAKOFF e PETERS (1969), de discussão dispensável aqui.

Debatidos todos esses problemas, FILLMORE mais uma vez repassa os pontos básicos de sua gramática casual:

a. A estrutura semântica dos predicados se realiza através de tipos de papéis que:

a.1 - têm validade universal

a.2 - constituem um conjunto de conceitos razoavelmente bem especificados;

a.3 - são inanalísáveis, como percepções básicas ("elementary") do ser humano, relativas a assuntos como quem fez algo, quem experimentou algo, etc.

a.4 — algumas dessas noções, as que usualmente são denominadas — Agente, Instrumento, Objeto, etc. — são recorrentes nas línguas;

b. Descrever estruturas de sentenças das línguas é um meio adequado de fazer afirmações válidas sobre elas.

O modelo enfrenta duas dificuldades principais: a primeira consiste em estipular com exatidão o elenco de papéis; a segunda reside em determinar se seria necessário, "pelo menos para certos verbos, interpretar certos argumentos como servindo a duas funções de papel simultaneamente", (p. 15).

No "paper", FILLMORE abordará a segunda dificuldade, que envolve a relação existente entre as funções dos casos e a estrutura de papéis que descrevem transações institucionalizadas como vender/comprar, situadas num determinado "campo semântico". O assunto já foi abordado acima, quando o autor postulava maior abstração para os casos. Aqui, com maior precisão, pleiteia: a) dois níveis "no tratamento dos papéis semânticos dos argumentos"; a não aceitação de uma correspondência unívoca ("one-to-one") entre papéis e argumentos. Como exemplo se pode mostrar o caso Agente: com vender é o vendedor; com comprar, o comprador; com jugar, o jugador. Assim, num primeiro nível têm-se vendedor, comprador e jugador; num segundo nível, Agente. O Agente, portanto, não está em relação unívoca com aqueles papéis.

Antes de passar ao estudo do 1971b, em que FILLMORE tenta fazer um reajuste global na sua teoria, devo salientar que muitas críticas já haviam sido feitas ao seu modelo.²¹ No momento oportuno referir-me-ei a algumas delas, especialmente nas conclusões desta dissertação. Era importante, todavia fazer essa observação, porque muitas das inovações encontradas no 1971b têm origens nessas críticas.

Nesse "paper" os estudos continuarão a concentrar-se no núcleo proposicional da sentença simples, formado de um "predicador" (verbo, adjetivo ou nome), em construção com uma ou várias entidades, das quais cada uma é ligada ao predicador por uma das funções semânticas conhecidas sob o nome de caso (profundo). Os casos identificam os papéis que as entidades assumem na predicação; esses papéis são "tirados de um repertório estabelecido uma

vez por todas e para todas as línguas." (p. 66).

No intuito de apresentar de forma organizada uma gramática de casos, FILLMORE expõe princípios para determinação de papéis semânticos, declarando que (embora ainda não satisfeito) se fixou afinal na seguinte lista de casos: Agente, Experimentador, Instrumento, Objeto, Fonte, Alvo, Lugar e Tempo.

Julgo necessário destacar as principais observações feitas pelo autor, a respeito desse elenco de casos.

a. O Dativo é definitivamente abandonado e redistribuído com: o Experimentador, "para os verbos de acontecimento psicológico ou de estado mental"; com o Objeto, "para os verbos não psicológicos de mudança de estado (como a morte e o crescimento)"; com o Alvo, "para os verbos com a marca de transferência ou deslocamento de algo para uma pessoa." Nessa altura, FILLMORE se atém a critérios de pura definição de casos, abandonando outros critérios, como as restrições de seleção: por exemplo o sujeito de die (morrer), no modelo de 1968a, era considerado Dativo por que tinha o traço [+animado].

b. O Instrumento (na falta de melhor termo) é o "caso da causa imediata de um acontecimento, ou quando se trata de um predicado psicológico, o caso do estímulo, da coisa a que se reage" (p. 70).

c. O Objeto é o caso da "entidade que sofre o deslocamento ou a mudança" (p. 70), uma espécie de "fourre-tout" (lugar onde se encontram, em total desordem, objetos e pessoas as mais diversas).

d. Fonte e Alvo estão em distribuição complementar: com verbos como ir são os pontos de partida e de destino, o anterior e posterior; com verbos como transformar-se representam os estados anterior e posterior. Servindo para indicar o "estado ulterior ou o resultado final de uma ação ou de uma mudança", o Alvo assimila o caso antes denominado Factitivo ou Resultativo; "quando a ação expressa pelo predicado leva algo a existir (como eu escrevi um poema ou eu construí uma ponte), o papel dessa coisa é o resultado final, o Alvo" (p. 70).

e. Agência e Causa. Quando o predicado implica acontecimento causado, o modelo enfrenta problema para distinguir entre o Agente e o Instrumento, especialmente em relação a dois tópi-

cos: as cadeias de causação e a causação por forças naturais.

cadeias de causação — vejamos uma situação em que um garoto, brandindo uma raquete, atira uma bola contra uma vidraça, quebrando-a. Para descrever essa situação, a gramática somente poderá subjetivizar o Agente ou, como Instrumento, a bola (causa imediata): em (66) pressupõe-se que a raquete não é causa intermediária, mas o próprio Instrumento usado pelo garoto:

(64) O garoto quebrou a vidraça (com a bola)

(65) A bola quebrou a vidraça.

(66) A raquete quebrou a vidraça.

causação por forças naturais — esse problema levou autores (Huddleston)²² a pleitear um caso suplementar — Força — para explicar situações em que em vez de ato humano deliberado se dá um acidente:

(67) O vento sul quebrou a vidraça

(68) João quebrou a vidraça com um martelo

(69) João quebrou a vidraça com a cabeça

(70)*João quebrou a vidraça com uma cabeça

(71) The car broke the window with its fender

(72) The car's fender broke the window

(73)*A poluição do ar matou as petúnias com cianeto

(74)*A tempestade assustou o rebanho com o raio.

Conforme explicações dadas por FILLMORE, em seu 1968a (com testades de forma não convincente por DOUGHERTY e CHOMSKY), na EP de (69) haveria apenas um Instrumento a cabeça de João; na estrutura superficial da sentença é que a expressão possessiva foi dividida em duas partes. A prova disso está na agramaticalidade de (70), onde o artigo empregado, o indefinido, não é compatível com o conceito de posse inalienável indicada na expressão possessiva a cabeça de João. No inglês, a restrição é indicada pela presença do possessivo its em (71). Também as forças naturais são incluídas no caso Instrumento: a agramaticalidade de (73) e (74) é explicável justamente pelo princípio formulado por FILLMORE — um só exemplar de caso por proposição.

f. Lugar e Tempo, fora das estruturas que exprimem mudança e deslocamento, "têm duas possibilidades de interpretação: uma consiste em considerá-los constituintes facultativos de qualquer predicado; a outra consiste em postular uma frase-matriz

com um verbo como produzir-se ou ter lugar acompanhados dos casos tempo e lugar e nessa frase encaixar "proposições suscetíveis de designar ações/acontecimentos/situações que podem ser localizadas no tempo ou no espaço" (p. 76). FILLMORE vê na sugestão uma analogia com a proposta de McCAWLEY quanto à interpretação de matar como fazer-que-se-torne-não-vivo, numa só cadeia de encaixamento. (p. 76)

g. O caso Itinerário, ou caminho/itinerário, como o chama Bennett²³, constitui problema a solicitar explicações. Numa sentença como ele estava sentado sob uma árvore no parque sobre um banco, terça-feira à tarde, pelas três horas, a expressão — sob uma árvore no parque sobre um banco — constitui uma só especificação de lugar, assim como terça-feira à tarde, pelas três horas, uma só especificação de tempo. Fica, portanto, respeitado o princípio UM SÓ EXEMPLAR DE CASO POR PROPOSIÇÃO. O mesmo, todavia, não se dá na sentença (75), em que há um Itinerário com vários SNs:

(75). Ele correu pela grande rua, ao longo do canal, através da praça, até o correio.

Certamente para não complicar o elenco de casos, FILLMORE preferiu não incluir o Itinerário. Sentenças como (75) não podem ser explicadas apenas com os casos F e AL; também o apelo às relativas e coordenadas talvez não possa ser um recurso sempre adequado.

h. O abandono do Beneficiário. FILLMORE confessa uma espécie de fascínio que, em outros trabalhos, esse "caso" exerceu sobre ele. Tendo em vista que ele só ocorre em sentenças com Agente num processo de causação deliberada, seria necessário, para incluí-lo, sobrecarregar o modelo com um mecanismo específico, para estabelecer a distinção acidental-voluntário, só para atender ao conceito de Beneficiário. Como solução, o autor propõe para uma frase como — João fez isso para si —, considerá-la como resultante derivacional de uma frase-matriz com três casos — Agente, Objeto e Alvo animado —, sendo que o Objeto constitui uma frase encaixada "exprimindo ação efetuada em benefício de alguém", ou seja, o "dom". A presença obrigatória do Agente se explica pelo contexto de encaixamento e o caráter deliberado do

ato do Agente pode ser estudado nesse semantismo da frase. Verbos que satisfazem a essas definições de esquema casual e de sentido são do tipo dar e oferecer. (p. 78)

i. Verbos psicológicos. Quando da distribuição do ex-Dativo, FILLMORE se referiu aos verbos de acontecimento psicológico. Em item especial, exemplifica a ocorrência do Experimentador com Objeto, com Instrumento e com ambos os casos, respectivamente, nas sentenças (76), (77) e (78):

- | | |
|------------------------------------|-------------|
| (76) Eu imaginava o acidente | — E + O |
| (77) O ruído me atemorizou | — I + E |
| (78) O ruído me lembrou o acidente | — I + E + O |

2.4.3 Formalização e notação

No seu 1968a FILLMORE estabeleceu um esquema notacional ainda hoje referido, embora abandonado no seu 1971b, sem que, no entanto nova proposta concreta tenha sido feita.

O esquema representa uma simplificação de tentativas feitas nos seus 1966b e 1966c. Em vez de considerar isoladamente duas regras — uma que reescreve o caso como SN (R3, p.63 desta dissertação) e outra que reescreve o SN como Prep + N (R4) —, no esquema de 1968a o caso é simplesmente reescrito como Prep + SN, desprezados, por outro lado, os traços de sucategorização (cf. R5, p. 63 desta dissertação), em virtude de já estarem implícitos na definição do caso.

Outrossim, levando-se em conta que a Prep é apenas um tipo de índice de caso, característico da língua inglesa (mas havendo outros como a posposição, os afixos de caso, etc.), será ela dominada pelo nóculo K, que assim representa um elemento subjacente (a relação casual), não necessariamente expreso por preposição, se forem consideradas outras línguas que não o inglês.

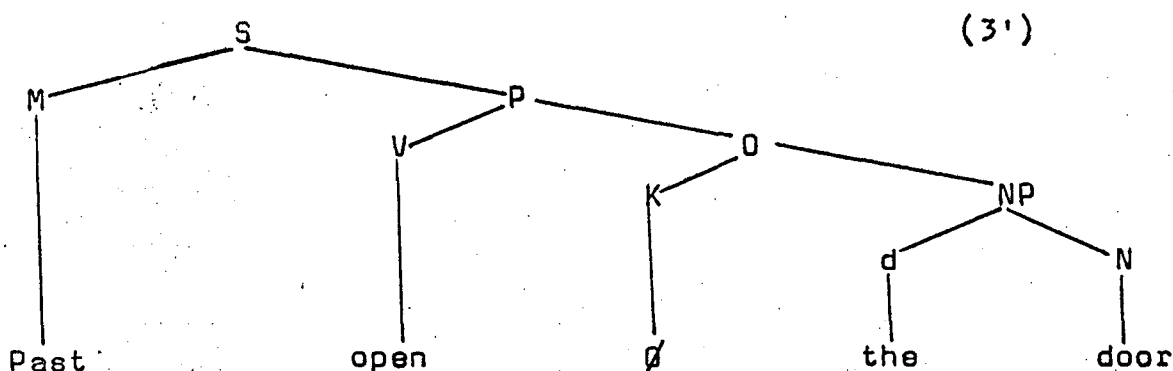
O diagrama arbóreo representará, em primeiro lugar, com nóculos casuais, as relações semânticas do predicado. Os SNs são dominados por esses nóculos: assim, para onde se deslocarem os nóculos casuais, também irão os SNs. O processo de passagem da estrutura profunda às sentenças de superfície se faz com observância de restrições expressas nas regras de formação do sujeito.

Os verbos são classificados de acordo com os "frame features", organizados em expressões, como abrir [(A) (I) 0], em que os traços entre parênteses são de ocorrência facultativa. Com alguns verbos, a escolha do sujeito é marcada, isto é, determinada de forma exclusiva. Quando, ao contrário, essa escolha é não-marcada, há uma hierarquia de casos, estabelecendo-se, então, uma regra de precedência, como a que segue:

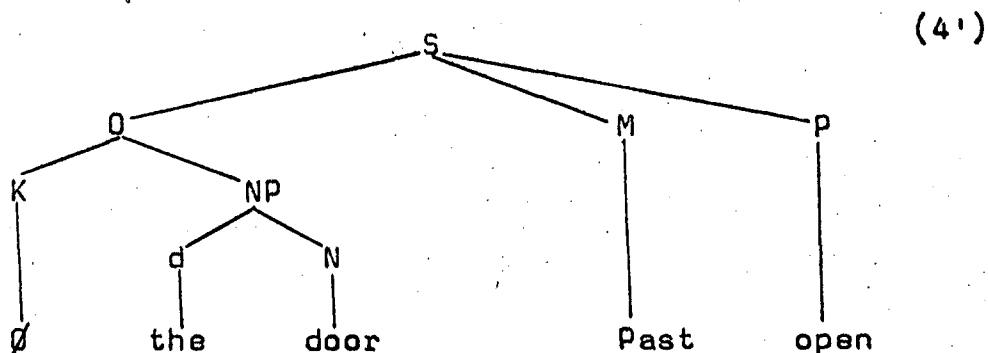
R7 Se há um A, ele se torna sujeito;
na ausência de A e havendo um I,
este será o sujeito; não havendo
A nem I, o sujeito será 0 (p.33).

A formalização da regra, na representação arbórea, se faz com o deslocamento do elemento a ser subjetivizado para antes do componente modalidade. A partir daí, aplicam-se as transformações necessárias como: apagamento da preposição do elemento subjetivizado, inserção de be, quando o predicado é adjetivo, incorporação do "tense" da modalidade ao predicado, etc.

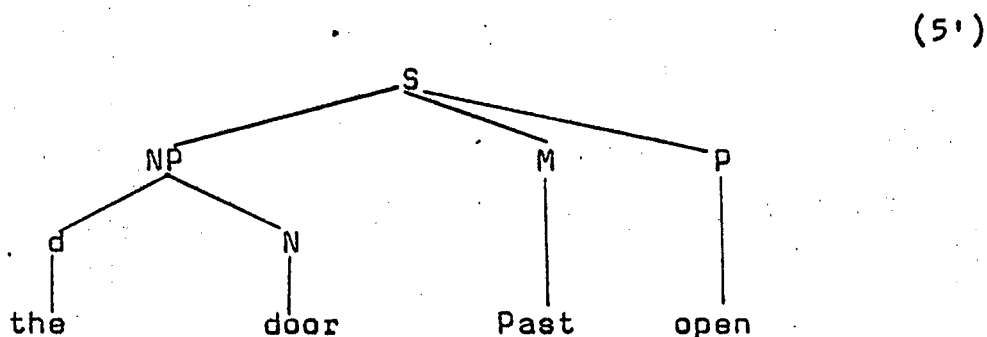
A título de simples exemplificação, vejamos como se processa a subjetivização de "the door" (a porta), para obter-se a sentença "the door opened" (a porta abriu).



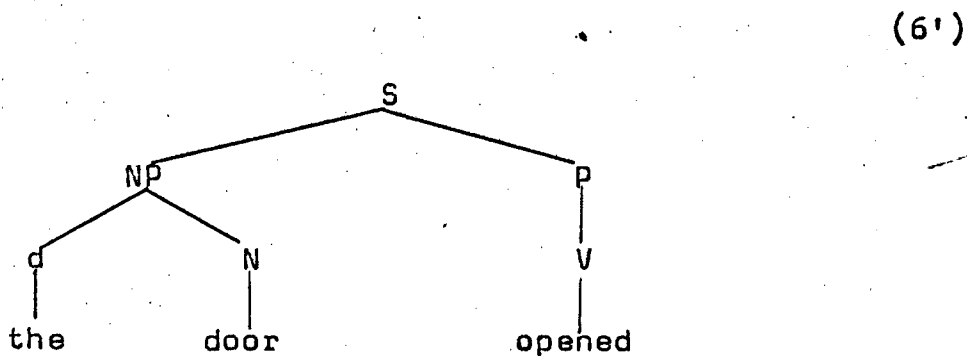
O NP a ser subjetivizado é agora deslocado para antes da modalidade:



Subjetivizado o NP, apaga-se a preposição, e, em consequência, o nódulo de caso (K):



Com a incorporação do elemento "tense" da modalidade ao verbo, tem-se a sentença de superfície:



Em seu 1971b, FILLMORE dispensa a regra acima formulada e estabelece a hierarquia dos casos de acordo com a própria ordem em que são citados: Agente, Experimentador, Instrumento, Objeto, Fonte, Alvo, Lugar e Tempo.

No último item do "paper", o autor critica e considera inadequados três esquemas notacionais utilizados, inclusive o seu, exposto no 1968a. A falha básica do esquema é que, ao recorrer-se a nódulos rotulados dominando SNs, os casos são tratados como se fossem categorias, e, na realidade, não o são:

Uma teoria que os representasse assim teria; portanto, de distinguir dois tipos de símbolos categoriais e deveria ter variáveis sobre as etiquetas dos casos; seria necessário, igualmente, que ela tivesse processos para mudar as etiquetas de casos, processos para apagar etiquetas de casos, processos para reestruturar o que resta, etc. (p. 79-80).

De qualquer modo, FILLMORE considera mau o sistema, e se a pela para essas possibilidades de aperfeiçoamento é porque já o adotou e porque vê nele algumas vantagens em termos de adaptação às tradições da GGT, inclusive, no que concerne a uma melhor aplicabilidade de regras transformacionais; outra vantagem reside em que, para construir estruturas mais amplificadas, um esquema configurado em nódulos etiquetados é mais prática.

A representação ideal seria de forma "stemática", com um nódulo raiz, "vários ramos etiquetados e uma variável ou índice na extremidade de cada ramo":

O nódulo raiz é um símbolo complexo que contém a informação em traços semânticos, fonológicos e em traços de regras, e também a valência casual. Os ramos são etiquetados por etiquetas de casos; são ordenados da esquerda para a direita de acordo com a hierarquia dos casos. As variáveis situadas nas extremidades dos ramos representam as entidades que têm as relações casuais com o predicador representado no nó raiz. (p. 80)

Um esquema dessa ordem não admitirá o tratamento da estrutura profunda e da estrutura de superfície de maneira análoga, de acordo com as tradições da GGT. Em consequência, a entrada para as regras transformacionais não será mais uma estrutura subjacente, mas o que se poderia denominar

um plano de composição da frase, a través do qual os diferentes stemmas devem ser incorporados uns aos outros para construir a frase de superfície. O efeito geral do plano de composição será indicar quais as variantes que devem ser substituídas pelos itens lexicais e quais os stemmas que devem servir de nexos a quais outros stemma.

Para retomar um exemplo de S. THOMPSON²⁴, as duas frases eu conheço uma moça que fala basco e uma moça que eu conheço fala basco não se distinguirão senão no nível do plano de composição. As transformações se ocuparão da inserção lexical e da modificação lexical, e, de uma maneira ou de outra, a partir de tudo isso, da

construção da frase de superfície.
(p. 80)

2.4.4 A informação lexical — Em três "papers" sobretudo, 1968b, 1969a e 1970, FILLMORE dedica especial atenção ao problema da informação lexical dos verbos. No primeiro, antes de relacionar fatos que considera deverem ser levados em conta por "uma teoria completa da informação lexical", o autor assim define o léxico;

... uma lista de descrições, redundantes ao mínimo, das propriedades sintáticas, semânticas e fonológicas de itens lexicais, acompanhada por um sistema de regras concebíveis como um conjunto de instruções sobre como interpretar as entradas lexicais. (p. 389)

Essa definição ainda mantém a expressão entrada lexical, da teoria standard, mas, no desdobramento dos itens, posições mais avançadas se evidenciam. Resumirei o que consta da p. 389 a 392:

Alguns tipos de fatos são relativos a informações idiossincráticas, outros são gerais, atribuíveis a classes inteiras de verbos. Ao todo são arrolados dez itens:

Primeiro: há um sentido básico ou central do verbo. Assim, hit (bater) e touch (tocar) são verbos de contacto de superfície; a diferença entre os dois reside na intensidade do impacto.

Segundo: esse sentido básico do verbo contém papéis que são conceitualmente inerentes, cuja natureza e número é preciso determinar. Exemplo: o verbo break requer um Objeto que muda de estado.

Terceiro: certos verbos impõem a argumentos que lhe são associados certos juízos ("understandings"). Por exemplo, o Dativo de Assassinate deve referir-se a uma "pessoa em alguma posição política ou religiosa".

Quarto: com certos verbos nossa compreensão de um dos argumentos é tão clara que o argumento em si mesmo não precisa ser mencionado. Por exemplo, de beijar não se precisa dizer que se faz com os lábios, a não ser numa construção enfática, como "beijou-a com lábios impuros".

Quinto: há necessidade de indicar, na descrição dos verbos, quais os casos não-inerentes para a definição do seu sentido básico que são compatíveis com eles, como, por exemplo, o Agente para o verbo hit.

Sexto: há necessidade de indicar quais os casos que devem ser obrigatoriamente expressos e quais os que podem ser omitidos. Por exemplo, com hit, o Instrumento pode ser omitido quando há um Agente, ou mesmo o Lugar, nas situações em que é facilmente identificável pelo contexto: The bullet hit.

Sétimo: é preciso indicar quais os casos que podem aparecer como sujeito e quais, como objeto. Rent, por exemplo, permite que entidades diferentes apareçam como sujeito; o mesmo se dá em relação ao Objeto com o verbo blame.

Oitavo: importa determinar as preposições usadas com os casos que podem ser sujeitos ou objetos de superfície.

Nono: "é necessário, para alguns verbos, saber se há fatos semânticos que determinam assuntos tais como a escolha do sujeito ou do objeto, "como nas frases seguintes:

(79) Harry sprayed paint on the wall

(80) Harry sprayed the wall with paint

As duas sentenças não são paráfrases. Na sentença (80), a escolha de wall como objeto indica que a parede é tomada na sua totalidade.

Décimo: "é necessário saber que modificações no verbo são exigidas em conexão com a escolha do sujeito. "Por exemplo, com o verbo give, se o sujeito for o doador ("giver"), só se admite a voz ativa; ao contrário, a voz passiva admite a subjetivização tanto do "recebedor", como da "coisa doada".

Em seu 1969a, FILLMORE se detém especificamente no problema da informação lexical, associando à sua teoria de casos as sugestões da teoria do "speech act", como já foi dito acima. Assim, a maneira de visualizar a informação lexical recebe nova contribuição:

Um léxico, visto como parte do aparato de uma gramática gerativa, deve tornar acessível a seus usuários, para cada item lexical:

(I) a natureza dos ambientes sintáticos de estrutura profunda em que o item pode ser inscrito;

- (II) as propriedades do item a que as regras de gramática são sensíveis;
- (III) para um item que pode ser usado como 'predicado', o número de 'argumentos' que ele conceitualmente exige;
- (IV) o papel ou os papéis que cada argumento exerce na situação que o item, como predicado, pode indicar;
- (V) as pressuposições ou condições de 'felicidade' para o uso do item, as condições que devem ser satisfeitas a fim de que o item seja apropriadamente usado;
- (VI) a natureza do relacionamento conceitual e morfológico do item para com outros itens no léxico;
- (VII) sua significação; e
- (VIII) as aparências fonológica ou ortográfica que o item assume sob dadas condições gramaticais. (p.370)

Depois de expor a teoria do "ato de linguagem", o autor, como no "paper" anterior, passa a discutir as propriedades fundamentais dos verbos, considerando o "sentido básico" da palavra como um "conjunto de componentes", alguns idiossincráticos, outros atribuíveis a uma classe de palavras. (p. 372-4)

Um desses componentes é o tempo, que permite, por exemplo, distinguir verbos momentâneos, relacionados a "atividades encaradas como necessariamente mudando no tempo", dos verbos contínuos, em que isso, ao contrário, não se dá. Os verbos contínuos admitem complemento que identifica o lapso de tempo: ele dormiu durante três dias. A negação do verbo momentâneo resulta num estado contínuo: "ele não acordou durante três dias." Os verbos momentâneos que exprimem atos repetíveis implicam iteração: " ele chutou o cão até as 5 horas". Isso, porém, não ocorre quando o verbo momentâneo indica mudança de estado, com objeto definido.

(81) *Ele quebrou o vaso até as 5 horas.

A distinção dos significados de verbos podem envolver outros componentes como: jump e leap (ambos momentâneos) diferem no fato de que o último implica mudança na posição horizontal e não só na vertical, como jump; a ausência desse deslocamento vertical (afastamento da superfície) distinguirá, por sua vez, slide de leap; scuttle opõe-se a slide pela rapidez e pelo caráter descontínuo

contacto com a superfície; dart participa do traço rapidez, mas contrasta com scuttle pela não-referência a contacto de superfície. A intencionalidade ou a não-intencionalidade constitui outro componente:

(82) John means x by y

(83) John understands x by y

(84) Y means x to John

Na sentença (82) a associação entre x e y é intencional; em (83) e (84) é não-intencional.

2.4.5 — Semântica Gerativa x Semântica Interpretativa : posição de Fillmore. — Deve FILLMORE ser arrolado entre os defensores da Semântica Gerativa ou da Semântica Interpretativa? "Une grammaire à base sémantique" é o título adotado por GALMICHE, para explicar a posição de FILLMORE. Normalmente assim procedem os autores que vêem FILLMORE como, principalmente, o autor de The Case for Case. Realmente, nesse "paper" (1968a), embora ele reafirme a centralidade da sintaxe (p. 20) e considere os casos como "relações sintático-semânticas", na conclusão adota posição em tudo semelhante à dos defensores da SG.

Com efeito, propõe uma teoria sintática universal justificada semanticamente e "compreendendo": a) "estruturas profundas semânticas"; b) regras que as transformem em "formas de superfície ou sentenças". Sustenta ainda que o nível intermediário entre a) e b) está mais relacionado com "compromissos metodológicos de gramáticos do que com a natureza das línguas humanas" (p. 88).

Já no seu 1968b propõe uma concepção de

sintaxe-semântica, que esteja baseada numa teoria das maneiras essenciais como os aspectos das experiências linguisticamente codificáveis estão relacionadas uma à outra e à experiência como um todo (p. 393)

Em seu 1970, FILLMORE compara expressamente as duas semânticas. A Semântica Interpretativa, baseada no postulado de que descrever de forma completa itens lexicais significa computar a "descrição semântica total da sentença", deve ser compreendi-

da não na forma como consta de suas formulações iniciais, mas modificada no seguinte: as restrições de seleção serão substituídas por uma "compreensão das pressuposições". Assim, resolve-se o problema que reside em entender o "limite entre as propriedades semânticas das palavras e as propriedades físicas das coisas a que as palavras poderiam corretamente ser aplicadas" (p.21)

Existem variáveis que não se acham claramente definidas nos itens lexicais do enunciado e que, no entanto, são parte essencial da comunicação. A pressuposição, associada à Semântica Interpretativa, dá boa acolhida a esse problema na interpretação da sentença.

Em relação à Semântica Gerativa ele não toma posição propriamente, embora ache que os argumentos em seu favor são mais ponderáveis. Se ela prevalecer, as suas pesquisas encontrarão lugar numa teoria certa ("my work will fall in place, within the correct theory, on the level of lexicology", p. 22). Em suma, a sua descrição semântica dos itens lexicais estaria naquele componente não-distinto de uma estrutura profunda que não seria mais de natureza sintática, mas semântica.

Em seu 1971b, FILLMORE define claramente o que pleiteia: revendo a posição assumida no seu 1968a, declara não ter sido sua intenção advogar a eliminação da estrutura sintática, mas orientar seus estudos no sentido de "um outro nível de estrutura sintática, mais profundo do que aquele que é oferecido pela teoria standard da época." (p. 65)

2.4.6 À guisa de síntese — Expostas as grandes linhas do pensamento de FILLMORE, julgo conveniente tentar sintetizar, em considerações finais, aqueles conceitos que de forma imediata se aplicarão ao próximo capítulo desta dissertação:

a. Rejeitando a inclusão de relações sintáticas de superfície (sujeito, objeto, etc.) na EP da GGT, o autor propõe uma EP mais abstrata, mais distanciada da ES, mais profunda do que aquela que é gerada pela BASE, na teoria standard.

b. Nessa estrutura mais profunda, que mais apropriadamente se denominaria plano de composição da frase, as formas subjacentes das sentenças são expressas mediante relações com relevância semântica constante e validade universal - os casos: predicado -

res e casos constituem a estrutura básica das sentenças. O predicador não é necessariamente verbo. Mas, nesta dissertação, tratei apenas da classificação de verbos. Também, usarei o termo predicado, como o faz FILLMORE no modelo de 1968a.

c. A classificação dos verbos, em grupos, se faz fundamentalmente, tendo em conta três itens:

c.1 os "frame features", ou seja, o conjunto de casos em que o verbo pode ser inserido — a estrutura casual do predicado (1969a: 376);

c.2 as relações sintáticas que os verbos admitem, expressas em ordenamentos dos casos (os "case frames"). Por exemplo, tocar e bater exigem um Lugar e mais um dos dois casos seguintes: Agente ou Instrumento. O "case frame" será $[(A \ \& \ I) \ L]$.

c.3 O sentido básico do grupo a que o verbo pertence: por exemplo, tocar e bater são verbos de contacto de superfície.

d. Dentro de um mesmo grupo, os verbos se distinguem um do outro por vários critérios idiossincráticos (v. p.84-6 desta dissertação), entre os quais a caracterização dos casos cuja omissão é admitida, como acontece com rob e steal em inglês:

(85) The boy robbed a bank

(86) The girl stole some shoes

e. Embora FILLMORE tenha testado a sua hipótese com núcleos proposicionais de sentenças nucleares ("kernel sentences"), previu em mais de um "paper" (e.g. 1968: 24; 1971b, em vários tópicos), a possibilidade de o caso constituir nódulo que domina sentença encaixada.

f. Há uma hierarquia de casos, que rege o ordenamento das relações sintáticas desses papéis, quando a escolha do sujeito não se impõe pelas próprias características lexicais do verbo. Há, também, transformações de re-hierarquização, como a passiva.

g. É necessário fazer uma distinção entre os casos com relevância semântica — os casos profundos — e os casos de superfície, situados no nível das funções sintáticas. Certas línguas (latim, grego, alemão, etc.) têm flexões próprias para indicar essas relações gramaticais de superfície. Outras, como o inglês, recorrem a preposições, posposições e outros marcadores.

Esses marcadores de casos de superfície

são determinados por diversos tipos de informação sobre a frase, entre os quais, ... a natureza dos casos da estrutura profunda... processos de escolha de sujeito e objeto, fatos referentes ao caráter definido, o caráter animado, etc... (1971b: 67)

Assim, em seu 1971b, retomando o problema das preposições, que, em "papers" anteriores eram considerados marcadores de caso na EP (cf. 1966b: 23; 1966c, pass; 1968a, pass.), FILLMORE agora as situa no nível da superfície, admitindo, no entanto, que, de qualquer forma, "há diferenças profundas que determinam a escolha das preposições" (1971b: 77).

h. Apesar das críticas sustentadas por vários autores (entre os quais CHOMSKY, 1969), permanece válido o princípio um só exemplar de caso por proposição. Os contra-exemplos podem ser resolvidos de duas maneiras:

h.1 pelo encaixamento — numa sentença como (87) não há dois Agentes numa só proposição, pois "seu filho" é A-Agente numa sentença encaixada;

(87) João forçou seu filho a bater no policial

h.2 pela demonstração de que os verbos simétricos em sentenças do tipo (88) não se referem a entidades co-referenciais: no primeiro SN temos propriedades "observáveis" em João; no segundo, propriedades "atribuíveis" a Pedro; tanto isso é verdade que posso ter sentenças como (89), (90) e (91), que não são reversíveis, tendo em vista presuposições de existência ou observabilidade diferentes, (1971b: 68).

(88) João se parece com Pedro

(89) Este burro se parece com um licorne

(90) João se parece com um burro

(91) João se parece com seu célebre antepassado.

Sobre o assunto ver ainda p. 74 desta dissertação.

i. Dificuldades no esquema notacional constituem ainda permanente desafio à case grammar de FILLMORE (como já foi visto), sobretudo quando se objetiva formalizar a passagem da estrutura profunda à de superfície. Aí surgem problemas os mais diversos,

que serão abordados na terceira parte do próximo capítulo. FILLMORE não apresenta explicitamente a "representação stemmática" proposta no seu 1971b; utilizarei o esquema arbóreo do 1968a, com modificações simplificadoras, como a eliminação do módulo marcador de caso K.

j. Muitos problemas enfrentados pelo modelo fillmoreano seriam resolvidos se ele, desvencilhando-se definitivamente dos esquemas da GGT, tivesse conseguido integrar no seu próprio esquema, de forma sistemática, as contribuições de correntes modernas da Semântica (pressuposição, speech act, tema e rema, etc.), que apenas aborda em "papers" isolados e que só aqui e ali, a propósito de exemplos concretos, tenta incorporar ocasionalmente, à sua teoria dos casos.

N O T A S

1. Utilizarei, para as citações, a tradução portuguesa de MEIRELES e RAPOSO, com adaptações ao sistema ortográfico vigente no Brasil. Também no léxico será necessário, aqui e ali, fazer alterações. Exemplos: para traduzir o termo inglês "train" usarei "trem" e não "comboio"; também mantereí componente no masculino, como é corrente na terminologia lingüística brasileira. Quando for necessário fazer referência ao texto original, isso será declarado.

2. Em vez de me referir a um "componente de base", como fazem alguns, designarei essa parte do componente sintático simplesmente como BASE, grafada em versais, a qual, por sua vez, compreende, além do LÉXICO, um subcomponente categorial.

3. Aqui, corriji falha da tradução portuguesa. No original: ... "it is, furthermore, an Animate Noun (as distinct from book) and a Human Noun (as distinct from bee)...". Na tradução: além disso é um Nome Animado (por oposição a bee)..."

4. A numeração das regras e diagramas, evidentemente, não coincide com a que consta em "Aspects". Quando for preciso referir uma regra ou diagrama como está na obra, será isso indicado expressamente.

5. Traduzo "speech act" como "ato de linguagem", adotando pensamento de DUCROT à p. 7 da tradução francesa de SEARLE (1969; cf. Bibliografia): O autor chama a atenção para o fato de que o próprio SEARLE situa "speech act" no plano da "langue" de Saussure e não no da "parole". A tradução mais fiel seria "ato de língua", que DUCROT rejeita como ridícula. Por isso, propõe "atos de linguagem" ("actes de langage"). Em português, pelas mesmas razões julgo conveniente evitar traduções como "ato de fala", "ato de discurso" e, como DUCROT, recorrer à expressão "ato de linguagem".

6. Em KIEFER (1974: 98)

7. Na tradução espanhola de ZAVALA, Victor Sanchez de.

8. Na resenha de DUBOIS-CHARLIER, p. 13

9. Na resenha de DUBOIS-CHARLIER, p. 29

10. GALMICHE (1975: 148)

11. GALMICHE (1975: 150-1)

12. GALMICHE (1975: 152)

13. Na nota 6 do seu 1966b diz: "see... my 'Deictic features in the semantic of come', to appear in Foundations of Language, 1966".

14. "na sala; em direção à lua; no dia seguinte; sem cuidado; com uma faca afiada; pelo meu irmão".

15. My foot hurt; the knife hurt; the knife hurt my foot; he hurt my foot with the knife.

16. Na nota 7 do seu 1966b admite ainda a possibilidade de incluir outros elementos como "comitative, extent, benefactive, etc., and, of course, the recursive symbol S" (p. 32).

17. Em nota de rodapé, no seu 1968b, FILLMORE indica como obra de referência para o seu estudo de predicados e argumentos: Hans Reichenbach, Elements of Symbolic Logic, The Free Press (paperback) 1966, esp. pp. 80-83.

18. Por exemplo, KATO, Mary Aizawa, em Transitividade Verbal e Decomposição Lexical, Revista Brasileira de Linguística, v. 3, 1976, Ano II, Vozes, p. 8

19. "The word CAUSE itself seems to have a substructure: to say that John caused the cat to die is to say that John engaged in some activity and that activity directly resulted in the death of the cat" (FILLMORE 1970: 9).

20. A two-place predicate is symmetric if, whenever it holds for a and b in that order, it holds for b and a in that order, too. We might think of the verb TOUCH as symmetric: if a touches b, b necessarily touches a" (FILLMORE 1968b: 379).

21. São de destacar, de forma especial, as críticas de CHOMSKY (1969), que por sua vez retoma objeções e exemplos suscitados por DOUGHERTY (1970).

22. HUDDLESTON, Rodney, 1970, "Some Remarks on case grammar", Linguistic Inquiry 1, 501-511.

23. BENNET, Geoffrey, 1969, Towards a semantic description of English, Longman, Londres.

24. THOMPSON, Sandra Annear, 1970, "The Deep Structure of Relative clauses", Ohio State University Working Papers in Linguistics, nº 6, 42-58.

3. Tratamento de dados do português

Expostos os princípios teóricos que fundamentam meu trabalho, passo a abordar dados do português, testando a hipótese adotada. Antes disso, porém, é imprescindível prestar alguns esclarecimentos, que achei mais conveniente expor aqui do que na Introdução, mesmo porque somente neste ponto do trabalho senti maior premência em abordar o problema.

Inicialmente, pensei em dar o seguinte título a esta dissertação: "Em torno da classe + V [- (A) (I) 0] em português". No entanto, abandonei a idéia, tendo em vista o aspecto um tanto esotérico que o título teria para quantos não estivessem familiarizados com a gramática casual. Pensando bem, dissertações de Mestrado podem despertar o interesse não só de lingüistas, mas também de professores de português, enquanto contribuição, mesmo modesta, para a elucidação de aspectos do idioma nacional, num enfoque científico.

Depois de matutar sobre outros possíveis títulos, fixei-me no seguinte: "Em torno dos verbos de mudança de estado em português". Essa formulação mais simples acarreta, no entanto, alguns problemas.

Tudo, porém, ficará superado, se ficar bem claro o que entendo por "verbos-de-mudança-de-estado". Trata-se apenas de um rótulo com que denomino um grupo de verbos analisáveis à luz de idéias expostas por FILLMORE e que eu sintetizei no item c da p. 88 desta dissertação:

a) São verbos que exigem um Objeto e admitem um Agente ou um Instrumento, na sua estrutura casual;

b) Tendo em vista o ordenamento dos casos (o "case frame"), que expressa relações sintáticas compartilhadas por todo o gru-

po, é possível construir com ele sentenças na forma transitiva (sendo sujeito o Agente ou o Instrumento), bem como sentenças na forma intransitiva (subjativizando-se o Objeto);

c) O rótulo "verbo-de-mudança-de-estado" deve ser entendido como o critério menos importante e somente tendo valor em correlação com esses outros critérios. Assim, não prevaleceria o argumento de quem, proventura apoiado no sentido corriqueiro de "mudança de estado", pretendesse que em "Maria ficou noiva em tem" haveria um verbo de mudança de estado.

d) O próprio FILLMORE, em seu 1967b, deixou-se enredar pelo rótulo, quando verificou que certos verbos de movimento tinham o mesmo comportamento sintático do verbo BREAK. Depois de 1967, no entanto, ele aprofundou suas idéias e não teria encontrado dificuldade para resolver o problema. Voltarei a isso no item 3.1.3.

e) Mantenho o rótulo por três motivos: primeiramente, por que é mais funcional para a redação do que uma fórmula como [(A) (I) 0] ; em segundo lugar, porque propicia boa denominação para toda uma classe de adjetivos (os "estativos"); em terceiro lugar, porque ajuda a bem compreender a subclassificação do grupo verbal que será feita no item 3.1.7.

Se alguém, depois dessas explicações, não quiser aquiescer, restará ler a dissertação substituindo a expressão "verbo-de-mudança-de-estado" pela fórmula + V [-(A) (I) 0] . O trabalho ficará intacto. Pelos menos creio eu.

3.1 Caracterização do grupo verbal

3.1.1 Contacto de superfície x mudança de estado — Objetivando caracterizar os verbos de mudança de estado, compararei o grupo com outros, pois este parece ser um bom procedimento .

Começarei confrontando-os com os verbos de contacto de superfície, a exemplo do que fez FILLMORE, em seu 1967b. Vejamos as seguintes sentenças:

- (1) O rapaz alisou o braço da moça (com uma rosa)
- (2) O rapaz acariciou o braço da moça (com uma rosa)
- (3) Uma rosa alisou o braço da moça
- (4)* O braço da moça alisou.
- (5) O artesão alisou o braço da imagem (com uma lixa)
- (6) O artesão tornou liso o braço da imagem (com uma lixa)
- (7) Uma lixa alisou o braço da imagem
- (8) O braço da imagem alisou

Apesar da identidade fonética e gráfica, tem-se nas sentenças (1), (3) e (4) um verbo totalmente diferente do que ocorre nas frases (5), (7) e (8). Não se trata de apenas duas entradas lexicais: não é o caso de polissemia de um mesmo item lexical.

Primeiramente, vemos que (1) pode ser parafraseada por (2). Destarte, no primeiro grupo de sentenças alisar tem como sentido básico o contacto de superfície. Esse sentido básico pode ser identificado em todo um grupo de verbos que, por isso, são chamados verbos de contacto de superfície. No seu 1967b, FILLMORE toma HIT como padrão do grupo, a que pertencem outros como SLAP, STRIKE, BUMP, STROKE. Em português seria possível agrupar também, em torno desse sentido básico, verbos como BATER, ESMURRAR, ACHARICIAR, ALISAR, etc.

No segundo grupo de sentenças, (5) é parafraseada por (6). Alisar tem, então, como sentido básico a mudança de estado. Também aqui é possível, a partir do sentido básico, encontrar um conjunto de verbos — os de mudança de estado. FILLMORE tomou BREAK como padrão desse grupo, que engloba muitos outros, como BEND, FOLD, SHATTER, CRACK, etc. Em português, veremos que a família QUEBRAR é bastante rica.

Lancemos mão agora de outro critério. As sentenças (4) e (8) têm estrutura sintática inteiramente análoga. No entanto, (4) é agramatical: o SN o braço da moça não pode exercer a função de sujeito naquela sentença, construída com o verbo na voz ativa.

Na teoria casual de FILLMORE essa restrição de ordem sintática se explica com fundamento no ordenamento dos casos ("case

frame") aplicáveis aos dois conjuntos de verbos.

Os verbos de contacto de superfície têm como "case frame" [(A (I) L)]. O elemento L não está posto entre parênteses, porque é conceitualmente inerente ao sentido básico da família verbal. No entanto, em qualquer sentença, um dos casos colocados entre parênteses ligados deve co-ocorrer com L. Assim, o grupo verbal tem também como conceitualmente inerente um dos casos entre parênteses ligados.

O "case frame" dos verbos de mudança de estado é o seguinte: [(A) (I) O] . Os elementos A e I não são conceitualmente inerentes, nem mesmo alternativamente, pois não estão postos entre parênteses ligados. Assim, pode ser construída uma sentença como (8), em que apenas ocorre o caso O, o único conceitualmente inerente ao sentido básico da família verbal.

Quero salientar o motivo por que escolhi dois conjuntos de sentenças com o verbo alisar, para explicar a diferença entre as duas famílias verbais. Entendo que o primeiro cuidado metodológico deve centrar-se em afastar as possíveis armadilhas que a homonímia pode armar. LAGANE (1967), embora não adote o modelo fillmoreano para estudar essa classe de verbos que propiciam a variação de emprego transitivo/intransitivo¹, como em (9) abaixo, lembra a necessidade de recorrer a dois critérios perfeitamente utilizáveis nesta dissertação:

(9) Le soleil sèche le linge — le linge sèche
(O sol seca "os panos" — "os panos" secam)

Para LAGANE esses verbos são "susceptíveis de entrar em dois enunciados" (p. 22), de maneira que:

$$SN_1 + V + SN_2 \Rightarrow SN_2 + V$$

Os dois critérios são a) o da "invariância semântica da transformação"; b) o da "permanência do mesmo SN₂, nos dois enunciados". (p. 22)

Em (10) temos exemplos de enunciados que não obedecem ao critério a), pois "saigner", no primeiro tem o sentido de "matar, ferindo no sangradouro"; no segundo, o verbo significa "perder sangue".

(10) On saigne le cochon — le cochon saigne
(Sangra-se o porco — o porco sangra)

A violação do critério b) pode ser vista nos enunciados de (11), em que o SN₂ no primeiro é "pot-au-feu" (prato da cozinha francesa) e no outro é "mar".

- (11) On écume le pot-au-feu — la mer écume
(Espuma-se o "pot-au-feu" — o mar espuma)

Embora não se adote aqui um modelo transformacionalista à maneira de LANGANE, os dois critérios acima formulados são de valia. Tanto é assim que as sentenças de (1) a (8) foram escolhidas com dupla finalidade: ao mesmo tempo em que se faz a distinção entre dois grupos de verbo (os de contacto de superfície e os de mudança de estado), demonstra-se a necessidade de evitar distorções baseadas na homonímia. Com efeito, não existe invariância semântica de um conjunto de sentenças {(1),... (4)} para o outro {(5),... (8)}. Não faltou, entre os críticos de FILLMORE, quem, como RUHL², quisesse forjar contra-exemplos às conclusões do 1967b, apelando para casos em que os verbos eram tomados em sentido figurado, contrariando, portanto, o critério da invariância semântica.

3.1.2 Verbos com Experimentador — Outra distinção importante a fazer é a que separa verbos de mudança de estado de verbos psicológicos.

- (12) O cozinheiro estragou a carne com tempero ruim.
(13) O tempero ruim estragou a carne
(14) A carne estragou
(15) O grã-fino estragou a festa com molecagem
(16) A molecagem estragou a festa
(17)* A festa estragou
(18) O proxeneta endoideceu a meretriz com uma surra
(19) A surra endoideceu a meretriz
(20) A meretriz endoideceu
(21) O galã comoveu a moça com um beijo
(22) O beijo comoveu a moça
(23)* A moça comoveu

O primeiro conjunto de sentenças acima {(12),... (14)} contém um verbo tipicamente de mudança de estado; o mesmo ocorre com o terceiro conjunto {(18),... (20)}. Vamos agora tentar encontrar explicação para a agramaticalidade de (17) e (23). Es-

tragar no segundo conjunto de sentenças $\{(15, \dots (17))\}$ e como-ver, no quarto conjunto $\{(21), \dots (23)\}$ são denominados por FILLMORE, em seu 1971b, verbos "de Psych Movement" (p. 70), um tipo especial de verbos psicológicos. Vamos por parte.

Os verbos psicológicos, à primeira vista, teriam o "case frame" $[E (I) (O)]$, que possibilitaria frases, como as seguintes, em que I representa o estímulo; O, o "conteúdo" da percepção ou da cognição; E, o Experimentador:

- | | |
|------------------------------------|-------------|
| (24) Eu temi | (E) |
| (25) Eu imaginei o acidente | (E + O) |
| (26) O ruído me amedrontou | (I + E) |
| (27) O ruído me lembrou o acidente | (I + E + O) |

De acordo com o "case frame" dado, poderíamos dizer que, como em (24), somente o caso E pode constituir frase de "one place predicate", já que é o único caso conceitualmente inerente. O mesmo não pode ocorrer com os casos postos entre parênteses. Isso explicaria a agramaticalidade de (17), mas não a de (23), onde o SN "a moça" é Experimentador.

Além desse problema, o esquema não serviria para bem caracterizar os verbos psicológicos, pois restariam as indagações: a) por que a sentença (15) contém um verbo psicológico, ao passo que (12) encerra um verbo de mudança de estado?; b) também, por que (21) inclui um verbo psicológico e (18) um verbo de mudança de estado?

Uma terceira dificuldade ainda se apresenta. Admitido o "case frame" visto, logo surgiria uma complicação, ao levarmos em conta a hierarquia dos casos, estabelecida por FILLMORE em seu 1971b. Com efeito, o caso I, em (26) e (27) precede E, contrariando a hierarquia estabelecida.

Não se poderia apelar para uma forma marcada para resolver o problema, pois as sentenças referidas poderiam ser também construídas, respectivamente, como (26a) e (27a):

- | |
|--|
| (26a) Amedrontei-me com o ruído |
| (27a) Lembrei-me do acidente, com o ruído. |

Maior dificuldade advirá se voltarmos às sentenças do tipo (15) e (21), onde é claramente possível identificar um Agente.

Por isso, FILLMORE sustenta que os verbos "de Psych Movement" devem ser interpretados, postulando-se uma frase matriz e uma

encaixada. Quando deparamos sentenças como (15), (16), (21), (26) e (27), sabemos que o SN não-Experimentador estava, em nível de EP, na frase-mais-alta. Cabe ao componente transformacional subjetivizar esse SN não-Experimentador, na frase de superfície.

Para os verbos psicológicos, observa-se que o Experimentador precede o Instrumento (ou 'causa') e o Objeto (ou 'conteúdo'); deve, portanto, ser o primeiro na estrutura profunda. Os verbos 'de Psych Movement' são verbos que exigem uma transformação colocando em primeira posição o SN não-Experimentador mais elevado (p. 70).

Assim, sentenças como (15), (16), (21) e (22) devem ser interpretados como prevendo, na frase-mais-alta, um evento causado por um Agente ou um Instrumento, que, na frase encaixada, é apreendido psicologicamente pelo Experimentador. Nas sentenças (26) e (27) há simplesmente o evento, na frase-mais-alta, que funciona como estímulo para o E na encaixada.

Com esses esclarecimentos fica mais fácil entender a agramaticalidade de (17) e (23). Para que essas sentenças fossem gramaticais, seria necessário prever uma transformação absolutamente estranha, que apagasse o elemento "causador" na frase-mais-alta (o qual deveria ocupar a posição de sujeito na frase de superfície) substituindo-o, em (17) pelo Objeto, e em (23) pelo Experimentador.

Quando ao conjunto de sentenças {(18), ... (20)} o SN "a meretriz" não é Experimentador, mas simplesmente um Objeto, em que se processa uma mudança de estado.

Em conclusão: esposando parcialmente sugestão de NILSEN e NILSEN (1975: 121), sugiro para os verbos psicológicos um "case frame" com apenas dois casos: [E (0)].

3.1.3 O movimento como mudança de estado — Em seu 1967b, FILLMORE deixa alguns pequenos problemas em aberto. Entre eles, uma explicação para o fato de alguns verbos de movimento comportarem-se sintaticamente como os verbos de mudança de estado ("there is a large class of motion verbs syntactically like break, including move, turn, rotate, spin, etc.") (p.130)

Na realidade, FILLMORE, nesse "paper", deixa-se influenciar exageradamente por aquilo que, com o desenvolvimento de suas idéias, será apenas um dos critérios de classificação de grupos verbais - o sentido básico.

Depois desse trabalho, como foi visto no capítulo de resenhas e lembrado no primeiro item deste capítulo, será dado maior enfoque à estrutura casual e ao comportamento sintático dos verbos, tendo em vista o ordenamento de casos - o "case frame". Desta forma, o sentido básico somente pode ser considerado, em correlação com esses outros dois critérios, mesmo porque a própria expressão "sentido básico" é de certo modo vaga e simplificadora, tendo valor apenas como ponto de referência ou mero rótulo com que se pode designar um grupo verbal. Por exemplo, quando se diz que bater, acariciar e surrar são verbos de contacto de superfície, omitem-se todos os traços idiossincráticos que especificam o sentido de cada um deles. Para maiores esclarecimentos, volte-se ao item 2.4.4. desta dissertação e à p. 83.

Feitas essas ressalvas, vejamos agora como aqueles verbos citados por FILLMORE como verbos de movimento devem, na realidade, ser classificados entre os de mudança de estado.

- (28) O bombeiro derrubou o poste com a alavanca
- (29) A alavanca derrubou o poste
- (30)* O poste derrubou
- (31) O engenheiro manobrou a bomba com a ferramenta adequada
- (32) A ferramenta adequada manobrou a bomba
- (33)* A bomba manobrou
- (34) O gari despejou o lixo com a caçamba
- (35) A caçamba despejou o lixo
- (36)* O lixo despejou
- (37) O guri derramou a água com o balde
- (38) O balde derramou a água
- (39) A água derramou
- (40) O mecânico girou o engenho com a manivela
- (41) A manivela girou o engenho
- (42) O engenho girou
- (43) O crupiê rodou a roleta com uma vareta
- (44) A vareta rodou a roleta
- (45) A roleta rodou

- (46) O garoto rodopiou o brinquedo com um chute
 (47) O chute rodopiou o brinquedo
 (48) O brinquedo rodopiou

Meu objetivo será encontrar explicação para incluir os verbos das sentenças de (37) a (48) entre os de mudança de estado. Fugiria aos objetivos desta dissertação discutir os verbos de movimento propriamente ditos, como ir, vir, caminhar, enviar, trazer, introduzir, carregar, colocar, etc., em toda a sua complexidade. Já existem numerosos estudos sobre o assunto.³ NILSEN e NILSEN (1975) por exemplo, estabelecem dois grandes grupos — os "verbs of motion" e os "verbs of location". O primeiro grupo compreende quatro classes⁴ com o caso Objeto no seu "case frame"; o segundo tem Lugar no "case frame".

As sentenças acima foram orientadas para as distinções que pretendo fazer: de um lado, há verbos como derramar, rodar, gi- rar e rodopiar, que admitem construções intransitivas do tipo (39), (42), (45) e (48); de outro lado, há verbos como derrubar, manobrar e despejar, que em maior ou menor escala, têm analogia com aqueles, não admitindo, no entanto, as construções intransi- tivas correspondentes, vez que (30), (33) e (36) são agramati- cais.

Passemos ao estudo das sentenças agramaticais. Para alguns, o processo recomendado seria a decomposição lexical do verbo, a exemplo de LAKOFF e McCAWLEY, como fazem KATO⁵ e LIEFRINK (1973). A título de exemplificação, LIEFRINK identifica traços como ca- sativo, mutativo e locativo⁶, nos verbos a seguir, apresentando- os através do seguinte esquema:

	<u>analitic</u>		<u>synthetic</u>
locative	MAKE + BE	:	PUT/ TAKE
	MAKE + GO/COME	:	PUT/TAKE/SEND/BRING
	MAKE + STAY/REMAIN:		KEEP

FILLMORE, como já foi visto (p.59-60 desta dissertação) criti- ca a explicação, com base na simples decomposição lexical. Compa- rando-se a agramaticalidade de (36) com a gramaticalidade de (39), vemos que os dois verbos — despejar e derramar — têm inquestio- nável semelhança semântica.

O que explica, realmente, a diferença entre os dois verbos é o fato de um deles — despejar — postular a presença de uma causa (Agente ou Instrumento), ao passo que com o outro — derramar — o mesmo não ocorre. Pode-se adotar o mesmo esquema com que se distinguiram os verbos de contacto de superfície dos de mudança de estado: parênteses ligados para os casos A e I. Verbos como despejar, têm conceitualmente inerentes: a) o caso O; b) um dos casos colocados entre parênteses ligados, no seguinte "case frame": [(A) (I) O]. Derramar, no entanto, tem o "case frame" dos verbos de mudança de estado [(A) (I) O]. Vista a dupla-limite — despejar/derramar —, é fácil agora entender: a) a agramaticalidade de (33) e (36), cujos verbos — derrubar e manobrar — comportam-se como despejar; b) a gramaticalidade de (42), (45), (48) cujos verbos — girar, rodar, e rodopiar — comportam-se como derramar.

Na base de tudo isso estão certamente dados culturais que determinam a formação do léxico das línguas. Esses refletem uma visão do mundo que permite encarar certos eventos como não-causados (ver "causação por forças naturais", p.77 desta dissertação), a ponto de HUDDLESTON, como vimos, ter pleiteado um caso FORÇA, que FILLMORE não aceita. Por outro lado, em seu 1968a, o lingüista se refere mais de uma vez à contribuição dos fenômenos culturais.

Assim, podemos surpreender algo girando, ou rodando, sem que saibamos a causa do evento, que seria ocasionalmente o vento ou a lei da gravidade. Com elementos líquidos há uma série de verbos, que, inclusive, só se usam na forma intransitiva, como correr e fluir, bem como desaguar, quando relacionado com um rio. Pingar e gotejar admitem os dois usos, mas é interessante ver como, em relação a este último, o "NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO": a) registra em primeiro lugar o emprego intransitivo; b) o uso transitivo é definido como deixar cair, e não como fazer cair.

GOTEJAR V. int. 1. Cair em gotas; T.d. 2. Deixar cair gota a gota; entornar, gotejar: 'de armas falseadas uns, gotejando sangue muitos deles' (...)

Cabe ainda fazer uma observação final, antes de encerrar esse item. Recorri constantemente aos dicionários, especialmente o acima citado. No entanto, nem sempre o lexicógrafo está em dia com o que ocorre na língua falada. Assim, para mim é perfeitamente gramatical a sentença (39). No entanto, AURÉLIO não registra para o verbo derramar a forma intransitiva, mas a pronominal (derramar-se). Importante é, todavia, salientar que o mesmo lexicógrafo não registra despejar como pronominal, no sentido de entornar.

Devo ainda fazer uma consideração a respeito do verbo mover. À primeira vista, pareceu-me que a sentença (49), abaixo, seria agramatical.

(49) Com a colisão, o pilar moveu

No entanto, a minha reação se originava simplesmente em divergência dialetal. Com efeito, a sentença seria construída no Nordeste, como (49.a).

(49.a) Com a colisão, o pilar moveu-se

Na próxima subseção, abordarei esse problema da concorrência forma intransitiva/forma pronominal.

Para quem por ventura, não concordasse com a inclusão dos verbos rodar, girar, rodopiar e mover entre os de mudança de estado, restaria como solução adotar (aliás foi esse o meu pensamento inicial), em vez do rótulo "verbos de mudança de estado" o "case frame" +V [- (A) (I) O]. Mudaria somente o título da dissertação, mas não se alteraria a análise em termos de "case grammar".

Um verbo como encher, nas sentenças (50)-(52) seria de movimento? Haveria um traço "locativo" na sua decomposição? Veremos que ele significa simplesmente "tornar cheio", ou seja, atribuir um estado a uma determinada entidade, antes "vazia".

- (50) O operário encheu o barril com uma mangueira
- (51) A mangueira encheu o barril
- (52) O barril encheu

Ora, para rodar e girar, o NOVO AURÉLIO registra os adjetivos rodante e girante. Portanto, rodar e girar significam respectivamente "tornar rodante" e "tornar girante." "Rodopiante" não consta do dicionário acima citado, mas é registrado no CALDAS AULETE. "Semovente" tem amplo emprego. "Derramante" causaria impacto, mas, se um poeta criasse o

neologismo, seria logo compreendido. Na realidade, o leitor erudito identificaria no vocábulo uma extensão do processo diacrônico gerador de termos formados de forma análoga: o participio presente do latim. Por sinal, "vertente" é registrado no NOVO AURÉLIO não só como substantivo, mas também como adjetivo.

3.1.4 Verbos com Alvo — No trabalho de conclusão do curso de Psicolinguística, referido na Introdução desta dissertação, registrou-se também construção passiva com o verbo arrumar (consertar). Aqui também cabe comentar características de outro grupo verbal: aquelas que têm o papel ALVO no seu "case frame" [(A I) Al]. Em seu 1971b, FILLMORE, ao distribuir o Dativo em três casos, chama a atenção para o fato de que o Alvo substitui o que antes vinha denominando, em outros trabalhos, Factitivo ou Resultativo. Esses verbos também postulam uma causação, sendo, portanto, agramatical a construção intransitiva do tipo (55):

(53) O engenheiro construiu a barragem com um trator

(54) Um trator construiu a barragem

(55)*A barragem construiu

Com esses verbos a presença do Agente é tão importante que a causação por Instrumento parece estranha, a não ser em certos contextos. Por exemplo, (54) seria entendida com a pressuposição seguinte: "esperava-se que complexa maquinaria fosse utilizada na construção da ponte". Vejamos outros exemplos:

(56) O carpinteiro fabricou o andaime com pouca ferramenta

(57) Pouca ferramenta fabricou o andaime

(58)*O andaime fabricou.

(59) O marceneiro consertou/arrumou a janela com um martelo

(60) Um martelo consertou/arrumou a janela

(61)*A janela consertou/arrumou

Acredito que aí está a explicação por que algumas crianças pesquisadas no trabalho de Psicolinguística realizaram passivas com arrumar, mas nunca com quebrar. A construção intransitiva concorre com a passiva, em termos de topicalização. Mas quando não é possível fazer a construção intransitiva (no caso, com arrumar,) resta a passiva, para topicalizar a entidade que sofre

a ação, o objeto (grafando com minúsculas, quero deixar claro que não se trata necessariamente do caso Objeto). Mesmo assim, somente poucos enunciados foram constatados na passiva, pois esta transformação não é das primeiras a serem realizadas pela criança, como sustentam todos os que pesquisam a aquisição e o desenvolvimento da linguagem. Com quebrar, que admite a construção intransitiva, os sujeitos pesquisados não construíram passivas.

3.1.5 O caso Objeto como entidade distinta — Quero aprofundar ainda a distinção estabelecida, com o auxílio de mais um critério exposto por FILLMORE, em seu 1967b. Trata-se de uma restrição imposta pela família QUEBRAR, no que concerne às propriedades reais das entidades representadas pelos papéis associados ao predicado: enquanto os verbos de contacto de superfície admitem que L seja interpretado, quer como um objeto em si mesmo, quer como "uma porção da área de superfície do objeto", os verbos de mudança de estado exigem que O seja pensado sempre como um "objeto mais ou menos distinto" (p. 127)

A sentença (1) pode ser parafraseada por (62); no entanto, (63) não é paráfrase de (5) e (6):

(62) O rapaz alisou a moça no braço

(63) O artesão alisou a imagem no braço

Recorrendo a vários informantes, constatei que (63) pode ser interpretada como (64), (65) ou (66):

(64) O artesão acariciou o braço da imagem

(65) O artesão acariciou a imagem, segurando-a em seus braços (dele)

(66) O artesão tornou lisa a imagem, segurando-a em seus braços (dele)

A evidência de que (63) não é paráfrase de (5) e (6) pode ser vista mais claramente em (67), inteiramente agramatical:

(67)* O marceneiro alisou a cadeira no espaldar

No exemplo acima, não havendo semelhança com o ser humano (como com o SN "a imagem"), não ocorre influência do conceito de posse inalienável. Mesmo a hipótese de parafrasear (67) como (68), admitindo-se, em consequência, a sua gramaticalidade se afigura estranha, pois, na realidade se construiria a sentença como (69):

(68) ? O marceneiro acariciou a cadeira no espaldar

(69) O marceneiro acariciou o espaldar da cadeira

Fica assim evidenciado que, com o caso L, alisar é sempre verbo de contacto de superfície e que somente nessa ocorrência é possível ver o Lugar como área de uma entidade maior. Com os verbos de mudança de estado, o caso O deve sempre compreender um objeto pensável como isolado.

Vejam agora alguns exemplos com verbos de outro tipo:

(70) Figueroa quebrou a perna de Zico

(71) A perna de Zico quebrou

(72) O médico amputou a perna do jogador

(73)* A perna do jogador amputou

(74) A cabeleireira aparou a franja da menina

(75)* A franja da menina aparou

(76) O dentista extraiu um dente da criança

(77)* O dente da criança extraiu.

Quando se enuncia a sentença (71), o SN "a perna de Zico" é considerada como objeto em si, com aquelas características de caso O, tratado como "separable" ou "discontinuous" (p. 128). Contrariamente, nas sentenças de (72) a (77) os verbos implicam que os objetos sejam partes integrantes de um todo, e não vistos como entidades isoladas sobre que incide a ação verbal. Não se trata, todavia, de uma propriedade da entidade em si. Basta comparar (71) com (73). Trata-se, na realidade da "imposição de uma interpretação" (p. 128) efetuada pelo verbo sobre o sintagma nominal. É uma propriedade seletiva do predicado. Ao mesmo grupo de verbos pertencem: mutilar, segmentar, cortar, seccionar, etc.

Verbos desse tipo têm conceitualmente inerente o caso F (Fonte) no seu "case frame". Não se situa nos objetivos da presente dissertação explorar exaustivamente todos os ordenamentos de casos pertinentes a cada grupo verbal cotejado com a família estudada. Acredito que a exemplificação dada já é suficiente. Basta ver que uma sentença como (76) poderia ser parafraseada por (76a).

(76a) Da criança, o dentista só extraiu um dente.

Por outro lado, aqui também podem ser feitas, em relação a cortar, considerações análogas às que constam no item anterior

or sobre o verbo arrumar. As crianças pesquisadas no exercício de Psicolinguística fizeram construções passivas com cortar, por que seria impossível recorrer à forma intransitiva para topicalizar o objeto. Sentenças como (78) seriam claramente agramaticais:

(78)* A calça do palhaço cortou.

3.1.6 Adjetivos estativos — Uma das características do grupo verbal estudado pode ser explicitada na derivação dos adjetivos estativos.

Em inglês, a sentença the window was broken é ambígua, porque broken tanto pode ser participípio, numa construção passiva, como adjetivo estativo, considerando-se was como cópula. Essa ambigüidade não existe em português, graças ao emprego de SER e ESTAR:

(79) A janela foi quebrada

(80) A janela estava quebrada

Em seu 1967b, FILLMORE define o adjetivo estativo como indicador do novo estado, resultante da mudança caracterizada pelo verbo:

Verbos de mudança de estado, como dissemos, são verbos que afirmam de um objeto uma mudança, no tempo, de um 'estado' a outro. Uma diferença sintática adicional entre as duas classes⁷ de verbo é que 'adjetivos estativos' podem ser derivados dos verbos de mudança de estado, mas não dos outros. (p.125-6).

Uma sentença inglesa como the window was slapped não é ambígua: somente é interpretável como passiva, isto é, slapped não constitui adjetivo estativo, mas apenas participípio. O verbo slap não é de mudança de estado, mas de contacto de superfície. Em português, um enunciado como Pedro está esbofeteado somente poderia ser interpretado num contexto muito especial, significando algo como: Pedro foi esbofeteado e não pode mais livrar-se dessa desonra; não há mais jeito e dar.

Os traços característicos, portanto, do adjetivo estativo são [+mudança + estado]. Não me parece viável encontrar explicação satisfatória para o assunto no esquema adotado pelo

professor SCHMITZ (1974) em sua tese de doutoramento. O seu esquema funciona muito bem com os adjetivos não morfologicamente equivalentes a participípios. Dos que são morfologicamente equivalentes a participípios, SCHMITZ estuda apenas os seguintes: aborrecido, educado, convencido e esquecido.

Tendo em vista o modelo proposto por LAKOFF (1970), o autor pressupõe: a) que SER e ESTAR "não se encontram na estrutura profunda, sendo introduzidos por transformação" (p. 22); b) que os adjetivos são divididos em quatro grupos: adjetivos normais, exceções obrigatórias, exceções absolutas positivas e exceções absolutas negativas. Os quatro adjetivos estativos equivalentes a participípios são enquadrados nos adjetivos normais, ou seja, os que ocorrem com estar -ndo, estar e ser, como CURIOSO.

- (81.a) Moacir está sendo curioso
- (81.b) Moacir está curioso
- (81.c) Moacir é curioso
- (82.a) Ana Maria está sendo aborrecida
- (82.b) Ana Maria está aborrecida
- (82.c) Ana Maria é aborrecida
- (83.a) Evaldo está sendo educado
- (83.b) Evaldo está educado
- (83.c) Evaldo é educado
- (84.a) José está sendo convencido
- (84.b) José está convencido
- (84.c) José é convencido
- (85.a) Valdir está sendo esquecido
- (85.b) Valdir está esquecido
- (85.c) Valdir é esquecido

Segundo o professor SCHMITZ as sentenças a e c de (82) e (85) caracterizam-se por uma ambigüidade estrutural.

Vejamos, por exemplo, a ambigüidade das sentenças a, tomando apenas dois exemplos e fazendo alterações irrelevantes na maneira de apresentar o assunto.

A sentença (82.a), além do sentido de construção passiva com Agente subentendido (82.a.1), tem também o significado expresso em (82.a.2): no primeiro caso, "aborrecida" é participípio; no segundo, é adjetivo.

- (82.a.1) Alguém está aborrecendo Ana Maria
- (82.a.2) Ana Maria está sendo chata.

A sentença (85.a), da mesma maneira admite duas interpretações, como em (85.a.1) e (85.a.2):

(85.a.1) Alguém está esquecendo Valdir

(85.a.2) Valdir está sendo olvidadiço.

Vejamos agora se a ambigüidade identificada pelo professor SCHMITZ ocorre com os verbos de mudança de estado:

(86) A janela está sendo quebrada

(87) O braço da imagem está sendo alisado

Parece evidente que as sentenças (86) e (87) não admitem interpretação análoga à que (82.a.2) e (85.a.2) dão, respectivamente, a (82.a) e (85.a). Na realidade, (86) e (87) só podem ser interpretadas como passivas — a janela está sendo quebrada (pelo ladrão), o braço da imagem está sendo alisado (pelo artesão) e, desta forma, quebrada e alisado, em sentenças com estar-ndo. não podem ser considerados como adjetivos.

Como explicar a divergência? Parece que duas questões devem ser suscitadas.

Primeiramente, os verbos de que derivam os participípios/adjetivos, arrolados por SCHMITZ, requerem em seu "case frame" o caso Experimentador, em vez de Objeto.

Em segundo lugar (e como decorrência do primeiro aspecto), os adjetivos propostos pelo mesmo lingüista derivam de verbos contínuos, enquanto os verbos de mudança de estado são instantâneos.

Destarte, o esquema proposto pelo professor SCHMITZ não é adequado à explicação dos adjetivos estativos, quando derivados de verbos de mudança de estado.

Passemos agora ao estudo da ambigüidade das sentenças c do conjunto de (82) a (85), construídas com o verbo SER. A sentença (82.c) pode ser interpretada como (82.c.1) e (82.c.2):

(82.c.1) Alguém está aborrecendo Ana Maria

(82.c.2) Ana Maria é chata

A sentença (85.c) pode ser interpretada como (85.c.1) (85.c.2):

(85.c.1) A família se esquece de Valdir

(85.c.2) Valdir é olvidadiço

Voltemos agora aos verbos de mudança de estado:

(88) O braço da imagem é alisado

(89) O braço da imagem é liso.

Em (88) alisado só pode ser interpretado como participípio de uma construção passiva, com Agente oculto (v.g. pelo artesão). A construção predicativa se faz com o adjetivo liso. Calcado nesse adjetivo existe o verbo de mudança de estado alisar. Se com ele se quiser indicar um estado novo, resultante de um processo, derivar-se-á o adjetivo estativo alisado. Com este adjetivo estativo o verbo utilizado é estar, e não ser. Com o último verbo, o traço dominante na construção é o da INERÊNCIA, como observa CHARAUDEAU (1971). Vejamos agora um exemplo em que alisado é adjetivo estativo:

(90) O braço da imagem está alisado (tornado liso).

Justamente o que distingue (89) de (90) é o fato de na segunda frase haver a idéia de um novo estado adquirido pelo braço da imagem, depois de um processo de alisamento; em (89), no entanto, a lisura do braço é vista como inerente a ele, não se levando em conta um processo anterior que lhe proporcionou essa qualidade. E o que dizer de uma sentença como (91)?

(91) Este relógio é quebrado.

Nesse enunciado, o termo quebrado expressa uma qualidade inerente ao relógio. O emissor da sentença quer significar que o relógio tem um defeito definitivo, não mais servindo às suas finalidades, e que não está em jogo discutir como isso aconteceu. O participípio/adjetivo perde sua característica de adjetivo estativo, para indicar qualidade inerente. Mas isso só acontece porque não há um adjetivo primitivo como acontece com o par liso/alisado. Quebrar, como será visto a seguir, não é calcado sobre um substantivo ou adjetivo: tem radical próprio. A prova, no entanto, de que, por uma transferência de sentido, quebrado não é adjetivo estativo em (91), pode ser evidenciada pela substituição do termo pelo vocábulo "imprestável".

3.1.7 Subclassificação do grupo verbal — Caracterizados os verbos de mudança de estado, julgo oportuno tentar efetuar uma subclassificação do grupo verbal, com base no trabalho de LAGANE (1967).

A tarefa não é fácil, pela carência de fontes seguras, pois, como adverte o mesmo autor, em algumas acepções o duplo emprego (transitivo/intransitivo) provoca hesitação. Chega-se mesmo a en-

contrar dificuldade quanto a tomar posição

- ... sobre o grau de gramaticalidade de certas construções ou sobre a equivalência de sentido entre as duas formas do enunciado. A gente não pode confiar inteiramente nos dicionários, que evitam registrar os casos duvidosos e podem mesmo deixar de mencionar construções cuja oposição não parece afetar profundamente o semantismo das palavras. (p. 23)

Tendo em vista "valores comuns" a subconjuntos da família verbal, é possível estabelecer, com LAGANE, três subgrupos.

O primeiro engloba verbos de base adjetiva, definíveis através de um "sistema tornar-se _____/tornar (ou fazer tornar -se) _____" (p. 23)

Vejamos um exemplo do NOVO AURÉLIO: embranquecer

V.t.d. Tornar branco; branquear, embran - car: A neblina embranquecia o campo. Tornar-se branco, encanecer : Seus cabelos embranqueceram aos vinte anos.

Com adjetivos que indicam cor, a formação desses verbos constitui processo bastante generalizado, inclusive no que tange à derivação do adjetivo estativo. Para dispor de um termo oponível a estativo, denominarei adjetivo primitivo aquele que serve de base ao verbo. Assim, branco é um adjetivo primitivo; embranquecer, um verbo de mudança de estado; embranquecido, um adjetivo estativo. A diferença, como já foi visto, pode ser demonstrada por meio do emprego alternativo de SER e ESTAR:

(92) Esta camisa é branca

(93) Esta camisa está embranquecida

Passemos à exemplificação. Adiante abordarei o valor semântico identificável nos afixos:

adjetivo primitivo	verbo de mudança de estado	adjetivo estativo
amarelo	amarelar	amarelado
"	amarelecer	amarelecido
roxo	roxear	roxeadado
"	arroxear	arroxeado
azul	azular	azulado
"	azulecer	azulecido
"	azulear	azuleado
"	azulejar	azulejado
escuro	escurecer	escurecido
negro	enegrecer	enegrecido
verde	esverdear	esverdeado
vermelho	avermelhar	avermelhado
"	vermelhecer	vermelhecido

Para os adjetivos estativos — esverdeado, azulado e arroxeado — o NOVO AURÉLIO registra significados que implicam a compreensão de processo incompleto de mudança: "tirante a verde, azul, roxo". Para amarelado, o mesmo dicionário dá dois sentidos: tornado amarelo, ou tirante a amarelo. O termo amarelecido, todavia, é definido apenas como: "que amareleceu".

Com outros adjetivos que não os relativos a cor, o processo se dá também normalmente:

adjetivo primitivo	verbo de mudança de estado	adjetivo estativo
duro	endurecer	endurecido
mole	amolecer	amolecido
quente	aquecer	aquecido
"	esquentar	esquentado
maduro	amadurecer	amadurecido
rijo	enrijecer	enrijecido
rico	enriquecer	enriquecido
brando	abrandar	abrandado
bravo	embravecer	embravecido
pobre	empobrecer	empobrecido
mudo	emudecer	emudecido
triste	entristecer	entristecido
cheio	encher	enchido
liso	alisar	alisado

Problemas idiossincráticos os mais diversos, dependentes de fenômenos diacrônicos, envolvem o estudo desses verbos e poderiam constituir objeto de ampla pesquisa. Entre outros assuntos poderiam ser considerados os seguintes:

a) Excepcionalmente, de alguns desses verbos não derivam adjetivos estativos: esfriar, secar e sujar. A diferenciação se fará pela oposição ser/estar. Em (94), (95) e (98) há idéia de inerência; em (96), (97) e (99), de mudança de estado.

- (94) O clima aqui é frio
- (95) A terra desta região é seca
- (96) O tempo está frio
- (97) O leite do rio está seco
- (98) A toalha é suja
- (99) Esta toalha está suja.

b) Como já foi visto com os verbos calcados em adjetivos relativos a cores, também é possível identificar aqui verbos que expressam processo não totalmente consumado. Por exemplo, adoenttar (que concorre com adoecer) está assim definido no NOVO AURELIO:

V. T.d. e p. Tornar-(se) doente ou um pouco doente.

O adjetivo estativo adoentado tem no mesmo dicionário dois significados:

1. Um tanto doente.
2. Fraco, ab^utido, combalido.

c) Para alguns verbos registrados no NOVO AURÉLIO ou a forma intransitiva não é simplesmente admitida ou se prescreve a pronominal. Na próxima seção é que tratarei especificamente do SE, com o grupo verbal estudado. No entanto, a propósito do item aqui abordado não seria descabido discutir a desatualização dos lexicógrafos nessa matéria: aliás acima já referi crítica de LAGANE. Mesmo no meu dialeto, bastante conservador, as sentenças (100) e (101) não seriam tidas como agramaticais, pelo menos, a segunda:

(100)? O barril estava furado e esvaziou

(101) Com apenas algumas gotas de ciclamato o café adoçou.

No que concerne a (100), tanto AURÉLIO como FERNANDES entendem que esvaziar deve ser usado na forma pronominal (esvaziar-se). Quanto a (101), ambos deixam de registrar a forma intransitiva no sentido de tornar-se doce. AURÉLIO admite adoçar-se (pronominal) significando: "acalmar-se, serenar-se, apaziguar-se, suavizar-se, abrandar-se."

d) A formação de verbos do tipo ora estudado constitui uma classe extremamente aberta. Nos jargões dos economistas, técnicos em planejamento e pedagogos, os neologismos surgem a toda hora. Às vezes acontecem fenômenos interessantes. Cria-se o verbo e o adjetivo estativo correspondente, mas o uso não consagra, de imediato, a subjetivização do Objeto. Assim, viável forneceu viabilizar e o adjetivo estativo viabilizado, mas uma sentença como (103) é inquestionavelmente agramatical.

(102) Esta decisão viabilizou o projeto

(103)* O projeto viabilizou

(104) O projeto está viabilizado: podemos trabalhar.

e) Até que ponto dados históricos perduram no emprego de formas concorrentes, como (entre outras) abrandar e embranquecer, aquecer e esquentar? Parece que, inicialmente, as formas com o prefixo a eram especializadas para o uso transitivo — abrandar e aquecer —, ao passo que as outras atenderiam especificamente à construção intransitiva. Voltarei aos afixos.

Passemos agora ao segundo subgrupo. LAGANE define-o como os que têm "uma relação com um substantivo" (p. 23). Os critérios de definição variam. Entre eles podem ser considerados: dar/adquirir (uma forma, uma cor, um aspecto). Vejamos um exemplo do NOVO AURÉLIO: Cristalizar

V.t.d.1. Dar a forma e a contextura do cristal a; converter em cristal: 'O sol ouviu-os e redarguiu que sim, que cristalizassem as lágrimas e fizessem delas uma estrela' (Machado de Assis) (...)

Int.e p.3. Adquirir a forma de cristal ou cristais.

À primeira vista, parece-me que o subgrupo não é tão rico como o primeiro, pelo menos não se afigura uma classe tão dinamicamente aberta como a anterior. Por outro lado, com este subgrupo, mais do que com o primeiro, os lexicógrafos e gramáticos preferem a forma pronominal à intransitiva⁸, quando se efetua a subjetivização do Objeto. Assim acontece no NOVO AURÉLIO, com afunilar, encorticiar, bronzear, calcificar e abalar. Quanto a abaular, nem sequer a forma pronominal é registrada naquele dicionário. No entanto, em FERNANDES registra-se abaular-se com o sentido de "tomar forma convexa (como os baús)".

Mais uma vez recorro a minha intuição de falante nativo e não vejo por que considerar agramaticais as sentenças seguintes:

- (105) Aquela árvore encortiou demais
- (106) Com umasemana na praia, a moça bronzeou
- (107) Com o sol, a cobertura de plástico afunilou
- (108) Aquele material calcificou
- (109) O alicerce da casa abalou

De qualquer modo, o NOVO AURÉLIO registra com emprego intransitivo verbos como: entorpecer, empedrar, enferrujar, encaixar, encravar, dobrar e empoçar.

Outro problema relativo a esse subgrupo reside em definir se realmente o verbo está calcado em um substantivo ou se este, ao contrário, consiste em uma derivação regressiva do verbo. Essa dúvida me assaltou, por exemplo, a propósito de dobrar. Se o substantivo dobra é que deriva de dobrar, este verbo deverá ser incluído no subgrupo tratado a seguir. Igual hesitação tive com abalar.

No entanto, não constitui objetivo desta dissertação atacar problemas diacrônicos dessa natureza. Tampouco me propus abordar exaustivamente cada subgrupo aqui definido. Por isso, passo ao terceiro e último.

O terceiro subgrupo, como estabelece LAGANE, é formado de "verbos radicais", isto é, verbos não-derivados de substantivos ou adjetivos mediante afixos. Durante todo o desenrolar desta seção já foi feita satisfatória exemplificação com verbos desse subgrupo: quebrar, estragar, derramar, girar, rodar, rodopiar. Muitos outros podem ser acrescentados. No entanto, aqui também a concorrência da forma pronominal com a intransitiva é bastante acentuada. De uma lista de quinze que organizei aleatoriamente, somente três estão previstos no NOVO AURÉLIO, com uso intransitivo; para os doze restantes, prescreve-se o emprego pronominal. Admitem-se como intransitivos: rachar, aumentar e rebentar. Constam como pronominais: fechar, abrir, amarrotar, derreter, escancarar, molhar, entupir, apagar, atolar, desmanchar, queimar.

Os afixos utilizados na formação dos verbos do primeiro e segundo subgrupos poderiam propiciar interessante estudo em continuação às idéias aqui expostas. Não me deterei no assunto, por não constituir objetivo desta dissertação.

Referi-me, por exemplo, ao fato dos adjetivos arroxeados e azulados serem definidos como "tirante a"... , o que indicaria um processo inacabado. PEREIRA (1923), inclui os prefixos a e ad entre os que "encerram a idéia de aproximação, proximidade ou tendência" (p. 219). Também adoentado foi visto como "um tanto doente".

Algumas indicações podem ser dadas, mas, tratando-se de questões que envolvem evolução lingüística, parece difícil estabelecer regras seguras. Basta lembrar que também esverdeado é definido como "tirante a verde". O mesmo PEREIRA, caracteriza os prefixos "ex - , es- , e" como encerrando idéia de "apartamento , separação, procedência" (p. 218).

Outro tipo de análise que se poderia fazer consistiria em tentar identificar nos prefixos traços como incoativo e outros, à semelhança dos autores que trabalham com decomposição lexical. Não sei, repito, até onde problemas diacrônicos dessa natureza evidenciariam tendências constantes, a ponto de se formularem esquemas de aplicação regular. Acima, por exemplo, foi citado o caso de amarelado e amarelecido.

3.1.8 Em síntese — Do exposto, parece ser possível afirmar como válida a estrutura casual para a caracterização de um grupo verbal. O esquema demonstra que, a partir de "algumas propriedades sintáticas e semânticas" comuns, podemos concluir que certos verbos são de um "tipo especial", agrupáveis, portanto, em classes (FILLMORE, 1967b: 129). Nesse plano abstrato existem restrições que se impõem aos elementos que ocorrem com todos os verbos do grupo. Por exemplo, que a entidade seja pensável como um objeto em si, e não como área em um todo maior.

A caracterização do significado específico do verbo depende dos traços idiossincráticos. Nesse mister, desempenha papel fundamental a referência. Os traços seletivos de um verbo específico são assinalados às entidades do mundo real que com ele co-ocorrem na frase. As propriedades postuladas das entidades são pressuposições para o emprego do verbo. Por exemplo, quebrar pressupõe resistência e rigidez no objeto a que ele imporá uma descontinuidade física; essa última "imposição" não é feita por dobrar, que, por sua vez, postula no objeto suficiente flexibilidade.

3.2 Formas com o pronome SE

3.2.1 Generalidades — Na subseção anterior já mencionei a concorrência da forma pronominal com a intransitiva no grupo verbal estudado. No meu dialeto a permanência do SE é bastante acentuada. Provavelmente, a maioria das pessoas ainda construiria as sentenças (1), (2) e (3) como (1.a), (2.a) e (3.a), respectivamente.

- (1) A porta abriu
- (1.a) A porta abriu-se
- (2) O barril esvaziou
- (2.a) O barril esvaziou-se
- (3) A vidraça quebrou
- (3.a) A vidraça quebrou-se

Mesmo nas camadas de gente iletrada esse fenômeno acontece, talvez até com maior incidência. Posso dar um exemplo interessante com o verbo assinar, que, embora não pertencendo ao grupo aqui estudado, revela a permanência das formas pronominais na região.

- (4) Dotô, a muié num si assina.

Ouvi a sentença (4) em meu escritório de advocacia, em Natal, como resposta de cliente a quem eu aconselhara alienar um imóvel, para saldar dívidas incômodas. O NOVO AURÉLIO registra a forma pronominal de assinar com o sentido de "subscrever o nome em documento". No caso da sentença (4), tratava-se de assinar escritura. Mas, nas camadas cultas brasilsiras em geral é de uso corrente apenas a forma intransitiva, também registrada no dicionário citado.

Acordar é outro verbo que nos meios "incultos" tem sempre

emprego pronominal, verificando-se, inclusive, a utilização da forma não-marcada SE, em lugar de uma marcada, como ME, na frase seguinte:

(5) Hoje eu se acordei cedo⁹

Dicionários bilíngües (inglês-português) costumam traduzir o verbo BREAK, quando intransitivo, sempre com a partícula SE. Vejamos, a título de ilustração, como se procede em dois deles.

No "Novo Dicionário/Barsa" consta, em relação ao verbo:

II vt. quebrar, romper, despedaçar...

III vi. quebrar-se, fragmentar-se, romper-se.

O "Novo Michaelis" registra:

v. 1. quebrar, romper(...)
38. quebrar-se, fragmentar-se.

Dicionários da língua portuguesa, no entanto, como o FERNANDES e o NOVO AURÉLIO, enfeixam, além do uso transitivo, dois outros empregos concorrentes — o intransitivo e o pronominal.

Vejamos o FERNANDES:

Q U E B R A R

Transitivo — Reduzir a pedaços; fragmentar: "quebrai esse mesmo vaso, fazei-o pedaços" (Vieira. Sermões, II, 369) (...)

Intransitivo — Romper-se, partir-se, fender-se; rachar, estalar... "Quebrou o mastro, e amarra, a panela, o copo" (Consistência) (...)

Pronominal — Romper-se, partir-se, rachar, estalar: "Quebrou-se o antigo duplice talisma" (Castilho, Escavações, 128)

O mesmo consta no NOVO AURÉLIO:

V. t.d.l. Reduzir a pedaços ; fragmentar; despedaçar: Quebrou o copo com raiva (...) Int.18. Romper-(se), partir-(se), fragmentar-se, despedaçar-se, despedaçar-se, rachar; quebrar-se (...)

P.31. Romper-se, partir-se; quebrar...

Os dois lexicógrafos citados simplesmente consideram quebrar (intransitivo) como equivalente a quebrar-se (pronominal).

Tentarei encontrar uma solução para o problema, à luz do modelo fillmoreano. Antes, porém, terei de deter-me em outros en-foques.

3.2.2 Um pouco de diacronia — Evidentemente, não pretendo tratar aqui do "pronome" SE em todas as suas manifestações, mas apenas enquanto ocorre com os verbos de mudança de estado. Para bem situar o problema, todavia, creio ser de interesse dis-correr um pouco sobre a origem do "reflexivo" no português. Mu-i-tos erros da gramática tradicional teriam sido evitados, se is-so tivesse sido feito.

Não quero aqui sustentar a necessidade de recorrer a estu-dos diacrônicos para explicar fenômenos lingüísticos em geral, mesmo porque seria abandonar o modelo que adoto nesta disserta-ção. Pretendo apenas mostrar que a gramática tradicional, tão in-buída de visão diacrônica, nem mesmo soube utilizar corretamente conceitos elucidativos que os estudos históricos proporcionam. O grande equívoco da gramática tradicional, no presente caso, con-sistiu em englobar numa categoria única — a voz — estruturas semânticas as mais diversificadas. Veremos adiante que tudo se deu quando se confundiu diátese (elemento pragmático) com voz (mera categoria formal). Deixemos de lado, por enquanto, a dis-tinção e consideremos diátese como sinônimo de voz.

A gramática greco-latina assinalava três vozes para os ver-bos: ativa, passiva e medial. O termo medial (ou média) se ori-gina no fato de essa voz ser considerada como intermediária en-tre as outras duas, tendo como papel, em princípio, "expressar que o sujeito do verbo está pessoalmente interessado na ação" (MARQU-ZEAU, 1969: 152).

No grego clássico, a voz medial tem formas próprias (dis-tintas, portanto, da ativa e da passiva), como, por exemplo, no indicativo futuro e aoristo de λύω [ˈlyɔ] :

(1')

	<u>Futuro</u>	
<u>Voz ativa</u>	λύσω	: desligarei
<u>Voz medial</u>	λύσομαι	: desligarei para mim mesmo
<u>Voz passiva</u>	λυθήσομαι	: serei desligado

Aoristo

<u>Voz ativa</u> ἔλυσα	: desliguei
<u>Voz medial</u> ἑλυσάμην	: desliguei para mim mesmo
<u>Voz passiva</u> ἐλύθη	: fui desligado

A tradução dada acima, com objeto indireto regido de para representa apenas uma das interpretações possíveis para a voz me dial, que pode expressar outros sentidos, como o da reflexiva di reta ou o da passiva.¹⁰ O grego moderno já só possui uma voz ati va e uma médio-passiva.

BENVENISTE (1966) chama a atenção para o fato de nossos hábitos de pensamento a respeito de voz encerrarem o seguinte er ro: entende-se que a oposição inicial seria entre ativo e passi vo. O próprio termo "média", forjado pelos gregos, ou seja, for- ma intermediária, fundamenta-se no preconceito de que essa voz seria um ponto de transição entre as duas outras, que, essas sim, seriam primitivas, a ativa e a passiva.

Mas a doutrina helênica não faz senão transpor em conceitos a particularidade de um certo es tado de língua. Esta simetria das três 'vozes' nada tem de or gânico. Certamente, presta-se a um estudo de sincronia lingüística, mas para um período da his tória do grego. No desenvolvi- mento geral das línguas indo-eu- ropéias, os comparatistas esta- beleceram de há muito tempo que o passivo é uma modalidade do médio, de que ele procede e com o qual guarda laços estreitos, mesmo depois de se constituir em categoria distinta. O estado in- do-europeu do verbo caracteriza- -se, portanto, por uma oposição de duas diáteses, ativa e média, de acordo com a denominação tra- dicional (p. 168)

Adiante, após enumerar verbos pertencentes a cada uma das duas classes, os "activa tantum" e os "media tantum", o grande lingüista francês define-os com precisão:

Destaconfrontação se abstrai ba- tante claramente o princípio de uma distinção propriamente lin- güística, calcada na relação en- tre o sujeito e o processo. No

ativo, os verbos denotam um processo que se consuma a partir do sujeito e fora dele. No médio, que é a diátese a definir por o posição, o verbo indica um processo cujo sujeito é a sede; o sujeito é interior ao processo. (p. 172)

Vejamos agora as implicações que essas idéias trazem à explicação da voz no latim. Como lembram ERNOUT e THOMAS (1964 : 201) os gramáticos antigos, com a palavra vox, designavam a "forma de uma palavra". Essa explicação é interessante para restabelecer a distinção entre voz e diátese, como faz SERBAT (1975):

Para evitar as confusões, é necessário distinguir a VOZ, que se define como uma categoria de estrutura formal, da DIÁTESE, que exprime a atitude do sujeito, sua posição em relação ao processo. (p. 130: grifos do autor).

Tomando-se por base a terceira pessoa do singular do indicativo, o latim tinha uma voz com desinência -t e outra com -tur. A primeira costuma ser atribuída aos verbos ativos, como em — miles ferit hostem (o soldado fere o inimigo) — em que é possível identificar: um processo, um agente exterior a ele e um paciente. Mas observa SERBAT (ibid., p. 129-30) é possível identificar outros valores: miles currit (o soldado corre); miles accipit vulnus (o soldado recebe um ferimento); miles jacet (o soldado está estendido no chão); miles pallescit (o soldado empalidece); miles vivit (o soldado está vivo).

Diante disso, conclui o mesmo autor:

o termo ativo não exprime senão muito parcialmente as relações que unem o sujeito gramatical e o processo. (p. 130)

A expressão — voz ativa —, que indica mera categoria formal, será mantida apenas por comodidade, pois é evidente que

a atitude do sujeito em relação ao processo. (isto é a DIÁTESE) é variável de acordo com os verbos; é ela a de um agente, ou de um veículo ou mesmo de um paciente. Uma mesma voz — aqui dita ativa — é, portanto, o supr

te de valores muito diferentes do ponto de vista da diátese (p. 130)

A forma em tur engloba três valores: a) o passivo extrínseco (hostis feritur a milite — o inimigo é ferido pelo soldado), em que se identifica um agente exterior ao processo — a milite; b) o passivo intrínseco ou médio-passivo (filius lavatur — o filho se lava), em que o próprio sujeito é agente do processo, que recai sobre si mesmo, não sendo este agente, portanto, exterior ao processo; c) o depoente (loquitur — ele fala; nascitur — ele nasce). Diferentemente do que ocorre com os verbos dos itens a e b, os depoentes não admitem a desinência -t (miles ferit hostem, filius lavat). Segundo autores, o depoente corresponde ao medial indo-europeu. O termo, ensina MAROUZEAU (1969: 71), tem origem em que, para os gramáticos antigos, o verbo aparece como "incompleto, desmunido (lat. deponens) ao mesmo tempo das formas do ativo e dos significados do passivo." (grifo do autor).

Ainda vale a pena citar o seguinte trecho de SERBAT, pois a mesma falta de lucidez dos gramáticos quanto aos diversos valores da voz em -tur, será transferida, nas línguas românicas, para o que se chamará, com rótulo único, "voz reflexa":

A voz em -tur compreende, portanto, todas as formas estudadas sob a etiqueta de "passivo, médio-passivo e depoente" (...) e, aliás bastante surpreendente que (os pesquisadores) se tenham de tal modo apegado a reduzir as divergências em diátese da voz -tur, quando aceitavam muito constantemente, sem surpresa, a extraordinária variedade dos valores em diátese da voz "ativa" -t. (p.132); grifos do autor).

Abordando a evolução do latim para as línguas românicas, SERBAT, depois de lembrar que a forma em -tur desapareceu por volta do século VII e VIII, aponta como a "inovação mais notável a criação de uma voz PRONOMINAL", que já apresentava sintomas no latim, e.g. Plauto: cruciatur/se excruciat (ele se atormenta) (p. 133)¹¹. Também ERNOUT e THOMAS (p. 214) referem a tendência pronominal no latim, não apenas com o sentido "reflexivo", mas também: a) com simples valor intransitivo. — quó tu te agis? aonde

vais? (Plínio) — b) com valor de interesse (dativo) — et sic, quia sera erat, gustavimus nobis: e assim, porque já era tarde, tomamos a nossa merenda — c) como passivo — Myrina quae Sebastopolim se vocat — Mirina que se chama Sebastópolis (Plínio).

Em conclusão, observa mais uma vez SERBAT:

No latim popular de época tardia, constata-se assim a tendência a inserir, sobretudo para os verbos intransitivos, uma referência ao sujeito — sob a forma do pronome REFLEXIVO — no seio do predicado verbal. Finalmente a nova "voz pro nominal" recobrirá, por sua vez, um largo leque de valores em diáteses (p. 133-4).¹²

Antes de concluir este item, convém lembrar que também no grego igual tendência pode ser evidenciada, como observa FREIRE (1947: 88)

N.B. — O pronome reflexo pode substituir a voz média.

Ex.:

desligo-me $\epsilon\mu\alpha\upsilon\tau\acute{o}\nu\ \lambda\acute{\upsilon}\omega$ (ου:λύομαι);
exercito-me $\epsilon\mu\alpha\upsilon\tau\acute{o}\nu\ \gamma\upsilon\mu\acute{\nu}\alpha\zeta\omega$
(ου:γυμνάζομαι)

3.2.3 A gramática tradicional — A gramática tradicional no Brasil perpetua o erro de incluir numa só categoria formal — a voz — diáteses diversas. Praticamente não se fizeram progressos decisivos em relação aos trabalhos de Eduardo Carlos Pereira e Manuel Said Ali. Ao contrário, houve muita "gramatiquice" em to no do pronome SE, que se constitui uma das "dificuldades da língua portuguesa".

Em PEREIRA (1948)¹³ encontramos as seguintes definições:

A AÇÃO VERBAL pode ser praticada pelo sujeito, como: O soldado feriu o preso; ou recebida por ele, como: O preso foi ferido pelo soldado; ou, ainda, praticada e recebida pelo mesmo sujeito, como: — o soldado feriu-se. No primeiro caso o sujeito é o AGENTE da ação verbal, e o verbo se diz estar na voz ATIVA; no segundo, o sujeito é o RECIPIENTE ou PACIENTE da ação verbal, e o verbo se diz estar na voz passiva; no terceiro caso o sujeito é, ao mesmo tempo, AGENTE e o PACIENTE da ação verbal, e o ver

bo se diz estar na voz MÉDIA ou REFLEXA.

O VERBO, pois, em sua expressão característica preeminente, assume três aspectos fundamentais em relação a seu sujeito; as três vozes — a ATIVA, a PASSIVA e a REFLEXA, são três maneiras em que podemos encarar o enunciado verbal em relação à pessoa ou coisa a que é atribuído.

Nota: — Só na voz ativa tem o verbo formas simples ou sintéticas: amar, ferir; nas outras tem ele forma composta ou analítica: ser ferido — amar-se, ferir-se (p. 120; grifos do autor).

Em outros tópicos da mesma obra, o autor desenvolve ainda os mesmos conceitos:

O verbo REFLEXIVO denomina-se PRONOMINAL por vir sempre acompanhado de um PRONOME oblíquo da mesma pessoa que o sujeito, pronome que tem por função indicar a reflexibilidade (p. 164; grifos do autor).

Adotado o critério formal, o gramático tem necessidade de distinguir pronominais essenciais (e.g. arrepender-se, queixar-se) dos acidentais (v.g. amar-se, louvar-se), bem como a de estabelecer toda uma casuística do pronome SE, inclusive com os verbos neutros ou intransitivos (dormir, estar, viver, cair, etc.). Sob o título "O REFLEXIVO SE" (p. 329-37) e a partir de exemplos, o autor explora seis casos de emprego do pronome:

- | | | |
|----|--|---|
| 1. | { (5.a) Ele feriu-se | — objeto direto (voz reflexa) |
| | { (5.b) Ele se arroga o direito | — obj. indireto (voz reflexa) |
| 2. | { (6.a) Ele se arrependeu | — objeto direto <u>aparente</u> ou <u>fictício</u> (<u>reflexão atenuada</u>) |
| | { (6.b) Ele se vai embora | — (extensão do caso anterior de reflexão atenuada, para expressar <u>espontaneidade de ação</u>) |
| 3. | (7) Ele e ela amavam-se reciprocamente | — objeto direto (<u>reciprocidade</u>) |

4. (8) Alugam-se quartos — partícula apassivadora ou apassivante.
5. { (9.a) Vive-se
(9.b) Entra-se na sala } { passiva impessoal, sujeito indeterminado — no latim: sic itur ad astra }
6. (10) Ama-se a Bernardes — (passiva impessoal)

Para os objetivos desta dissertação interessa sobretudo discutir sentenças do tipo (8), que correspondem ao quarto caso estudado por PEREIRA. Muitos gramáticos¹⁴ tentaram encontrar novas soluções para as diversas ocorrências do SE, estabelecendo distinções e alterando rótulos, influenciados sobretudo pelos trabalhos de SAID ALI ou por SILVEIRA (1960); mas, na realidade, as ousadias não podem ir longe, tendo em vista o estabelecido na Nomenclatura Gramatical Brasileira:

f) voz:

ativa

passiva { com auxiliar
com pronome apassivador

reflexiva

(...)

Entre as denominações reflexiva, reflexa e media, para designar uma das vozes, preferiu-se a primeira, que traz o sufixo das outras denominações das vozes.
(NASCENTES, 1959: 21)

Sentenças como (1.a), (2.a) e (3.a) deveriam ser consideradas equivalentes a (1.b), (2.b) e (3.b):

(1.b) A porta foi aberta

(2.b) O barril foi esvaziado

(3.b) A vidraça foi quebrada.

As sentenças (1) e (2), de uso corrente no Sul do País, seriam solecismos? Com efeito, omitida a partícula apassivadora SE, com base em que seriam analisadas essas sentenças como passivas? E, uma vez que lexicógrafos como AURÉLIO e FERNANDES admitem o emprego de quebrar sem SE, o que dizer da sentença (3)? Não é apenas com o verbo quebrar (para ficar somente no terceiro subgrupo estudado na seção anterior) que os citados lexicógrafos admitem concorrentemente as formas transitiva e pronomi-

nal. Lembro, por exemplo, o verbo rachar, registrado no NOVO AU RÉLIO com as duas formas.

(11) O rapaz rachou o vaso com um murro

(12.a) O vaso rachou-se

(12.b) O vaso rachou

Se (12.a) corresponde a (12.c), abaixo, como explicar (12.b)?

(12.c) O vaso foi rachado.

Para considerar a sentença (8) como passiva, PEREIRA se baseia no fato de o termo "quartos" referir-se a seres inanimados. (p. 331). Ora, o mesmo aconteceria com vaso em (12.a) e (12.b), transferindo-se o problema para o grupo verbal aqui estudado. O que surpreende é que PEREIRA demonstra conhecimento do sentido da voz medial no grego e no latim (cf. p. 164).

Bem mais lúcida (embora muitas vezes esquecida pelos gramáticos) é a posição de SAID ALI¹⁵. Na Gramática Secundária da Língua Portuguesa já o autor estabelece como uma das significações da voz medial ("verbo conjugado com o pronome reflexivo") a seguinte:

Estado ou condição nova, equivalendo a forma reflexa à combinação de ficar com particípio do preterito:

Renato feriu-se nos espinhos
[= ficou ferido]

O menino afogou-se no rio [= ficou afogado]

O gelo derreteu-se [= ficou derretido]

Carlos zangou-se com o irmão
[= ficou zangado] (p. 96)

Na sua Gramática Histórica da Língua Portuguesa, o mesmo autor relaciona uma série de verbos que têm como sujeito "um nome de coisa", e, desta forma, "a voz medial significa que a ação se executa por si mesma no objeto de que se fala":

O prédio incendiou-se, a vida extinguiu-se, a luz apagou-se, a água congelou-se, o gelo derreteu-se, o leite estragou-se, a árvore desfolhou-se, o véu rasgou-se, o vestido descosou-se, a nuvem desfez-se, a parede fendeu-se, a epidemia alastrou-se, a tabua despregou-se,

o rochedo despenhou-se, o galho bifurca-se, a flor abriu-se, o tronco partiu-se, a água sumiu-se, o navio perdeu-se, a retina descolou-se, a pupila dilatou-se, a ferida abriu-se.

É como se disséssemos ficou incendiado, ficou extinta, apagada, congelada, etc.

Nestas frases os verbos na forma medial denotam atos espontâneos, sem agente ou causa aparente. A linguagem, aproveitando-se desta facilidade, torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata como se espontâneos fossem atos emanados de agente que não se quer ou não se sabe mencionar. Tal a origem de vendem-se casas, alugam-se quartos, aluga-se a rua, desbarata-se a fortuna, etc. Mas aqui, sendo latente a noção de agente humano, costuma-se colocar o substantivo no lugar que compete ao objeto direto, isto é, depois do verbo. Algumas vezes basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em estraga-se a roupa e a roupa estraga-se. (p. 179); grifos do autor).

No artigo — O Pronome SE — em Dificuldades da Língua Portuguesa, SAIB ALI retoma o conceito de voz média para interpretar o SE no português, demonstrando a inadequação dos esquemas tradicionalmente adotados e os preconceitos determinantes de explicações distorcidas. O SE é, no português, o "elemento formativo do medial analítico" (p. 92).

Quando atribuíram a — vendem-se casas — um sentido passivo, os gramáticos foram envolvidos por três preconceitos: a) o SE, derivando de um acusativo latino, não poderia exercer função de sujeito, privativa dos pronomes do caso reto; b) ressaltados os casos dos verbos impessoais, a sentença deve ter sempre um sujeito (e, por sujeito, entenda-se agente); c) somente uma influência errônea do francês (o termo "on") poderia levar

a considerar o vocábulo SE como sujeito em sentenças como — ven de-se casas.

Por isso, sentenças desse tipo são consideradas como passivas (e o SE, em consequência, é denominado partícula apassivadora), efetuando-se a concordância com o nome "casas". Isso, no entanto, contraria a intuição do falante nativo. Nenhuma pessoa interessada em alugar casa para morar procuraria o proprietário de imóvel que tivesse em sua frente a tabuleta — esta casa é alugada; ao contrário, o futuro locatário procuraria o dono do imóvel, se na tabuleta estivesse escrito — aluga-se esta casa.

Em geral, os gramáticos e lingüistas brasileiros recorrem a autores de língua espanhola, para identificar pontos comuns no tratamento do SE, nas duas línguas. PEREIRA (1948: 164), por exemplo, adota pontos de vista de Andrés Bello. Muito conhecido e citado é o trabalho de BABCOCK (1970), que arrola aqui, neste item reservado à gramática tradicional, porque: a) a autora nem mesmo aceita a rigor o modelo gerativista de CHOMSKY; b) no que toca ao grupo verbal estudado nesta dissertação, apela simplesmente para o esquema da voz medial e não aduz contribuições revolucionárias, a meu ver, embora defina a sua gramática com um rótulo novo — "configurational grammar"¹⁶.

Para o presente trabalho, interessa referir apenas o que consta no capítulo V da obra, intitulado "The Parameters of The Middle Voice", em que a autora estuda os reflexivos "em certas construções intransitivas-simples" (p. 55).

Com esse objetivo, observa que, além dos casos de identidade estrita entre sujeito e "outro constituinte" (o verdadeiro reflexivo), como em — María cree en María — María cree en sí misma (p. 27) — pode ainda o reflexivo indicar outro tipo de coincidência, com verbos factitivos, causativos e estativos. Esta última possibilidade é caracterizada em relação a médio-passivos causativos, em função de um novo estado:

Com esses verbos o objeto resultante ou o novo estado criado pela atividade verbal coincide com o, e pode ser uma PARTE do, sujeito. (p. 55)

Diretamente relacionados com o assunto da presente dissertação, dentre esses "médio-passivos causativos" estariam os ver

bos que BABCOCK chama "translativos" ("coming into a new state"), de que se podem dar os seguintes exemplos — la ropa se secaba al sol; la nieve se derrite al sol; cuandollueve se moja la tierra. (p. 60)

Na realidade, o seu estudo do SE, com base na categoria voz medial torna-se extremamente complicado, reclamando a toda hora regras "ad hoc", subclassificações e subdivisões, conforme o verbo seja causativo, factitivo, estativo, depoente, etc. Não se presta como mecanismo interpretativo satisfatório, pois é a própria BABCOCK que diz: "O único traço que todos os médios têm em comum ... é esta incorporação do sujeito ao predicado" (p.69).

BENVENISTE já chamava a atenção para a falha básica dessa conceituação de voz, em termos de um mero relacionamento do verbo com o sujeito, em vez de recorrer-se a traços lexicais do verbo, de maneira que, por exemplo, se fizesse "coincidir a diferença do ativo e médio com a dos verbos de ação e estado" (1966: 172). No plano semântico, a voz medial assume acepções as mais diversas, de língua para língua, de modo que, como observa o mesmo BENVENISTE, para darmos cobertura a fatos tão esquivos, temos de recorrer a uma definição vaga (como a que foi dada acima por BABCOCK), a ponto de o conceito parecer mero "fantasma" (p.170).

3.2.4 Solução à luz da gramática casual — Neste item, adoto, para uma explicação sincrônica do pronome SE, algumas sugestões fornecidas por GOLDIN (1968) e SCHROTEN (1972), inspiradas na teoria de FILLMORE.

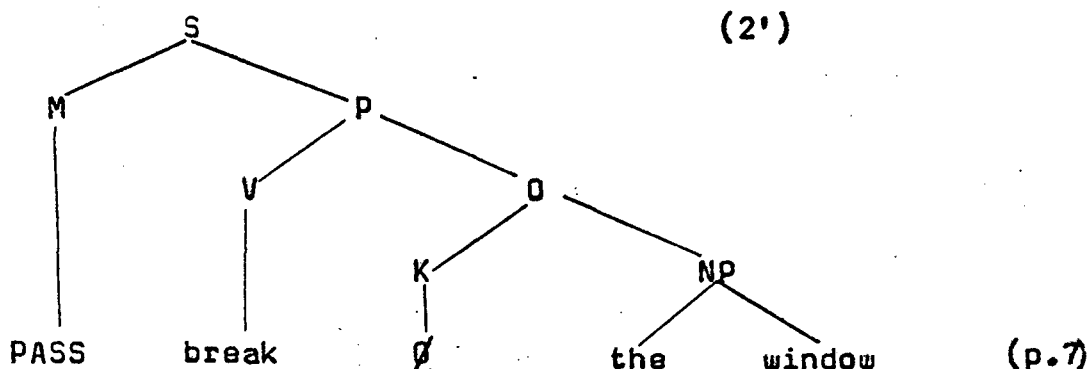
Embora seja óbvio, devo mais uma vez declarar que meu objetivo será encontrar explicação para a ocorrência do "reflexivo" com os verbos de mudança de estado, assunto desta dissertação. Por outro lado, embora tenha de referir-me rapidamente a fenômenos de superfície, somente os abordarei de forma sistemática na próxima subseção. Evidentemente, também serão mostradas diferenças estruturais entre o português e o espanhol, idioma em que os autores acima citados estudaram o assunto.

Para GOLDIN, a sentença espanhola (13) tem a mesma estrutura profunda da inglesa (14), representada (sua estrutura subjacente) no diagrama (2').

(13) La ventana se rompió

(14) The window broke

(p. 17)



Para o espanhol, no entanto, será necessário formular a seguinte regra de inserção do pronome reflexivo:

R1 Se está presente um verbo que toma um Agente animado, mas o Agente não aparece na sentença, é inserido um pronome como parte da estrutura verbal.

Como argumento em favor dessa regra com Agente apenas potencialmente presente, GOLDIN compara a sentença gramatical (15) com a (16), que é agramatical, se referida a um Agente animado.

(15) En el ejército se camina todo el día

(16) *se fluye. (p. 15-6)

SCHROTEN critica a posição de GOLDIN, sustentando, entre outras objeções, que a R1, de inserção de pseudo-reflexivo (já que GOLDIN usa a expressão "um pronome como parte da estrutura verbal") é paralela à R2 seguinte e com ela colide.

R2 Quando há SNs idênticos na sentença, um dos quais é sujeito, o que não é sujeito toma a forma de um pronome reflexivo. (p. 79)

Como se explica, então, a diferença de mecanismos entre o verdadeiro reflexivo (R2) e o pseudo-reflexivo (R1)? Com um mesmo verbo podemos ter a inserção do pronome, porque há um Agente, e outra inserção, porque não há Agente expresso (mas só potencial), como em (17) e (18):¹⁷

(17) O rapaz moveu-se com rapidez

(18) A roleta moveu-se com rapidez

Não adotarei totalmente a posição de SCHROTEN, que, como solução final, proporá conciliar o modelo de FILLMORE com o de CHOMSKY. Mas o autor aponta algumas diretrizes interessantes: a) a aplicabilidade do processo de subjetivização por cópia, expos

to por FILLMORE, à explicação das reflexivas; b) a interpretação do SE com os verbos de mudança de estado como reflexivo; c) o caráter de partícula dispensável que o pronome assume com esse grupo de verbos.

Para entendermos a aplicação do processo de subjetivização por cópia à reflexivização, vejamos primeiro, como um esquema de "case grammar" pode ser explicada a reflexivização em geral.

Normalmente, os autores partem das idéias desenvolvidas por LEES e KEIMA (1963), pressupondo para toda pronominalização a repetição de um mesmo referente.

(19) Pedro feriu Pedro → Pedro feriu-se

A sentença — Pedro feriu-se — tem (20) como paráfrase; além disso, é possível fazer-se a substituição do SE por outros constituintes em construções normais, como em (21) e (22):

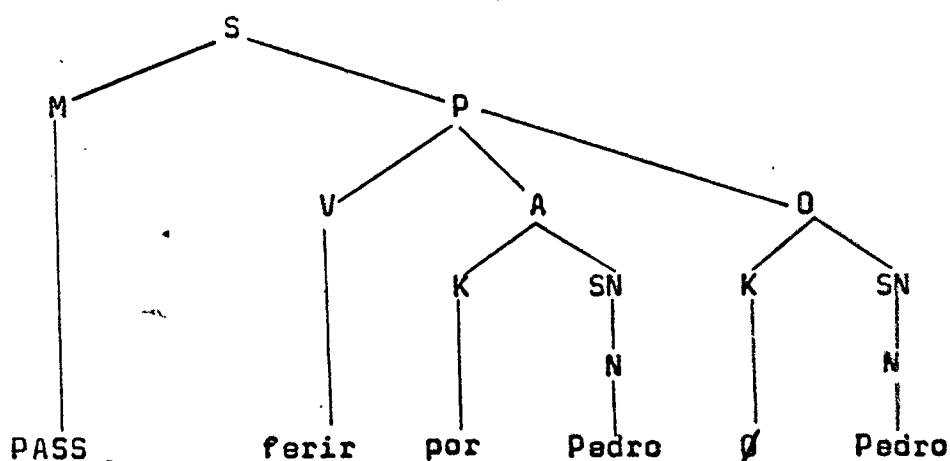
(20) Pedro feriu-se a si mesmo

(21) Pedro feriu o gato

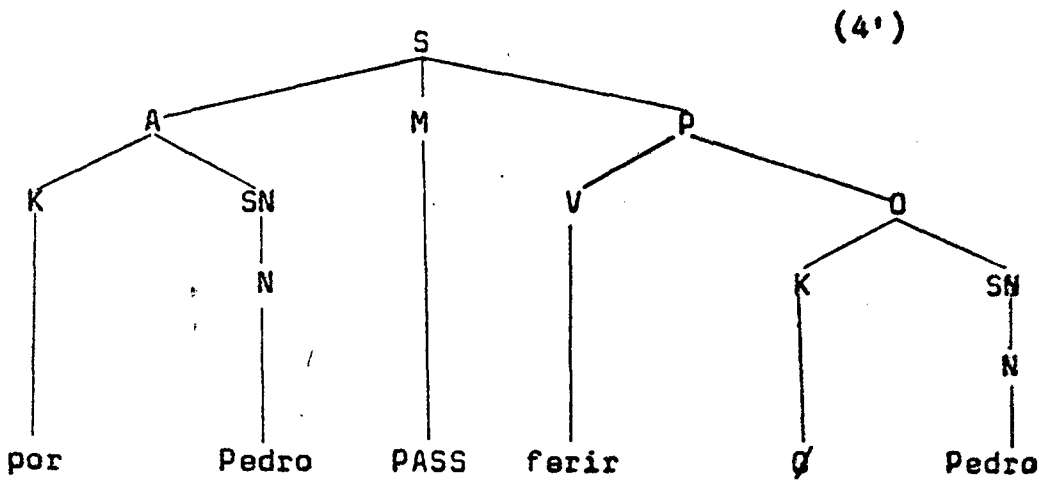
(22) Pedro feriu o seu próprio braço.

Num esquema de gramática casual, modelo de 1968a, tem-se a seguinte representação arbórea para a estrutura profunda da sentença referida.

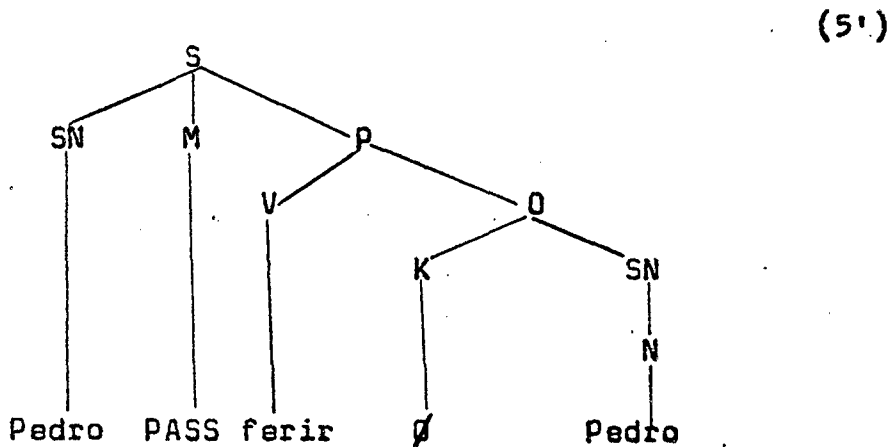
(3')



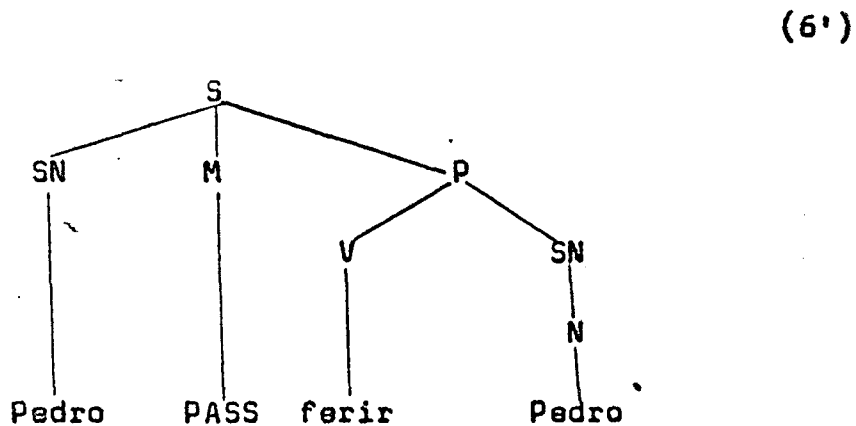
O Agente é subjetivizado, deslocando-se para antes de Modalidade:



Há uma regra geral de apagamento do marcador de caso do nó-dulo subjetivizado. Tem-se, então, o seguinte resultado:



Não havendo preposição específica para o caso Objeto, apaga-se também o seu marcador usual \emptyset . Isso resulta:



Como os dois SNs são co-referenciais, efetua-se a transformação de reflexivização, substituindo-se o segundo SN pelo refle

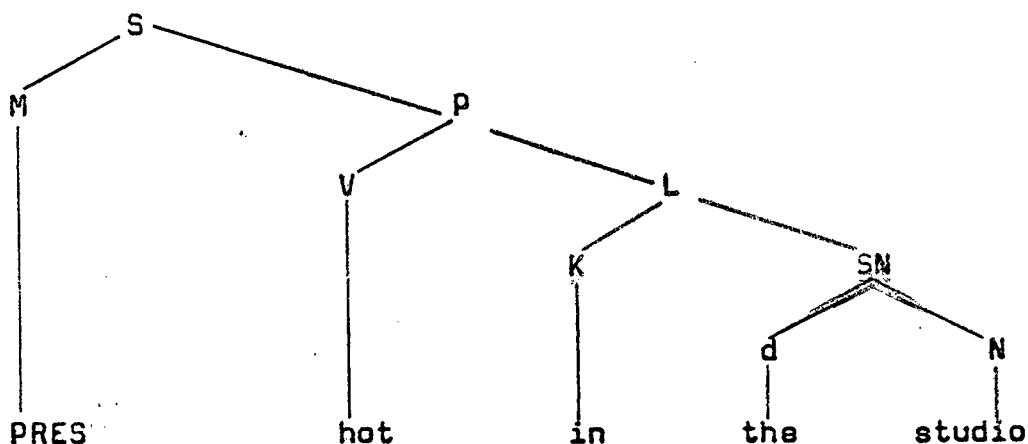
xivo SE. Assimilado o elemento M pelo verbo e realizadas as transformações afixais, tem-se a sentença: Pedro feriu-se

Vejamos agora o processo de subjetivização por cópia. Para elucidá-lo, FILLMORE assim se expressa:

Algumas vezes os sujeitos são criados não enquanto se move um dos elementos casuais para a posição sujeito, mas copiando-se um determinado elemento nessa posição (p. 41)

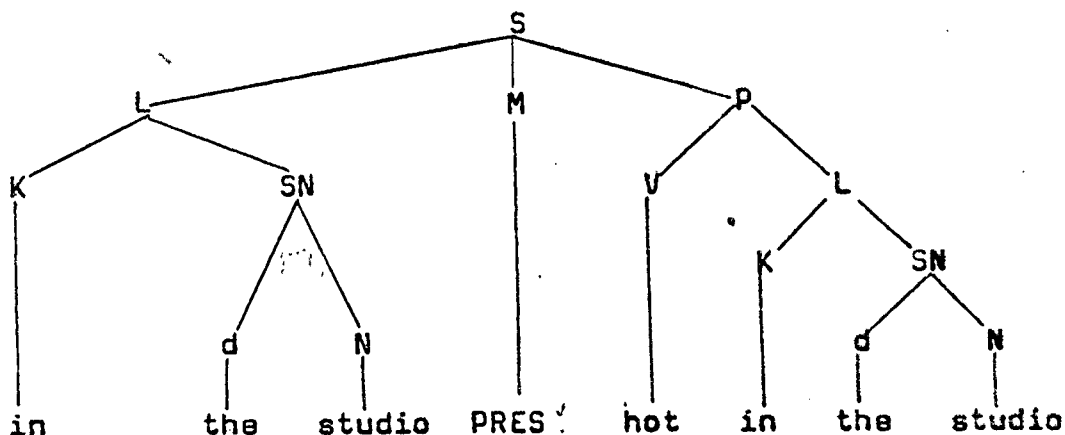
Podemos ver, a título de exemplificação, como FILLMORE explica a criação do sujeito com "hot", que tem [L] como "frame feature". A partir de uma estrutura profunda única, pode-se ter duas sentenças na superfície. A estrutura profunda única é a seguinte:

(7')



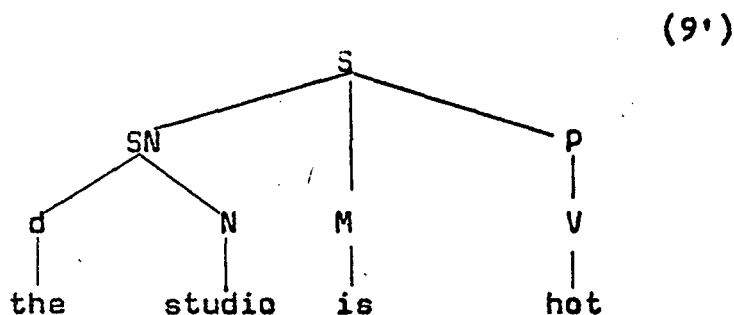
Copiando-se o L, na posição-sujeito, ou seja, antes do componente Modalidade, tem-se o seguinte:

(8')



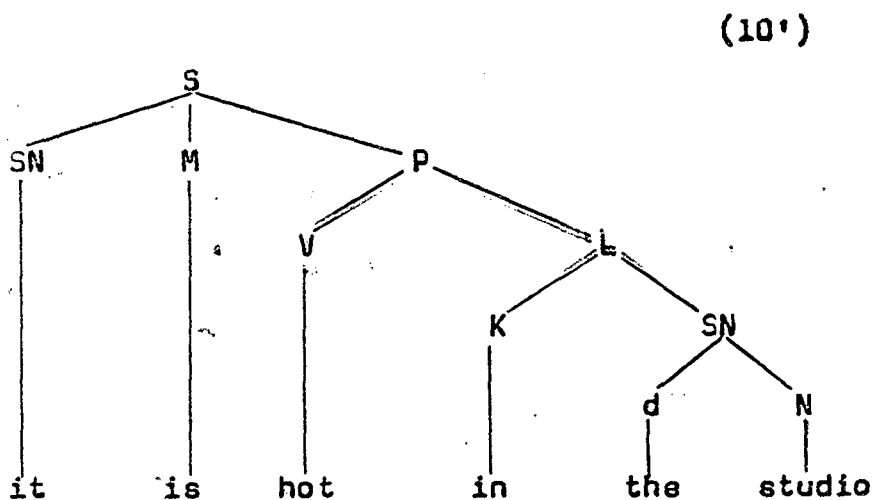
A partir daí, a sintaxe inglesa permite duas soluções transformacionais.

A primeira consiste em simplesmente apagar o segundo nóduo L, dominado diretamente por P:



Evidentemente, o resultado acima se faz presente depois da aplicação de uma série de transformações de rotina: apagamento da preposição do constituinte subjetivizado, cujo nóduo passa a constituir-se simplesmente do SN dominado por ele anteriormente; inserção de BE, porque hot não pode assimilar o tensa da Modalidade, efetivação das transformações afixais.

A outra solução possível na língua inglesa consiste em substituir a primeira cópia pela forma pronominal apropriada: IT.



Voltemos agora a SCHROTEN. Acima foi dito que seriam aproveitadas dele três sugestões. A primeira — a aplicabilidade do processo de subjetivização por cópia à reflexivização — já poderá ser entendida, com base no exposto acima. A segunda trata da interpretação do SE com os verbos de mudança de estado, como pronom reflexivo. Mas para abordar esse item será necessário compre-

ender uma distinção estabelecida pelo autor.

Para SCHROTEN há, no espanhol, sentenças pseudo-reflexivas e sentenças reflexivas. As pseudo-reflexivas compreendem 4 tipos, representáveis pelas sentenças de (23) a (26), com correspondentes em português:

- | | |
|------------------------------------|-------------------------------|
| (23) se venden los libros | — vendem-se os livros |
| (24) se adora a los héroes | — adora-se aos heróis |
| (25) se busca un criado | — procura-se um criado |
| (26) se ve que el chico
trabaja | — vê-se que o menino trabalha |

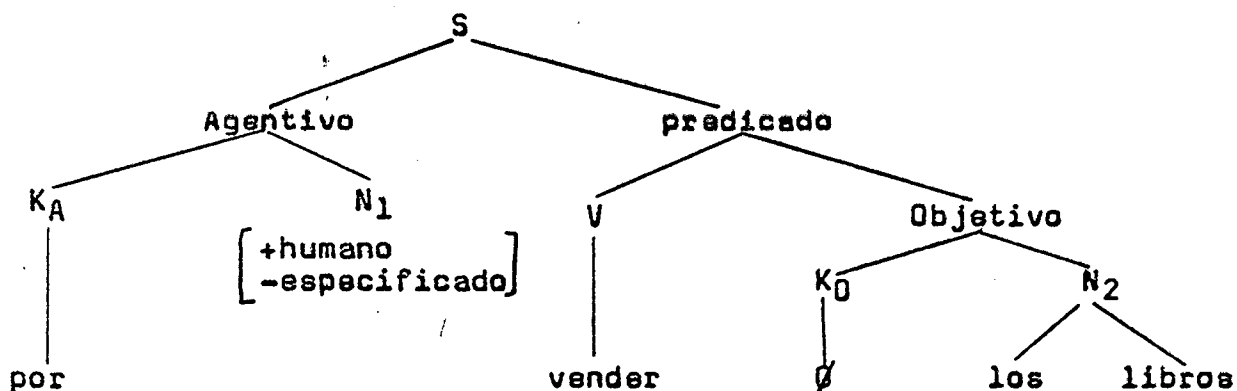
As sentenças reflexivas (verdadeiras) compreendem 10 tipos, representáveis pelas sentenças de (27) a (36), afora um grupo de difícil classificação:

- | | |
|---|---|
| (27) Juan se afeitó | — João barbeou-se |
| (28) Juan se cortó el dedo | — João se cortou o dedo |
| (29) Juan se asustó | — João assustou-se |
| (30) La nieve se derritió | — A neve derreteu(-se) |
| (31) Juan se levantó | — João levantou-se |
| (32) Juan se fue | — João foi-se |
| (33) Juan se bebió el vino | — (sem correspondente) |
| (34) Juan se creía que que
tería razón | — João cria-se tendo razão
(João acreditava ter razão) |
| (35) Juan se esforzó por
hacerlo | — João esforçou-se por fazê-
-lo |
| (36) Se le secaron las lá-
grimas | — (secaram-lhe as lágrimas) |

Na realidade, o que interessa diretamente aqui é estudar sentenças do tipo (30). Mesmo assim, convém elucidar a distinção feita por SCHROTEN, bem como expor suscintamente os mecanismos de gramática casual com que ele representa a estrutura subjacente dos dois tipos de sentenças.

As pseudo-reflexivas caracterizam-se por derivarem de "estruturas profundas contendo Agentivos humanos totalmente não-especificados" (p. 70). Assim, uma sentença como (23) tem a seguinte estrutura profunda:

(11')



Para que se dê a derivação, será necessário aplicar a R3 seguinte, que SCHROTEN denomina "Regra Transformacional de Pseudo-Reflexiva, abreviada como T-PSEUDO-REFLEXIVA" (p. 65)

R3 Agente totalmente não-especificado+Verbo+Objetivo
 \implies Objetivo + Verbo + Objetivo (p. 65)

Como já foi dito, SCHROTEN pretende conciliar o modelo fill moreano (do 1968a) com o chomskyano. Por isso, propõe a regra de reescrita (R4), a seguir, necessária à compreensão de R3, bem como das figuras (11'), acima, e (13'), que logo formularei.

- R4 (i) Sentença \longrightarrow Agentivo + Predicado
 (ii) Predicado \longrightarrow V + Objetivo + (Dativo)
 (iii) $\begin{bmatrix} \text{Agentivo} \\ \text{Objetivo} \\ \text{Dativo} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} K_A \\ K_0 \\ K_D \end{bmatrix} + N$
 (iv) N \longrightarrow [+ N]
 (v) [+ N] \longrightarrow [+ animado] / $\left. \begin{matrix} \{ K_A \} \\ \{ K_D \} \end{matrix} \right\} -$
 (vi) [+ N] \longrightarrow [- animado] / K_0
 (vii) [+ N] \longrightarrow [\pm especificado]
 (viii) [+ animado] [\pm humano] (p.66)

Assim, a descrição estrutural e a mudança estrutural dadas por R3 pode ser representada da seguinte forma:

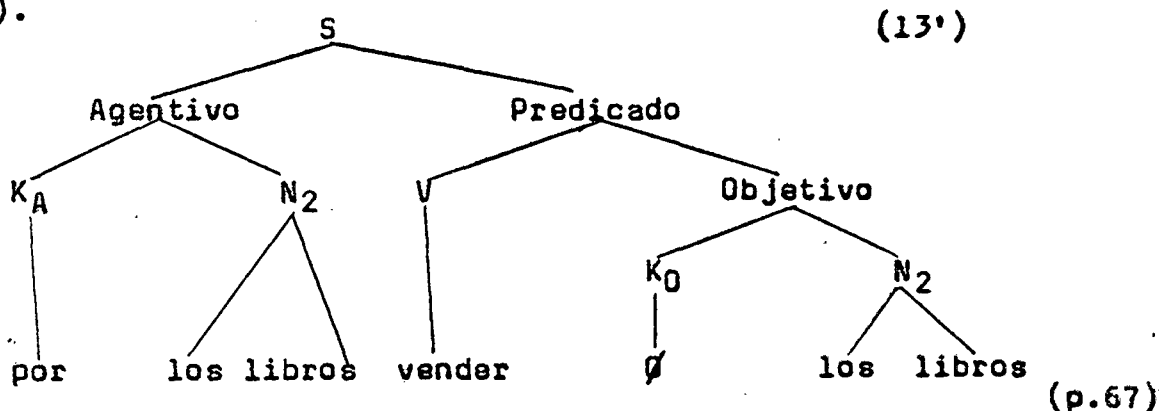
(12')

T — Pseudo-Reflexiva

	$K_A + N_1$		$+ V + K_O + N_2 + X$		
	$\begin{bmatrix} +\text{humano} \\ +\text{n\~{a}o-especificado} \end{bmatrix}$				
Descrição					
estrutural:	1	2	3	4 5	
Mudança estrutural:	1,2,3,4,5 \implies 1 4, \emptyset , 3, 4, 5				

(p.66)

Como se vê, o nóculo N_1 , dominado por Agentivo, antes vazio de elementos lexicais, passou a dominar os mesmos elementos de N_2 , dominado por Objetivo. Tem-se, então, na mesma sentença, os elementos rotulados como 4 (los libros), repetido. O N_1 com os traços $[+ \text{humano} + \text{n\~{a}o-especificado}]$ passa a \emptyset na mudança estrutural. Na representação arbórea, (11') passa a ser visto como (13').



Para que se obtenha agora a sentença (23) será necessário aplicar a "regra transformacional reflexiva". Esta regra será formulada adiante, a propósito dos reflexivos (verdadeiros). Para o que interessa no momento, SCHROTEN considera suficiente a versão normalmente encontrada nas gramáticas:

Se o objeto de uma sentença é idêntico ao sujeito dessa mesma sentença, esse objeto deve ser substituído pelo pronome reflexivo (p. 66).

Evidentemente, outras transformações serão exigidas, como de rotina — o apagamento da preposição do elemento subjetivado, as transformações afixais, etc.

Estudadas as pseudo-reflexivas, passo a expor o que o autor escreve sobre as (verdadeiras) reflexivas. Estas são caracterizadas negativamente: são as sentenças que não têm, na estrutura subjacente, um Agente humano totalmente não-especificado.¹⁸

A sua derivação se faz mediante a R5 abaixo, denominada "T-Reflexiva":

R5 Se, na mesma sentença, há dois SNs referentes à mesma entidade e tendo a mesma representação lexical, e se um dos SNs é o sujeito dessa sentença, então o SN que não é sujeito toma a forma de um pronome reflexivo.

(p. 96)

Sentenças como (27), cujo sujeito na forma superficial é um Agente, não oferecem problema, pois derivam claramente de uma estrutura subjacente que encerra a condição para a aplicação de R5. Apenas para demonstração, podemos simplificar essa estrutura profunda em: Pedro-PASS-afeitar-Pedro (Pedro-PASS-bear-bear-Pedro).

Há, no entanto sentenças como (30), que oferecem problema. Ora, justamente o que se pretende esclarecer aqui é o mecanismo da forma reflexiva com os verbos de mudança de estado e a eventual omissão do pronome. A sentença (30), como (1), (2) e (3) constituem a preocupação central desta subseção.

Vou expor rapidamente o pensamento de SCHROTEN, para em seguida apresentar o meu ponto de vista, pois não considero satisfatória e adequada a solução apresentada por aquele autor.

Ao estudar o processo de formação do sujeito por cópia, desenvolvido por FILLMORE (1968a), SCHROTEN encontra a solução para identificar um Agente na estrutura subjacente de sentenças como (30).

Já foi vista (p.134-5 desta dissertação) uma demonstração desse processo: a partir da estrutura profunda — PRES-hot-in-the-studio — podemos obter em inglês as sentenças (37) e (38):

(37) It is hot in the studio

(38) The studio is hot

Também explorando o processo de cópia, FILLMORE (1968a:45-7) deriva as sentenças (39), (40) e (41), abaixo, a partir de uma estrutura única como — PRES-many-toys-in-the-box:

(39) Many toys are in the box.

(40) There are many toys in the box

(41) The box has many toys in it

Mas, observa SCHROTEN (p. 48), em vez das sentenças (37) e (40), nós poderíamos ter simplesmente (37.a) e (40.a):

(37.a) It is hot

(40.a) There are many toys

Destarte, nas sentenças acima, o caso L, existente na estrutura profunda, "não seria foneticamente realizado" (...not realized phonetically" — p. 48).

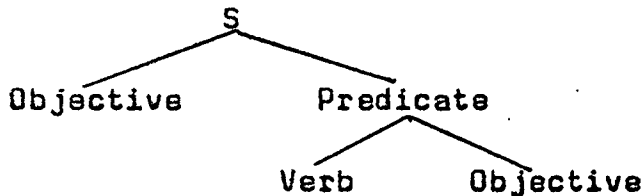
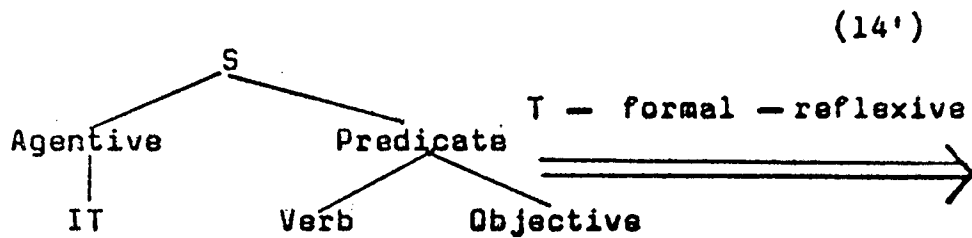
Diante disso, SCHROTEN propõe o seguinte: além dos Agentes normais e dos Agentes humanos inteiramente não-especificados, há os AGENTES FORMAIS ("FORMAL AGENTIVES") (p.49)

Qual será, então esse AGENTE FORMAL que SCHROTEN postula para os verbos de mudança de estado? É ele representado pelo vocábulo inglês IT. É bom lembrar, para acompanhar o raciocínio do autor, o que consta da R4(i), isto é, toda sentença se reescreve como Agente (ou Agentivo) + Predicado.

A derivação de sentenças como (30) vai exigir que antes da aplicação de R5, seja aplicada R6, que propicia a condição de aplicabilidade de R5 e que SCHROTEN chama: T — FORMAL REFLEXIVE (Transformação de Reflexivo Formal). Vejamos, então, para a descrição e a mudança estrutural de sentenças como (30), a R6:

R6			
	Agentivo [+formal]	— Verbo	— Objetivo
D.E	1	2	3
M.E	1,2,3 \implies \emptyset + 3, 2, 3		

A partir de agora tem-se condição para aplicar R5, pois o elemento 3 está repetido. Vejamos a mesma coisa em diagrama arborescente, em que o elemento 1 é expresso por IT:



(p. 103)

A tentativa de SCHROTEN para conciliar o modelo fillmoreano com a teoria standard de CHOMSKY levou-o a assumir posições que julgo inaceitáveis, embora aproveitando algumas de suas premissas e argumentos. Assim, criticarei alguns itens das propostas do autor e explicitarei o que julgo aproveitável.

C R Í T I C A :

a) Não há necessidade de reescrever a sentença como Agente + Predicado (R4 (i)).

b) As conclusões que SCHROTEN tira a partir das sentenças (37.a) e (40.a) implicam desconhecimento do processo de derivação proposto por FILLMORE, tendo em vista o conceito de estrutura profunda ("a mais profunda") por ele pleiteada. FILLMORE preconiza uma estrutura profunda expressa em conceitos com relevância semântica, suficientemente abstrata e o mais possível distanciada da estrutura de superfície. O fato de não aparecer uma expressão de lugar em "it is hot" e, por outro lado, ocorrer o termo IT, não autoriza concluir-se que a estrutura subjacente postule um Agente IT. Uma saída fonética como a do termo IT é problema para o componente transformacional resolver, não afetando a EP.

c) Parece-me inteiramente artificial transportar um termo inglês - IT -, extraído de sentenças de superfície, para a estrutura profunda de outra língua, como o espanhol ou o português.

CONSIDERO BOAS SUGESTÕES DO AUTOR:

(i) Efetuar uma distinção entre pseudo-reflexivas e reflexivas (verdadeiras).

(ii) Caracterizar as pseudo-reflexivas, com base na existência de um Agente humano totalmente não-especificado, na estrutura profunda. Juízo interessante a argumentação desenvolvida pelo autor, com base na "surface constraint" de PERLMUTTER (1969).

Com efeito, não é possível admitir que na forma superficial um Agente especificado seja representado por se, antes do verbo. É o que explica a agramaticalidade de (42.a) e (43.a):

(42) Juan se avergüenza de sus pecados

(42.a)* se se avergüenza de sus pecados

(43) Juan se queda en casa

(43.a)* se se queda en casa (p. 18)

Ainda nessa linha de pensamento, SCHROTEN analisa um possível contra-exemplo na sentença (45):

(44) uno habla español

(45) se habla español (p. 19)

Se (45) é paráfrase de (44), tem-se em (45) um Agente especificado substituído por se antes do verbo.

No entanto, contra-argumenta SCHROTEN, em (45) tem-se um se pseudo-reflexivo; o sujeito é humano, mas totalmente não-especificado:

ele pode — ou não pode — incluir tanto o falante como pessoas a quem se fala, e ainda uma terceira pessoa ou várias pessoas, sem que se dê qualquer informação a mais.

Ao contrário, em (44)

O sujeito é humano e é até certo ponto restringido. A mais neutra interpretação é que (nessa sentença) o falante inclui-se a si mesmo, indicando que alguma pessoa poderia tomar seu lugar (...). A restrição mais importante é que o falante sempre se inclui a si mesmo: uma mulher usualmente diz una. (p. 19)

(iii) Considero pertinente a observação que o autor faz, em relação aos verbos de mudança de estado: nesse grupo verbal, com

sujeito inanimado (caso Objeto), "os pronomes reflexivos, em certo sentido, são supérfluos" (p. 95)

(iv) O processo de formação do sujeito por cópia indicado por FILLMORE é um bom mecanismo para explicar a reflexivização.

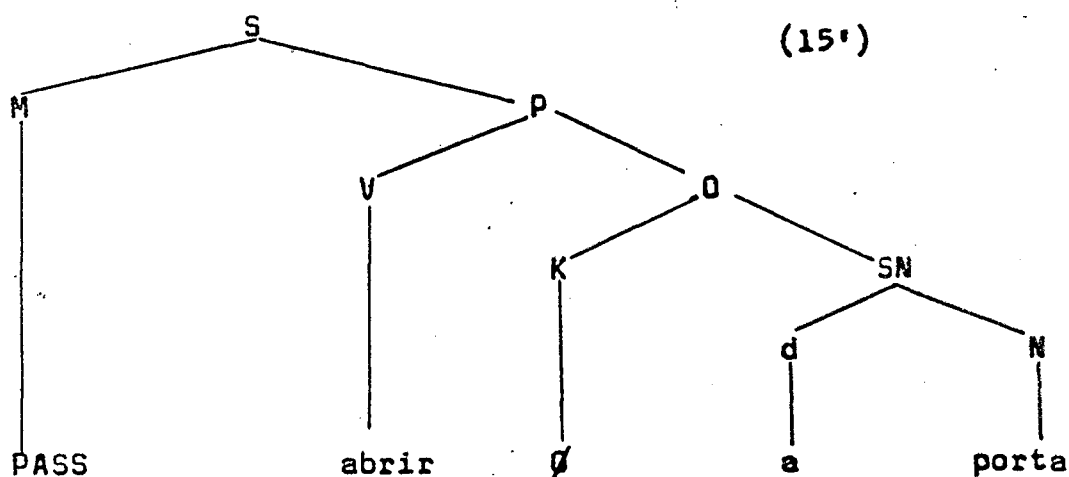
Feitas essas considerações, passo a expor a minha sugestão para explicar a reflexivização com os verbos de mudança de estado:

I - As sentenças reflexivas com esses verbos situam-se no grupo das sentenças reflexivas (verdadeiras) de SCHROTEN, definíveis negativamente, ou seja, como não postulando, na estrutura profunda, um Agente humano totalmente não-especificado.

II - Mas, não postulam também um Agente, mesmo FORMAL, como entende SCHROTEN. Simplesmente não há Agente. O processo de formação do sujeito por cópia, exposto por FILLMORE, satisfaz plenamente.

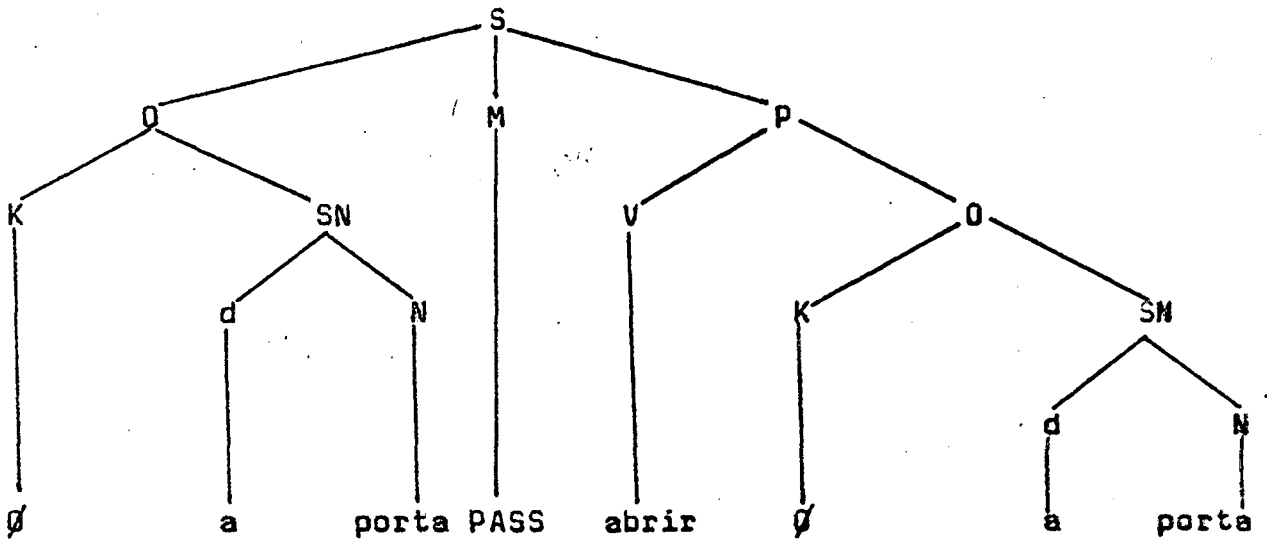
III - Não há necessidade da R6 para dar condição à aplicação da R5.

Vejamos agora, a título de exemplificação e demonstração, como se deriva a sentença (1). (O mesmo poderia ser feito para (2), (3) e (30)).



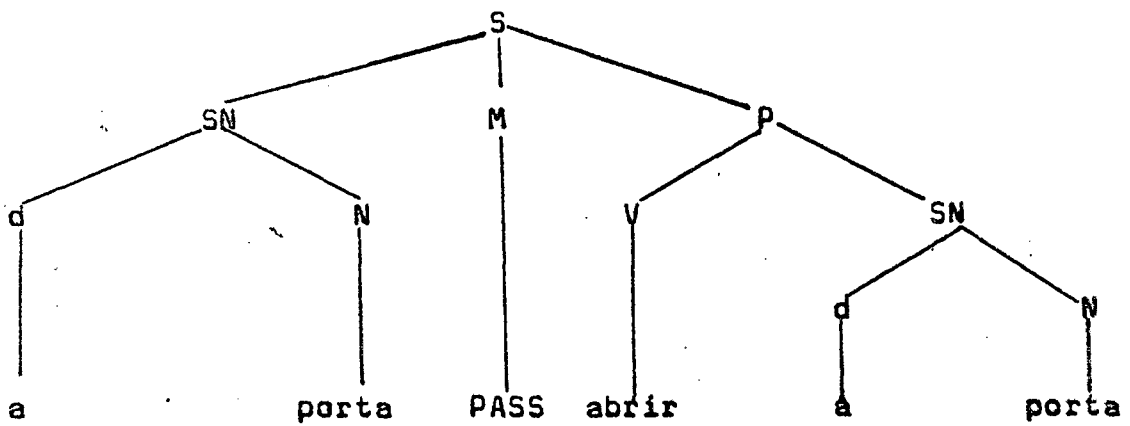
Aplicado o processo de cópia, tem-se:

(16')



Apagados os elementos ∅ em ambas as cópias e substituindo-se o nóculo Q pelos SNs por eles dominados, tem-se:

(17')



Tem-se a co-referencialidade necessária à aplicação da R5: o segundo SN é substituído pelo pronome SE. A sentença é ainda a que numerei (1.a). Como veremos na próxima subseção, uma regra poderá ser formulada, permitindo o apagamento do pronome reflexivo, que SCHROTEN chama de supérfluo. BABCOCK (1970) considera-o uma partícula sem "status lexical" (p. 21). Apagado esse pronome supérfluo, tem-se a sentença (1). No Sul do País, a construção sem SE constitui, indubitavelmente, tendência generalizada.

Quero salientar três argumentos em favor da solução que adoto:

(i) As posições do elemento nominal e do pronome reflexivo podem ser vistas como indicador da estrutura subjacente. A parte final do trecho citado de SAID ALI (p. 128 desta dissertação) revela percuciente compreensão desse fenômeno. A partir dos exemplos dados por SAID ALI podem ser formuladas as sentenças (46) e (47).

(46) Estragou-se muita roupa nesta casa

(47) Muita roupa estragou-se neste depósito sujo.

Na sentença (46) há um Agente totalmente não-especificado. O SN "muita roupa" ocupa a posição objeto, depois do verbo. A colocação do SE é irrelevante. Numa linguagem coloquial brasileira, não influenciada por normas gramaticais (calcadas em registros literários), poder-se-ia construir a frase como (46.a):

(46.a) Se estragou muita roupa nesta casa

Na sentença (47) o SN "muita roupa" preenche a posição sujeito, antes do verbo, ou seja, a situação da primeira cópia na estrutura profunda; o reflexivo SE, depois do verbo, ocupa justamente a posição da segunda cópia, reflexivizada.

Vejamos ainda mais dois exemplos:

(48) Afinal abriu-se a porta do cofre

(49) Em meio a conversa a porta da sala abriu-se.

Nas duas sentenças acima, fica também bastante clara a distinção. Em (48) um Agente não-especificado realizou ação esperada: abrir a porta do cofre. Em (49), simplesmente se anuncia um evento em relação à porta da sala.

(ii) Outro argumento a utilizar-se será, portanto, que a explicação adotada se evidencia mais consentânea com as diáteses que, no indo-europeu, distinguem a construção ativa da medial, como foi acima explicado pelos autores a que recorri. As sentenças (46) e (48) são construções ativas, com um Agente não envolvido no processo, que se efetiva fora dele e recai sobre entidades exteriores a ele — "muita roupa" e "a porta".

Ao contrário, nas sentenças (47) e (49) expressam um processo que se dá com as entidades — "muita roupa" e "a porta" — as quais estão envolvidas no processo, sendo o palco mesmo do evento.

A propósito, acho interessante lembrar argumento sustentado por SCHROTEN, a respeito das sentenças (27) e (30). Os verbos de mudança de estado, em sentenças como (30) diferem dos que aparecem em sentenças como (27), porque não aceitam, com exceção de um, os testes de LAKOFF (1970), para a não-estatividade dos verbos: a) o imperativo; b) o infinitivo complemento de verbos como obrigar; c) a modificação com advérbios de modo que implicam a existência de um Agente, como cautelosamente; d) a forma progressiva. (p. 80) Assim, enquanto (27) admite as formas a, b, c e d como gramaticais, a sentença (30) só admite a forma d:

(27) João barbeou-se

(27.a) Barbeia-te!

(27.b) João foi obrigado a barbear-se

(27.c) João barbeou-se cautelosamente

(27.d) João está se barbeando.

(30) A neve derreteu-se

(30.a) * Derrete-te!

(30.b) * A neve foi obrigada a derreter-se

(30.c) * A neve derreteu-se cautelosamente

(30.d) A neve está se derretendo.

(iii) A tendência ao apagamento do reflexivo com os verbos de mudança de estado evidencia o seu caráter residual. SCHROTEN, como vimos, considera-o supérfluo. Constituído o sujeito a partir de um diagrama de estrutura profunda como (16'), o elemento SE perdura apenas como resíduo da segunda cópia, que não tem mais

"status lexical" (na denominação de BABCOCK): já existindo o SM sujeito e o evento que nele se processa, não se faz necessário manter o elemento puramente residual.

No Sul do País, como já foi observado, o apagamento desse reflexivo corresponde a tendência generalizada na linguagem coloquial: a porta abriu; a porta fechou; a vidraça quebrou; o barril esvaziou; o vaso rachou; a caixa encheu; o café adoçou; etc.

Os lexicógrafos, em geral, não estão atentos a esse problema, mantendo, ora formas concorrentes (intransitiva x pronominal) ora registrando somente a forma pronominal, ora registrando apenas a intransitiva. Com base no NOVO AURÉLIO, o primeiro tipo pode ser visto em quebrar-(se); o segundo, em esvaziar-se; o terceiro, em estalar.

(50) O vidro quebrou-(se)

(51) O barril esvaziou-se

(52) O vidro estalou

Aliás, parece-me lícito afirmar que a tendência ao apagamento do pronome reflexivo no Sul do País abrange todas as sentenças reflexivas (verdadeiras) em geral. As sentenças de (27) a (32) poderiam ser enunciadas por "sulistas", dependendo do contexto como:

(27.a) João barbeou

(28.a) João cortou o dedo

(29.a) João assustou

(30.a) A neve derreteu

(31.a) João levantou

(32.a) João foi (embora).¹⁹

Já me referi a outras sentenças colhidas em programas de televisão (Nota 4 da Introdução). Testei outras com informantes diversos, nem sempre obtendo concordância total, mas sempre achando quem considerasse "normais" sentenças como as seguintes:

(53) Esse cara morreu e esqueceu de deitar (do programa "Os Trapalhões")

(54) O time que classifica vai às semifinais (programa "O Esporte com João Saldanha")

(55) Meu pai tinha cálculo de vesícula e operou hoje

(56) Meu irmão caçula bebeu muito e embriagou

(57) Minha mãe foi à igreja confessar.

Em sua Gramática Histórica da Língua Portuguesa (p. 178), SAID ALI mostra como essa tendência pode ser encontrada em estágios bastante remotos do nosso idioma:

VILHALP. I: Não te queres calar, recolhamo-nos. PAJÉ: Recolhamos, que emfim (sic) sempre ouvi dizer que era melhor o meu que o nosso. (Sá de Miranda 2,266) — Disse o peregrino: assentemo-nos ao longo desta fresca ribeira... Assentemos, disse o religioso (Heitor Pinto I, 86) — Ergamo-nos e caminemos (disse o peregrino) ... Ergamos, disse o religioso e caminemos. (ib. I, 140) — E porque isto he noite, recolhamo-nos para o lugar que daqui está parecendo logo além desta ribeira (disse o português). Recolhamos, disse o italiano, pois se nos encubriu de todo a clara luz do sol (...). Ou nós não entendemos que cousa he justiça, ou nesta se encerra algum mysterio? Sim, encerra e muito grande (Bernardes, N. Flor. 3, 200)

É interessante, todavia, ressaltar que, mesmo no Sul do País, o SE das sentenças pseudo-reflexivas, nos termos da definição dada por SCHROTEN, não seria omitido. Com efeito, as sentenças de (23) a (26) sem o reflexivo seriam vistas como agramaticais.

Em conclusão, acredito que, com base nas idéias expostas por SCHROTEN e as reformulações que propus, é possível explicar adequadamente o surgimento e o apagamento do pronome reflexivo com os verbos de mudança de estado.

3.3 Problemas de superficialização

3.3.1 Subjetivização — O esquema de subjetivização preconizado por FILLMORE, em seu 1968a, tem sido utilizado por vários autores. No "paper" o lingüista estabeleceu (p. 33) a seguinte distinção: a) em algumas sentenças do inglês "não há real escolha — o sujeito é determinado de forma exclusiva"; b) em muitas outras combinações de casos dá-se "uma escolha preferida ou marcada". Para a escolha não-marcada, o autor sugere a seguinte regra geral:

R1 Se há um A, ele se torna sujeito; na ausência de A e havendo um I, este será o sujeito; não havendo nem A nem I, o sujeito será O.

Em seu 1971b, como já vimos (p. 81 desta dissertação) ele propôs um novo esquema de hierarquia de casos, estabelecida de acordo com a própria ordem em que são citados os casos: Agente, Experimentador, Instrumento, Objeto, Fonte, Alvo, Lugar e Tempo.

Para os fins do presente trabalho, não há necessidade de fazer-se reformulação da regra citada acima, vez que os verbos de mudança de estado têm em seu "case frame" os casos — A, I, O — cuja hierarquia é compatível, portanto, com o estabelecido na R1.

Tendo em vista as idéias adotadas por mim na subseção anterior, passo a desdobrar a regra geral de FILLMORE em regras particulares, para atender às peculiaridades do português.

R2 Havendo um Agente, este é selecionado como sujeito.

(1) João quebrou a janela com a raquete

R3 Na ausência de um Agente, havendo um Instrumento, este é escolhido como sujeito

(2) A raquete quebrou a janela

R4 Não havendo nem Agente nem Instrumento, o Objeto é o eu jeito, mediante aplicação do processo de cópia.

A formação do sujeito por cópia já foi descrito a p. 134-5 desta dissertação.

Efetuada a subjetivização por cópia, deverá ser aplicada a Transformação Reflexiva:

R5 Se, na mesma sentença, há dois SNs referentes à mesma entidade e tendo a mesma representação lexical, e se um dos SNs é o sujeito dessa sentença, então o SN que não é sujeito toma a forma de um pronome reflexivo.

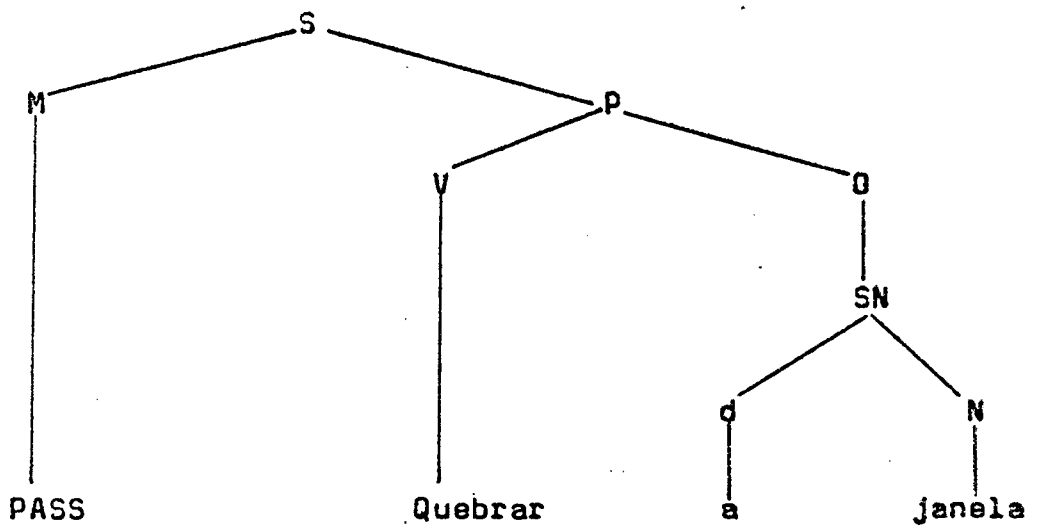
(3) A janela quebrou-se

R6 Com os verbos de mudança de estado, o pronome reflexivo resultante da aplicação de R5 é supérfluo e pode ser apagado.

(4) A janela quebrou

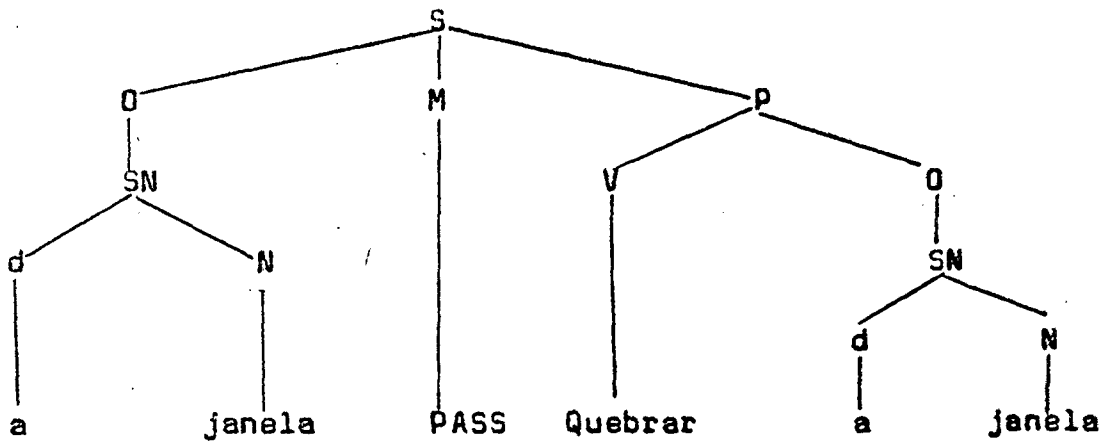
A derivação descrita com as regras acima pode ser demonstrada, através dos seguintes diagramas arbóreos:

(1')



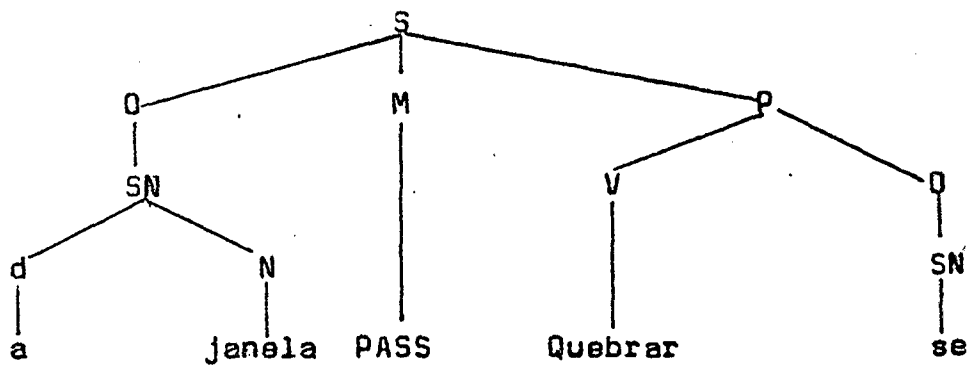
Aplicada a R4, tem-se :

(2')



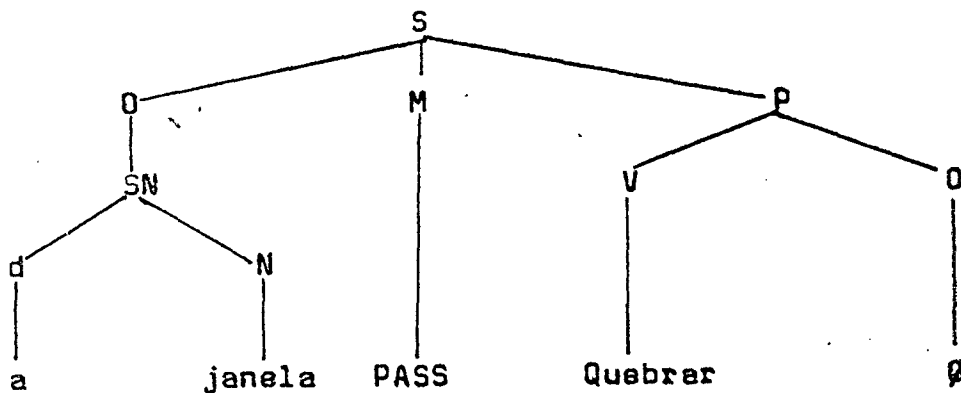
Da aplicação de R5 resulta:

(3')



Com o apagamento facultado por R6, obtém-se:

(4')



Na subseção anterior, rejeitei, com SCHROTEN, a posição de GOLDIN (cf. R1 p. 131 desta dissertação), que propõe, para explicação do reflexivo em sentenças com o grupo verbal aqui estudado, um Agente potencialmente (mas não efetivamente) presente.

Com base na sua proposta, GOLDIN tem de formular uma regra que bloqueie R3, pois na sentença (5), seguinte, não se teria da do a subjetivização do Instrumento.

(5) La ventana se rompió con un martillo

A tradução literal da sentença em português resultaria em uma frase agramatical;

(5.a) * A janela quebrou-se com um martelo

No entanto, poderíamos formular em português as sentenças (6) e (7):

(6) A janela quebrou-se com uma martelada

(7) A janela quebrou-se com um murro.

As sentenças acima, todavia, devem ser explicadas como resultantes de uma estrutura profunda complexa, envolvendo uma frase matriz e outra encaixada. A propósito, lembro os esclarecimentos que já foram aduzidos em relação aos verbos psicológicos, na primeira subseção. Aqui também, de forma análoga, a explicação tem de ser encontrada levando-se em conta as transformações que podem sofrer uma sentença complexa.

Expressões como "com uma martelada" e "com um murro" são nominalizações de sentenças-mais-altas como: "x bateu com um martelo na janela" e "x bateu com o punho na janela", em que uma causação está expressa. Na frase encaixada, todavia, a estrutura é apenas a que se expressa em (1'), ou seja, não há Instrumento. Como as transformações começam a efetivar-se pela frase-mais-baixa, aplicam-se simplesmente R4 e R5. Só depois é incluída, como Instrumento, a nominalização resultante da frase-mais-alta. A formação lexical de "martelada" milita em favor da hipótese que aqui sustento. O mesmo acontece com as sentenças (8) e (9), que são gramaticais, em confronto com (8.a) e (9.a), que são agramaticais:

(8) A janela quebrou-se com uma paulada

(8.a) * A janela quebrou-se com um pau

(9) A janela quebrou-se com uma pedrada

(9.a) * A janela quebrou-se com uma pedra

Quanto à frase (7), também parece evidente que o termo "murro" implica um evento com um agente "esmurrador". O fato de o termo "murro" não ter um sufixo que mostre claramente a nominalização é mero problema de estruturação lexical. Imaginemos uma situação em que "alguém tenha quebrado uma janela batendo nela com a cabeça". Uma vez que o ouvinte tem ciência desses dados contextuais, pode ser formulada a sentença (10); porém, a sentença (10.a) seria agramatical:

(10) A janela quebrou-se com uma cabeçada

(10.a) * A janela quebrou-se com uma cabeça

Ainda, para maior exemplificação, podem ser vistas as sentenças (11), (12) e (13).

(11) A janela quebrou-se com uma pèzada

(12) A janela quebrou-se com uma cotovelada

(13) A janela quebrou-se com uma pernada

Quando resenhei FILLMORE pode ter parecido que me alonguei demais. Foi justamente para dispor de aparato teórico capaz de resolver problemas como esses que acompanhei seu pensamento. Muitas críticas a FILLMORE deixam de ter consistência, quando se conhecem suas formulações todas, e não apenas o que consta em The Case for Case

DOUGHERTY (1970), por exemplo, sustenta que, no seu dialeto, as sentenças (14) e (15) são gramaticais:

(14) Both the key and the locksmith opened the door

(15) Neither the key nor the locksmith opened the door

Com essas sentenças, pretende o crítico, ficaria destruído, o princípio da "case grammar" — um exemplar de caso para cada sentença —, pois, nessas frases, haveria como sujeitos um Agente e um Instrumento. Ora, o princípio acima, formulado por FILLMORE, deve ser relacionado com sentenças nucleares ("kernel sentences"). No meu entender, as duas sentenças apontadas por DOUGHERTY não são "kernel sentences", mas sim, resultantes de uma estrutura profunda complexa. Não se pode argumentar, com fenômenos de superfície, contra princípios estabelecidos como válidos para estruturas profundas. Vejamos a tradução da sentença (15) em português, em (16):

(16) Nem a chave nem o serralheiro abriram a porta

Claramente se evidencia que na estrutura subjacente de (16) há duas sentenças, que dão conta de dois eventos: a) uma tentativa de abrir a porta, realizada, em vão, por alguém (v.g. o dono da casa); b) outra tentativa, também infrutífera, efetuada por um profissional, o serralheiro. Para expressar a tentativa a) há uma sentença nuclear com subjetivização do Instrumento; a tentativa b) está representada numa sentença com subjetivização de um Agente. No nível superficial, dá-se uma conjunção do Instrumento com o Agente, graças a certas condições transformacionais propiciadas por conectivos como "neither... nor", no inglês, e "nem... nem", no português. A mesma coisa poderá ser dita a propósito de (14), traduzível em português como (17):

(17) Tanto a chave como o serralheiro abriram a porta.

Embora esta última frase pareça um pouco estranha, poderia ser explicada da mesma maneira. Os elementos "both... and" (no inglês) e "tanto... como" (no português) dão condições às transformações que reúnem, numa só sentença de superfície, estruturas subjacentes diversas.

Ainda neste item da subjetivização, quero abordar o problema da passiva. No modelo de 1968a, as sentenças passivas refletem uma escolha de sujeito que FILLMORE chama "nonnormal" e que se dá, quando REGISTRADA no verbo, mediante a associação do traço [+ passivo] (p. 37). Tendo em vista críticas recebidas quanto às preposições (no caso by, para o Agente em geral), FILLMORE passará a conceber a passiva como uma transformação de re-hierarquização. Essa transformação bloquearia, então, a aplicação de R2 e R3, pois o Objeto seria escolhido como sujeito em sentenças como (18) e (19), apesar de haver, respectivamente um Agente e um Instrumento.

(18) A janela foi quebrada por João

(19) A janela foi quebrada pela raquete

No entanto, considero melhor a posição de 1968a, desprezando o problema da preposição, que não mais é considerada obrigatória na estrutura subjacente, como marcador de caso — K. Com efeito, como se explicaria a sentença (20)?

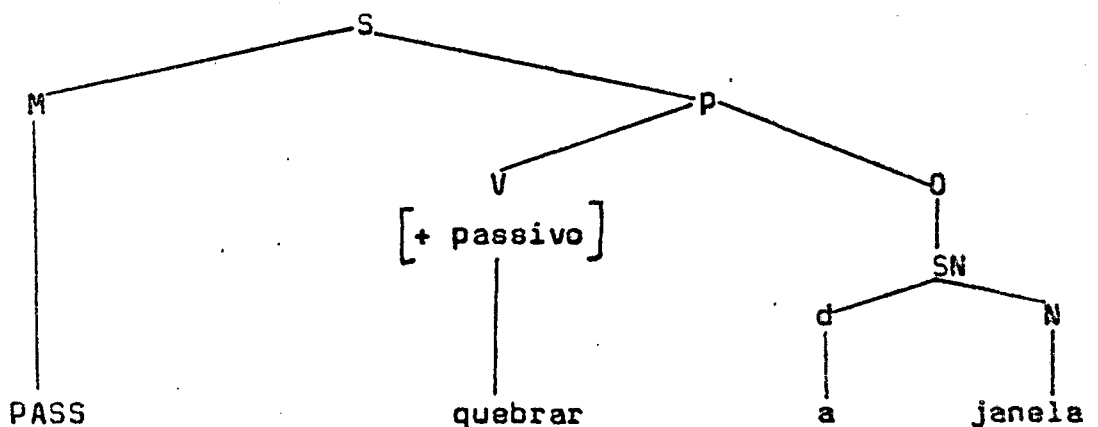
(20) A janela foi quebrada.

A transformação de re-hierarquização explicaria (18) e (19). Mas em (20) não está em jogo a hierarquia, pois a sentença poderia ser construída como (21)

(21) A janela quebrou

Como na estrutura profunda só há o caso Objeto, não tem sentido apelar para uma re-hierarquização. O que está a solicitar explicação é a opção entre uma construção passiva (20) e uma intransitiva (21). Por isso, acho preferível a posição de FILLMORE em seu 1968a. A construção passiva é mesmo um processo "nonnormal" de formação do sujeito, mediante o registro do traço [+ passivo] no verbo. A derivação de (20) se realiza a partir de (5')

(5')



O traço [+ passivo.], registrado no verbo, bloqueia a formação do sujeito por cópia e desencadeia as transformações necessárias para que quebrar assumira a forma passiva (auxiliarização, concordância, etc.)

O problema enfrentado por FILLMORE (que o fez abandonar o modelo de 1968a) está assim exposto em seu 1971b:

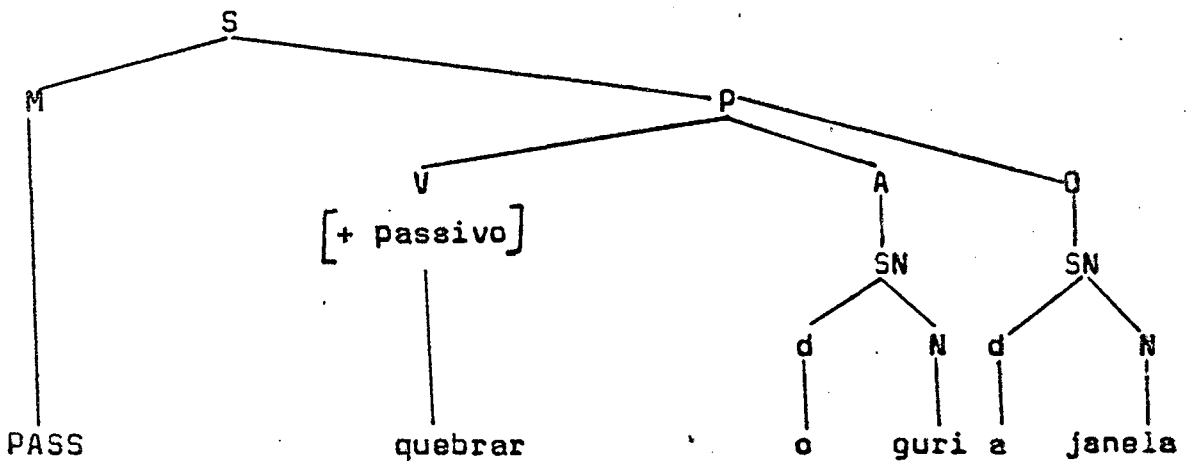
A transformação passiva é outra transformação mais geral, de re-hierarquização; ela tem por efeito colocar em primeira posição um Experimentador, ou um Objeto, ou um Alvo, desencadear uma modificação na forma do verbo, e associar a preposição por ao SN "desclassificado". (Em um momento eu associava a preposição por ao sintagma nominal Agente, mas estava errado. Esta

preposição é introduzida em virtude da transformação passiva, e é associada ao ex-primeiro SN, qualquer que tenha sido seu caso na estrutura profunda) (p. 70).

Ora, abandonando-se o marcador de caso K (do modelo de 1968a) e, conseqüentemente, deixando-se de associar a cada caso uma preposição específica, o problema deixa de existir. O mesmo traço [+ passivo] registrado no verbo vai determinar que a preposição por seja inserida antes de "o guri", para obter-se a sentença (22):

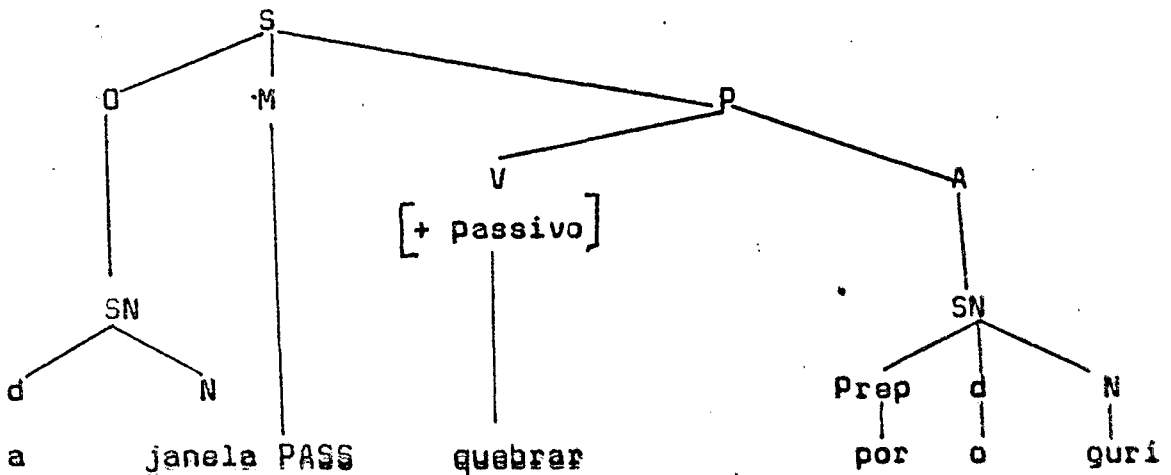
(22) A janela foi quebrada pelo guri

(6')



O traço [+ passivo] determina que o elemento a ser subj_ivizado (deslocando-se para antes de Modalidade) seja o nódu_lo O; ao mesmo tempo, é inserida a preposição por no nódu_lo A, que num processo de escolha normal seria subj_ivizado.

(7')



3.3.2 Topicalização — Neste item da superficialização, há um aspecto crucial do "modelo" de FILLMORE que não pode deixar de ser analisado detidamente. Trata-se da topicalização (ou tematização, como preferem alguns). Em primeiro lugar, porque FILLMORE associa topicalização a subjativização em seu 1968a, onde o problema da superficialização é tratado detidamente, com formulação de regras. (Sobre a posição que tomará em seu "modelo" de 1971b adiante se discorrerá). Em segundo lugar, porque o interesse primacial de FILLMORE está centrado numa definição de categorias universais lingüísticas, os casos, de maneira que os verbos se classifiquem de acordo com o correspondente "case frame" e que esses conceitos abstratos, papéis da estrutura das línguas, condicionam estruturas sintáticas. Indo mais além, admita que será possível estabelecer toda uma tipologia lingüística, com base em critérios decorrentes de sua visão teórica das línguas. À p. 52 do seu 1968a, enumera 5 desses critérios.

Um deles consiste na ocorrência de modificações de concordância verbal, por força de fenômenos como a subjativização ou a topicalização. O português situa-se entre as línguas onde o processo de subjativização desencadeia essas modificações no output da estrutura verbal, prevendo-se concordância em gênero e número.

Outro critério consiste na descrição do processo de anáfora, condições de apagamento, implicações quanto à entonação, etc. O problema é mais complexo, quando há encaixe de sentenças, encontrando-se o elemento repetido não na frase-mais-alta, mas na sentença encaixada. Aqui, com o mero objetivo de demonstração, darei apenas dois exemplos com frases nucleares. Os exemplos logo mostrarão como a anáfora está normalmente vinculada ao problema da topicalização, que logo atacarei de forma mais aprofundada.

(23) A vidraça, quebraram-na os guris

(24) Vidraça, isso se quebra facilmente

O apagamento da forma pronominal resultante desse processo de anáfora pode dar-se, embora em linguagem tida como padrão tal procedimento não pareça ter boa acolhida.

(23.a) A vidraça, quebraram ea guris

(24.a) Vidraça, quebra-se facilmente

Nas sentenças (23.a) e (24.a) o papel da entonação é decisivo.

Pretendo, no entanto, dedicar maior atenção à topicalização, que, juntamente com a subjetivização, constitui ponto crucial para o problema de superficialização e continuará por muito tempo a ser, certamente, o grande desafio para um modelo de "case grammar".

A exploração do assunto se impõe dentro da problemática da presente dissertação e procurarei dar alguma contribuição a possíveis soluções futuras, sobretudo apontando modelos teóricos que deverão ser considerados, mas, na certeza antecipada de que ainda não se tem um esquema satisfatório disponível para tratar o assunto. O próprio FILLMORE termina o seu 1971b com uma "blague". Depois de mostrar as falhas de notação ainda existentes em seu modelo, para traçar caminho seguro da estrutura profunda à de superfície, ou seja, para "construir a frase de superfície", escreve:

Tenho algumas sugestões em gestação sobre a maneira como uma gramática desse tipo pode funcionar, mas os problemas ligados ao apagamento, às noções de tópico/comentário, à quantificação e à apresentação dos advérbios de modo e de intensidade parecem, no momento atual antes acabrunhantes. Sendo agora californiano, conheci algumas pessoas entendidas em magia e feitiçaria. Conto com elas para me ajudarem a levar a cabo minha pesquisa. (p. 80).

Talvez, no Brasil, o ambiente ideal para resolver o problema fosse Salvador. Não contando, todavia, com a ajuda dos "terreiros" baianos, terei de recorrer aos lingüistas.

Os estudos mais avançados sobre o assunto devem-se a lingüistas tchecos, especialmente Firbas²⁰. Com base neles, PALMER (1976) explica o que seja tópico (ou tema) e comentário (ou rema).

Isso deriva da idéia de que podemos distinguir entre aquilo sobre que estamos falando (o tópico) e o que estamos dizendo a respeito dele (o comentário) (p. 143)

Os conceitos não são tão novos como poderiam parecer. Correspondem ao que os neogramáticos, como PAUL (1886), denomina -

vam sujeito psicológico e predicado psicológico, como bem mostram DUCROT e TODOROV (1972: 345):

Enquanto que a distinção entre o que é afirmado e aquilo de que se afirma algo se fundamenta no funcionamento lógico da linguagem, a distinção entre o tema e comentário é de ordem psicológica. O tema (inglês: topic) de uma enunciação é aquilo de que fala o locutor, é o objeto do discurso, ou, como diziam os lingüistas do começo do século, o sujeito psicológico; o comentário, ou ainda o rema (inglês: comment), é a informação que ele, o locutor, entende trazer em relação a esse tema — o que se chamava outrora o predicado psicológico.

Em seu 1968a, FILLMORE estabelece, para o inglês, uma distinção entre "topicalização primária" e "topicalização secundária". O critério é a ausência ou presença de "focus" (ou ênfase). A topicalização primária corresponde à subjetivização, envolvendo apenas posição (no início da sentença) a concordância de número. Na falta de exemplo dado por ele, pode-se recorrer ao seguinte, oferecido por HUTCHINS (1975: 102)

(25) John sold the book to my brother

A topicalização secundária se dá, ao contrário, com "variações estilísticas, envolvendo escolha de acento, mudanças de ordem das palavras e possivelmente a 'cleft-sentence construction'" (p. 57). O exemplo dado por HUTCHINS teria agora a seguinte configuração:

(25.a) The book, John sold to my brother

A seguir, FILLMORE sustenta que a topicalização secundária seria um universal lingüístico, enquanto que a topicalização primária só ocorreria naquelas línguas que admitem o processo de subjetivização. Há línguas, como o tcheco, segundo PALMER, que têm categorias formais para expressar a tematização (no tcheco é a "posição inicial na sentença", p. 143). Quando isso não ocorre, observa o mesmo autor, o problema é tão complexo que nem mesmo se pode definir com precisão o tema e o rema de um enunciado, ou mesmo de definir os próprios conceitos:

Se uma língua tem claros marcadores de tópico e comentário, a descrição lingüística suscita poucos problemas, para as categorias que são formalmente marcadas, e é relativamente fácil encontrar descrições semânticas para as categorias formais. Mas o inglês e muitas outras línguas simplesmente não têm uma categoria formal: então, não se torna claro o que poderia ser entendido como tópico e comentário (p. 143; grifos do autor).

Parece-me possível afirmar que o português está entre as línguas com as características que PALMER atribui ao inglês. À medida que forem sendo expostas teorias a seguir, serão analisadas, em referência à tematização, algumas sentenças do português, que me parecem representativas. Mesmo assim apresento as sentenças abaixo a título de exemplificação:

- (26) O guri quebrou a vidraça com a raquete
- (26.a) Com a raquete, o guri quebrou a vidraça
- (26.b) A vidraça, o guri quebrou-a com a raquete
- (26.c) O guri, ele quebrou a vidraça com a raquete
- (26.d) Foi a vidraça que o guri quebrou com a raquete
- (26.e) Foi com a raquete que o guri quebrou a vidraça
- (26.f) Foi o guri que quebrou a vidraça com a raquete
- (26.g) O guri quebrou a vidraça com a raquete
- (26.h) O guri quebrou a vidraça com a raquete
- (26.i) O guri quebrou a vidraça com a raquete
- (26.j) O guri quebrou a vidraça com a raquete

De modo geral, a entonação desempenha papel decisivo, coadjuvando outros recursos, como nas sentenças de (26.a) a (26.f). Nos enunciados de (26.g) a (26.j) ela só, a entonação, marca o tópico.

Apesar das dificuldades apontadas, alguns lingüistas têm tentado encontrar um processo de formalização do assunto. No artigo publicado na revista LINGUA, com o título de SUBJECTS, THEMES AND CASE GRAMMAR, HUTCHINS resenha algumas proposições e sustenta uma posição pessoal. Abordarei apenas os aspectos que me parecem mais interessantes e relacionados com a busca de so-

lução para a problemática desta dissertação; ainda mais, realizei adaptações nos esquemas e nos exemplos, para ficar sempre de vistas voltadas para os dados do português e para o modelo aqui adotado, que é o de FILLMORE. No final farei a crítica que julgo conveniente e ressaltarei o que de positivo resta, ao encontro de uma trilha que me parece adequada, consubstanciada no funcionalismo de HALLIDAY²¹.

Vejamos a hipótese que HUTCHINS expõe à verificação empírica: citarei o trecho na íntegra, mesmo correndo o risco de crítica, porque difícil seria parafraseá-lo sem omitir colocações esclarecedoras, a não ser que se descambasse para a prolixidade, opção bem mais indesejável:

Este paper parte das suposições básicas de que uma gramática formal não pode ser considerada adequada, se não providenciar representações semânticas das sentenças que incluam alguma indicação de relações de CASO e se não explicar a influência da estrutura do discurso e do contexto situacional sobre suas realizações de superfície. Os falantes são capazes de expressar uma 'experiência cognitiva' especial ou 'mensagem' em numerosas maneiras diferentes. A forma de expressão que é selecionada depende largamente do contexto da situação e do discurso. De modo particular, o contexto do discurso determina amplamente qual é o elemento da representação semântica subjacente que deve ser expresso em primeiro lugar na estrutura da sentença, isto é, qual é o elemento que deve ser o 'tema', "o ponto de partida, o ponto de decolagem da cláusula" (Halliday 1970:353) Normalmente esse elemento será a aquela parte (da cláusula) que providencia a transição mais fácil a partir do que foi dito antes. Obviamente, uma transição fácil é mais prontamente feita, quando se repete, de algum modo, algo já conhecido do ouvinte, do que quando se introduz algo de novo. Assim, na ocorrência normal, o tema transmite informação 'dada' e

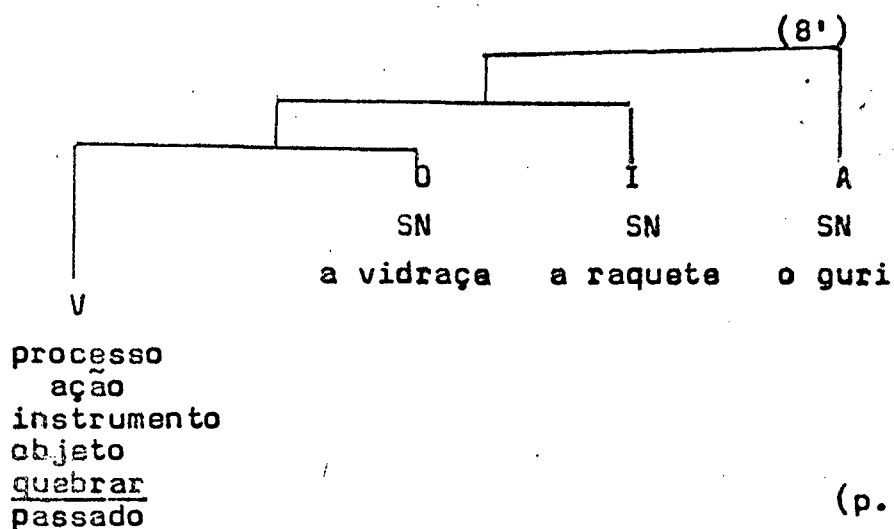
a parte não-temática da sentença carrega a informação 'nova'. Quando isso não acontece, a sentença é 'marcada' como não-normal por um padrão de entonação especial ou por arcabouços lexicais especiais. (p. 101)

De início, em rápida referência a FILLMORE, HUTCHINS chama a atenção para o fato de que aquele simplesmente explora "a preferência do inglês pela subjetivização do SN Agente e da 'markedness' das construções passivas" (p. 103). No início desta subseção, foi visto que no português também a forma passiva deve ser considerada uma construção 'marcada', por isso de aparecimento tardio no processo de aquisição da linguagem. Justifica-se, assim, a resistência das crianças, referidas na Introdução da presente dissertação, em utilizar esse tipo de estrutura sintática, recorrendo elas ao processo de subjetivização do Objeto, possível com a classe de verbos em questão — os de mudança de estado.

Mas, voltando ao "paper" de HUTCHINS, vejamos como ele aprecia outros trabalhos versando sobre o problema da topicalização, através de um esquema formal.

CHAFE (1970) tenta solucionar o problema, com uma terminologia de casos diferente da de FILLMORE e partindo da constatação de que o processo de subjetivização ainda não teve equacionamento adequado. Por isso, no seu modelo prefere jogar com os conceitos de informação "nova" e informação "dada". As categorias casuais são determinadas por uma prévia subcategorização do nódulo V e organizadas linearmente, de maneira que a informação "dada" ou "antiga" ("old") figure em último lugar: será, então, subjetivizada.

A título de demonstração tomo uma figura do modelo de CHAFE que daria a frase — O GURI QUEBROU A VIDRAÇA COM A RAQUETE — , realizando as adaptações julgadas necessárias, inclusive a substituição da terminologia casual pela que venho adotando, a de FILLMORE. Naturalmente, pressupõe-se que no texto ou discurso, o guri já fora objeto de referência; era a informação "dada" — todos a conheciam.



Contra o esquema argui HUTCHINS que simplesmente ele não dá conta da mesma sentença se o elemento o guri receber entonação forte, quando, então, seria a informação "nova", como na sentença (26.g) já se viu.

Concluindo, HUTCHINS entende que, se para a subjetivização normal (com base na informação "old") a proposta de CHAFE leva vantagem sobre a de FILLMORE (baseada na hierarquia de casos), o mesmo não ocorre nas situações não-normais, quando é o elemento "novo" que é subjetivizado. Rejeita-se, portanto, a solução com base nos conceitos de "dado" e "novo".

A seguir o autor discorre sobre a proposta de ANDERSON (1971), de difícil adaptação para os propósitos da presente dissertação, tendo em vista, sobretudo, que o modelo de "case grammar" desse autor é bem diverso do de FILLMORE. Mas, o que importa considerar é que no fulcro desse modelo está também a idéia de que são traços do verbo que determinam a função gramatical ou sintática dos sintagmas nominais. Contra CHAFE e ANDERSON, HUTCHINS sustenta que o modelo de FILLMORE é ainda mais natural, mais consentâneo com as "nossas intuições lingüísticas."

Por outro lado, poderia parecer contra-intuitivo que a subcategorização do verbo (como + estativo + subjetivo) determinaria qual o SN que deveria ser subjetivado. É muito mais natural supor que é a tematização (e subjetivização) de um SN que determina que forma o verbo seguinte tomará (ativa ou passiva) — exatamente como na concordância do verbo com o sujeito é o nome que determina a forma do verbo e não vice-versa. (p. 107)

Aprofundando a sua análise, HUTCHINS passa a demonstrar o erro fundamental de quantos, num esquema de "case grammar" confundem ou vinculam topicalização com subjetivização. Lembra que Firbas já observara que a língua inglesa tem forte inclinação para "fazer qualquer elemento temático o sujeito da sentença, quer seja ele o 'agente' da ação, quer não", ao contrário do que ocorre com outras línguas como o tcheco, o russo e o alemão, que "preferem preservar a associação do 'agente' com 'sujeito gramatical' e tematizar os nomes não-agentivos (e não-subjetivos) pela inversão do sujeito do verbo" (p.107). O exemplo dado do alemão é: MEINEM BRUDER HAT HANS DAS BUCH VERKAUFT ("ao meu irmão vendeu Hans o livro"). O "agente" HANS continua sujeito, colocado depois do verbo conjugado, e para o início da sentença vem o dativo tematizado MEINEM BRUDER.

Com base em outros estudos dessas peculiaridades linguísticas, efetuadas por Mel'čuk e Žolkovskii²³, HUTCHINS considera necessário dissociar topicalização de subjetivização. A tematização deve ficar adstrita ao nível semântico, enquanto a subjetivização deve ser tratada no nível sintático. FILLMORE incorreu nesse erro e, certamente, por conta de sua formação gerativista.

HUTCHINS estuda o assunto como é tratado nas gramáticas transformacionais, ou melhor, uma solução, com base em regra formulada por Bach²⁴ — regra de topicalização simples. Aparentemente, haveria um processo de anáfora, ficando ausente o traço pronominal. Eis a regra:

$$\begin{array}{ccc}
 X, & NP, & Y \\
 1 & 2 & 3 \implies \\
 2-1 & \emptyset & 3
 \end{array}
 \quad (p. 110)$$

A regra operaria sobre a sentença (25) — John sold the book to my brother — para dar dois enunciados: (27) e (28). No primeiro, o termo a topicalizar é book; no segundo, é brother.

(27) The book, John sold it to my brother

(28) My brother, John sold the book to him

As duas sentenças podem, respectivamente, ser construídas como (27.a) e (28.a) sem as formas pronominais (it e to him)

(27.a) The book, John sold to my brother

(28.a) To my brother, John sold the book

Contra a solução transformacionalista argumenta HUTCHINS que a regra só se aplica depois de ter sido efetuada a subjetivização de John e acrescenta:

A topicalização é claramente vista na gramática transformacional como uma operação essencialmente subsidiária. Sentenças como (27) e (28) são encaradas como um pouco mais do que variantes estilísticas de (25), e a escolha de book como tema é considerada como não sendo nada mais do que a 'topicalização secundária' (FILLMORE, 1968a; 57). Esse procedimento é nitidamente falho para captar a função primária da tematização, que é a organização da estrutura de um enunciado num contexto especial de discurso. A tematização tem de ser vista como mecanismo primário que afeta a ordem das palavras e não como subsidiário da subjetivização. (p. 111)

FILLMORE sofreu certamente essa influência da gramática gerativa-transformacional, que considera a topicalização como "operação subsidiária" da subjetivização: daí a explicação para o que de nomina ele "topicalização secundária", ou seja, aquela que se liberta do processo de subjetivização.

Para manter sempre voltada a atenção para os dados do português, saliente-se que a solução aqui proposta, e rejeitada por HUTCHINS, porque subordina a topicalização à subjetivização, seria certamente utilizada na gramática transformacional, para explicar as sentenças (26.a) e (26.b) acima dadas.

Outra proposta para tratar essas mesmas sentenças parte de Kuno²⁵ e apela para os conceitos de "tematização enfática", que se identifica pelo caráter "contrastivo", implicando acento especial ("particular stress").

(29) As for the book, it was sold by John to my brother

(30) As for John, he sold the book to my brother. (p. 111)

Em português poderiam ser sugeridas sentenças como:

(31) Quanto à janela, (ela) foi quebrada pelos guris.

(32) No que concerne à janela, os guris a quebraram.

HUTCHINS contra-argumenta que, como foi demonstrado com as sentenças (26.g,h,i e j), acima, basear tema em "stress" especial é simplesmente laborar no imprevisível ("unpredictable") Por outro lado, perdura a subordinação da tematização à subjetivização. (p. 111)

Nessa linha, LAKOFF (1971), também propõe uma solução, à primeira vista engenhosa: a topicalização vista como um tipo de pressuposição, que corresponde à informação "dada".

(33) About the book, John sold it to my brother

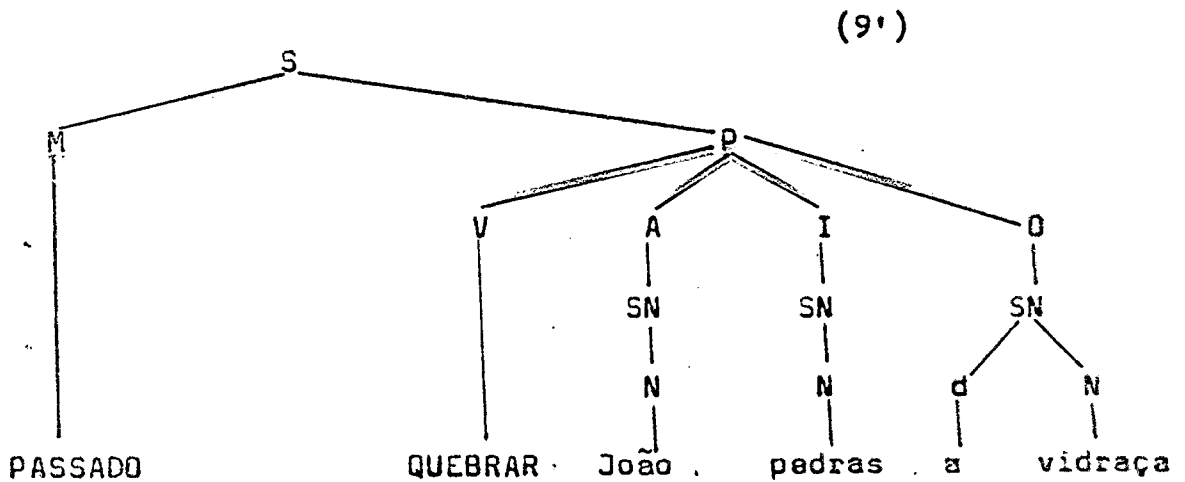
(34) Concerning my brother, John sold the book to him (p. 11)

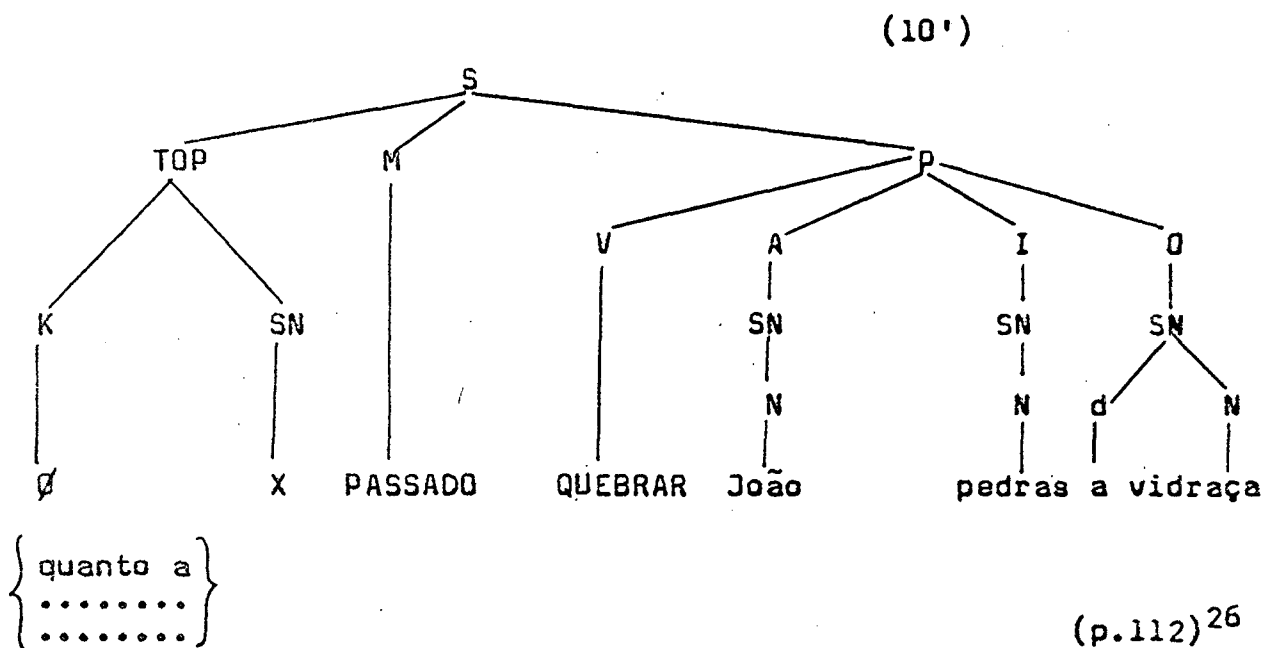
Na base da explicação das sentenças (33) e (34) haveria uma sentença metalinguística, como (35) para (33).

(35) My news is about the book

Predicados de dois lugares com a significação de "concerns" ou "is about" constituiriam para LAKOFF o meio de captar a topicalização, vista como um tipo de pressuposição.

Complementando o esquema, acrescenta-se que LAKOFF propõe a expansão da REPRESENTAÇÃO SEMÂNTICA (RS) para incluir a Topicalização (TOP), que é um "conjunto de pressuposições". Assim, com dados do português, o diagrama (9'), a seguir, pode ser expandido no de número (10').





Aqui foi necessário manter o marcador de caso (K), abandonado por FILLMORE no modelo de 1971b. O elemento Ø dominado por K indica que a Topicalização no esquema casual é categoria neutra ("neutral category") (p. 112).

Na topicalização de sentenças normais, o caso que, na proposição, combina com elemento dominado por TOP (não se deve esquecer que TOP é um "conjunto de pressuposições") será deslocado para antes da Modalidade e subjetivizado. A cópia redundante dentro da Proposição será apagada como em (35):

(35) João quebrou a vidraça com pedras

Nessa sentença, o Agente João ocupa o lugar de TOP e é apagado dentro da Proposição. Mas, se o elemento K for lexicalizado, o caso deslocado não será apagado, pelo menos em inglês, como se vê em (36); em português, a norma não é obrigatória, admitindo-se (35.a) ou (35.b). Não sendo apagado, o caso pronominaliza-se.

(36) As for John, he sold the book to my brother.

(35.a) Quanto a João, ele quebrou a vidraça com pedras

(35.b) Quanto a João, quebrou a vidraça com pedras.

No inglês, K é lexicalizado, no exemplo dado, como as for; em português, como quante a.

Outro caso a considerar nessa topicalização de sentenças normais é aquele em que o caso deslocado não é o Agente. Dá-se o seguinte: o elemento V é passivizado e o caso deslocado é apagado; também aqui, em português, essa norma de apagamento não é obrigatória

Vejamos um exemplo do inglês e outro do português, com as duas alternativas, como acima:

(36.a) The book, it was sold by John to my brother

(35.c) A vidraça, foi ela quebrada por João com pedras

(35.d) A vidraça, foi quebrada por João com pedras

Até aqui, nesse tratamento da tematização de sentenças normais, o esquema de LAKOFF não parece oferecer algo de novo às posições de FILLMORE, pois de qualquer maneira a topicalização está associada à subjetivização, como se evidencia na sentença (36.a).

Passemos agora à análise das sentenças não-normais, ou seja, as situações em que o elemento tematizado não é sujeito da sentença. Nessa caso, TOP atuará apenas para realizar a topicalização, deslocando da Proposição o elemento que combina com X. A subjetivização se fará através das regras preconizadas por FILLMORE — a ordem hierárquica —, deslocando-se outro elemento (além do que já fora deslocado para a posição TOP), para antes da Modalidade. A cópia redundante é pronominalizada ou não. Os exemplos em inglês, dados por HUTCHINS, são os seguintes:

(37) The book, John sold it to my brother

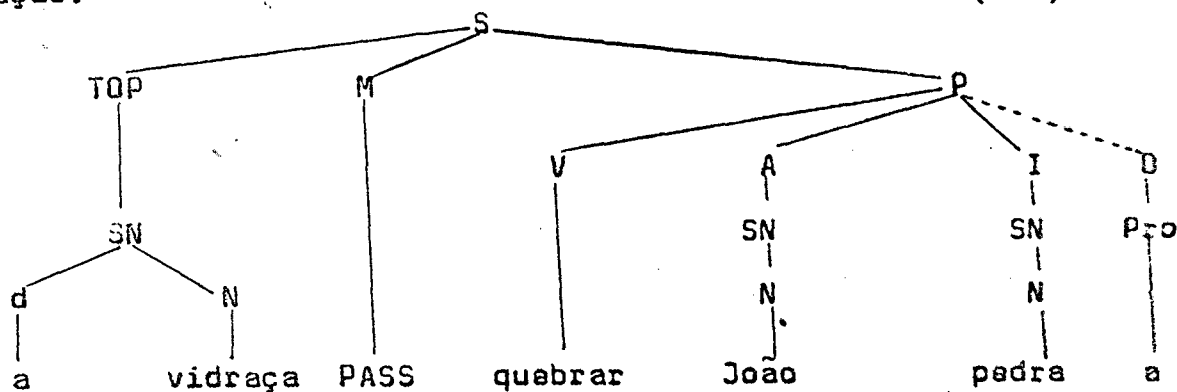
(38) My brother, John sold the book to him

(39) About the book, John sold it to my brother

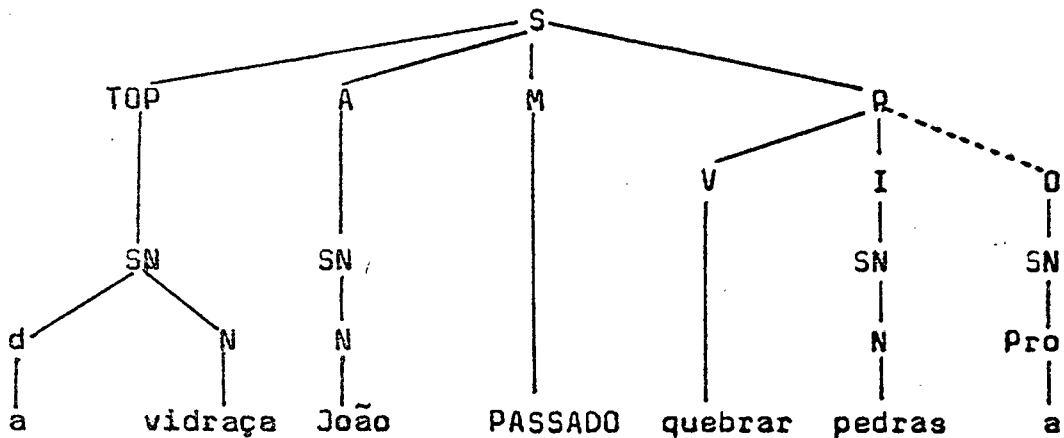
(40) Concerning my brother, John sold the book to him

(ibid., pass.)

Com dados do português, prefiro fazer demonstração de como se daria o processo, topicalizando-se o SN "a vidraça" da figura (10') acima. Na figura (11'), a seguir, dar-se-ia a topicalização:



No diagrama (12'), a seguir, processar-se-á a subjetivização (12').



Utilizei linha interrompida para o nódulo O, para indicar que a sua manutenção, com pronominalização, é facultativa, embora pareça que numa língua padrão seja de norma usar esse pronome.

Contra essa proposta de LAKOFF, HUTCHINS sustenta que se aplicam argumentos já invocados contra outras soluções aventadas. Para maior clareza, vou alinhá-los em itens:

a) uma vez que pressuposição implica elemento "dado" (ver a sentença "metalingüística" de LAKOFF), contra o modelo se aplicam as críticas feitas contra embasar-se a topicalização nos conceitos de "novo" e "dado";

b) mantém-se a distinção entre topicalização normal e não-normal, na tradição fillmoreana, que se baseia em tendência de falantes da língua inglesa, os quais "aparentemente evitam demasiados elementos marcados em sentenças" (p. 113);

c) embora o modelo não incida no erro de subordinar topicalização à subjetivização, estabelecendo corretamente o contrário, isso é feito com "a introdução de uma sub-árvore ('subtree') largamente redundante, o SN TOP duplicando um dos SNs em P" (p. 113). Isso faz supor que será necessário lançar mão de índices de identificação, o que é uma complicação, como acontece com Dik (1968)²⁷ em relação a reflexivos:

d)

E além disso, aqui é óbvia a objeção de que uma categoria tal como TOP, que se refere a aspecto pragmático da sentença (sua

relação com o discurso ou o contexto situacional), está fora de lugar quando é suposta ser uma representação semântica (enquanto no lugar de categorias sintáticas como V, SN, etc.) (p. 113)

Aliás, já nota de rodapé à p. 111, o autor criticava o próprio conceito de "conjunto de pressuposição" com que se definia o elemento TOP:

... naturalmente, a noção de pressuposição em gramáticas transformacionais abarca outros aspectos de pragmática lingüística, e.g. inferências lógicas, condições de 'felicidade', conhecimento concreto e crenças dos falantes e dos ouvintes e assim por diante.

Criticadas as diversas soluções propostas, HUTCHINS passa a elaborar a sua própria proposição, partindo do conceito de dinamismo comunicativo de Firbas:

Normalmente os níveis de dinamismo comunicativo iniciam-se com as progressões da sentença, partindo de elementos amplamente (ou totalmente) conhecidos e predizíveis pelo ouvinte e terminando com elementos desconhecidos e imprevisíveis, tendo em vista o discurso anterior. (p. 114)

Para não incidir, porém, na simplificação do "dado" e do "novo", o autor propõe que se levem em conta dois dados fundamentais: o padrão de entonação e o que chama "construção distintiva".

No discurso, o que se chama "nova" informação não corresponde univocamente a informação "desconhecida". Tanto o falante como o ouvinte já podem ter conhecimento de todos os elementos da sentença, referidos que foram em enunciados anteriores do texto, ou, então, porque isso se torna óbvio, para os interlocutores, a partir "do contexto situacional do enunciado" (p. 115). Em suma, para que o elemento seja considerado "novo", "o essencial é que sua ocorrência" na sentença tal como está construída "deve ser imprevisível" (p. 115).

Vejamos uma demonstração com dados do português:

(41) Teu filho quebrou esta janela com pedras

Podemos admitir uma situação em que todos os constituintes

do enunciado sejam inteiramente conhecidos tanto pelo falante como pelo ouvinte. Recorrendo-se à entonação forte, a sentença(41) pode assumir as quatro formas seguintes:

(41.a) Teu filho quebrou esta janela com pedras

(41.b) Teu filho quebrou esta janela com pedras

(41.c) Teu filho quebrou esta janela com pedras

(41.d) Teu filho quebrou esta janela com pedras

Cada uma delas atende a um intuito comunicativo definido e "o elemento contrastivo pode ser dito 'novo', somente no sentido de que a sua relação com os outros elementos era previamente desconhecida pelo ouvinte". (p. 115) Em (41.a) a informação 'nova' é que o filho do ouvinte é o Agente do processo verbal; em (41.b) caracteriza-se a ação — foi quebrar mesmo e não outra ação, que também poderia ter sido referida no discurso, como arranhar; em (41.c) caracteriza-se o Objeto e em (41.d), o Instrumento.

Em vez de forma "stressed", poder-se-ia recorrer a outro processo, que HUTCHINS denomina "distinctive lexical frame" (em vez de "cleftsentences"). Por exemplo, (41.a) pode ser expressa por (42) e (41.c) por (43).

(42) Foi teu filho quem quebrou esta janela com pedras

(43) Foi esta janela que teu filho quebrou com pedras.

Assim, ainda afirma HUTCHINS, a 'nova' informação está localizada na relação casual do tema e não no elemento temático." E, de forma mais clara ainda, explicita:

Com a 'new thematization' é o elemento temático mesmo que é novo ou imprevisível; com a tematização contrastiva é a relação do tema com o resto da afirmação (p. 117)

Em conclusão de tudo o que apreciou, o autor sugere, então, que deverá ser construído um modelo capaz de dar conta da topicalização, o qual deverá distinguir quatro tipos básicos de processos:

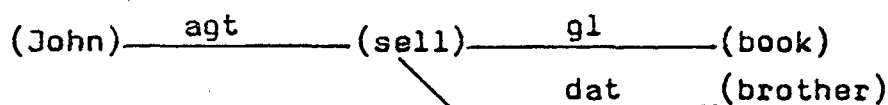
tematização normal ou 'não-marca-da', na qual um elemento 'dado' é selecionado como tema (e consequentemente, em inglês, como sujeito); tematização enfática, na qual o elemento 'dado' selecionado como tema é colocado numa construção distintiva; tematização de

elementos 'novos'; e tematização contrastiva, na qual a relação 'nova' de um elemento 'dado' é 'stressed' (p. 118)

A partir daí, o autor passa a expor a sua proposição, utilizando os esquemas casuais dos autores estudados — CHAFE, FILLMORE, ANDERSON, etc — e tomando como pressuposto básico a importância que os dados pragmáticos do sentido devem ter na elaboração de uma teoria semântica. Tentarei fazer uma síntese de sua exposição.

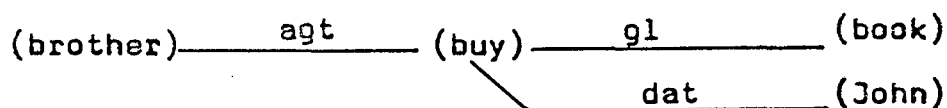
A base semântica é representada por uma 'fórmula semântica' que tem como componentes os sememas ("representando os sentidos dos lexemas") e 'links' semêmicos ("representando as relações semânticas entre" os sememas, i. e. as "relações de caso")

(13')



(p.118)

(14')



Os sememas estão entre parênteses e os 'links' semêmicos são os casos: Agente (agt), Alvo (gl = goal) e Dativo (dat). Existe uma estrutura mais profunda ('deeper') representada por primitivos e atômicos elementos semânticos, os 'semons', que se combinam para formar os sememas. Em (14'), por exemplo, no 'semon network' a seleção do semema buy ergativiza brother (que na terminologia de ANDERSON é o locativo). Processos como esses — a ergativização — atuam sobre o 'semon network' para que a fórmula semântica escolhida seja a segunda e isso é determinado pela "orientação especial que o falante tem no sentido de expressar a sua 'experiência cognitiva'". (p. 119) Desta forma, é a atitude do falante em relação aos participantes do evento — a transeção comprar/vender —, (como por exemplo, considerar 'brother' como 'agente-comprador'), que define a estrutura da sentença. É essa ergativização está "estritamente vinculada tanto à tematização como à subjetivização". (p. 119)

Assim, as fórmulas semânticas são o resultado da amálgama de 'semons': uma estruturação interna, em que os elementos intra-lingüísticos são 'counterparts' dos "objetos, conceitos, propriedades, etc. da 'experiência cognitiva' que o falante de seja comunicar." Tais processos de reestruturação seriam "influenciados pela 'orientação' e 'atitude' do falante em relação ao evento e pelo seu conhecimento do vocabulário e gramática da língua." (p. 120)

Tomando agora a figura (13'), HUTCHINS mostra como se faz a linearização, para representar formalmente a tematização. Na figura, nenhum semema é marcado como "novo": isso é função do contexto do discurso. Se desse contexto não resulta um elemento caracterizado como "novo", já que a tendência natural é iniciar a sentença com o elemento "menos marcado, i. e. mais neutro", tem-se como prevalecente o esquema de FILLMORE:

$$(44) \text{ decl} \rightarrow (\text{John})_{\text{agt}} (\text{sell})_{\text{gl}} (\text{book}) \text{ b} (\text{sell})_{\text{dat}} (\text{brother})$$

(p.121)

Se não há um semema "dado" é ele selecionado, seguem-se os demais sememas e "links", de forma que os "dados" sempre precedem os "novos". Dentro da mesma classe ("dados" ou "novos") a linearização obedece à seguinte regra de Anderson: "a 'gl' link before an 'abl' link, an 'abl' link before a 'dat' link, and a 'dat' link before an 'agt' link." (p. 122) Vejamos agora (45) com um semema 'dado' (brother) e dois 'novos' (book e John)

$$(45) \text{ decl} \rightarrow (\text{brother})_{\text{tad}} (\text{sell})_{\text{gl}} (\text{book}) \text{ b} (\text{sell})_{\text{tga}} (\text{John})$$

Se há um semema 'novo', como book em (46), normalmente os outros dois são 'dados' (brother e John)

$$(46) \text{ decl} \rightarrow (\text{book})_{\text{lg}} (\text{sell})_{\text{dat}} (\text{brother}) \text{ b} (\text{sell})_{\text{tga}} (\text{John})$$

(p.122)

Com essa amostragem, julgo-me satisfeito e deixo de lado o que HUTCHINS afirma sobre a "tematização enfática", que ele vincula ao estudo das relativas (a distinção entre restritivas e explicativas), bem como o mecanismo, bastante complicado, de formação do output, da sentença na sua superficial. Para o que me

casos na linearidade adequada;

c) num segundo estágio (nível sintático), a "forma linearizada" é submetida às restrições específicas da língua, que comandam a sua transformação em uma sentença: nesse nível é que se processa, então, a subjetivização;

c) assim, a subjetivização é tributária da linearização e da tematização, efetuadas, previamente, no nível semântico: funcionalmente, portanto, deve ser esclarecido que o tópico exerce papel textual, enquanto o sujeito desempenha papel gramatical;

d) assim, as relações casuais e o dinamismo comunicativo (que se situam no nível semântico) atuam "somente indiretamente na seleção do sujeito gramatical, i. e., através de sua influência no processo de linearização".

Um problema, no entanto, desafia o modelo, vez que HUTCHINS vê a possibilidade de a tematização contrastiva dar-se em construções que envolvem cláusulas relativas restritivas. Como esse assunto não me interessa aqui, prefiro encerrar com as palavras finais do autor:

Teremos de aprender muito mais a respeito das maneiras como as representações semânticas são 'orientadas' na direção das exigências particulares da estrutura específica do discurso, isto é, pelas atitudes dos falantes em relação à maneira como eles se expressam a si mesmos nos contextos lingüísticos particulares. Começamos a ver como os fatores pragmáticos influenciam a seleção das estruturas sintáticas adequadas, mas nosso conhecimento das estruturas semânticas é por demais fraco para especular profundamente a respeito da influência dos fatores pragmáticos sobre a forma das representações semânticas.

(p. 132)

Parece-me conveniente acrescentar às especulações de HUTCHINS sempre na perspectiva de apontar diretrizes, algumas idéias de HALLIDAY, para quem um sistema lingüístico

consiste em um potencial de sentidos, representado como uma rede de opções que provêm de uma

função social particular e que, por sua vez, são representadas por estruturas cujos elementos estão diretamente ligadas aos sentidos expressados (1973:60)

Na aquisição da linguagem, essas funções são bastante particularizadas, de acordo com as demandas da criança, já que "aprender a linguagem é aprender a significar". No adulto, podem ser agrupadas as diversas funções específicas em três "macro-funções" — IDEALICIONAL, INTERPRESSOAL e TEXTUAL —, que

aparecem em outro nível de organização, sob a forma da "gramática". O sistema funcional tem um input funcional e um output estrutural. (1973: 65)

Quando falamos, construímos um ato de linguagem, que resulta de uma "seleção simultânea dentre um grande número de opções inter-relacionadas" (1976:135), que são sistematizadas pela gramática.

As três macrofunções são assim definidas:

1. A linguagem serve para a manifestação de "conteúdo": isto é, da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência. Podemos denominar este aspecto de função idealicional, embora ele possa ser facilmente entendido tanto em termos conceituais como em termos comportamentais (Firth, 1968: 91). Ao desempenhar tal função, a linguagem também estrutura a experiência e ajuda a determinar nossa maneira de ver as coisas, de modo que exige algum esforço intelectual vê-las de outra maneira que não aquela que nossa língua nos sugere.

2. A linguagem serve para estabelecer e manter relações sociais: para a expressão de papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos criados pela própria linguagem — por exemplo: os papéis de questionador ou respondente, que assumimos ao fazer uma pergunta ou respondê-la; e também para con

seguir que coisas sejam feitas por via de interação entre uma pessoa e outra. Através desta função, que podemos chamar interpessoal os grupos sociais são delimitados e o indivíduo é identificado e reforçado, pois a linguagem, além de capacitá-lo a interagir com as outras pessoas, serve também para a manifestação e desenvolvimento de sua própria personalidade.

(...)

3. Por fim, cumpre à linguagem possibilitar o estabelecimento de vínculos com ela própria e com as características da situação em que é usada. Podemos chamar a este aspecto função textual, pois é a que capacita o falante e o escritor a construir "textos", ou passagens encaixadas de discurso que sejam situacionalmente apropriadas; ou, inversamente, ela capacita o ouvinte ou o leitor a distinguir um texto de um conjunto aleatório de orações. Um aspecto da função textual é estabelecer, num discurso, relações coesivas entre uma oração e outra. (Hasan, 1968).

Todas estas funções estão refletidas na estrutura da oração. (Que, como já foi dito é output estrutural do input funcional) (1976: 136-7)

HALLIDAY faz uma demonstração de sua proposta, recorrendo à transitividade "expressão lingüística de processos e dos participantes" (p. 141), que se inclui na função ideacional. Na análise desses "papéis associados aos processos" (p. 145), recorre a FILLMORE, ANDERSON e a si próprio. A Modalidade depende da função interpessoal, como a transitividade, da ideacional. Com a função textual a sentença é organizada como "mensagem", adquire estrutura "temática".

As diversas configurações da sentença expressam as "opções semânticas" relativas a cada uma das funções — cada sentença é, pois, uma configuração de "papéis estruturais" (p. 137), que estão sempre imbricados, porque a sentença não atende a uma só

das funções: o planejamento do ato de fala, em relação às três funções, é "simultâneo".

Os elementos que atuam como ator, objetivo, etc. também têm um papel, simultaneamente, em outras estruturas da oração, expressando aspectos das funções interpessoal e textual da linguagem. O princípio que combina uma série de papéis num único elemento de estrutura é fundamental para a organização total da linguagem, porque é ele que possibilita as várias funções da linguagem integrarem-se numa expressão. (1976:145)

É possível, no entanto, num trabalho de análise, reconhecer na sentença o que é atribuível a cada uma das funções, como na sentença (49):

(49) These beads I was given by my mother

Estas contas me foram dadas por minha mãe

Podemos ver em "I" o sujeito gramatical (função interpessoal); em "mother", o sujeito lógico (função ideacional); em "these beads", o sujeito psicológico (função textual). No tocante à distinção tema/rema, HALLIDAY chama a atenção para que:

A estrutura temática está estreitamente ligada a outro aspecto da organização textual da linguagem, que podemos denominar de 'estrutura da informação'. Diz respeito à organização de um texto em termos de funções do 'novo' e do 'dado'. Estas funções estão frequentemente fundidas com o tema e o rema sob o título comum de tópicos e comentários. (1976:157)

Feita essa observação sobre a possibilidade de associar "dado" e "novo" a tópicos e comentários, embora como uma função distinta, é agora possível apresentar a conclusão de Halliday:

O sujeito, em seu sentido tradicional, é, então, um complexo de quatro funções distintas, sendo que três pertencem à estrutura da oração (Cf. Lyons, 1968: 343-4):

1. ator ("sujeito lógico"): ideacional;
2. sujeito modal ("sujeito gramatical"): interpessoal
3. Tema ("sujeito psicológico"1): textual;
de par com uma quarta função, que está na estrutura da 'unidade de informação':
4. dado ("sujeito psicológico"2): textual. (1976: 159)

C O N C L U S ã O : O problema da topicalização somente poderá ser resolvido à luz de modelos que trabalham com dados pragmáticos do sentido, como as correntes novas de semântica a isso endereçadas (a teoria do "speech act", a que se dedica a tema/rema, a que cuida da pressuposição). Vale salientar que em vários "papers" FILLMORE fez incursões nessas direções. Quanto à sua teoria de casos profundos, permanece de pé, como instrumento válido para tratar dados da informação na estrutura profunda, quer para expressar a "representação semântica", nos termos postos por HUTCHINS, quer para analisar e explicitar fatos da função ideacional de HALLIDAY.

O erro cometido em seu 1968a, quando subordinava a topicalização à subjetivização, abandonou-o no modelo de 1971b. E, quem sabe, talvez brevemente venha a propor bom mecanismo de formalização para o problema.

N O T A S

01. LAGANE refere-se a esses verbos como "simétricos". Prefiro não usar o termo; para evitar confusão com o que FILLMORE denomina "verbos simétricos".
02. Ver a nota 4 do trabalho de RUHL: "Such expressions with 'break' can also be metaphorical". Tratava-se das sentenças:
 He broke (something and got) out of jail
 The thief broke (something and got) into the storeroom
03. Ver, por exemplo, o estudo de IKEGAMI, Yoshihito, "A Set of Basic Patterns of the Semantic Structure of the Verb", in: *Linguistics An International Review* — 117 — December 1, 1973. Mouton, Paris.
04. Verbs of motion can be broken into four classes: transportation, e.g., walk; transfer, e.g. throw; exchange, e.g. reimburse; and communication, e.g. explain. For all four of these verb classes, there is an Object, often not explicitly stated, which begins in one place and ends up in another. (p. 109).
05. KATO, Mary Aizawa — "Transitividade Verbal e Decomposição Lexical" —, in *Revista Brasileira de Linguística*, v. 3, nº 1, 1976, Vozes, Petrópolis.
06. VERB LEXICON
- | | |
|--------|--------------------------------------|
| BE | non-causative, essive |
| BECOME | non-causative, mutative, attributive |
| BRING | causative, mutative, locative |
| COME | non-causative, mutative, locative |
| GET | mutative |
| GO | non-causative, mutative, locative |
| KEEP | causative, stative |
| MAKE | causative, mutative, attributive |
| PUT | causative, mutative, locative |
| REMAIN | non-causative, stative |
| SEND | causative, mutative, locative |
| STAY | non-causative, stative |
| TAKE | causative, mutative, locative |
| etc. | etc. (LIEFRINK 1973: 109) |
07. FILLMORE tratava no "paper" dos verbos de mudança de estado e dos verbos de contacto de superfície.

08. Em francês o problema também existe e LAGANE dedica-lhe um ítem do seu trabalho.
09. Minha esposa e colega de curso, Maria Selma da Câmara Lima Pereira, está elaborando sua dissertação de Mestrado sobre problemas relativos à aquisição da linguagem com grupos de crianças carentes culturais. No corpus por ela recolhido, no bairro do Mereto, em Natal, com crianças de nível sócio-econômico-cultural bastante baixo, constam enunciados como os seguintes:

Quando se acordo eu escovo os dente...
 ... e eu venho s'imbora prá escola
 ... e minha tia bota os menino prá se sentar tudinho
 ... de noite eu não se acordo nao
 ... aí os menino tinha se sentado
 ... aí se banha e dorme
 De manhã eu se arrumo prá vir prá escola
 E acabou-se a história
 ... aí em me sento prá estudar
 De manhã eu me levanto, me arrumo, aí brinco

10. Cf. FREIRE (1947: 88)

11. SERBAT (1975: 133)

12. SERBAT (1975: 133-4): Dans le latin populaire d'époque tardive, on constate ainsi la tendance à insérer, surtout pour les verbes intransitifs, une référence au sujet — sous la forme du pronom RÉFLÉCHI — au sein du prédicat verbal. Finalement la nouvelle "voix pronominal" recouvrira à son tour un large éventail de valeurs en diathèse:

actif intransitif: "il s'en va"
 "il se réjouit" (cf. "deponent")
 "il se porte au secours de..."
 (cf. "médio-passif")

actif réflexif : "il se regarde à la glace"
 (seules formes où le pronom soit aisément commutable)

passif : "le repas s'achève"
 "la salade se vend bien"

13. Consultei a Gramática Expositiva Curso Superior, de Eduardo Carlos Pereira, na sua 70ª edição (1948). No entanto, a primeira edição é de 1907. Evidentemente, não posso assegurar que as ideias sobre o REFLEXIVO já estavam na forma citada por mim, naquela primeira edição. Mas é inegável a influência que PEREIRA exerceu sobre gerações de professores de português e gramáticos, no Brasil.

14. Sousa da Silveira, em suas Lições de Português (1960), por exemplo: a) denomina palavra expletiva o se encontrado em — "vai-se a primeira pomba despertada" (Raimundo Correia); b) com verbos como esquecer-se, lembrar-se, queixar-se, congelar-se, derreter-se, o SE é chamado parte integrante do verbo. (p. 263)

Adriano da Gama Kury, em Lições de Análise Sintática (1973), tratando da voz reflexiva ou medial (p. 31-3) aponta a necessidade de distinguir, dentro da denominação única da NCE, além das sentenças reflexivas como — "Narciso contemplava-se

na água", outros casos diversos, como:
a voz medial recíproca : "Carlos e Joaquina amavam-se"
a voz medial dinâmica : "Afastei-me do fogo"
os casos de espontaneidade: "Ele ria-se à toa"
a voz medial pronominal: "Queixas-te sem razão"

Muitos se referem a um se como índice de indeterminação do sujeito, para os verbos intransitivos ou transitivos indiretos, como Domingos Paschoal Cegalla, em sua Novíssima Gramática da Língua Portuguesa (1976):

- a) Aqui vive-se em paz
- b) Responde-se às cartas (p. 361)

"Índice de indeterminação de sujeito", "partícula apassivadora", "partícula de realce", "parte integrante do verbo" são denominações praticamente comuns às gramáticas. Também o se como sujeito de infinitivo ("o cego deixava-se levar pelo guia") está em muitas gramáticas de autores diversos como em KURY, BUENO e OLIVEIRA — Gramática Objetiva da Língua Portuguesa (1976).

Que eu saiba, somente um gramático, Evanildo Bechara (depois de SAID ALI) ousa explicar sentenças como — "vende-se casas", "frita-se ovos" —, sem recorrer à partícula apassivadora e, conseqüentemente, à necessidade de estabelecer-se a concordância no plural. Mesmo assim, conclui: "Vende-se casas e fritam-se ovos são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer vendem-se, fritam-se..." Gramática Moderna Portuguesa (1973: 256).

15. Não dispondo de meios para fixar a cronologia dos trabalhos de SAID ALI, utilizei, para a Gramática Secundária e a Gramática Histórica as reedições da Melhoramentos, em 1964; para Dificuldades da Língua Portuguesa, servi-me da edição de 1966, pela Livraria Acadêmica.
16. Configurational grammar attempts to study the grammatical behavior, or field, of whole sentences, regarded as conditioned by, but irreducible to, the individual constituents(...) By grammatical field, then, I mean a wholistic unity of syntactic form and content that is greater than the sum of the individual sentence parts — whether the parts are observable or implied. I maintain that individual elements of a sentence, through a dynamic participation, may alter their individuality in becoming constituents of the whole. (p. 12)
17. Para maiores esclarecimentos, veja-se a crítica de SCHROTEN, à p. 37, que termina com o seguinte trecho: "Our objection is that, if one inserts a verb that takes optionally an animate Agent into a deep structure without an Agentive, one inserts it because it takes no Agentive: consequently, in the subsequent rules we cannot make use the fact that, in the other deep structures, it is inserted because the 'same' verb takes an Agent. We will discuss this problem in some detail in 2.3.5. of this chapter.
18. A definição é dada negativamente, porque, para SCHROTEN, a o posição não se faz entre Agente totalmente não-especificado

versus Agente especificado. O SN sujeito da sentença de que o pronome é co-referencial, pode ser um Experimentador (Dativo, para SCHROTEN), como "Juan" em "Juan se asustó".

19. Evidentemente, as sentenças (28.a) e (32.a) são consideradas gramaticais em qualquer região do Brasil. Quanto à sentença (27.a) não encontrei concordância entre os informantes para que apelei; vários a consideram agramatical, a não ser que seja enunciada em contexto situacional bem definido.
20. Não disponho dos trabalhos de Firbas: limito-me a citações de segunda mão. Na Bibliografia de PALMER constam os seguintes trabalhos desse theco:
 - FIRBAS, J. 1959. "Thoughts on the communicative function of the verb in English" Brno Studies in English 1, 39-68
 1964. "On defining theme in functional sentence analysis". Travaux linguistiques de Prague 1, 267-80.

HUTCHINS refere-se ao segundo dos dois acima citados e ainda ao seguinte:

 - FIRBAS, J. 1964. "From comparative word-order studies". Brno Studies in English 4, 111-128.
21. Para um dos trabalhos de HALLIDAY, sirvo-me da tradução de New Horizons in Linguistics de LYONS. Trata-se do trabalho intitulado "Estrutura e Função da Linguagem", a que me refiro como HALLIDAY (1976), adotando a data da publicação no Brasil. Para outro artigo, lanço mão de tradução francesa, na revista LANGAGES, nº 34, 1974: "La Base Fonctionnelle du Langage". Como na revista é fornecida a data do trabalho (1973), refiro-me a ele como HALLIDAY (1973).
22. Apud HUTCHINS (p. 103)
23. MEL'ČUK, I.A. and A. K. ŽOLKOVSKII, 1970. "Towards a functioning 'meaning-text' model of language". Linguistics 57, 10-47.
24. BACH, E. 1971. "Syntax since 'Aspects'". Report of the 22nd Annual Round Table Meeting on Linguistics and Language Studies, Georgetown University. Monograph Series on Languages and Linguistics 24, 1. 17
25. KUND, S., 1972. "Functional sentence perspective: a case study from Japanese and English." Linguist. Inq. 3(3), 269-320).
26. As páginas se referem ao "paper" de HUTCHINS.
27. DIK, S.C. 1968. "Co-ordination: its implications for the theory of general linguistics." Amsterdam: North-Holland Publ. Co.

4. Conclusão

4.1 Críticas ao modelo

Não têm faltado críticas a FILLMORE. Na Bibliografia anexa a ANDERSON (1975) são arrolados vários trabalhos. Isso por si só vale como indicador da importância do modelo. Consegui e consultei alguns deles.¹ Com as reformulações feitas por FILLMORE ao modelo de 1968a, muitas das críticas já estão superadas. Mesmo assim, surpreendentemente, alguns autores ainda se referem a elas.

Algumas das objeções constituem, no entanto, referência que se constante. Como elas aparecem em CHOMSKY (1969), prefiro restringir-me a esse autor, sobretudo porque foi a partir de uma crítica a ele que FILLMORE formulou a sua teoria dos casos. Em síntese, CHOMSKY sustenta duas críticas:

Primeira: Nega que as sentenças (1) e (2) sejam sinônimas.

(1) bees are swarming in the garden

(2) the garden is swarming with bees

Ora, já no seu 1968b, FILLMORE reconheceu o engano², citando não só essas sentenças, como ainda as de número (79) e (80), à p. 84 desta dissertação. Mesmo assim, CHOMSKY ainda discute esse assunto no seu 1969 (p. 35).

Segunda: Tentando formular frases em que se dê co-ocorrência de um mesmo caso, para negar o princípio formulado por FILLMORE — um exemplar (de caso) por proposição —, CHOMSKY volta às sentenças (3) e (4) de FILLMORE (1968a: 23), acrescentando (5) e (6), formuladas por DOUGHERTY (1970: 512)³:

- (3) the car broke the window with its fender
 (4) the car's fender broke the window
 (5) Caruso broke the window with his voice
 (6) Caruso's voice broke the window

Segundo CHOMSKY, as duas últimas sentenças — (5) e (6) — podem derivar de (7), mas (5) pode derivar também, de forma independente, de (8)

- (7) [V, break], [obj, the window], [instr, Caruso's-voice]
 (8) [V, break], [obj, the window], [instr, voice], [agent, Caruso]
 (1969: 104)

Acho que FILLMORE explicou suficientemente o assunto em seu 1968a, em consonância com o conceito de estrutura abstrata por ele pleiteada e recorrendo ao de posse inalienável. Quando CHOMSKY faz a objeção acima não se situa no ponto de vista de FILLMORE, mas no seu: para ele a toda estrutura de superfície corresponde um indicador sintagmático na estrutura profunda. É isso que o faz, por exemplo, postular duas estruturas profundas para as sentenças (9) e (10):

- (9) I persuaded a specialist to examine John
 (10) I persuaded John to be examined by a specialist (p. 104)

Num esquema de "case grammar", no entanto, uma só estrutura é necessária:

- a) na frase matriz há um verbo (persuade), com os casos Agente e Experimentador.
- b) na frase encaixada há um verbo (examine) com Agente e Objeto.
- c) formula-se uma regra que estabeleça o seguinte: o SN a ser subjetivizado na sentença encaixada é o que for co-referencial com o Experimentador na frase matriz. Assim, em (9), o Experimentador na frase-mais-alta é "specialist": será, portanto, o sujeito na sentença encaixada. Ao contrário, em (10), o Experimentador é "John": será subjetivizado na frase encaixada.

Voltando à crítica de CHOMSKY a FILLMORE, é interessante salientar que aquele não nega a validade do conceito de caso, que reduz, todavia, a mero esquema notacional suscetível de ser absorvido pela teoria standard:

As relações casuais parecem não ser nada mais do que uma notação destinada a exprimir o que a teoria standard expressaria sob a forma de Break é intransitivo ou causativo; toma opcionalmente um locativo e um instrumental; o sujeito do intransitivo é dativo ou absolutivo. (p.104 e 99).

Salva-se, assim, mais uma vez a teoria standard, agregando-lhe conceitos que não fazem parte dela e que colidem frontalmente com suas premissas básicas! Em "Aspects", CHOMSKY não recorre a casos, mas sim a categorias e funções. A sentença reescreve -se como SN+SV: não parte, portanto, de um núcleo verbal e papéis a eles associados. Não vejo como conciliar os dois enfoques. Coerentemente CHOMSKY teria de recusar as relações casuais.

4.2 Validade da hipótese

Concluído o tratamento de dados do português, indago-me: até que ponto a hipótese adotada mostrou-se válida?

No que concerne à classificação da família verbal considerada, julgo adequado o modelo teórico proposto por FILLMORE. Com efeito, evidenciou-se possível agrupar verbos do português — rotulados como de mudança de estado —, em função de conceitos a eles associados (casos profundos), portadores de pertinência semântica constante e ordenados em fórmulas ("case frames") que expressam restrições sintáticas compartilhadas por todos os verbos do grupo. Esses critérios permitiram estabelecer contrastes com outras famílias verbais do idioma, a exemplo do que faz FILLMORE em relação ao inglês, confirmando, desta forma, a existência daquelas "regularidades profundas" e "universais" a que se refere CHOMSKY (1965: 86), como devendo ser objeto de uma "gramática universal".

Até mesmo a derivação de formas concorrentes pode claramente ser explicada com base nos esquemas propostos. Como foi visto, o processo de formação do sujeito por cópia, não apenas explica satisfatoriamente o surgimento das formas reflexivas com o grupo verbal estudado, como também elucida a ocorrência das construções intransitivas (sem pronome reflexivo), com as seguintes vantagens:

a) ao mesmo tempo em que dispensa o recurso a explicações diacrônicas, para dar conta do aparecimento da forma reflexiva no português, a partir da voz médio-passiva do latim, propicia explicação perfeitamente compatível com essas evidências históricas;

b) torna possível compreender o alcance da concorrência forma-pronominal/forma-intransitiva. De modo geral, parece que os lexicógrafos e gramáticos tradicionais privilegiam a construção pronominal. No entanto, nos registros informais do Sul do Brasil, há forte preferência pela forma intransitiva⁴. Numa gramática astricta aos dados de superfície, a solução apontada se basearia em critérios como uso, registro ou prestígio de dialetos. Mas, considerado o mecanismo de derivação das sentenças reflexivas, o problema deixará de constituir preocupação fundamental.

Simplesmente, o pronome reflexivo, entendido como resíduo de um processo de cópia, passará a ser tido como de emprego facultativo.

4.3 Insuficiência do modelo: o problema da topicalização

As propostas de FILLMORE enfrentam ainda alguns desafios. Um deles reside em oferecer mecanismos formais adequados ao processo de superficialização.

À primeira vista, parece que se dispõe de regras apropriadas para formalizar a subjetivização. No entanto, quando se pas-

sa a estudar a dicotomia tópico/comentário, surgem dificuldades bastante sérias, que imediatamente se refletem sobre todo o processo de formação do sujeito, invalidando-se, portanto, as formulações concernentes à subjetivização vista de forma isolada e ao processo de superficialização em geral.

No item 3.3.2 recorri a trabalhos de HUTCHINS e HALLIDAY, que, a meu ver, apontam boas diretrizes a seguir, no futuro, se é que os feiticeiros californianos já não deram soluções a FILLMORE. De qualquer modo, creio que as seguintes conclusões de vem ser tiradas:

a) A estrutura profunda não se compõe apenas das relações casuais; nela deverão situar-se também dados pragmáticos, tendo em vista conceitos como o de "dinamismo comunicativo", a que recorre HUTCHINS, ou "estrutura de informação", de que lança mão HALLIDAY, para explicar a função textual da linguagem.

b) Desta forma, topicalização não é fenômeno de superfície, mas de estrutura profunda. A subjetivização passa, então, a ser considerada como dependente e subsidiária da tematização, ao contrário do que ocorre na teoria gerativa e no modelo de FILLMORE (1968a), como bem mostra HUTCHINS (cf. citação à p. 165 desta dissertação). Por outro lado, como também esclarece HALLIDAY (cf. p. 179 desta dissertação), noções como sujeito gramatical e tema diferenciam-se totalmente, pois se relacionam com funções dis-tintas da linguagem humana.

c) Em consequência do exposto nos itens a e b, a teoria dos casos contribui apenas com um dos dados importantes para o estudo da estrutura profunda das línguas, de valor reconhecido tanto por HUTCHINS (cf. p. 161 desta dissertação) e HALLIDAY (cf. p. 177). Outros fatores terão de ser considerados.

FILLMORE, em seu 1971b, reconhece-o. Adiante, em item especial voltarei a abordar incursões que ele fez nessa direção. Antes, porém, quero fazer uma ressalva e uma crítica.

A ressalva se prende ao que afirmei acima, quando considerei satisfatório o esquema casual para classificar verbos. Mantenho a afirmação, porque ali eu julguei à aplicabilidade das relações casuais, enquanto conceitos relacionados com a função ideacional de HALLIDAY, ou seja, apropriados para explicar a estruturação de um léxico a partir de uma "estruturação de expe -

riência", ou seja, de "nossa maneira de ver as coisas" (cf. citação à p. 176). Isso não acarreta que, saindo-se desse nível ideacional e passando-se ao textual, os esquemas de "case grammar" sejam satisfatórios, de forma a propiciarem adequada expliação para a frase de superfície e o processo de subjetivização.

A crítica dirige-se à chamada teoria standard estendida de CHOMSKY (1970), em que é proposto o contrário do que se esperaria. Rendendo-se às evidências de argumentos relativos a conceitos como "foco" e "pressuposto", que devem ser considerados como de estrutura profunda, CHOMSKY considera-os de superfície e apenas pleiteia que o componente semântico passe também a ser sensível a eles, contrariando postulados básicos expostos em "Aspects". Destarte, salva-se o componente semântico interpretativo, garantindo-lhe um input oriundo também da estrutura de superfície. Veja-se, em anexo, a visualização da teoria standard estendida, feita por NIQUE (1974).

4.4 Preocupações permanentes de FILLMORE: novas perspectivas

No capítulo de resenhas chamei a atenção para o fato de que FILLMORE não é apenas um formulador de uma teoria de casos e que não ficou alheio a nenhuma daquelas correntes modernas de Semântica que PALMER denomina "Recent Issues". Fiz ver que em matéria de estudo de pressuposição é um pioneiro e que antes mesmo de cuidar de relações casuais, dedicava-se ao estudo de dados pragmáticos, como o seu "paper" sobre dêicticos (1966a). Num dos trabalhos mais importantes para conhecer o seu pensamento, o 1970, FILLMORE incorpora expressa e definitivamente a pressuposição e a teoria do "ato de linguagem" ao seu modelo teórico.⁵ Outro "paper", o seu 1971a, é inteiramente consagrado à pressuposição. A propósito da análise componencial de BENDIX (1955),

o lingüista sustenta a seguinte conclusão em seu 1969b:

Em particular creio que uma teoria sobre o nível pressuposicional da comunicação lingüística é um pré-requisito para qualquer teoria madura da estrutura semântica... (1969b: 63)

A propósito de dêicticos com os verbos COME e GO, FILLMORE escreveu ainda dois trabalhos interessantes — "How to Know Whether You're Coming or Going" (1972) e "May we come in?" (1973). Vou deter-me um pouco mais neste último, em que ele já propõe uma Lingüística com três subdivisões: uma gramática, uma semântica e uma pragmática.⁶

Sobre a importância do contexto situacional, chama a atenção, por exemplo, para um fato não visto por CHOMSKY (1965), a respeito de sua famosa frase — sincerity may frighten the boy. Com sujeito inanimado ("sincerity"), o verbo ("frighten") representa apenas um processo mental de que the boy é o Experimentador. Mas, se a frase for formulada com sujeito animado, como em (11), haverá ambigüidade.

(11) Howard may frighten the boy

Com efeito, Howard poderá ser Agente (causador voluntário do evento) ou um Instrumento (mero estímulo: o seu simples aparecimento), que provoca o susto no rapaz. Assim, a simples subcategorização do SN sujeito não é capaz de dar conta de dados como esses, dependentes do contexto situacional.

Mas FILLMORE está mesmo interessado, no trabalho, em formular, a exemplo de SEARLE, um sistema de regras de discurso ("discourse rules") a propósito da sentença — May we come in? — , para tirar as conclusões que passo a resumir e que estão apresentadas da página 113 à 114 do "paper":

A descrição de uma língua deve:

1) Caracterizar, em relação aos itens lexicais, os diversos fatos relativos à sua ocorrência na sentença, inclusive as condições preparatórias do ato de linguagem.

2) Providenciar dois aparatos: a) num nível abstrato ao máximo, uma estrutura profunda; b) os processos que traçam o caminho a seguir-se da estrutura subjacente de uma sentença à sua realização de superfície.

3) Conter princípios capazes de propiciar uma dedução da to tal descrição semântica e pragmática de cada sentença, tendo em conta não só a sua estrutura gramatical, mas também a variedade de usos possíveis dessa sentença. Esses princípios devem ser aptos a dar conta das diferenciações dos atos lingüísticos, de acordo com a força ilocutória neles existentes. Por isso, a teoria lingüística deve conter ou ter acesso a uma teoria dos atos de comunicação, como a de SEARLE.

4) Ser capaz de produzir uma teoria do discurso que forneça as informações apropriadas quanto ao papel das sentenças nos con textos situacionais, tendo em vista a adequação dos registros a empregar.

5) Satisfazer às exigências lógicas do discurso (e.g. uma or dem atende a um pedido de permissão).

A tarefa é ingente, reconhece FILLMORE. Difícil será sobretudo formalizar tudo isso numa teoria lingüística. No entanto, tra ta-se de diretriz certa e forçosamente aberta às pesquisas futuras. Autores outros, como BREKLE (1974), propõem uma teoria da competência comunicativa com uma sintaxe, uma semântica e uma pragmática. Sem dúvida a Lingüística tenderá cada vez mais para a Semântica e esta caminhará progressivamente ao encontro da Pragmática.

N O T A S

1. Quanto aos "papers", ver na Bibliografia: FLETCHER (1971); HUDDLESTON (1970); LEE (1973); RUHL (1972); ANDERSON (1975); DOUGHERTY (1970)
2. I suggested earlier — incorrectly — that (19) and (20) are paraphrases of each other.
 - (19) BEES SWARM IN THE GARDEN
 - (20) THE GARDEN SWARMS WITH BEES
 While (20) suggests that the whole garden is full of bees, (19), being a generic statement about bees, does not. The choice of surface subject, in other words, may, for some verbs, be linked with semantic facts about the sentences containing them. The same is true for some of the verbs that allow alternative choice of direct objects. Sentença (76)
 - (76) HARRY SPRAYED PAINT ON THE WALL
 is a near-paraphrase of (77)
 - (77) HARRY SPRAYED THE WALL WITH PAINT
 though the latter suggests that the whole wall got covered with paint, while the former does not. (p. 391)
3. O trabalho de DOUGHERTY somente será publicado em 1970 (com o título "Recent Studies on language universals"...); mas já era do conhecimento de CHOMSKY em 1969, como "forth coming" (1969: 128).
4. Mantive os termos "pronominal" e "intransitivo", por mera comodidade de exposição, já que deles lançam mão os lexicógrafos. Na realidade, porém, numa sentença como — a vidraça quebrou-se — o verbo não deixa de ser intransitivo. Considerar o reflexivo SE, nessa frase, como objeto direto constitui erro grosseiro, por sinal contraditório em numerosos "manuais de análise sintática", de uso em nossas escolas.
5. Por exemplo, a sentença — Sheila tomou emprestado cinco dólares a Fred — tem como "condição preparatória" o fato de Fred ter cinco dólares. (p. 17)
Sobre os dêiticos veja-se o trecho seguinte em que, depois de mostrar que na sentença (53-a) — Fred will come to the office tomorrow — não há restrições de pressuposição, FILLMORE mostra que nas duas outras — (53-b) e (53-c) — há pressuposições associadas a partes dêiticas das sentenças:

Thus, (53-b) presupposes either that you are there now or that you will be there tomorrow, but not that I am there now nor that I will be there tomorrow at the time I arrive;

and (53-c) presupposes that I will be there tomorrow at the time of your arrival, or that you are there now while I am speaking.

{53-b} I will come there tomorrow

{53-c} You will come there tomorrow
(1970: 19)

6. In these pages I develop one view of the scope of linguistic inquiry, insofar as the field of linguistics touches on questions of the meanings of sentences. I take the subject-matter of linguistics, in its grammatical, semantic and pragmatic subdivisions, to include the full catalogue of knowledge which the speakers of a language can be said to possess about the formal structure of the sentences in their language, as well as their knowledge about appropriately situated uses of these sentences. (p. 97).

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON 1973. ANDERSON, John M. - *The grammar of case*. London, Cambridge University, 1973.
- ANDERSON 1975. ANDERSON, John M. - *La grammaire casuelle*. *Langages*. Paris, 38: 18-64, juin, 1975.
- ARNAULD et LACELOT 1660. ARNAULD & LANCELOT [s. pn.]. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris, Republications Paulet, 1969.
- AULETE 1958. AULETE, Caldas - *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Delta, 1958, 5 v.
- AUSTIN 1958. AUSTIN, John L. - *Performative-Constative*. In: SEARLE 1971. p. 13-22.
- AUSTIN 1962. AUSTIN, John L. - *How to do things with words*. Oxford, Clarendon Press, 1962.
- AUSTIN 1962. AUSTIN, John L. - *Quand dire, c'est faire* [How to do things with words. Trad. Gilles Lane]. Paris, Éd. du Seuil, 1970.
- BABCOCK 1970. BABCOCK, Sandra S. - *The Syntax of Spanish reflexive verbs*. The Hague, Mouton, 1970.
- BACH and HARMS 1968. BACH, Emmon & HARMS, Robert. *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- BAYLON et FABRE 1975. BAYLON, Christian & FABRE, Paul. *Initiation à la linguistique*. Paris, Fernand Nathan, 1975.

- BECHARA 1973. BECHARA, Evanildo. - *Moderna Gramática Portuguesa; cursos de 1ª e 2ª graus*. 19. ed., São Paulo, Nacional, 1973.
- BENDIX 1966. BENDIX, Edward Herman. - Componential analysis of general vocabulary: the semantic structure of a set of verbs in English, Hindi, and Japanese. *I.J.A.L.*, 32 (2) [s. 1.], 1966.
- BENVENISTE 1966. BENVENISTE, Émile. - *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.
- BIROU 1966. BIROU, Alain. - *Vocabulaire pratique des sciences sociales*. Paris, Éditions ouvrières, 1966.
- BREKLE 1974. BREKLE, Herbert. - *Sémantique*. Paris, Armand Colin, 1974. [original alemão].
- BUNGE 1976. BUNGE, Mário. - *Tratado de filosofia básica; semântica*. São Paulo, Ed. Pedagógica Univ.; Ed. Univ. São Paulo, 1976, 2 v. [original inglês].
- CERVO e BERVIAN 1975. CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1975.
- CHARAUDEAU 1971. CHARAUDEAU, Patrick. - *Description sémantique de quelques systèmes grammaticaux de l'Espagnol actuel*. Paris, Centre de Documentation Universitaire, 1971.
- CHARAUDEAU 1972. CHARAUDEAU, Patrick. - Sens et signification. - *Cahiers de Lexicologie*. Paris, 21 (2) p. 9-21, 1972.
- CHOMSKY 1965. CHOMSKY, Noam. - *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass., The M. I. T. Press, 1965.
- CHOMSKY 1965. CHOMSKY, Noam - *Aspectos da teoria da sintaxe*. [Aspects of the theory of syntax. Trad, José Antonio Meireles & Eduardo Paiva Raposo] Coimbra, Arménio Amado, 1975.
- CHOMSKY 1969. CHOMSKY, Noam. - Some empirical issues of transformational grammar (presented at a conference held at the University of Texas at Austin in October, 1969). In: PETERS, 1972, p. 63-130.

- CHOMSKY 1970. CHOMSKY, Noam. - Deep structure, surface structure and semantic interpretation. In: - Noam Chomsky. - *Studies on semantics in generative grammar*. The Hague, Mouton, 1972.
- DAVIDSON and HARMAN 1972. DAVIDSON, Donald & HARMAN, Gilbert. - *Semantics of natural language*. 2nd. , Dordrecht-Holland, Reidel, 1972.
- DOUGHERTY 1970. DOUGHERTY, Ray C. - Recent studies on language universals; Review of BACH and HARMS 1969. *Foundations of Language*. [s.l.] 6: 505-561, 1970.
- DUBOIS-CHARLIER 1972. DUBOIS-CHARLIER, Françoise. La sémantique générative: une nouvelle théorie linguistique? *Langages*. Paris, 27: 5-77, sept. 1972.
- DUCROT 1972. DUCROT, Oswald. - *Dire et ne pas dire*. Paris, Hermann, 1972.
- DUCROT et TODOROV 1972. DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris, Éd. du Seuil, 1972.
- DUCROT 1973. DUCROT, Oswald. - *La preuve et le dire; langage et logique*. [s. l.] Maison Mame, 1973.
- ERNOUT e THOMAS 1974. ERNOUT, Alfred & THOMAS, François. *Syntaxe latine*. 2e éd., Paris, Klincksieck, 1964.
- FERNANDES 1954. FERNANDES, Francisco. - *Dicionário de Verbos e Regimes*. 5. ed, Porto Alegre, Globo, 1954.
- FERREIRA [1975] FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. - *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira [1975]:
- FILLMORE 1962. FILLMORE, Charles J. - *Indirect object constructions in English and ordering of transformations*. The Hague, Mouton, 1965.
- FILLMORE 1963. FILLMORE, Charles J. - The position of embedding transformations in a grammar. *Word*. [s. l.] 19: 208-31, aug., 1963.
- FILLMORE 1965. FILLMORE, Charles J. - Les règles d'inférence dans une théorie sémantique [Entailment rules in a semantic theory]. *Project on Linguistic Analysis*,

- Ohio, Report 10: 60-82, 1965. Trad. Oswald Ducrot] *Cahiers de Lexicologie*. Paris, 19: 3-24 [déc] 1971.
- FILLMORE 1966a. FILLMORE, Charles J. - Deitic categories in the semantics of "come". - *Foundations of Language*. [s. 1.] 2: 219-27, aug., 1966.
- FILLMORE 1966b. FILLMORE, Charles J. - A proposal concerning English prepositions. *Monograph Series on Languages and Linguistics 17th Annual Round Table*. Washington, 19: 19-33, 1966.
- FILLMORE 1966c. FILLMORE, Charles J. - *Toward a modern theory of case*. *Project on Linguistic Analysis*. Ohio, Report 13: 1-24, 1966 Also in: - David Reibel and Sanford Schane (eds.) *Modern studies in English reading in transformational grammar*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1969. p. 361-75.
- FILLMORE 1967a. FILLMORE, Charles J. - On the syntax of preverbs. *Glossa*. [s. 1.] 1: 91-125, 1967.
- FILLMORE 1967b. FILLMORE, Charles J. - The grammar of hitting and breaking. *Project on Linguistic Analysis*. Ohio, Report 1: 9-29, 1967 [Also in: - Jacobs and Rosenbaum, 1970: p. 120-33].
- FILLMORE, 1968a. FILLMORE, Charles J. - The case for case. In: BACH, Emmon & HARMS, Robert T., 1968. p. 1-88.
- FILLMORE 1968b. FILLMORE, Charles J. - Lexical entries for verbs. - *Foundations of Language*. [s. 1.] 4: 373-93. Nov., 1968.
- FILLMORE, 1969a. FILLMORE, Charles J. - Types of lexical information In: Ferenc Kiefer (ed.) *Studies in syntax and semantics*. Dordrecht, Holland, Deidel, 1969. Also in: STENBERG and JAKOBOVITS 1971. p. 370-92.
- FILLMORE 1969b. FILLMORE, Charles J. Review of componential analysis of general vocabulary: the semantic structure of a set of verbs in English, Hindi, and Japanese, by Edward Herman Bendix. In: - *General Linguistics*. [s. 1.] 9: 41-65, 1969.

- FILLMORE 1969c. FILLMORE, Charles J. - On generativity. In: PETERS, 1972. p. 1-19.
- FILLMORE 1970. FILLMORE, Charles J. - Subjects speakers and roles. - *Working Papers in Linguistics*. Ohio, Report 4: 31-63, 1970 [Also in: - DAVIDSON, Donald & HARMAN, Gilbert (orgs.) 1972, p. 1 - 24].
- FILLMORE 1971a. FILLMORE, Charles J. - Verbs of Judging: an exercise in semantic description. In: FILLMORE & LANGENDOEN, 1971. p. 272-89.
- FILLMORE 1971b. FILLMORE, Charles J. - Quelques problèmes posés à la grammaire casuelle [some problems for case grammar. *Working Papers in Linguistics*. Ohio, Report 10: 245-65 - Trad. John M. Anderson et Françoise Dubois-Charlier] *Langages*. Paris, 38: 65-80, juin, 1975.
- FILLMORE 1972. FILLMORE, Charles J. - How to know whether you're coming or going. *Studies in Descriptive and Applied Linguistics: Bulletin of the Summer Institute in Linguistics*. Tokio, 5: 3-17, 1972.
- FILLMORE 1973a. FILLMORE, Charles J. - A Grammarian looks to sociolinguistics. In: SHUY, R. W. - 23rd annual round table sociolinguistics: current trends and prospects. Georgetown, G. University Press, p. 273-87.
- FILLMORE 1973b. FILLMORE, Charles J. - May we come in? *Semiotica*. The Hague, 9, 2, p. 97-116, 1973.
- FILLMORE and LANGENDOEN 1971. FILLMORE & LANGENDOEN (orgs.) - *Studies in linguistic semantics*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1971.
- FLETCHER 1971. FLETCHER, Paul. - Case grammar: its viability as an alternative grammatical model. *Lingua*. Amsterdam, 28, p-237-50, 1971.
- FREIRE 1947. FREIRE, A. - *Gramática grega*. Porto, Aposto lado da Imprensa, 1947.
- GALMICHE 1975. GALMICHE, Michel. - *Sémantique générative*. Paris, Larousse, 1975.
- GOLDIN [1968] GOLDIN, Mark, G. - *Spanish case and function*. Washington - Georgetown Univ. Press. [1968].

- HALL 1965. HALL, Barbara. - *Subject and object in English*. Cambridge, Mass., The M. I. T. Press, 1975 [doctoral dissertation].
- HALLIDAY 1973. HALLIDAY, M. A. K. - La base fonctionnelle du langage. *Langages*. Paris, 34, p. 54-73, juin, 1974.
- HALLIDAY 1976. HALLIDAY, M. A. K. - Estrutura e função da linguagem. In: - John Lyons (org.) *Novos horizontes em linguística*. São Paulo, Cultrix, 1976. p. 134-60 [original inglês].
- HOUAISS e AVERY 1969. HOUAISS, Antônio & AVERY, Catherine B. (orgs.) *Novo Dicionário Barsa das Línguas inglesa e portuguesa*. New York, Appelaton-century-crofts, 1969, 2 v.
- HUDDLESTON 1970. HUDDLESTON, Rodney D. - Some remarks on case grammar. *Linguistic Inquiry*. [s. l.] 1, p. 501-11, 1970.
- HUDDLESTON 1971. HUDDLESTON, Rodney D. - *The sentence in written English*. Cambridge, Engl., Cambridge University Press, 1971.
- HUTCHINS 1975. HUTCHINS, W. J. - Subjects, themes and case grammar. *Língua*. Amsterdam, 35, (2) p. 101-133, 1975.
- IKEGAMI 1973. IKEGAMI, Yoshihito. - A set of basic patterns for the semantic structure of the verb. *Linguistics*. The Hague, 117, p. 15-58, Dec. (1) 1973.
- JACOBS and ROSENBAUM 1970. JACOBS, Roderick, A. & ROSENBAUM, Peters S. - *Readings in English transformational grammar*. Waltham, Mass., Ginn, 1970.
- KATO 1976. KATO, Mary Aizawa. - Transitividade verbal e decomposição lexical. *Revista brasileira de linguística*. Rio de Janeiro, 3 (1) p. 3-21, 1976.
- KATZ 1970. KATZ, Jarrold. - Interpretative semantics vs generative semantics. *Foundations of Language*. s.l.4, p. 220-59, 1970.

- KATZ and POSTAL 1964. KATZ, Jarrold J. & POSTAL, Paul M. *An integrated theory of linguistic descriptions*, Cambridge, Mass., M. I. T. Press, 1964.
- KEENAN 1971. KEENAN, Edward L. - Two kinds of presupposition in a natural language. In: FILLMORE & LANGENDOEN 1971, p. 44-52.
- KIEFER 1974. KIEFER, Ferenc. - *Essais de sémantique générale* [s. 1.] Maison Mame, 1974 [original inglês].
- KURY 1973. KURY, Adriano da Gama. *Lições de análise sintática*. São Paulo, Lisa, 1973.
- KURY 1976. KURY, Adriano da Gama et alii. - *Gramática objetiva da língua portuguesa; sintaxe*. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1976.
- LAGANE 1967. LAGANE, R. - Les verbes symétriques: économie morpho-syntaxique et différenciation sémantique. *Cahiers de Lexicologia*. Paris, 10, (I) p. 21-30, 1967.
- LAKOFF 1968. LAKOFF, George. - Instrumental adverbs and the concept of deep structure. *Foundations of Language*. [s. 1.] (1) p. 4-29, 1968.
- LAKOFF 1968. LAKOFF, George. - Los adverbios de instrumento y el concepto de estructura profunda [Instrumental adverbs and the concept of deep structure] In: ZAVALA, 1974, p. 188-225.
- LAKOFF 1969. LAKOFF, George - On derivational constraints. In: [s/org.] *Papers from the fifth regional meeting of Chicago Linguistics Society*. Chicago 1 (2) p. 117-39, 1969.
- LAKOFF 1970. LAKOFF, George. - *Irregularity in Syntax*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.
- LAKOFF 1971. LAKOFF, George. - On generative semantics. In: STEINBERG and JAKOBOVITZ, 1971. p. 232-96.
- LAKOFF and PETERS 1969. LAKOFF, George & PETERS, Stanley. Phrasal conjunction and symmetric predicates. In: - REIBEL and SCHANE, 1969.
- LAKOFF and ROSS 1967. LAKOFF, George & ROSS J.R. - Es necesaria la estructura profunda? [is deep structure necessary?] In: Zavala, 1975, p. 226-31.

- LEE 1973. LEE, David A. - Stative and case grammar. *Foundations of language*. [s. 1.] 10: 545-568, 1975.
- LEES and KLIMA 1963. LEES, R. B. & KLIMA, E. S. - Rules for English pronominalization. *Language*. [s. 1.] 39: 17-28, 1963.
- LIEFRINK 1973. LIEFRINK, Frans. - *Semantico-syntax*. London, Longman, 1973.
- MAROUZEAU 1969. MAROUZEAU, J. - *Lexique de la terminologie linguistique*. 2e éd., Paris, Paul Geuthner, 1968.
- MCCAWLEY 1968. MCCAWLEY, James D. - Concerning the base component of a transformational grammar. *Foundations of Language*. [s. 1.] 4 (3) p. 243-69, 1968.
- MCCAWLEY 1969. MCCAWLEY, James. - Lexical insertion in a transformational grammar without deep structure. In: C. J. Bailey, B. Barden and A. Davidson. *Papers from fourth regional meeting of Chicago Linguistics Society*. Chicago, 1 (2) 1969, p. 71-80.
- MCCAWLEY 1971a. MCCAWLEY, James D. - Interpretative semantics meets Frankenstein. *Foundations of Language*. [s. 1.] 7 (2) p. 285-96, 1971.
- MCCAWLEY 1971b. MCCAWLEY, James D. - Semantic representation. In: Paul Garvin (org.) *Cognition and artificial intelligence: a multiple view*. New York Spartan Books 1971. p. 227-47.
- MIRAMBEL 1969. MIRAMBEL, André. - *Grammaire du grec moderne*. Paris, Klincksieck, 1969.
- NASCENTES 1959. NASCENTES, Antenor. - *Comentário à nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1959.
- NILSEN and NILSEN 1975. NILSEN, Don L.F. & NILSEN, Alleen Pace. - *Semantic Theory; a linguistic perspective*. Rowley, Mass., Newbury House Publishers, 1975.
- NIQUE 1974. NIQUE, Christian. - *Initiation méthodique à la grammaire générative*. Paris, Armand Colin, 1974.

- PAILLET et DUCAS 1973. PAILLET, Jean-Pierre & DUCAS, André, - *Principes d'analyse syntaxique*. Montréal, Les Presses de L'Univ. de Québec, 1973.
- PALMER 1976. PALMER, F. R. - *Semantics; a new outline*. London, Cambridge Univ. Press, 1976.
- PAUL 1886. PAUL, Hermann. - *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa, Fundação Calouste Goubenkian, 1970 [original alemão].
- PEREIRA 1923. PEREIRA, Edurado Carlos. - *Gramática Histórica*. 4 ed., São Paulo, Monteiro Lobato, 1923.
- PEREIRA 1948. PEREIRA, Edurado Carlos. - *Gramática expositiva; curso superior*. 70. ed., São Paulo, Nacional, 1948.
- PERLMUTTER 1969. PERLMUTTER, D. M. - Les pronoms objets en espagnol: un exemple de la nécessité de contraintes de surface en syntaxe. *Langages*. Paris, 14: 81 - 133-Juin. 1969.
- PETERS 1972. PETERS, Stanley. - *Goals of linguistic theory*. Englewoods Cliffs, N. F., Prentice - Hall, 1972.
- PIETZSCHKE 1975. PIETZSCHKE, Fritz (org.) - *Novo Michaelis; dicionário ilustrado*. 18. ed., São Paulo, Melhoramento, 1975. 2 v.
- POSTAL 1968. POSTAL, Paul M. - Cross-over phenomena. In: *Specification and utilization of a transformational grammar*. New York, Scientific Report 3 [s. p.] 1968.
- REIBEL and SCHANE 1969. REIBEL, David & SCHANE, Sanford (eds.). - *Modern studies in English: Readings in transformational Grammar*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1969.
- RUHL 1972. RUHL, Charles. - The grammar of hitting and breaking revisited, *Glossa*. [s. 1.] 6: 147-54, 1972.
- SAID ALI 1964. SAID ALI, Manuel. - *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.

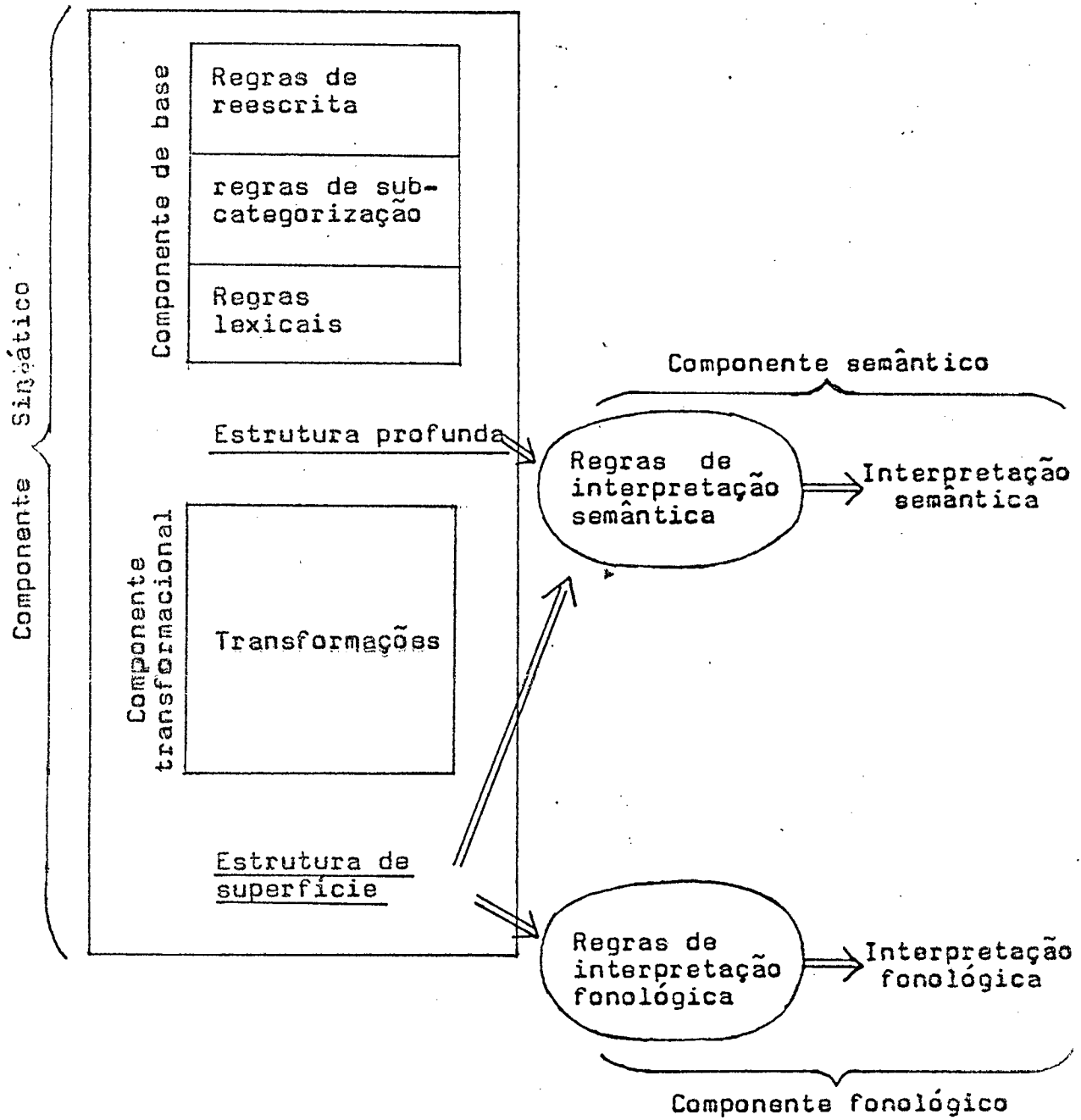
- SAID ALI 1964. SAID ALI, Manuel. - *Gramática Histórica da língua portuguesa*. 3ed. aum. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- SAID ALI 1966. SAID ALI, Manuel. - *Dificuldades da Língua portuguesa; estudos e observações*. 6. ed., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1966.
- SANTOS 1975. SANTOS, Sílvio Coelho dos. - *Metodologia científica básica; versão preliminar*. Florianópolis, UFSC, 1975 [original mimeografado].
- SCMITZ 1974. SCMITZ, John Robert. - *A ocorrência de ser e estar em orações predicativas e o ensino do português para falantes de inglês*. São Paulo, PUC, 1974, [original em xerox; tese de doutorado].
- SCHROTEN 1972. SCHROTEN, Jan. - *Concerning the deep structure of Spanish reflexive sentences*. The Hague, Mouton, 1972.
- SEARLE 1969. SEARLE, John R. - *Speech acts*. Cambridge, Engl., Cambridge University Press. 1969.
- SEARLE 1969. SEARLE, John R. - *Les actes de langage*. [Speech acts. Trad. Héléne Pauchard] Paris, Hermann, 1972.
- SEARLE 1971. SEARLE, J. R. (ed.) - *The philosophy of language; Oxford readings in philosophy*. London, Oxford University Press, 1971.
- SERBAT 1975. SERBAT, Guy. - *Les structures du latin*. Paris, Picard, 1975.
- SILVEIRA 1960. SILVEIRA, Sousa da. - *Lições de português*. 6. ed., Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1960.
- SIMPSON 1976. SIMPSON, Thomas Moro. - *Linguagem, realidade e significado*. Rio de Janeiro, Francisco Alves; São Paulo, Ed. USP, 1976 [original espanhol].
- STEINBERG and JAKOBOVITS 1971. STEINBERG, D. C. & JAKOBOVITS, L. A. (eds.). - *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, Linguistics and psychology*. Cambridge, Engl., Cambridge University Press, 1971.

TESNIÈRE 1969. TESNIÈRE, Lucien - *Éléments de syntaxe structurale*. 2e. éd., Paris, Klincksieck, 1969.

ZAVALA 1974. ZAVALA, Victor Sánchez de (org.) - *Semántica y sintaxis en la lingüística transformatoria; I comienzos y centro de la polémica*. Madrid, Alianza, 1974.

Anexo

TEORIA STANDARD ESTENDIDA



(NIQUE, 1974:159)